

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PUC - SP

ROBSON BELCHIOR OLIVEIRA CHAVES

De devoção popular a Turismo Religioso: persistências e transformações do culto a Nossa Senhora Aparecida.

Doutorado em Ciências Sociais

São Paulo

2012

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PUC - SP

ROBSON BELCHIOR OLIVEIRA CHAVES

De devoção popular a Turismo Religioso: persistências e transformações do culto a Nossa Senhora Aparecida.

Doutorado em Ciências Sociais

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais - antropologia, sob orientação da Professora Dr^a. Josildeth Gomes Consorte.

São Paulo

2012

Banca Examinadora

AGRADECIMENTOS

Este é um dos momentos mais importantes da minha vida. Explico. Para um moleque, negro e de periferia, que contrariou as estatísticas e por circunstâncias da vida foi trilhando seu caminho.

Aprendi o valor da educação desde cedo. Minha mãe, sinônimo de luta, mulher forte que criou quatro filhos sozinha; Meu pai, um eterno sonhador, sempre pronto ao recomeço. Me ensinou a arte de viver. Como muitos, meus pais vieram do interior de Minas para São Paulo em busca de uma vida melhor, não deram continuidade aos estudos, mas valorizam e esperam realizar nos filhos seus sonhos.

Me agarrei aos estudos por acreditar que esta era a única alternativa para conseguir um bom emprego, dar uma vida melhor para minha mãe etc, mas não parei por aí, *“Nunca soube o que era medo, tenho o mágico segredo de conquistar o impossível”* (Cervantes). Acredito que o teatro provocou essa transformação, abriu outras perspectivas, me ajudou na leitura e na escrita, na visão de mundo. Foi atuando nele que dei início à vida acadêmica, consegui pagar a inscrição do vestibular e o primeiro mês no curso de história da UBC, em Mogi das Cruzes. Agradeço aos meus principais parceiros e incentivadores, Zé Ferro e Vânia Barboni.

Bons tempos aqueles, tudo era novidade. Agradecimentos aos professores Angelo Nany, Leandro Bassini, Carlos Bauer e Ivone Marques pelas significativas contribuições e, em especial, a Sergio Dammy, por ampliar meu horizonte acadêmico e incentivar meu início no mundo da pesquisa acadêmica. Meus inseparáveis amigos Marcelo, Marcelo Marques e Alex (in memória) desde o tempo em que dividíamos lanche no intervalo das aulas e debatíamos Karl Marx no trem.

À querida Prof^a. Dr^a. Josildeth Gomes Consorte, pela acolhida, pela agradável parceria ao longo do período de construção deste trabalho. Foi um privilégio!

Ao Prof. Dr. Ênio Britto, pelo aprendizado. Por acreditar em um jovem, sem referência e sem “QI”, o que demonstra seu altruísmo e generosidade. Obrigado por me orientar no mestrado e por ter aceitado fazer parte desse momento tão importante.

À Prof^a. Dr^a. Nirlene Nepomuceno pelo interesse na leitura desta dissertação, pela revisão e pelos comentários. Obrigado Bebel.

Aos colegas de curso, em especial Didonê, Flávio e Vagner, pelos debates instigantes sobre a relação tão delicada entre religião e turismo.

Destaco algumas instituições e amigos aos quais desejo agradecer publicamente:

À PUC-SP, pela minha formação acadêmica.

O apoio acadêmico-financeiro recebido do CNPq na forma de bolsa de pesquisa concedida durante os anos de realização desta tese.

À Catia, secretária do Programa de Pós-Graduação em Ciências sociais, pela atenção e colaboração em resolver as questões burocráticas.

À Dorothea Barboza e Deise Andrade, do Centro de Documentação e Memória “Pe. Antônio Jorge – CSsR”, pelo suporte, atenção e apoio na coleta dos dados.

Aos meus colaboradores Ernesto Elache, Jorge Fernandes, Diogo Samahá, Célio Leite e Celinho Luís, pelos dados fornecidos para a realização da pesquisa, pelas entrevistas e conversas informais.

Aos meus amigos Lulos, Gordo, Valdivino, Fernando, Joãozinho, Sagui, Tuna, Sucrão, Sasá e Pé de Pano, do EC Minas, fonte de inspiração e quebra de rotina, ao qual estou presente todos os fins de semana. É o futebol de várzea que me faz manter minhas raízes, autêntica manifestação da periferia.

À APEOESP, Ana, Cavuco, Bárbara, Márcio, Márcio bola, Marcão, Luciano, Arlindo, Sonia. A busca pelo conhecimento para ampliar a luta.

Aos colegas professores e a meus alunos da E.E. Maria Elisa A Cintra, escola na qual também estudei, fui expulso e retornei como professor, tornando-me, a partir de agora, o primeiro dessa instituição a ter o título de Doutor.

Agradeço à minha família pelo suporte e incentivo durante todo este tempo, especialmente à minha esposa Gil e meu filho Gabriel. Tenho a certeza do amor, da compreensão e do orgulho que têm.

E sobretudo a Deus, pela vida e pela oportunidade de concluir esta etapa.

Dedicatória:

José Ferro (*in memória*)

RESUMO

A principal preocupação deste trabalho foi entender as persistências e transformações da devoção a Nossa Senhora Aparecida. Para tanto, foi importante não só entender as dimensões simbólica, econômica e social do fenômeno, como compreender suas interfaces. Sendo assim, buscamos investigar as origens, povoamento e emancipação do município; o surgimento e expansão da devoção a Nossa Senhora Aparecida, até alcançar o título de Padroeira do Brasil; as disputas de campo pela Igreja e pelo poder público por legitimação e apropriação da devoção; a utilização do Turismo Religioso no desenvolvimento da cidade, sua dimensão econômica e sua centralização de recursos, a dimensão simbólica da devoção e o discurso da Igreja frente ao catolicismo devocional e o papel do devoto, turista e do romeiro.

O estudo foi realizado a partir de levantamento bibliográfico e de fontes primárias nos arquivos do Centro de Documentação e Memória do Santuário Nacional, pesquisa de campo, observação direta e entrevistas gravadas com os agentes públicos do turismo regional, dirigentes católicos envolvidos com o produto turístico e devotos moradores da cidade.

Os resultados apontaram as transformações das formas tradicionais de devoção a partir da segmentação das atividades turísticas de mercado, processo que tem por síntese novas práticas sociais contemporâneas.

Conclui-se que existe uma relação muito forte em Aparecida entre a atividade turística e a religião, por ter sido a Igreja Católica a instituição que oficializou a devoção a Nossa Senhora e, nos anos finais do século XIX, desenvolveu ações conhecidas como romanização ampliando seu poder simbólico econômico e social.

Palavras-chave: Catolicismo Popular, Devoção, Nossa Senhora Aparecida e Turismo Religioso.

ABSTRACT

The main concern of this study was to understand the persistence and transformation of the devotion to Our Lady of Aparecida. Therefore, it was important not only to understand its symbolic, economic and social, dimensions as well as to understand their interfaces. Therefore, we sought to explain the origins, settlement and emancipation of the municipality, the emergence and expansion of the devotion to Our Lady of Aparecida, up to receiving the title of Patron of Brazil, disputes over power, legitimacy and ownership of the devotion by the Church and the government; the use of religious tourism in the development of the city, its economic dimension and centralization of resources, the symbolic dimension of the devotion and of the Church discourse against devotional Catholicism and the role of the devotee, tourist and pilgrim.

The study was involved a review of literature and primary sources in the archives of the natural science museum and Documentation Center, field research, direct observation and recorded interviews with the regional tourism officials, Catholic leaders involved with tourism and devotees living in the city.

The results showed the transformation of traditional forms of devotion from the segmentation of the market of tourist activities, a process that is a new synthesis of contemporary social practices.

We conclude that there is a strong relationship in Aparecida between tourism and religion, the Church seeing was the institution that officiated the devotion to Our Lady and in the final years of the nineteenth century developed actions known as Romanization expanding its symbolic, economic and social power.

Keywords: Popular Catholicism, Devotion, Our Lady Aparecida and Religious Tourism.

RÉSUMÉ

Le souci principal de cette étude était de comprendre la persistance et la transformation de la dévotion à Notre-Dame d'Aparecida. Par conséquent, il est important non seulement de comprendre les dimensions du symbolique, économique et sociale, comment comprendre leurs interfaces. Par conséquent, nous avons cherché à expliquer les origines, le règlement et l'émancipation de la municipalité, l'émergence et l'expansion de la dévotion à Notre-Dame d'Aparecida, pour atteindre le titre de Patronne du Brésil, les relations de pouvoir, la légitimité et l'appropriation de la dévotion à l'Eglise et le gouvernement; l'utilisation du tourisme religieux dans le développement de la ville, sa dimension économique et la centralisation des ressources, la dimension symbolique de la dévotion et le discours de l'Eglise contre la dévotion catholique à travers la dimension sociale et le rôle du dévot, du tourisme et de pèlerinage.

L'étude a été réalisée à partir d'une revue de la littérature et des sources primaires dans les archives du Centre de documentation et du sanctuaire national de la Mémoire, recherches sur le terrain, l'observation directe et enregistré des entretiens avec les responsables du tourisme régional, les chefs catholiques engagées avec le produit touristique et dévots qui vivent dans la ville.

Les résultats ont montré la transformation des formes traditionnelles de dévotion de la segmentation du marché des activités touristiques, un processus qui est la synthèse de la nouvelle contemporaines des pratiques sociales.

Nous concluons qu'il existe une relation forte à Aparecida entre le tourisme et la religion, l'Église était l'institution qui a officiellement la dévotion à Notre-Dame et dans les dernières années du XIXe siècle actions développées connu sous le nom de romanisation expansion de son pouvoir symbolique économique et social.

Mots-clés: catholicisme populaire, dévotion, Notre-Dame d'Aparecida et du tourisme religieux.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Capitâneas século XVI.	22
Figura 2– Povoamento - século XVI.	30
Figura 3 – Aldeamento no centro do Brasil Aldeia de índios Tapuios cristãos.	43
Figura 4 – Moenda de cana-de-açúcar.	51
Figura 5 – Lavagem de ouro de Itacolomi (século XIX).	53
Figura 6 – Negros na lavoura de café.	58
Figura 7 – Festa de Nossa Senhora do Rosário.	63
Figura 8 – Festa de São Benedito em Aparecida – 2006.	66
Figura 9 – Mesorregião do Vale do Paraíba Paulista.	76
Figura 10 – Pesca Milagrosa.	86
Figura 11 – A Imagem de Nossa Senhora Aparecida.	91
Figura 12 – Intervenção na Imagem - atentado 1978.	94
Figura 13 – Ex votos.	101
Figura 14 – Igreja Nossa Senhora Aparecida – ano de 1876.	105
Figura 15 – Interior da Basílica Velha.	106
Figura 16 – Primeira turma de Pe. da Congregação do S. Redentor - 1894.	110
Figura 17 – Santuário Nacional.	115
Figura 18 – Mapa de localização.	117
Figura 19 – Altar Central.	119
Figura 20 – Sala das Promessas.	123
Figura 21 – Estrutura do Centro de Apoio ao Romeiro.	125
Figura 22 – Thomas Cook & Son.	134
Figura 23 – Organograma do Ministério do Turismo.	140
Figura 24 – 3ª Gestão Descentralizada e Compartilhada do Turismo.	142
Figura 25 – Feira.	155
Figura 26 – Apropriação da devoção.	164
Figura 27 – Importância do turismo.	170
Figura 28 – Imagem de Nossa Senhora Aparecida.	175
Figura 29 – Dimensão econômica.	178
Figura 30 – Rede Aparecida.	180
Figura 31 – Redes sociais.	182
Figura 32 – Dimensão social.	184
Figura 33 – Devoto/romeiro peregrino/turista.	194

Figura 34 – Morro do Cruzeiro	236
Figura 35 – Morro das Pitas – Serviço de Terraplanagem.....	236
Figura 36 – Rosa de Ouro.....	237
Figura 37 – Torre em construção.....	237
Figura 38 – Tribuna Dom Aloísio Lorscheider.....	238
Figura 39 – Tribuna Papa Bento XVI.....	238
Figura 40 – Apóstolos	239
Figura 41 – Presépio	239
Figura 42 – Nicho da Santa.....	240
Figura 43 – Capela São José.....	240
Figura 44 – Capela das Velas	241
Figura 45 – Capela dos Apóstolos	241
Figura 46 – Capela da Ressurreição.....	242
Figura 47 – Capela do Batismo	242
Figura 48 – Marco da Paz	243
Figura 49 – Fraldário	243
Figura 50 – Sanitários	244
Figura 51 – Casa do Pão	244
Figura 52 – Aquário.....	245
Figura 53 – Auditório.....	245
Figura 54 – Passarela	246
Figura 55 – Estacionamento.....	246
Figura 56 – Cidade do Romeiro.....	247
Figura 57 – Coroa	247
Figura 58 – Entrada do Santuário	248
Figura 59 – Santuário Nacional.....	248

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I	19
1- POVOAMENTO E EMANCIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE APARECIDA	19
1.1- OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO	21
1.2- CAPITANIA DE SÃO VICENTE	29
1.3- CONFLITOS E TENSÕES ENTRE BANDEIRANTES, ORDENS RELIGIOSAS E INDÍGENAS NA CAPITANIA DE SÃO VICENTE.....	36
1.4- A PRESENÇA AFRICANA NO VALE DO PARAÍBA.....	48
1.5- A VILA DE SÃO FRANCISCO DAS CHAGAS DE TAUBATÉ.....	68
1.6- O POVOAMENTO DA VILA NOVA DE SANTO ANTONIO DE GUARATINGUETÁ	70
1.7- FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE APARECIDA.....	72
CAPÍTULO II	78
2- SURGIMENTO E EXPANSÃO DA DEVOÇÃO A NOSSA SENHORA APARECIDA.....	78
2.1- MARIA E SUAS APARIÇÕES.....	82
2.2- O ACHADO: O IMAGINÁRIO EM TORNO DA IMAGEM DE NOSSA SENHORA.	86
2.3- ARQUEOLOGIA DA SANTA.....	88
2.3.1- A santa negra ou enegrecida?	95
2.4- PRIMEIROS MILAGRES DA SANTA.....	98
2.5- DO CULTO NA CASA DO PESCADOR À CONSTRUÇÃO DA BASÍLICA VELHA.	102
2.6- A PRESENÇA DOS REDENTORISTAS.....	109
2.7- A ATUAL BASÍLICA, O MAIOR SANTUÁRIO MARIANO DO MUNDO.	113
2.7.1- Organização do Santuário.....	114
2.7.2- Térreo.....	117
2.7.2.1- Nave Norte.....	117
2.7.2.2- Cúpula central.	119
2.7.2.3- Nave Sul.....	120
2.7.2.4 - Nave Oeste	121

2.7.2.5- <i>Nave Leste</i>	122
2.7.2.6- <i>Subsolo</i>	122
2.7.2.7- <i>Setor Externo</i>	124
CAPITULO III	128
3- DO TURISMO AO TURISMO RELIGIOSO BRASILEIRO.....	128
3.1- ATIVIDADE TURÍSTICA	130
3.1.1- Turismo no Brasil	138
3.2- O TURISMO RELIGIOSO	143
3.3- O TURISMO RELIGIOSO NO BRASIL	145
3.4- O TURISMO RELIGIOSO EM APARECIDA	148
CAPÍTULO IV	162
1- A APROPRIAÇÃO E LEGITIMAÇÃO DA DEVOÇÃO A NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO APARECIDA.....	162
4.1- TURISMO RELIGIOSO E SUAS DIMENSÕES.	164
4.1.1- A dimensão simbólica	165
4.1.2 – Dimensão econômica.....	178
4.1.3- Dimensão social.....	184
CONSIDERAÇÕES FINAIS	196
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	199
ANEXO I.....	215
ANEXO II.....	236
APÊNDICE	249

INTRODUÇÃO

A cidade de Aparecida, no Estado de São Paulo, é uma das mais conhecidas do país. Tendo, atualmente, o título de Estância Turístico-Religiosa,¹ todos os anos cerca de sete milhões de romeiros fazem visitas ao santuário, o que eleva a cidade à categoria de maior centro de peregrinação religiosa das Américas e maior Santuário Mariano do mundo. Dentre as atividades religiosas de maior destaque ali realizadas estão as festas da Padroeira e de São Benedito, além das visitas ao Santuário Nacional por diversos romeiros e turistas.

A grande comoção gerada pela aparição de Nossa Senhora, representada como epifania, é um indicativo de que desde o início estava fadada a ser objeto de culto. Nesse sentido, podemos pensar a construção do primeiro oratório como fruto da devoção à mesma em retribuição às graças alcançadas. Com o passar do tempo, diante da expansão significativa da devoção, temos sua apropriação pela Igreja, que reconhece e potencializa o culto à Nossa Senhora Aparecida. Assim, a devoção popular, ao ser apropriada pela Igreja, sofre influências que acabam por descaracterizar seu sentido inicial moldando-a aos preceitos da Instituição.

Desde o achado da imagem até sua ascensão a Padroeira nacional, a cidade vem ganhando importância socioeconômica e religiosa, despertando o interesse do mercado turístico.

O segmento turístico explorado na cidade é o Turismo Religioso, sendo este campo específico das práticas sociais contemporâneas, contextualizado dentro da cultura popular brasileira não podendo ser entendido separadamente da tradição e do universo simbólico e devocional.

As razões que me levaram à escolha do objeto de estudo em questão têm como motivação observações realizadas ainda em 2002, durante o mestrado em Ciências da Religião na PUC de São Paulo, cuja dissertação abordava a Festa do Divino na cidade de Salesópolis. Ao acompanhar os festejos foi possível observar as permanências e transformações ocorridas na Festa. Foi possível, também, entender

¹ Desde janeiro de 1970 foi criado, através da lei nº 1.397, o Plano de Incentivo e Desenvolvimento Industrial e Turístico de Aparecida.

a influência que ainda hoje possuem as manifestações em homenagem ao Divino Espírito Santo. No entanto, muitos elementos observados mereciam maior compreensão. A perda da espontaneidade das manifestações, o diálogo com as novas tecnologias, a Festa como fator de resistência e como potencializadora da construção identitária e, principalmente, a organização cada vez mais profissional e a busca de patrocínios transformando-a em investimento turístico, tendo a cidade de Aparecida como modelo de Turismo Religioso bem-sucedido. Percebi que tais questões poderiam abrir caminho a novas reflexões e passei a observá-las como possível objeto de estudo para o doutorado.

Para o aprofundamento dos estudos referentes à devoção a Nossa Senhora Aparecida a escolha do Programa de Pós-Graduação – Stricto Sensu – Doutorado em Ciências Sociais foi importante e propiciou o diálogo com as demais Ciências Humanas dando vasto aporte teórico. A linha de pesquisa Produção Simbólica e Reprodução Cultural permitiu o enfoque no estudo dos processos envolvidos na manifestação, persistência e transformação da prática social e conteúdos culturais como é o nosso caso (PUC-SP, 2009).

O objetivo desta pesquisa é analisar as persistências e transformações da devoção a Nossa Senhora Aparecida. Para isso, buscaremos conhecer as origens, povoamento e emancipação do município; o surgimento e expansão da devoção a Nossa Senhora Aparecida até sua chegada ao título de Padroeira do Brasil; as disputas de campo e apropriação da devoção pela igreja e município; a utilização do Turismo Religioso no desenvolvimento da cidade; sua dimensão econômica; a dimensão simbólica da devoção e o discurso da Igreja frente ao catolicismo devocional. Nos perguntamos se tais elementos podem causar deturpações ou desvirtuamentos da devoção popular ou, ao contrário, se as adaptações dos equipamentos eclesiais às necessidades turísticas ampliam a eficiência e o alcance pastoral ao mesmo tempo em que potencializam economicamente a cidade.

Com a experiência de Aparecida, notamos a consolidação do fenômeno religioso, do sagrado, como objeto de turismo. Sendo a Igreja e o Estado protagonistas desse processo, utilizam para tanto, em conjunto, sua organização e infraestrutura para tornar isto possível, associando, de forma quantitativa, o número de visitantes à dimensão devocional. Quanto mais pessoas visitam a cidade maior é a devoção.

O caráter devocional e turístico, o sagrado e o profano, se confundem e internalizam mediados por seus agentes e são oferecidos ao público sob o rótulo de Turismo Religioso. Com isso há inserção do sagrado no circuito do comércio de bens e serviços, podendo acontecer, a grosso modo, a sua “mercantilização”.

Ao estudar as persistências e transformações da devoção a Nossa Senhora Aparecida, dialogamos com diferentes autores e teses, contrastando-os e comparando-os para não cair no erro de analisar unilateralmente os fatos.

A pesquisa consistiu na busca de dados sobre a cidade de Aparecida e sobre o Santuário Nacional em diversos jornais, bibliotecas, bibliotecas digitais, arquivos, etc., tomando como eixo central o diálogo entre devoção e turismo religioso. As entrevistas foram semiestruturadas de forma a permitir uma maior compreensão do fenômeno.

Outra escolha importante foi a adoção da pesquisa qualitativa. Através dela foi possível observar o fenômeno religioso e sua articulação com os devotos, turistas e comunidade local, percebendo as relações de poder existentes na cidade a partir da devoção e do santuário nacional.

Para a história da cidade de Aparecida desde suas origens até a sua elevação ao posto de Capital da Fé e Padroeira do Brasil utilizamos os estudos de Alves (2005), Berto, (2010), Brustoloni, (1998), Félix, (2005), Mancílio, (2006) e Wernet, (1999).

Continuamos nossa análise enfocando os primeiros grupos na Capitania de São Vicente priorizando o papel dos bandeirantes, jesuítas e indígenas na formação do território brasileiro, abordando a importância das bandeiras e das missões na consolidação do sentimento religioso brasileiro. Para tanto, os estudos de Petrone (1995), Leite (1958) e Monteiro (1994) foram de suma importância, pois permitiram identificar as relações de poder estabelecidas, tanto no que se refere às entradas e bandeiras, quanto à participação, implantação e desenvolvimento das missões com seus aldeamentos e fazendas que abriram caminho para a fundação de muitas freguesias e vilas no período colonial.

A temática do Turismo Religioso apoiou-se nos estudos de Dias (2003), Silveira (2003), Oliveira (2001), Steil (2003) e Abumanssur (2003), de fundamental

importância para se entender a constituição do Turismo Religioso no mundo e especificamente no Brasil.

Para entendermos a apropriação da devoção nas suas dimensões simbólica, econômica e social, tanto pela Igreja quanto pelo Município, os estudos de Azzi (2008), Bourdieu (1998), Carvalho (1990) Consorte (2008) Elache, e Leite (2010) e Steil (2003) permitiram entender quais são as principais disputas de campo e os principais agentes na cidade de Aparecida.

O estudo está dividido em quatro capítulos: 1) povoamento e emancipação do município de Aparecida; 2) o surgimento e expansão da devoção a Nossa Senhora Aparecida; 3) do Turismo ao Turismo Religioso Brasileiro; 4) A apropriação e legitimação da devoção a Nossa Senhora da Conceição Aparecida.

O primeiro trata das origens, povoamento e emancipação do município e seus principais aspectos que envolvem as persistências e transformações da devoção a partir do Turismo Religioso. Nesse capítulo identificamos as peculiaridades na constituição da região do Vale do Paraíba, em particular Aparecida, partindo da contribuição dos indígenas, exploradores portugueses e ordens religiosas católicas. Apontando as principais contribuições do período colonial, assim como a herança cultural e a consolidação de um sentimento religioso deixada no percurso histórico que influenciou a territorialização, potencializando e elevando a cidade ao status atual.

No segundo capítulo, tendo em vista as dimensões atuais da devoção a Nossa Senhora da Conceição Aparecida, mostramos o percurso da devoção desde o achado da imagem por pescadores no rio Paraíba até a sua consagração como Padroeira do Brasil assim como identificamos a influência do catolicismo popular (campo fértil que permitiu, desde o início, o estabelecimento da devoção) e também do catolicismo romanizador implantado no período republicano que buscou tutelar e orientar a devoção a Nossa Senhora.

O terceiro capítulo consiste em compreender o percurso pelo qual passou o Turismo de um modo geral, até a sua chegada à categoria de Turismo Religioso, especificamente no Brasil. Para tanto, abordamos as definições de Turismo construídas ao longo da história, em seguida, fazemos um breve histórico desse fenômeno. Seguindo a mesma tendência, no segundo momento explicitamos as diferentes definições de Turismo Religioso e sua influência na atualidade. Como

exemplo de Turismo Religioso brasileiro, finalizamos o capítulo analisando a constituição do Turismo Religioso em Aparecida.

Especificamente no quarto e último capítulo analisaremos a apropriação e legitimação da devoção que se estabelecem entre Igreja e município, explicitando as disputas de campo existentes entre os diversos discursos e como dialogam em suas dimensões simbólica, econômica e social.

Tendo como principal objetivo conseguir o apoio geral, se tornando unanimidade em termos de Nação, Igreja e Estado realizam uma construção simbólica apoiada no discurso religioso. A Igreja para expansão da devoção eleva Maria à condição de mãe que ama todos os seus filhos, mãe da Igreja, e o Estado, para consolidar a recente República, eleva Maria a Mãe e Rainha do povo brasileiro.

A partir da dimensão econômica, o Turismo Religioso contribui para a mudança de paradigma acerca dos lugares e comemorações promovidas pela Igreja. O que até então era não produtivo, secundário, ao ser interpretado dentro da ordem capitalista torna-se uma atividade produtiva, principal e válida. Sob esse aspecto, abordaremos como a Igreja e o município se organizam para atender as exigências do mercado turístico.

Nesse contexto, a dimensão social corresponde à dinâmica interna da devoção, o que possibilita entender as interfaces entre o simbólico e o econômico. Podemos organizar esse campo partindo da análise de que os visitantes do Santuário de Nossa Senhora Aparecida pertencem a categorias de análise sociológicas diferenciadas. Esse público, por ser entendido como peregrino, romeiro, turista, devoto.

Será que a transformação da cidade de Aparecida em Estância Turística e Religiosa não tende a massificar, a padronizar as formas tradicionais de devoção? Será que ao receber da gestão pública tratamento que visa obter lucros, as atividades turísticas/religiosas não passarão a ter preocupação apenas com resultados quantitativos e financeiros? Enfim, o Turismo Religioso é ou não o produto final das transformações que a devoção sofreu ao ser apropriada pela Igreja e Estado ganhando dimensões gigantescas?

CAPÍTULO I

1- POVOAMENTO E EMANCIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE APARECIDA

Para abordar o trajeto da devoção popular ao Turismo Religioso, as persistências e transformações da devoção a Nossa Senhora Aparecida, iniciaremos este capítulo discorrendo sobre a origem, povoamento e emancipação do atual município de Aparecida, no Vale do Paraíba, São Paulo. Acreditamos que o processo de ocupação do território acontece de forma simultânea com a formação de um sentimento devocional católico nacional. Assim, a ocupação do espaço passa pela consolidação de um ideário religioso católico brasileiro, que ainda hoje encontra-se enraizado em nossa sociedade. Muitos fatores contribuíram para esse fato, começando pela presença de exploradores portugueses e ordens religiosas católicas na antiga Capitania de São Vicente, a partir do século XVI,² passando pela presença dos africanos, no século XVII, nos engenhos de cana-de-açúcar no nordeste e na região aurífera, hoje Minas Gerais, assim como no século XVIII e XIX nas plantações de café do Vale do Paraíba.

Concentraremos nossa análise no papel dos bandeirantes, religiosos, indígenas e africanos escravizados, tendo como foco a dimensão religiosa, destacando ao longo do capítulo as interfaces possíveis entre Igreja³ e governo português na construção da devoção a Nossa Senhora Aparecida e, de forma mais ampla, de um ideário religioso brasileiro.

Em primeiro lugar, trataremos das conexões entre as ordens religiosas, bandeirantes e nativos, por acreditar que surgem nesse momento elementos que contribuem para a formação tanto das cidades do Vale do Paraíba quanto para a consolidação do catolicismo nacional. Para tanto, os estudos de Petrone (1995), Leite (2004) e Monteiro (2000) são de suma importância, pois permitem identificar as relações de poder estabelecidas, tanto no que se refere às Entradas e Bandeiras,

² As Capitanias representaram a primeira forma de organização do governo português em terras brasileiras.

³ Nesse trabalho estaremos nos referindo à Igreja para designar a instituição Igreja Católica Apostólica Romana.

quanto à implantação e desenvolvimento das missões com seus aldeamentos que abriram caminho para a fundação de muitas freguesias e vilas no período colonial.

No segundo momento trataremos da presença dos africanos escravizados, tendo atenção para o papel da Igreja e do Estado no processo de sua desumanização, ou seja, da não percepção do negro africano como pessoa, um “igual”, e sim como mercadoria. Muito embora, por mais que tentassem investir nesse projeto não foi possível silenciar, apagar suas histórias e saberes e, como consequência, vemos surgir em meio a tudo isso a formação de uma cultura sincrética.

Em seguida abordaremos o processo de construção da Vila de São Francisco das Chagas de Taubaté, por ser uma das primeiras vilas da região do Vale do Paraíba, passando também pela formação da Vila Nova de Santo Antonio de Guaratinguetá, onde surgiria mais tarde a devoção a Nossa Senhora da Conceição Aparecida. Dentro desse contexto abordaremos as relações de poder estabelecidas entre os principais grupos que ali viviam.

Por fim, destacaremos o processo de formação e emancipação do atual município de Aparecida, apontando as principais contribuições do período colonial, particularmente o ideário religioso que se constituiu no seu percurso histórico, elevando a cidade ao status atual por abrigar a Padroeira do Brasil, Nossa Senhora da Conceição Aparecida.

Com isto pretendemos mostrar, ao longo do tempo, as interfaces entre a ocupação do território com seus povoados, Vilas e cidades e a formação de um ideário religioso, contando com a contribuição de diferentes atores, e principalmente as tensões entre Igreja e Estado que se fazem presentes ainda hoje.

1.1- OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

Apesar do “descobrimento” do Brasil ter ocorrido em 1500 e das diversas expedições realizadas posteriormente, somente em 1534 o governo português resolveu administrar de forma mais efetiva a colônia. A conjuntura que levou Portugal a dar início à colonização do Brasil reuniu aspectos internos e externos.

O início do século XVI marcou o recuo português em áreas do norte da África, com a perda de praças importantes para os mulçumanos, levando o reino a concentrar seus esforços na Índia. A decisão de dar início a ocupação do Brasil conjugou uma estratégia que objetivava garantir as rotas para as Índias e, de forma mais imediata, expulsar os franceses que assediavam a costa desde o início do século XVI, levando Portugal a um verdadeiro esforço de conquista, tanto em face das ambições dos países europeus rivais como da resistência nativa aqui encontrada (HERMANN, 2007, p. 21).

Para tanto foram criadas, em terras brasileiras, entre os anos de 1534 e 1536, pelo rei D. João III, as Capitanias Hereditárias⁴, modelo colonial que já havia sido implantado em Açores, Cabo Verde e Ilhas da Madeira, dividindo em grandes lotes as terras ocupadas.

Devido à grande extensão territorial, para fins político-administrativos Dom João III decide dividir a colônia em quinze lotes que formavam doze capitanias, que iam da Ilha de Marajó, ao norte, até o sul do Estado de Santa Catarina. Foram definidas como faixas lineares de terra, que ignoravam os acidentes geográficos e iam do litoral da costa do Brasil até o meridiano do Tratado de Tordesilhas⁵.

⁴ As capitanias foram uma forma de administração territorial do império português uma vez que a Coroa, com recursos limitados, delegou a tarefa de colonização e exploração de determinadas áreas a particulares, através da doação de lotes de terra, sistema utilizado inicialmente com sucesso na exploração das ilhas atlânticas. No Brasil este sistema ficou conhecido como capitanias hereditárias, tendo vigorado, sob diversas formas, durante o período colonial, do início do século XVI até ao século XVIII, quando o sistema de hereditariedade foi extinto pelo Marquês de Pombal, em 1759 (a hereditariedade foi abolida, mas a denominação capitania não). In: ALMEIRA PRADO, João Fernando de. São Vicente e as capitanias do sul do Brasil, 1961, p. 35.

⁵ As primeiras divisões dos lotes de terras doadas foram (de norte a sul) denominadas: capitania de João de Barros e Aires da Cunha, Primeiro Quinhão – **Maranhão**; capitania de Fernão Álvares de Andrade – **Maranhão**; capitania de António Cardoso de Barros – **Ceará**; capitania de João de Barros e Aires da Cunha, Segundo Quinhão - **Rio Grande**; capitania de Pero Lopes de Souza, Terceiro Quinhão – **Itamaracá**; capitania de Duarte Coelho – **Pernambuco**; capitania de Francisco Pereira Coutinho – **Bahia**; capitania de Jorge Figueiredo Correa – **Ilhéus**; capitania de Pero do Campo Tourinho - **Porto Seguro**; capitania de Vasco Fernandes Coutinho - **Espírito Santo**; capitania de Pero de Goês - **São Tomé**; capitania de Martim Afonso de Sousa, Segundo Quinhão - **Rio de Janeiro**; capitania de Pero Lopes de Souza, Primeiro Quinhão - **Santo Amaro**; capitania de Martim Afonso de Sousa, Primeiro Quinhão - **São Vicente**; capitania de Pero Lopes de Souza, Segundo

As capitanias hereditárias foram criadas com o objetivo principal de consolidar a colonização no Brasil, transferindo para alguns nobres portugueses direitos e poderes políticos, judiciários e administrativos sobre as terras e transformando-os em donatários das mesmas em troca de vantagens econômicas.



Figura 1 – Capitanias século XVI.

Fonte – Macedo, J. M. de Araujo. IBGE (2007).

Apesar da hereditariedade das terras, elas continuavam pertencendo ao Rei, os donatários recebiam apenas a concessão para explorá-las. Juridicamente, esses acordos eram estabelecidos a partir de dois documentos: a Carta de Doação e a

carta Foral. A Coroa determinava a concessão da capitania ao donatário e estipulava os direitos e deveres a serem por ele cumpridos conferindo-lhe poderes irrestritos.

Os donatários receberam uma doação da Coroa pela qual se tornaram possuidores, mas não proprietários da terra... Não podiam vender ou dividir a capitania, cabendo ao rei o direito de modificá-la ou mesmo extingui-la. A posse dava aos donatários extensos poderes tanto na esfera econômica e na de arrecadação de tributos como na esfera administrativa. A instalação de engenhos de açúcar, de moinhos de água, assim como o uso de depósitos de sal, dependiam do pagamento de direitos; parte dos tributos devidos à Coroa pela exploração do pau-brasil, de metais preciosos e dos derivados da pesca, cabia também aos capitães-donatários. Do ponto de vista administrativo, tinham o monopólio da justiça e autorização para fundar vilas, doar sesmarias, alistar colonos para fins militares e formar milícias sob seu comando.

A atribuição de doar sesmarias deu origem à formação de vastos latifúndios. A sesmaria foi conceituada no Brasil como uma extensão de terra virgem, cuja propriedade era doada a um sesmeiro, com a obrigação - raramente cumprida - de cultivá-la no prazo de cinco anos e de pagar um tributo à Coroa (FAUSTO, 2009, p. 45).

Os donatários pertenciam em Portugal à pequena nobreza e eram assim atraídos pelas promessas de status político e econômico que lhes davam as capitanias, entre eles podemos citar: Martim Afonso, experiente navegador; Duarte Coelho, militar de destaque no Oriente; Jorge Figueiredo Correia, escrivão da Fazenda e grande negociante, associado a Mem de Sá e a Lucas Giraldes, da família Giraldi, negociantes e banqueiros de origem florentina; e Pero do Campo Tourinho, que vendeu suas propriedades em Portugal e seguiu para o Brasil com seiscentos colonos. Os representantes da alta nobreza estavam mais preocupados com os negócios da Índia e das ilhas atlânticas (FAUSTO, 2009).

Inicialmente, constata-se que as dificuldades exploratórias fizeram com que a colonização portuguesa se concentrasse na faixa litorânea do território brasileiro, tendo como principais atividades o extrativismo do pau-brasil, seguido pelo plantio da cana-de-açúcar.

Contudo, os resultados obtidos não agradaram à Coroa portuguesa. O sistema mostrou-se falho, durante todo o processo, o fato de que somente as capitanias de São Vicente e Pernambuco, dentre as quatorze existentes, serviram como exemplos de prosperidade econômica e administrativa, reforça a tese de fracasso na implementação do sistema.

Sabemos que, com exceção das capitanias de São Vicente e Pernambuco, as outras fracassaram em maior ou menor grau, por falta de recursos, desentendimentos internos, inexperiência, ataques de índios. Não por acaso, as mais prósperas combinaram a atividade açucareira e um relacionamento menos agressivo com as tribos indígenas (FAUSTO, 2009, p. 45).

É importante ressaltar que muitas eram as adversidades enfrentadas para se estabelecer uma capitania. Dentre elas o desconhecimento da vegetação e clima das regiões, os constantes ataques de animais selvagens e os diversos embates com indígenas. Além disso, a distância e a falta de apoio financeiro da metrópole (que deixava a cargo do donatário todos os gastos de povoamento, exploração e manutenção), geraram insatisfação e abandono de diversas capitanias por seus donatários.

Os resultados apresentados forçaram a Coroa a admitir as limitações já assinaladas, assim como o fracasso das Capitanias. Para tentar sanar o problema foi estabelecido, em 1548, o Governo Geral, um novo sistema administrativo, mais centralizador, cabendo ao governador geral as funções antes atribuídas aos donatários⁶. Respeitando as demarcações territoriais já existentes o novo mandatário buscou centralizar seu poder e gradativamente incorporou, confiscou por abandono, ou comprou de herdeiros, as capitanias das mãos dos antigos donatários assumindo o controle total das regiões.

Diante das dificuldades encontradas com o regime de capitanias hereditárias, é criado o Governo Geral. Este é o primeiro representante do poder público na colônia, que tinha como obrigação não substituir, e sim apoiar as capitanias, a fim de que o processo de colonização conseguisse um desenvolvimento normal (RIBEIRO, 1992, p. 19).

O primeiro Governador Geral foi Tomé de Souza, que em 1549 se instalou na Capitania da Bahia de Todos-os-Santos organizando um pequeno centro urbano, Salvador, primeira capital da colônia. Juntamente com ele vieram cerca de mil pessoas, na maioria homens agricultores, funcionários públicos, soldados e degredados. Nesse mesmo momento temos a presença, primeiro, dos Jesuítas, liderados por Manuel da Nóbrega, com a missão de converter os nativos à fé cristã.

O Governador Geral, para dar uniformidade às ações do Reino nos territórios coloniais, tinha as funções administrativa, judicial, militar e tributária, podendo

⁶ A partir de 1720 os governadores receberam o título de vice-rei. O Governo Geral permaneceu até a vinda da família real para o Brasil, em 1808.

conceder sesmarias⁷. Para assessorá-lo foram criados alguns cargos como, por exemplo: Ouvidor-mor, responsável pela elaboração e execução das leis; Provedor-mor, responsável pelas finanças; Capitão-mor, responsável pela defesa das fronteiras; Alcaide-mor; responsável pela milícia. Foram criadas também Câmaras Municipais, responsáveis pela administração direta das freguesias e vilas. Elas controlavam desde a manutenção e limpeza até a construção de obras públicas, assim como regulamentavam o funcionamento do comércio em geral (PAPALI e ZANETTI, 2010). Tudo isso tinha por função aumentar o controle sobre as terras, impulsionar a economia e militarizar a colônia contra possíveis ataques dos espanhóis que avançavam sobre as fronteiras ao sul.

Foi nesse quadro de acontecimentos que o sertão paulista viveu uma febre de povoamento e fixação de seus habitantes, política promovida pelo governo de Antônio de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus. Um aspecto relevante foi a extraordinária proliferação de vilas na Capitania de São Paulo durante esse período. O objetivo de Morgado de Mateus ao elevar as aldeias e povoados à categoria de vilas era o de centralizar o poder por meio da instauração da Câmara Municipal, tendo em vista que somente as vilas possuíam esse órgão administrativo. Foi por meio da Câmara Municipal que os homens eram recrutados e os bens confiscados, tudo em nome do rei. A questão relevante foi que, por intermédio desse órgão administrativo, buscou-se colocar a população paulista a serviço da Coroa portuguesa (PAPALI e ZANETTI, 2010, p.82).

No caso específico do Vale do Paraíba, capitania de São Vicente, com a transformação de aldeias e povoados em vilas, mesmo sem a estrutura necessária, buscava-se ocupar áreas estratégicas e controlá-las por meio das Câmaras Municipais.

Para por em prática as políticas metropolitanas que regiam as capitanias, as Câmaras Municipais eram compostas por vereadores, isto é “homens bons”, grandes proprietários de terras e de escravos, representantes do poder local, procuradores e

⁷ As terras Coloniais eram regidas pelo sistema senhorial, cujo grão-mestre era o Rei de Portugal, e as concessões de terras faziam-se sob a forma de sesmarias, cedidas aos colonos através de “Cartas de Sesmarias”, as quais davam ao sesmeiro o direito de uso do solo, mas nunca sua propriedade de fato. No sistema de sesmaria, a Coroa concedia ao requerente o domínio útil da terra e, em troca, exigia-lhe seu cultivo num prazo de cinco anos. As doações eram vistas como favores pessoais – possuí-las era sinônimo de prestígio social –, mas o beneficiário tinha apenas o usufruto da terra e duas obrigações básicas a cumprir: tornar o solo produtivo e ocupá-lo. Para obter sesmarias, bastava que o requerente tivesse apadrinhamento político, auxiliasse nas tarefas de conquista com homens e armas, possuísse iniciativa, capacidade e condição de realizar benfeitorias, ocupar e usar o solo. In: CÂMARA, Marcos Paraguassú de Arruda. Cidades e Vilas da Escravidão: espaço dos excluídos, 1995, p. 11.

almocatéis, representantes do judiciário. Dessa forma, eram excluídos os cristãos novos (judeus convertidos) africanos e seus descendentes, indígenas e mestiços.

O campo de atividade das Câmaras Municipais variou muito. Nos primeiros tempos da Colônia, Câmaras como as de São Luís, Rio de Janeiro e São Paulo tornaram-se de fato a principal autoridade das respectivas capitanias, sobrepondo-se aos governadores e chegando mesmo, em certos casos, a destituí-los. Posteriormente, seu poder diminuiu, refletindo a concentração da autoridade nas mãos dos representantes da Coroa.

As Câmaras possuíam finanças e patrimônio próprios. Arrecadavam tributos, nomeavam juizes, decidiam certas questões, julgavam crimes como pequenos furtos e injúrias verbais, cuidavam das vias públicas, das pontes e chafarizes incluídos no seu patrimônio. Elas foram controladas, sobretudo até meados do século XVII, pela classe dominante dos proprietários rurais e expressavam seus interesses. As Câmaras de Belém e São Paulo, por exemplo, procuraram garantir o direito de organizar expedições para escravizar os índios, e as do Rio de Janeiro e Bahia muitas vezes estabeleceram moratória para as dívidas dos senhores de engenho e combateram os monopólios comerciais. Graças ao seu enraizamento na sociedade, as Câmaras Municipais foram o único órgão que sobreviveu por inteiro e até se reforçou, após a Independência (FAUSTO, 2009, p. 64).

Somente em 1642 com a criação do Conselho Ultramarino⁸ é que as câmaras municipais tiveram seus poderes reduzidos. A Igreja, nesse período, organizou seus quadros com o clero secular a partir do bispado de Salvador (1554) tornando-a arquidiocese e sede eclesiástica da colônia sendo o clero regular representado por diferentes ordens religiosas.

Um fator a ser priorizado nesse estudo refere-se à relação Igreja e Estado no processo de colonização do Novo Mundo. As duas instituições básicas que, por sua natureza, estavam destinadas a organizar a colonização do Brasil foram o Estado e a Igreja Católica. Embora se trate de instituições distintas, naqueles tempos uma estava ligada à outra. Não existia na época, como existe hoje, o conceito de cidadania, de pessoa com direitos e deveres com relação ao Estado, independentemente da religião. A religião do Estado era a católica e os súditos, isto é, os membros da sociedade, deviam ser católicos (FAUSTO, 2009).

⁸ Após 1642 foi criado o Conselho Ultramarino, encarregado da administração de todas as terras coloniais lusitanas e das nomeações dos cargos do Conselho de Governo, no Brasil. Tornou-se com ele evidente que o eixo da política nacional portuguesa se localizava agora no Atlântico, devido à constante ameaça da Holanda e da Inglaterra às possessões portuguesas da África e do Brasil. Pelo Conselho, passaram todas as grandes questões, todos os problemas difíceis da administração ultramarina, a par do expediente cotidiano da burocracia inevitável e dos negócios relativos a um rol de soldados e funcionários em serviço ou reclamando mercês. In: CAETANO, Marcelo. *O Conselho Ultramarino: esboço da sua história*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1968.

Os Jesuítas, ao chegarem com Tomé de Sousa em terras brasileiras, trataram de construir uma Igreja e a sede da Companhia de Jesus, em Salvador. Posteriormente, com a vinda de novos jesuítas, buscaram expandir seu alcance para as demais capitanias.

Como já assinalamos nas interfaces entre governo português e a Igreja, o Governo-geral tinha não só uma dimensão político-administrativa, mas também religiosa. Nas capitanias, a administração eclesiástica seguia a mesma diretriz organizacional da Coroa. Sendo assim, onde existiam comarcas e freguesias eram criadas prelazias, dioceses e paróquias. No entanto, existia uma divisão de trabalho entre as duas instituições muito clara:

Ao Estado coube o papel fundamental de garantir a soberania portuguesa sobre a Colônia, dotá-la de uma administração, desenvolver uma política de povoamento, resolver problemas básicos, como o da mão de obra, estabelecer o tipo de relacionamento que deveria existir entre Metrópole e Colônia. Essa tarefa pressupunha o reconhecimento da autoridade do Estado por parte dos colonizadores que se instalariam no Brasil, seja pela força, seja pela aceitação dessa autoridade, ou por ambas as coisas. Nesse sentido, o papel da Igreja se tornava relevante. Como tinha em suas mãos a educação das pessoas, o "controle das almas" na vida diária, era um instrumento muito eficaz para veicular a ideia geral de obediência e, em especial, a de obediência ao poder do Estado. Mas o papel da Igreja não se limitava a isso. Ela estava presente na vida e na morte das pessoas, nos episódios decisivos do nascimento, casamento e morte. O ingresso na comunidade, o enquadramento nos padrões de uma vida decente, a partida sem pecado deste "vale de lágrimas" dependiam de atos monopolizados pela Igreja: o batismo, a crisma, o casamento religioso, a confissão e a extrema unção na hora da morte, o enterro em um cemitério designado pela significativa expressão "campo-santo" (FAUSTO, 2009, p. 60).

Em relação à organização da Igreja no Brasil e à administração das capitanias entre os séculos XVI e XIX, é importante fazer referência à dimensão jurídica do regime de padroado pelo qual o papa concedia aos reis direitos e privilégios sobre a Igreja (negócios eclesiásticos) e recebia, através de obrigações dos monarcas, recursos e proteção para os seus trabalhos (LUSTOSA, 1992).

Para administrar as jurisdições foram criadas duas instâncias no Reino português: a *Mesa de Consciência e Ordens* e o *Conselho Ultramarino*. A primeira, criada pelo rei Dom João III em 1532, para julgar os processos de clérigos e de assuntos ligados às práticas religiosas. A segunda, em 1642, tratava mais dos assuntos ligados à administração civil e ao comércio. Faziam parte de ambas delegados reais e doutores em teologia nomeados pela Santa Sé. Esta forma de

organização liderada pela Coroa portuguesa favoreceu tanto o Estado português para o domínio do comércio mundial quanto a Igreja Católica em suas ações pastorais de atrair à fé católica aos povos nativos das terras conquistadas, e ainda, a luta contra o avanço do protestantismo (LUSTOSA, 1992).

Assim, nas colônias portuguesas, nota-se a construção da imagem do Rei como representante direto da Igreja, assumindo a responsabilidade de evangelizar os territórios onde exercia domínio, cabendo-lhe a função legitimadora das ações econômicas e religiosas.

Com o Padroado, o Estado português manteve a Igreja sob seu domínio. Nesse sentido, podemos citar duas características determinantes na consolidação desse sistema: o controle das nomeações das autoridades eclesiásticas e o gerenciamento dos cofres da Igreja. Primeiramente, o Rei passou a ser o patrono das missões, a construir igrejas, conventos, mosteiros, capelas, oratórios, a escolher bispos e enviar missionários às terras descobertas, o que tornava o trabalho, muitas vezes, insuficiente diante das imensidões dos novos territórios colonizados.

A expulsão dos jesuítas em 1759 foi a primeira de uma série de derrotas institucionais que enfraqueceram severamente a Igreja no século seguinte. O regime do "Padroado", que dava ao Estado amplos controles sobre os assuntos eclesiásticos, tornou-se ainda mais severo sob a monarquia. O contato com Roma foi reduzido ao mínimo, a educação dos padres escapou à ortodoxia (ideias liberais, maçonaria, jansenismo eram abertamente esposados), a disciplina clerical e o celibato foram relaxados, as ordens religiosas proibidas de receberem noviços, os santuários administrados por autoridades seculares (FERNANDES, 1988, p. 92).

Cabia também à Coroa, executar a cobrança e administrar os dízimos. Cabia à Igreja Católica evangelizar, buscar a salvação das almas, e principalmente a conversão dos índios ao catolicismo. No entanto, como veremos adiante, essa relação sempre foi conturbada, ocasionando muitos conflitos entre a Igreja e os bandeirantes no Brasil, porque os povoadores tinham outro interesse: o de explorar o trabalho indígena e buscar riquezas.

Com o estabelecimento da república, acompanhada de uma nova proposta político-social, que implicava em liberdade religiosa, ocorreu o rompimento entre Estado e Igreja.

1.2- CAPITANIA DE SÃO VICENTE

A capitania de São Vicente foi doada pelo Rei de Portugal, D. João III, a Martim Affonso de Sousa em 28 de setembro de 1532. No entanto, relatos indicam que antes da exploração da capitania já havia portugueses habitando a região, dentre os quais merecem destaque João Ramalho e Antônio Rodrigues. Pouco se sabe a respeito dos dois, acredita-se que eram náufragos portugueses que vieram parar nestas terras nas primeiras expedições exploratórias após o descobrimento.

A partir dos dados fornecidos sobre esta capitania percebemos que o início do povoamento do vale do Paraíba ocorreu ainda no século XVI, com as expedições do já citado João Ramalho com o objetivo de criar, em Piratininga, o primeiro povoado serra acima, por volta de 1550.

Fausto (2009), comparando o processo de colonização das capitanias de São Vicente e de Pernambuco, diz que apesar de terem começado da mesma forma, pelo litoral, com o plantio de cana e a construção de engenhos, São Vicente não prosperou pela qualidade do solo e pela maior distância dos portos europeus.

Houve algumas semelhanças entre a região paulista em seus tempos mais remotos e a periferia do Norte do Brasil: fraqueza de uma agricultura exportadora, forte presença de índios, disputa entre colonizadores e missionários pelo controle daqueles, escassez de moeda e frequente uso da troca nas relações comerciais. Particularmente notável foi a influência indígena. Um extenso cruzamento, incentivado pelo número muito pequeno de mulheres brancas, deu origem ao mestiço de branco com índio, chamado de mameluco. O tupi era uma língua dominante até o século XVIII. Os portugueses de São Paulo adotaram muitos dos hábitos e habilidades indígenas, tornando-se tão capazes de usar o arco e a flecha como as armas de fogo.

Mais uma vez, missionários e colonizadores se chocaram, dados os seus métodos e objetivos diversos na subordinação dos índios. Por exemplo, decisões do papa e da Coroa (1639-1640) reiterando os limites à escravização indígena provocaram violentas reações no Rio de Janeiro, em Santos e em São Paulo. Os jesuítas foram expulsos da região, só retornando a São Paulo em 1653 (FAUSTO, 2009, p. 93)



Figura 2– Povoamento - século XVI.

Fonte – Azevedo, Aroldo. IBGE (2007, p. 20)

Tomando como referência a formação inicial do Vale do Paraíba, no século XVI, seus primeiros povoados, freguesias e vilas, destacamos a presença das bandeiras paulistas, das missões da Igreja e dos grupos indígena Tapuias, Tupis, Guaranis, Maromomis, Puris, dentre outros, que habitavam a região.

De modo geral, a necessidade de identificar os povos que habitavam o Brasil, fosse para melhor catequizá-los, escravizá-los, combatê-los ou mesmo aliar-se a eles, levou os colonizadores, leigos ou eclesiásticos, a rascunhar classificações minimamente etnográficas. A que mais prosperou, sem escapar da nomenclatura genérica, foi a que distinguiu os Tupis dos Tapuias, correspondendo os primeiros aos povos que, pela semelhança de língua e costumes, predominavam no litoral brasileiro no Século XVI, e os segundos correspondendo aos “outros”. Aos que não falavam o que os jesuítas chamaram de “língua geral” ou “língua mais usada na costa do Brasil”, nas palavras de Anchieta, o primeiro a compor uma gramática de língua tupi (VAINFAS, 2007, p. 38).

A expansão da colonização portuguesa pelo planalto em direção ao vale do Paraíba foi um processo natural, devido à vasta quantidade de terra e de mão de obra existentes, o que impulsionou o movimento bandeirista.

Em termos de evolução administrativa, cada nova aglomeração rural seguia uma trajetória comum, acompanhando o processo de transformação do sertão em povoado. Alguns dos bairros rurais mais concorridos logo foram elevados a freguesias, e quase todas as freguesias criadas no século XVII tornaram-se, posteriormente, vilas. Tais mudanças, dependentes do crescimento demográfico que justificasse seu desmembramento de unidades mais antigas, podiam demorar gerações para se concretizar. No âmbito específico de São Paulo seiscentista, no entanto, este processo foi acelerado em diversos casos, com novas vilas surgindo no interior com uma rapidez espantosa.

Em última análise, esta segunda fase de fundação de vilas, que se iniciou em 1640, articulava-se à questão do acesso à mão de obra indígena e aos padrões de recrutamento da mesma. Reagindo à crise de abastecimento de cativos guarani, a partir de 1640 os colonos de São Paulo, Parnaíba e Mogi das Cruzes passaram a reorientar suas expedições para o vale do Paraíba, onde as vilas de Taubaté (1643), Guaratinguetá (1651) e Jacareí (1653) logo brotaram. Posteriormente, a oeste e noroeste, esta mesma expansão resultou na fundação das vilas de Jundiaí (1655), Itu (1656-8) e Sorocaba (1661). Com uma pequena produção agrícola, baseada no trabalho indígena, estas novas vilas abasteciam as expedições que ali passavam, servindo também de ponto de partida para novas viagens em busca de índios no sertão (MONTEIRO, 2000, p. 109).

Dessa forma, nota-se que a atividade econômica e o trabalho escravo indígena impulsionaram a formação de vários núcleos populacionais na região, constituindo vilas e aumentando o fluxo populacional, trazendo muitas bandeiras à região.

Foram muitas as dificuldades encontradas para a expansão colonial na região do Vale. Dentre elas, o que mais impediu a investida dos colonizadores foram as condições geográficas, sendo a Serra do Mar, considerada a “muralha natural”, o principal obstáculo, por ser recoberta por densas matas tendo os rios poucas condições de navegação devido às constantes quedas d'água e formações rochosas no seu curso. De início a colonização portuguesa limitou-se às regiões de baías, que

eram escassas num litoral pouco recortado, por serem essas as maiores extensões de faixa litorânea plana, caracterizando algumas “ilhas de povoamento entre o mar e a terra desconhecida” (PETRONE, 1995, p. 20).

Os colonizadores, diante das dificuldades geográficas encontradas para transpor os obstáculos relatados e limitados às ilhas de povoamento entre o mar e a terra desconhecida, buscaram alternativas. Diante de tais condições geográficas adversas, a saída encontrada foi a utilização das trilhas abertas pelos indígenas:

Pela própria condição natural imposta pela serra, de vegetação densa e fechada, a transposição da colonização portuguesa para o Planalto Paulista, área compreendida pelos vales do alto Tietê e pelo médio Paraíba do Sul, ocorreu no encalço das trilhas abertas pelos índios, por ocasião de sua natureza sazonal de ocupação territorial. Por essas trilhas, os indígenas do planalto viriam para o litoral nos meses de outono e inverno, escapando das baixas temperaturas predominantes nessa região elevada, nessas épocas do ano, para fazer provisões de pescado e cata de sal (CALIXTO, 1905, p. 503).

É nesse contexto que surgem os primeiros povoados, freguesias e vilas utilizando-se dessas trilhas e aldeias indígenas. Estrategicamente, serviam então, como ponto de parada para abastecimento e descanso dos bandeirantes a caminho das regiões de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

No mesmo século XVI, a partir da década de 30, teve início, principalmente em São Paulo, a investida de colonos que se lançaram em expedições pelos sertões em busca de riquezas minerais e dos “negros da terra” para escravização, movimento historicamente conhecido como Entradas e Bandeiras⁹. Dentre os diversos fins das Entradas e Bandeiras podemos destacar três.

Houve três tipos de entradas e bandeiras: as de tipo apresador, para a captura de índios (chamado indistintamente o gentio) para vender como escravos; as de tipo prospector, voltadas para a busca de pedras ou metais preciosos e as de sertanismo de contrato, para combater índios e negros (quilombos) (BRUNO, 1967, p. 47).

Na perspectiva do Vale do Paraíba, percebe-se que a maioria das expedições que percorreram a região tinha como caráter principal o tipo apresador. Sendo

⁹ Ainda de maneira geral, considera-se que: as chamadas Entradas tinham a finalidade de expandir o território, eram financiadas pelos cofres públicos e com o apoio do governo colonial em nome da Coroa de Portugal, ou seja, eram expedições organizadas pelo governo de Portugal. As Bandeiras eram iniciativas de particulares, associados ou não, que com recursos próprios buscavam obtenção de lucros. Ou seja, eram expedições organizadas por bandeirantes. In: BRUNO, Ernani Silva. História do Brasil, geral e regional, 1967, p. 46.

posteriormente expandida para as de tipo prospector, quando foi encontrado ouro em Minas Gerais e Mato Grosso, o que causou grande impacto demográfico na região. A notícia despertou o interesse dos colonos de São Paulo e outras vilas do planalto que passaram a percorrer a região, todos buscando o enriquecimento imediato representado pelo metal precioso.

Dessa forma, isolados no planalto, desprovidos de uma lavoura de porte capaz de atrair os interesses metropolitanos e produzindo uns poucos gêneros, destinados basicamente à subsistência, os bandeirantes foram impulsionados a buscar novas riquezas nos sertões: índios que poderiam ser vendidos como escravos e metais preciosos (BRUNO, 1967, p. 48).

Assim, surgiu na base da sociedade o personagem do bandeirante, sertanista que organizava e realizava as expedições acima denominadas entradas e bandeiras, tornando-se um dos agentes da expansão territorial que deu ao Brasil sua configuração geográfica atual.

Os bandeirantes, ao contrário da iconografia oficial, difundida durante muito tempo construindo mitos, personalizada na figura de Antônio Raposo Tavares, Manuel da Borba Gato, Braz Leme, Domingos Jorge Velho, Fernão Dias Pais dentre outros, eram sertanistas que comandavam expedições precárias, tendo como objetivo principal a subsistência. Essa atividade era considerada uma forma de “buscar o remédio para sua pobreza”, uma alternativa para muitos homens.

Vale destacar que o apresamento de índios para a escravidão já era uma prática comum nesse período. Todo o trabalho bruto era realizado pelos indígenas, que muitas vezes eram caçados e vendidos como escravos. Ao contrário do que se pensa, a escravidão no Vale do Paraíba nesse período foi essencialmente indígena, e não africana, utilizando-se para os indígenas o termo “negros da terra”, para diferenciar dos negros trazidos de outro continente, conforme veremos com mais detalhes adiante.

Essa situação começa a se alterar com a descoberta das primeiras minas de ouro na região dos sertões dos Cataguás, em fins do século XVII e início do XVIII, fato que contribuiu para o crescimento da região do Vale do Paraíba, ponto de passagem e abastecimento das recentes bandeiras de prospecção. No entanto, com a efervescência das bandeiras na região, a Coroa portuguesa, mesmo aumentando a fiscalização, não conseguia evitar o contrabando. O não pagamento do quinto de

imposto devido aos constantes desvios de ouro e de pedras preciosas causou a ela grandes prejuízos.

Dentre os caminhos principais utilizados merece destaque o Caminho do Mar e o de Parati¹⁰. Ao longo desses caminhos eram construídas pontes, aterros e outras obras; muitas vezes, aproveitavam-se antigas rotas indígenas. Como já dito anteriormente, tudo isso tendia a facilitar o acesso às diversas vilas, freguesias ou núcleos de povoamento. Fortalecendo o comércio através desses caminhos é que muitos colonos organizavam suas bandeiras e apresavam indígenas tanto para trabalhar em suas terras quanto para comercializar com colonos de outras vilas e áreas litorâneas, assim como buscavam ouro e metais preciosos.

Vale destacar que a descoberta de ouro e de metais preciosos atraiu diversas bandeiras de diferentes partes do país, valorizando e aumentando demograficamente a região, todos na esperança de encontrar, na nova empreitada, riqueza e sucesso.

Na tentativa de acabar com o contrabando, prática comum na época, e controlar as disputas por concessões de exploração do ouro, o governo português unificou as capitanias de São Vicente e Itanhaém, criando a capitania de São Paulo e Minas de Ouro que passou então a ter apenas um governador.

Em 1709 a coroa portuguesa comprou a Capitania de São Vicente do Marquês de Cascais, fundiu-a com a Capitania de Itanhaém criando então a capitania de São Paulo e Minas de Ouro que a esta altura, pela ação desbravadora dos bandeirantes, já tinha um território muito maior, abrangendo grosso modo o que hoje são os estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia¹¹ (FAUSTO, 2009, p 38).

10 O principal caminho do Vale era o chamado caminho do Mar refere-se a uma antiga trilha deixada pelos indígenas que ligavam o litoral vicentino, na região de Ubatuba e Parati, ao Planalto Paulista. De Parati a trilha transpunha a serra do Mar, passando pela atual Cunha, seguindo para Guaratinguetá, para acesso à garganta do Embaú. Esse caminho também é conhecido como Estrada de Parati. Fazia parte do Caminho Velho para as minas. De Ubatuba a trilha seguia um traçado próximo ao da atual rodovia Oswaldo Cruz, passando por São Luiz do Paraitinga, seguindo para Taubaté. In: ANTONIL, André João. Cultura e Opulência no Brasil por suas drogas e minas, 1967, p. 287-288.

¹¹ Um aspecto importante que envolve a Capitania de São Vicente tem a ver com as divergências entre os herdeiros de Martim Affonso de Sousa levando, na década de 1620, ao desmembramento da Capitania em duas partes. A primeira, a cargo do Conde de Monsanto ou Marquês de Cascais, que incluía São Vicente, Santos e São Paulo, entre outras localidades e a segunda aos cuidados da Condessa de Vimieiro, que correspondia ao atual Litoral Sul paulista sob o nome de Capitania de Itanhaém. A situação começa a se alterar quando: O neto de Pero Lopes de Sousa, Conde de Monsanto, aproveita-se de um equívoco na demarcação territorial entre as capitanias de Santo Amaro e São Vicente e apropria-se de uma parte das terras, incluídas as vilas de Santos, São Paulo e São Vicente. A solução encontrada pela donatária, a Condessa de Vimieiro, foi transferir a sede de sua capitania de São Vicente para Itanhaém em 6 de fevereiro de 1624. Neste período, portanto,

A apropriação apresenta dois aspectos relevantes que reforçam o que até agora foi dito, a ação centralizadora do Governo Geral, comprando e unificando território, e conjuntamente a ação dos bandeirantes, desbravando e ampliando as fronteiras. Dessa forma, o comando da nova Capitania de São Paulo e Minas de Ouro ficou a cargo do capitão-geral D. Pedro de Almeida Portugal, conhecido também como conde de Assumar, que realizou diversas viagens na intenção de representar o poder da Metrópole de acalmar os ânimos.

A vila de São Francisco das Chagas de Taubaté, assim como as de Vila Nova de Santo Antonio de Guaratinguetá e Aparecida, passa então a compor o entroncamento de várias vias ligando a região mineradora ao porto do Rio de Janeiro.

Por sua vez, a presença de africanos, cativos ou livres, na capitania de São Paulo, inexpressiva nos séculos XVI e XVII, torna-se, a partir do século XVIII, indispensável para a exploração de ouro e metais preciosos na região de Minas Gerais.

foram designados dois capitães-mores distintos para cada donatário, com competência territorial sobre a mesma área. In: LEME, Pedro Taques de Almeida Pais. História da capitania de São Vicente, 2004, p.78.

Várias disputas entre os Vimieiro e os Monsanto aconteceram por posses de terras na região onde está localizada a Capitania de Itanhaém. Mas após longo litígio, foi dada causa ganha à D. Mariana de Sousa da Guerra, Condessa de Vimieiro. Lopo de Sousa, neto de Martim Afonso de Sousa, faleceu na África combatendo os mouros, deixou um filho bastardo, o qual, por escritura passada em Lisboa, em 07 de março de 1611, cedeu todos os seus direitos sobre a capitania de São Vicente a D. Mariana de Sousa Guerra, Condessa de Vimieiro. In: LEME, op. cit., p. 74 -75.

1.3- CONFLITOS E TENSÕES ENTRE BANDEIRANTES, ORDENS RELIGIOSAS E INDÍGENAS NA CAPITANIA DE SÃO VICENTE.

É sabido que a ocupação do território se fez nos embates entre bandeirantes, religiosos e indígenas quando da constituição dos primeiros povoados, freguesias e vilas. Em quase todos os estudos sobre a Capitania de São Vicente encontramos disputas entre os diferentes grupos e diferentes concepções de projeto colonialista. No bojo desse processo está a imposição de um ideário religioso católico como modelo civilizatório pelas diversas ordens religiosas como os carmelitas, os franciscanos e, principalmente, os jesuítas sobre o ideário indígena, que associavam à selvageria e à barbárie. A origem desses povos, no período colonial, foi assunto de grande polêmica, havendo desde quem os visse como descendentes das tribos perdidas de Israel até os que duvidassem que fossem humanos (VAINFAS, 2007).

Objeto de ódio ou de cobiça dos conquistadores, os selvagens americanos, no entanto, despertam a curiosidade inquieta dos sábios europeus. Afinal, são esses seres perversos, cruéis, de costumes dissolutos? Perversos após terem aceitado o jugo dos cristãos, eles se voltam de repente contra os conquistadores que, contudo, vieram anunciar-lhe a verdadeira religião... Cícero dizia que não existia povos mais bárbaros do que aqueles que não reconheciam um Ser superior, e todos os teólogos ensinavam isso como uma verdade fundamental. Mas os pagãos do Brasil e do Paraguai chegam até a fugir do conhecimento de Deus, receosos de que este os leve a frear suas infâmias. É provável também que por esse motivo vivam em pequenos grupos, dispersos, sem verdadeiros chefes, sem um governo que poderia editar leis e fazê-las ser respeitadas. Em suma a Europa cristã, assombrada, pergunta-se se essas pessoas não seriam animais ou até mesmo cúmplices de Satanás. Foi necessário que o Papa Paulo III editasse em 1537 uma bula que reconhecia serem os índios efetivamente seres humanos; ter, portanto, todos os direitos dos filhos de Deus (HAUBERT, 1990, p. 41).

Podemos notar tais antagonismos no relato. A formação da identidade religiosa brasileira se constitui nesse embate: de um lado, a figura do selvagem que precisa ser civilizado a fim de servir a um novo modelo de organização que trará benefícios e salvação; do outro o desafio de como alcançar esse estágio em cujo enfrentamento a Igreja teve papel fundamental, adotando diversas formas para evangelização e consolidação do ideal cristão, como por exemplo, a catequese utilizada pelos padres da Companhia de Jesus para conversão dos nativos.

A atuação da Igreja no período colonial se fazia presente na vida social, ditando comportamentos, o que podemos notar nos registros de batismo e

casamento, nos calendários de festas e dias santos e, principalmente, no controle sobre os povos indígenas e africanos.

No entanto, muitos foram os dificultadores desse processo. Mesmo os povos indígenas, sendo os primeiros a serem submetidos à escravidão na América portuguesa, conseguiram resistir de várias maneiras contra o poder colonial, por meio de guerras ou negociações. Os indígenas mais velhos eram também os mais resistentes e se recusavam a acreditar nos jesuítas. Dessa forma, estes passaram a direcionar o trabalho de catequese prioritariamente às crianças. De forma lúdica, utilizavam-se de música e teatro para transmitir a doutrina cristã.

Pode-se buscar na mediação cultural a resposta para entender o processo do encontro procurando ler as entrelinhas e buscando entender como se produz histórica e socialmente a “convergência de horizontes simbólicos” entre indígenas e missionários. É preciso enfrentar a questão do poder implícito no trabalho de produção cultural subjacente à ação missionária (MONTERO, 2006, p. 33). Segundo a autora não podemos reduzir o fato à dominação cultural, são produções culturais que fazem sentido e dão sentido às experiências e às práticas culturais. Considera:

Os missionários são os primeiros antropólogos do Ocidente, não apenas pelo poder político da Igreja, mas pelo ‘poder de sentido’ que a religião tem no interior da modernidade nascente: eles são certamente expressão de uma instituição poderosa, mas, mais ainda, de uma cultura geral que reconhece sua autoridade simbólica e legitima o exercício desta (MONTERO, 2006, p. 82).

Nesse momento notamos a legitimidade da Igreja, que representa um dos braços mais fortes do governo português no povoamento da América. Tomando como fundamento a importância da religião no processo de colonização, como já afirmamos anteriormente, constata-se que essa relação de cumplicidade entre Governo e Igreja esteve presente desde o início das primeiras investidas portuguesas além-mar.

A religião esteve presente no fenômeno expansionista desde os primeiros movimentos dos lusitanos no ultramar, no século XIII, e caracterizou-se por um sentimento de Cruzada medieval. Entretanto, diante dos eventos que suscitaram a Reforma Católica no século XVI, e das reformas político-culturais promovidas por D. João III em Portugal, o fator religioso da expansão lusa modificou-se. A reconquista dos lugares sagrados do cristianismo deu lugar à evangelização, expressão dos novos imperativos em matéria de religiosidade: a salvação dos “pagãos” e a vigilância dos hereges, fatores que pediam medidas de proteção e de propagação do

cristianismo. Envolto à espiritualidade tridentina, os jesuítas atuaram como um instrumento de uma ampla reforma política e cultural promovida por D. João III em seu império, o que fez da atividade missionária um elemento constituinte e transformador da expansão no século XVI (SABEH, 2009, p. 13).

Desde o início da colonização a religião era uma questão primordial aos portugueses e a seu processo de ocupação, tendo em particular nos Jesuítas e suas atividades missionárias um forte aliado na constituição do projeto expansionista. Nesse sentido, buscavam não só povoar e explorar o território, mas propagar o catolicismo e a religiosidade de seu povo.

O catolicismo “era mais um modo de vida do que um conjunto bem definido de crenças e rituais: englobava a educação, a moral, (...) a sexualidade, as relações de casamento, ritmava a passagem do tempo e os momentos fundamentais da vida” (GRUZINSKI, 2003, p. 93-94).

Esse alinhamento do catolicismo ditando padrões de comportamento implicou na forma como foi conduzido todo o processo exploratório e de formação dos primeiros povoados, freguesias e vilas no Brasil colonial.

Vale destacar a presença da Igreja em terras brasileiras, dando suporte à ação do governo desde o descobrimento, com a primeira missa rezada por Frei Henrique de Coimbra. Tendo, posteriormente, como fruto do mesmo processo de valorização, a presença de diversas ordens religiosas católicas que se estabeleceram com o propósito missionário e foram responsáveis pelo trabalho de evangelização no Novo Mundo.

Sabe-se que os primeiros jesuítas chegaram em missão ao Brasil em 29 de março de 1549, comandados por Manoel da Nóbrega, aportando na Baía de Todos-os-Santos juntamente com Tomé de Sousa. Através da Companhia de Jesus¹² realizaram seu trabalho de evangelização e catequização, sempre com o claro objetivo de converter a população nativa e ganhar mais adeptos ao catolicismo. A

¹² A ordem dos Jesuítas, fundada em 1534, por Santo Inácio de Loyola, no reinado do Papa Paulo III, realizava operações na igreja para enfrentar as críticas reformistas e a expansão do protestantismo. A Reforma Protestante constituiu-se em um duro golpe aos domínios da Igreja Católica, que para tanto necessitava reagir, sob pena de perder cada vez mais seus adeptos. Assim, era necessário atuar em duas frentes, na arregimentação dos chamados incrédulos e na arrecadação de fundos para o combate à Reforma protestante. In: ROSÁRIO, Maria José Aviz; SILVA, José Carlos da. A educação jesuítica no Brasil Colônia, 2010, p. 04.

Ordem destacou-se também por representar a principal frente de luta da Igreja Católica no contexto da Contra Reforma.

No entanto, muitas foram as dificuldades encontradas para estabelecer a “autoridade” da Igreja sobre os nativos brasileiros. Tiveram que repensar a dimensão simbólica muitas vezes sincretizando com as práticas indígenas.

As convergências de horizontes simbólicos que as fontes mostram repetidas vezes não são dados preexistentes ao impacto colonial, mas construções nascidas no interior das relações históricas deste último; devemos pensar, portanto, que os elementos 'alheios' foram absorvidos pela cultura indígena porque inseriam-se num preciso contexto significativo, isto é, faziam sentido. A criação de um sistema original de representações (uma 'cultura híbrida', diria Vainfas ou uma 'cultura mestiça' diria Gruzinski) foi uma tentativa da cultura nativa de refundar o sentido (POMPA, 2003, p. 7).

Brito (2005) considera que Pompa (2003) está voltada para o emergente desafio da comunicação entre sistemas simbólicos diferentes, tentando entender: como identificar a resistência no âmbito de universos simbólicos distintos e articulados? Em outras palavras, como identidades são reformuladas, como surgem novas formações sociais e culturais e como se constrói o sentido do outro? Sendo assim, a autora elege a categoria analítica da "tradução" para deslindar as diferentes estratégias de reconstrução simbólica e prática do mundo, construídas no dia a dia colonial por missionários e indígenas.

Um dos aspectos que mais promoveram o trabalho dos Jesuítas foi a construção de um modelo educacional. O ideal de evangelização na concepção missionária dos padres da Companhia de Jesus,

Constituiu no esforço de transformar os índios, através do ensino, em “bons cristãos significava também adquirir os hábitos de trabalhos dos europeus, com o que se criaria um grupo de cultivadores indígenas flexível às necessidades da colônia” (FAUSTO, 2002, p. 49).

Assim, o ensino, no período colonial, desenvolveu-se influenciado pela cultura religiosa do colonizador. Observa-se que nesse momento não existia uma aparente separação entre a evangelização e o projeto colonizador português. Dessa maneira, os jesuítas catequizavam e educavam os indígenas com o objetivo de espalhar a fé, e formar novos súditos tementes a Deus e obedientes ao rei. Apesar de acreditarem na missão de retirar os índios do estado de barbárie, utilizando-se da religião para

torná-los civilizados, tiveram que dialogar com a cultura alheia, aprender as línguas e costumes no intuito de atingir seus objetivos.

Os jesuítas foram pioneiros na aprendizagem das línguas indígenas e na preparação de gramáticas para veicular os conteúdos da fé. A tradução de conceitos teológico-filosóficos para códigos culturais nativos comportava riscos, podendo comprometer a ortodoxia da doutrina. A língua geral, criada pelos jesuítas, era uma língua híbrida, colonial, útil para a comunicação que utilizava palavras indígenas e estrutura sintática latina. A conquista linguística constituiu-se num encontro de horizontes simbólicos. Os inúmeros "compromissos linguísticos" e a "mitologia paralela" criada pelos jesuítas atestam essa dinâmica. "Está claro que nesta esfera, que os missionários chamam de 'religião', não apenas há um léxico tupi organizado numa sintaxe cristã, mas uma nova sintaxe, ou melhor, uma nova organização de sentidos". Pompa (2003, p. 91). Tanto a evangelização quanto a aprendizagem do cristianismo implicaram em mudanças nos sistemas simbólicos de missionários e índios. (BRITO, 2005).

Um aspecto que envolveu fortemente a presença dos jesuítas no Brasil diz respeito às missões, também conhecidas como reduções, de forma geral, representadas por aldeamentos organizados e administrados pelos padres na América espanhola e portuguesa. O termo redução *não se trata de 'reduzir' os índios, de aprisioná-los, mas de 'reconduzir'. Eles são 'devolvidos (em latim, reducti) à fé cristã e à vida policiada'* (HAUBERT, 1990, p. 15).

A exigência epistemológica e política de 'redução' do Outro ao Eu atribui aos índios uma crença ou, melhor, uma possibilidade de fé (cuja 'inconstância' constituirá o drama institucional da missão e pessoal dos missionários no Brasil). No início da Idade Moderna, o código religioso é ainda prioritário na leitura e na interpretação da realidade, inclusive das alteridades antropológicas; ele engloba todos os outros: o moral, o político, o jurídico (de Fé, Lei e Rei). Ou seja, qualquer manifestação social da alteridade que a descoberta apresentava é lida sub specie religionis, e traduzida na linguagem religiosa (MONTERO, 2006, p. 120).

Com o objetivo de sistematizar o domínio colonial nas regiões consideradas como terras de missão, a Cúria Romana destinava os religiosos para o trabalho missionário, embora relativamente poucos tenham tido uma atuação efetiva junto aos povos indígenas. Contudo se fez uma imagem positiva dos missionários na América, sendo muitas vezes apresentados como verdadeiros heróis, e até mesmo como mártires da fé (AZZI, 2008).

Com relação ao espírito de sacrifício, destacam-se a separação da família e da pátria, as perigosas viagens por rios e florestas, as precárias condições de vida com relação ao clima, habitação e alimentação. É enfatizado o risco dos ataques de animais ferozes, bem como a fadiga, a doença, a vida solitária e a difícil convivência com os selvagens (AZZI, 2008, p.58).

O projeto expansionista português não foi pacífico, e sim uma conquista sanguinária, valendo-se de armas de fogo e técnicas militares em busca de riquezas que fossem encontradas. A atuação dos missionários jesuítas contribuiu para a desestruturação dessas sociedades. As atrocidades cometidas causaram impacto negativo ao governo português, fazendo com que reis e papas passassem a criar leis que impedissem o genocídio dos nativos. Estas, no entanto, foram pouco efetivas devido à falta de controle sobre as províncias distantes.

Os jesuítas ao chegarem na América desconsideraram a existência de uma religião dos nativos, considerando suas manifestações primitivas, confusas e cheia de erros, havendo a necessidade de professar a "verdadeira fé" que era legitimada pelos dogmas da Igreja Católica.

As missões jesuíticas ao tentaram converter os povos indígenas negaram a eles suas tradições. Indo além, em nome do Rei, passaram a conduzir também a dimensão econômica e social desse projeto expansionista. Tudo em vão, hoje sabemos que esse processo contribuiu para a formação do hibridismo cultural brasileiro.

Um dos aspectos mais marcantes do projeto missionário foi o da salvação da alma. Para tanto, era preciso que os indígenas fossem convertidos e batizados para, assim, dotarem-se de alma e buscarem sua salvação. A Coroa portuguesa apoiava a conversão dos "selvagens" como uma forma de expandir a mão de obra e legitimar o poder, alicerçando a colônia a caminho de uma futura sociedade prioritariamente católica.

O grande contingente indígena espalhado pela Capitania de São Vicente chamou a atenção dos padres Jesuítas, pois era o alvo principal do projeto missionário, sem falar na ampliação da mão de obra.

Ao articular o projeto dos aldeamentos, os jesuítas procuravam solucionar as questões de dominação e trabalho indígena e, apesar de nunca terem atingido plenamente suas metas, o projeto tornou-se um dos sustentáculos da política indigenista no Brasil colonial (MONTEIRO, 2000, p. 42).

Como já observado, os aldeamentos representaram uma forma de reorganização dos diferentes grupos indígenas buscando acultura-los e inseri-los no

processo de civilização. No entanto, a formação desses aldeamentos não era tão simples.

Para marcar solenemente a tomada de posse da aldeia, o missionário manda erigir uma grande cruz de madeira, muitas vezes no mesmo dia ou no dia seguinte à sua chegada. Quando finalmente a cruz domina as habitações do pagãos, ele se descobre, ajoelha-se diante dela e a beija com efusão, 'para ensiná-los a curvar-se sob o jugo suave de Jesus Cristo'. Às vezes, ao voltarem à aldeia pagã após algumas semanas ou meses, os missionários encontram a Cruz queimada ou despedaçada. Provavelmente, em sua ausência um acontecimento infeliz teria oferecido uma oportunidade de vingança aos xamãs, já ciumentos do poder nascente dos mágicos 'de vestido comprido'. Assim devem começar tudo de novo. No entanto, logo que os missionários restabelecem sua influência, todo o seu trabalho corre o risco de ir por água abaixo quando é preciso convencer os pagãos a abandonarem suas aldeias para se juntarem a outros grupos numa aldeia maior, em geral bem distante. Os jesuítas necessitarão gozar de um grande prestígio, e recorrer a argumentos poderosos para seduzir ou assustar os selvagens, a fim de vencer as rivalidades tribais e o apego às terras onde viveram e foram enterrados os ancestrais (HAUBERT, 1990, p. 83-84).

Existiam dois tipos de aldeamentos: os do Padroado Real, administrado por Capitães, e os dos Jesuítas, de administração exclusiva dos mesmos. Nos séculos XVI e XVII a administração dos aldeamentos do Padroado Real contava com o poder temporal regulado pelas Câmaras. Em todos havia capitães e contavam com procuradores, juízes e administradores gerais; apenas o poder espiritual estava nas mãos dos jesuítas – até 1640. A administração nas Fazendas Jesuíticas, por outro lado, concentrava o poder temporal e espiritual nas mãos dos jesuítas (PETRONE, 1995).

Dentre os principais fatores que contribuíram para a propagação dos aldeamentos indígenas podemos destacar: “o processo de colonização, a distribuição e mobilidade indígena e a ação dos jesuítas” (PETRONE, 1995, p. 66). Assim, o sucesso dos aldeamentos, culminando na aculturação dos indígenas, despertou o interesse e provocou vários conflitos e ataques constantes dos colonos.



Figura 3 – Aldeamento no centro do Brasil Aldeia de índios Tapuios cristãos.

Fonte – Rugendas - Centro de Documentação D. João VI.

Considerados índios mansos, os aldeados representavam uma mão de obra fácil, já pronta para servir nas lavouras e acompanhar as bandeiras. O índio aldeado deveria, ainda, prestar uma série de serviços para as autoridades reais como, por exemplo, a construção de fortalezas e o transporte e acompanhamento de viajantes, assim como participar das expedições oficiais prospectoras de minérios (BLAJ, 2002).

Sobre o cotidiano das missões nota-se que existia uma grande preocupação em ocupar a maior parte do dia com atividades evangelizadoras, estabelecendo uma extensa rotina para os nativos.

A vida numa comunidade missioneira seguia uma rotina precisa. Antes do amanhecer tocava-se o sino para despertar. Seguiam-se a oração individual, as crianças eram acordadas, assistia-se à missa e às 7 horas os trabalhos do dia eram distribuídos. Nesta hora as crianças recebiam o desjejum e logo oravam. Às 8 horas realizava-se a visita aos doentes e enterravam os mortos. Depois os demais tomavam um desjejum, em seguida se dirigiam aos diversos afazeres e as crianças iam às aulas. Entre 11 e 12 horas havia o almoço, seguido de um descanso de uma hora, para

depois voltarem ao trabalho. Das 16 horas em diante havia o catecismo, novas orações, lanche, reunião para novo culto e depois o jantar. Entre as 20 e 21h os fogos eram apagados e a aldeia dormia. Nos dias santificados o trabalho era proibido, aos domingos havia uma missa solene, e em dias de grandes festejos realizavam-se encenações teatrais, danças comunitárias, procissões, profissões públicas de fé e às vezes autoflagelações, combates simulados e concertos de música, em celebrações coletivas que podiam durar todo o dia (LABOUCHE, 2010, s/p).

Com o respaldo de representantes da Coroa e de bandeirantes, os jesuítas dominavam as populações indígenas submetendo-as ao cristianismo e adaptando-as ao trabalho nas roças e lavouras. Apesar disso, defendiam a existência de mão de obra livre nas mais diversas modalidades de trabalho e pretendiam, através da catequese, converter os indígenas em nome da salvação de suas almas. Nota-se que essas podem ter sido as principais razões de muitos conflitos.

Os jesuítas, por várias vezes, denunciaram as formas inadequadas de tratamento utilizadas pelos colonos paulistas, com relação aos indígenas, alegando que sua administração nos aldeamentos era a mais correta, tratando os negros da terra como vassalos do rei. O convívio com a cultura do colonizador europeu deveria ocorrer através de sua conversão pacífica ao cristianismo, por meio dos enviados religiosos. Neste projeto, atribuía-se ao rei, não o usufruto do direito de conquista, mas o cumprimento de uma missão sagrada, em que ele aparecia como Imperador que reinava sobre numerosos reis e indígenas, respeitando-lhes a autoridade segundo os preceitos do direito natural (DAVIDOFF, 1982, p. 32, 33).

Dentre os conflitos estabelecidos entre as ordens religiosas e os bandeirantes está a questão da escravidão indígena. De um lado, o projeto dos bandeirantes paulistas de exploração do território, para o qual a escravização dos negros da terra era necessária e dava suporte a todos os serviços essenciais e, de outro, o projeto dos religiosos de evangelização, que apesar de reconhecerem a escravidão não aceitavam as torturas e os maus tratos infligidos aos indígenas.

Seguidamente os jesuítas, ao denunciarem as formas inadequadas de tratamento utilizadas pelos bandeirantes paulistas com relação aos indígenas, muitos dos quais utilizavam o trabalho escravo, fizeram com que se acirrassem os conflitos. Os bandeirantes consideravam a estrutura e as ações dos jesuítas sobre os indígenas formas de ingerência.

O movimento de expansão dos colonos com suas expedições de apresamento de índios na Capitania de São Vicente, chegando até outras capitanias, sempre aconteceram na esperança de alcançar riquezas, além de obter negros da terra para suas terras.

Dentro desse contexto, as bandeiras de apresamento eram as mais polêmicas, dado que as leis neste particular eram falhas, permitindo que se burlasse e tirasse proveito da situação. Tinha-se, então, dois tipos de indígenas: os que já estavam convertidos e adaptados nos aldeamentos, para quem a liberdade fora sempre garantida juridicamente, e os indígenas mais hostis, que viviam dispersos pelo sertão e eram o alvo principal das bandeiras. Quando capturados, nas chamadas guerras justas¹³, podiam ser escravizados pelos bandeirantes.

Em todas as legislações relacionadas ao indígena brasileiro observa-se uma constante: ora são criadas leis que restringem a escravidão, por intervenção dos missionários, principalmente os jesuítas, ora permite-se o retorno ao sistema de resgates à escravização indígena, por pressão dos colonos, moradores, fazendeiros, autoridades civis, mas que também eram de interesse do Estado. Na tentativa de equilibrar os conflitos entre estes três elementos, a Coroa vai de um lado para o outro, pois: “o equilíbrio era precário, sendo revisto cada vez que a correlação de forças entre os contendores e a resistência do dominado o exigiam” (RIBEIRO, 1983, p. 54).

Podemos perceber a deficiência das leis, mesmo diante das estratégias do governo em combater a prática da escravidão indígena.

No princípio existiam duas maneiras de conseguir a mão de obra dos indígenas, uma era o escambo e a outra era a compra de cativos. Na primeira, os portugueses trocavam bugigangas (espelhos, escovas, colheres), objetos de pouco valor pelos serviços dos nativos. A segunda maneira consistia em negociar a força de trabalho diretamente com as lideranças dos diferentes povos indígenas. “Os portugueses procuravam fomentar a guerra indígena com o objetivo de fazer dos cativos tomados em guerra seus escravos, pois ao invés de serem sacrificados, seriam negociados com os europeus” (MONTEIRO, 2000 p. 31).

A mentalidade escravista dos colonos não se chocava com os interesses da Coroa e nem mesmo dos jesuítas, uma vez que como vislumbramos, não era a questão ética em torno da liberdade indígena que ditava o confronto entre padres inacianos e colonos, mas sim, a disputa pelo controle dos autóctones. Ora, os jesuítas sabiam que a prosperidade da colônia estava intrinsecamente ligada à labuta dos nativos, no entanto, o que os padres da Companhia de Jesus criticavam eram as vias ilegais pelas quais os colonos adquiriam a força de trabalho indígena. E, por outro lado, os colonos denunciavam que os jesuítas eram o motivo pelo atraso de suas atividades

¹³ Eram guerras contra os indígenas, autorizadas pelo governo português. Segundo a legislação da época, as “tropas” só poderiam usar a violência em caso de “guerra justa”. A recusa à conversão ao catolicismo, a prática de hostilidades aos vassalos de El Rey e quebra dos pactos eram motivos suficientes para a declaração de uma “guerra justa” in: PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (século XVI a XVIII), 1992.

econômicas, uma vez que privavam-nos do acesso à mão de obra ameríndia (MONTEIRO, 2000. p. 141).

Como podemos notar, o que está em questão é a disputa pelo controle da mão de obra indígena, que é essencial tanto para os bandeirantes quanto para os jesuítas. Contudo, não podemos dizer que os indígenas aceitaram passivamente a situação. Observa-se que durante o período colonial foram criadas e recriadas formas de resistência.

Apuravam-se os mecanismos de dominação em relação aos indígenas, mas estes desenvolveram estratégias de sobrevivência e, para tanto, fugiam do cativeiro, furtavam de seus senhores e vizinhos, invadiam propriedades, negociavam os produtos de seus furtos, buscando, de alguma forma, a independência frente à ação do escravismo (MONTEIRO, 1998, p. 115).

Na medida em que os indígenas buscavam maneiras para resistir à dominação provocaram uma grande disputa pela liberdade. Nesse sentido, no início do século XVIII, apoiados na justiça colonial, ampliaram as estratégias de sobrevivência.

Os índios começaram a conscientizar-se das vantagens do acesso à justiça colonial, principalmente, no que se referia à questão da liberdade, com amparo na legislação. Os índios passaram, então, a ser freqüentes autores de petições e litígios contra seus senhores, apoiando-se na ilegalidade do cativeiro indígena. Esse tipo de atuação contribuiu para a destruturação da escravidão indígena na capitania. Recompensados com a liberdade através desses processos, os índios, porém, não conseguiram recuperar sua identidade e passaram a engrossar as legiões de brancos e mestiços pobres que constituíam a maioria da população da capitania (MONTEIRO, 1998, p. 115).

Constata-se assim que os indígenas, embora depois de toda essa disputa tivessem conquistado o direito à liberdade, ainda sofriam com a herança deixada pelo processo de escravidão, afetando principalmente os laços identitários e culturais.

O sucesso econômico das missões em solo brasileiro e a sua autonomia administrativa foram fatores preponderantes que fizeram com que os jesuítas passassem a representar uma ameaça ao poder da Coroa portuguesa e fossem objeto de uma intensa campanha difamatória por parte dos bandeirantes às Câmaras, acusados de estarem criando um império independente.

É importante, nessa disputa, lembrar que a publicação do breve papal, em 1639, reforçando a liberdade dos negros da terra, serviu aos interesses dos jesuítas, e que os bandeirantes descontentes com o fato articularam junto às câmaras

municipais da capitania de São Vicente sua expulsão, assim como “o confisco de suas propriedades e a transferência da administração dos aldeamentos para o poder público” (MONTEIRO, 2000 p.145).

Todos esses fatores contribuíram para o acirramento dos conflitos entre bandeirantes e jesuítas por causa da mão de obra indígena, culminando na expulsão dos padres da Companhia de Jesus em setembro de 1759, através de um decreto do Marquês de Pombal¹⁴, e na dissolução definitiva da sua Ordem, em 1773¹⁵. Apesar dos problemas apontados, dos constantes conflitos, as missões em terras brasileiras prosperaram desde o período inicial no século XVI até meados do século XVIII.

¹⁴ Pombal reforçou o monopólio comercial, criando companhias de comércio e navegação, política de consolidação territorial e ao povoamento das colônias, construção de fortes e da ereção de vilas no norte e no sul. Seu propósito era “civilizar” submetendo-a ao rígido controle da metrópole. Com a ascensão de Dona Maria I ao trono, em 1777, Pombal foi afastado do governo.

¹⁵ A maioria das propriedades urbanas e rurais confiscadas aos jesuítas foi arrematada em leilão por grandes fazendeiros e comerciantes. Suas maiores igrejas passaram para as mãos dos bispos não integrados nas ordens religiosas. Muitos dos colégios da companhia se transformaram em palácios de governadores ou hospitais militares. No todo, houve um grande desperdício, em especial de bens culturais, como as bibliotecas, que foram consideradas coisa de pouco valor.

A expulsão da ordem abriu um vazio no já pobre ensino da Colônia. A Coroa portuguesa, ao contrário da espanhola, temia a formação na própria Colônia de uma elite letrada. Já no século XVI, a Espanha criou na América várias universidades: a de São Domingos, em 1538, e as de São Marcos, em Lima, e da Cidade do México, em 1551. Nada disso ocorreu na América lusa, durante todo o período colonial. Aliás, praticamente a mesma coisa aconteceu com a imprensa, que surgiu nas maiores cidades coloniais da América espanhola também no século XVI. Enquanto isso, ressaltando-se uma oficina gráfica aberta em 1747 no Rio de Janeiro e logo depois fechada por ordem real, à imprensa no Brasil só nasceria no século XIX, com a vinda de Dom João VI. In: FAUSTO, Boris. História do Brasil, 2009, p. 111.

1.4- A PRESENÇA AFRICANA NO VALE DO PARAÍBA

A consolidação de um ideário religioso católico brasileiro passa necessariamente pelas contribuições da presença africana,¹⁶ marcada por dois grupos: sudaneses e bantos. Os sudaneses, originários da Nigéria, Daomé e Costa do Marfim, e os bantos, capturados no Congo, Angola e Moçambique. Estima-se que entre 1550 e 1855 entraram pelos portos brasileiros 4 milhões de escravos, na sua grande maioria jovens do sexo masculino.

A região de proveniência dependeu da organização do tráfico, das condições locais na África e, em menor grau, das preferências dos senhores brasileiros. No século XVI, a Guiné (Bissau e Cacheu) e a Costa da Mina, ou seja, quatro portos ao longo do litoral do Daomé forneceram o maior número de escravos. Do século XVII em diante, as regiões mais ao sul da costa africana - Congo e Angola - tornaram-se os centros exportadores mais importantes, a partir dos portos de Luanda, Benguela e Cabinda. Os angolanos foram trazidos em maior número no século XVIII, correspondendo, ao que parece, a 70% da massa de escravos trazidos para o Brasil naquele século (FAUSTO, 2007. p. 50).

O autor relaciona a presença africana à forma como se organizou o tráfico escravo. O grande número de africanos trazidos para o Brasil no período colonial deve-se ao modelo agrário exportador adotado pela metrópole portuguesa, com a conivência da Igreja Católica e da Coroa, que se utilizavam de discursos recorrentes na época para justificar a escravização do negro africano.

Para a Igreja, a escravidão dos negros sempre foi um tema delicado, cheio de ambiguidades, em que a crítica à escravidão convivia com a defesa do trabalho escravo, justificado pelas necessidades da sociedade colonial e pela dependência dos sacerdotes católicos em relação ao Estado português.

No século XVII, o conhecido português Padre Antônio Vieira foi quem inaugurou o “jogo da ambiguidade” católica. Nos sermões de Vieira, a escravidão dos negros é apresentada como redenção, milagre e graça, um verdadeiro mecanismo de salvação dos pobres etíopes, com suas almas amaldiçoadas. Contudo, se por um lado o sacerdote apresenta uma explicação divina para a escravidão, por outro condenava os senhores que abusavam da força excessiva contra seus cativos, enviando-lhes um recado

16 Brito e Malandrino nos oferecem um brilhante levantamento historiográfico sobre o negro e a escravidão desde os clássicos, as tendências recentes e os desafios emergentes. Por fim, apresentam uma relação de mil títulos que podem contribuir para quem quer saber mais sobre os estudos do negro no Brasil. In: BRITO, Ênio; MALANDRINO, Brígida Carla. História e Escravidão: Cultura e Religiosidade Negras no Brasil – Um Levantamento Bibliográfico, p. 112-178, 2007.

sobre o risco que os castigos excessivos poderiam trazer. Recorrendo a São Paulo, referência obrigatória entre defensores da escravidão, o jesuíta também aconselhava aos escravos que obedecessem a seus respectivos senhores, a fim de alcançarem a salvação eterna. A “palavra santa” apresentava uma fórmula de controle dos plantéis, exigindo respeito e obediência como garantia de acesso às benesses da vida eterna. O verdadeiro inferno que era a escravidão moderna se apresenta como o único caminho de salvação da alma (VAINFAS apud COTA, 2010, p. 177-178).

Tais discursos mostram que de fato todos eram favorecidos pelo trabalho escravo no cotidiano da colônia, sendo a mão de obra escrava fundamental para o seu funcionamento. Dentre os vários argumentos utilizados para justificar a escravidão,

Dizia-se que se tratava de uma instituição já existente na África e assim apenas transportavam-se cativos para o mundo cristão, onde seriam civilizados e salvos pelo conhecimento da verdadeira religião. Além disso, o negro era considerado um ser racialmente inferior. No decorrer do século XIX, teorias pretensamente científicas reforçaram o preconceito: o tamanho e a forma do crânio dos negros, o peso de seu cérebro etc. "demonstravam" que se estava diante de uma raça de baixa inteligência e emocionalmente instável, destinada biologicamente à sujeição (FAUSTO, 2009, p. 52).

Em torno de discursos como esses, legitimou-se a prática da escravidão, que penetrou toda a sociedade, sem distinção de classe, condicionando seu modo de agir e de pensar. “Houve senhores de engenho e proprietários de minas com centenas de escravos, pequenos lavradores com dois ou três, lares domésticos, nas cidades, com apenas um escravo” (FAUSTO, 2009, p. 69).

No aspecto religioso, assim como acontecera com os indígenas, as manifestações religiosas africanas foram duramente combatidas sob a alegação de idolatria, contribuindo para a construção de um discurso religioso que legitimasse a escravização de africanos. Diferentemente dos indígenas que foram reconhecidos pelo Papa Paulo III em 1537 como seres humanos, construiu-se, desde a idade média, o ideário do africano como inferior.

Na simbologia europeia da Idade Média, a cor branca estava associada ao dia, à inocência, a virgindade; já a cor preta representava a noite, os demônios, a tristeza e a maldição divina. Essa dicotomia entre branco e preto, claro e escuro, foi transferida pelos europeus para os seres humanos quando os portugueses chegaram à África em meados do século XV. [...] Assim, a pigmentação escura da pele foi inicialmente apontada como uma doença ou um desvio da norma. Como os africanos apresentavam ainda traços físicos, crenças religiosas, costumes e hábitos culturais diferentes dos que predominavam na Europa, autores europeus passaram a caracterizá-los como seres situados entre os humanos e os animais. Todas

essas visões eurocêntricas fizeram com que os negros fossem considerados culturalmente inferiores e propensos à escravidão (AZEVEDO, 2010, p.73).

Percebe-se que essas são as bases do racismo enraizado na sociedade brasileira. Está posto nesse momento um projeto bem estruturado tendo no ideário religioso o negro africano papel secundário. “No imaginário católico, o negro passou a ser símbolo do pecado e do demônio, e o branco expressão da graça e vida angélica. O pecado torna a alma ‘negra’ como os ‘negros’ demônios do inferno” (AZZI, 2008, p. 79). Está por trás do discurso racista que inferiorizava e desumanizava os africanos e seus descendentes um projeto bem sucedido de dominação econômica e social.

Apesar da escravidão africana ter se iniciado no Brasil no século XVI, nas plantações de cana-de-açúcar¹⁷, na região nordeste, principalmente na Bahia e em Pernambuco, somente dois séculos depois é que temos a presença africana efetiva em São Paulo.

Não sabemos precisamente quando desembarcou no Brasil colonial o primeiro negro. Não é impossível que houvesse algum, ou alguns, entre os tripulantes da esquadra de Cabral, uma vez que Portugal já traficava escravos nas costas africanas antes de 1500. Foi, no entanto com a montagem de um sistema de plantation, primeiramente voltada para a exploração da cana-de-açúcar, que o emprego da mão de obra africana se disseminou (REIS, 2007, p. 81).

Anteriormente a esta atividade econômica tivemos, como vimos, a exploração do pau-brasil, em que os portugueses por meio de escambo cooptavam o trabalho dos indígenas. Temos que considerar a importância da mão de obra africana e toda sua experiência na atividade açucareira das ilhas do Atlântico para o estabelecimento dos primeiros engenhos do nordeste. Nesse momento deu-se com maior nitidez a gradativa passagem da escravidão indígena para a africana.

¹⁷ Experiência trazida das ilhas da Madeira e Cabo Verde.

Sob o aspecto geográfico, a cana-de-açúcar teve um grande deslocamento no espaço. Originária da Índia alcançou a Pérsia e dali foi levada pelos conquistadores árabes à costa oriental do Mediterrâneo. A seguir, os árabes a introduziram na Sicília e na Península Ibérica. Já em 1300, vendia-se em Bruges (Bélgica) o açúcar produzido na Espanha. No século XV, a produção das várzeas irrigadas de Valência e do Algarve (sul de Portugal) era comercializada no sul da Alemanha, nos Países Baixos e na Inglaterra. Vimos como a produção açucareira foi dominante nas ilhas do Atlântico, onde se fez um verdadeiro ensaio do que viria a ser o empreendimento implantado no Brasil. In: FAUSTO, op. cit., p. 77.

Nas décadas de 1550 e 1560, praticamente não havia africanos nos engenhos do Nordeste. A mão-de-obra era constituída por escravos índios ou, em muito menor escala, por índios provenientes das aldeias jesuíticas, que recebiam um salário ínfimo. Tomando o exemplo de um grande engenho - Sergipe do Conde, na Bahia -, cujos registros sobreviveram até hoje, podemos ter uma idéia de como se deu a transição. Em 1574, os africanos representavam apenas 7% da força de trabalho escrava; em 1591 eram 37% e, em torno de 1638, africanos e afro-brasileiros compunham a totalidade da força de trabalho (FAUSTO, 2009, p. 79).

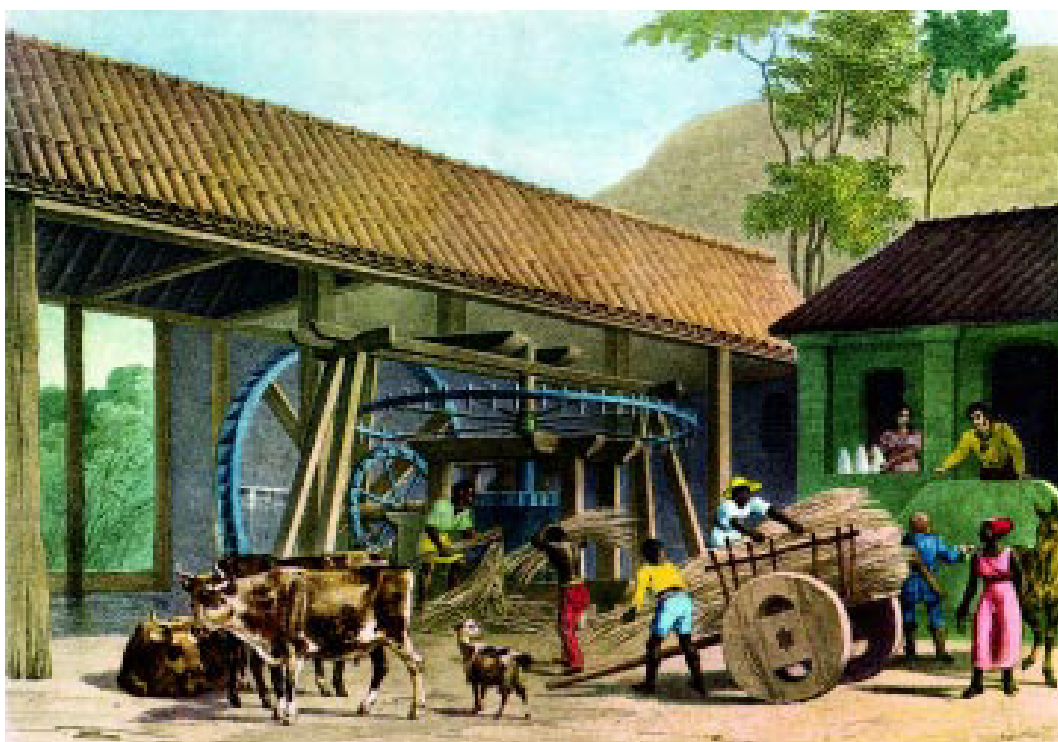


Figura 4 – Moenda de cana-de-açúcar.
Fonte – J. Moritz Rugendas.

A produção açucareira entrou em declínio a partir de 1661 devido à forte concorrência holandesa nas Antilhas. “Há exagero em dizer que a extração do ouro liquidou a economia açucareira do Nordeste. Ela já estava em dificuldades vinte anos antes da descoberta do ouro e, como vimos, não morreu” (FAUSTO, 2009, p. 99). Como alternativa à crise, o governo português passou a incentivar as expedições para explorar minérios na colônia buscando novas fontes de renda.

Os portugueses, desde o começo da colonização, investiram na busca por ouro, no entanto, só encontraram pequenas quantidades. As primeiras notícias de grandes minas de ouro datam de 1693 e 1698, realizadas pelos bandeirantes na

região hoje conhecida como Minas Gerais¹⁸. No início do século XVIII, Bahia, Mato Grosso, Goiás, passaram a voltar suas atividades para a região mineradora. Esse fato foi tão importante a ponto de deslocar o eixo econômico e seu aparelho político-administrativo do nordeste para o eixo centro-sul do país, passando, em 1763, de Salvador para o Rio de Janeiro a capital do vice-reino do Brasil¹⁹ (HERMANN, 2007). A exploração de metais preciosos teve importantes efeitos na Metrópole e na Colônia.

Na Metrópole, a corrida do ouro provocou a primeira grande corrente imigratória para o Brasil. Durante os primeiros sessenta anos do século XV, chegou de Portugal e das ilhas do Atlântico cerca de 600 mil pessoas, em média anual de 8 a 10 mil, gente da mais variada condição, desde pequenos proprietários, padres, comerciantes, até prostitutas e aventureiros. Por outro lado, os metais preciosos vieram aliviar momentaneamente os problemas financeiros de Portugal. Na virada do século XVIII, a dependência lusa com relação à Inglaterra era um fato consumado. Para ficar em um exemplo apenas, o Tratado de Methuen, firmado pelos dois países em 1703, indica a diferença entre um Portugal agrícola, de um lado, e uma Inglaterra em pleno processo de industrialização, de outro. Portugal obrigou-se a permitir a livre entrada de tecidos ingleses de lã e algodão em seu território, enquanto a Inglaterra comprometeu-se a tributar os vinhos portugueses importados com redução de um terço do imposto pago por vinhos de outras procedências. É bom lembrar que a comercialização do vinho do Porto estava nas mãos dos próprios ingleses.

A economia mineradora gerou uma certa articulação entre áreas distantes da Colônia. Gado e alimentos foram transportados da Bahia para Minas e um comércio se estabeleceu em sentido inverso. Do Sul, vieram não apenas o gado, mas as mulas, tão necessárias ao carregamento de mercadorias. Sorocaba, com sua famosa feira, transformou-se, no interior

18 Em São Paulo, acredita-se que a introdução da mão de obra escrava de origem africana em substituição ao trabalho indígena, ocorrida na primeira metade do século XVIII, foi impulsionada pela descoberta do ouro, e modificou as estruturas sociais, criando um fluxo intenso de importação de africanos. Contudo, presenciou-se também maior controle do governo português, diminuindo a ação dos bandeirantes na região. In: LUNA, Francisco Vidal ; COSTA, Iraci Del Nero da ; KLEIN, Herbert S . *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*, 2009, p. 164.

Com o impulso da mineração, a população do Vale do Paraíba paulista começa a receber maior quantidade de negros escravizados. Foi através do tráfico de escravos africanos, uma das mercadorias mais cobiçadas nas minas, que as bases da sociedade paulista transformaram-se de modo significativo. In: CHAVES, Robson Belchior Oliveira. *Salesópolis. Festa do Divino: das origens aos dias atuais*, 2003, p. 71.

¹⁹ Aos vice-reis competiam extensas atribuições, dispondo do conjunto das forças armadas representavam e encarnavam, à distância, a pessoa do monarca português. Para o autor: os demais órgãos administrativos podem ser agrupados em três setores: o Militar, o da Justiça e o da Fazenda. As forças armadas de uma capitania compunham-se da tropa de linha, das milícias e dos corpos de ordenança. A primeira constituía um contingente regular e profissional permanentemente em armas. Era quase sempre composta de regimentos portugueses. Para completar os efetivos, as autoridades coloniais deveriam engajar gente branca da Colônia. Mas como poucas pessoas queriam voluntariamente ingressar na tropa em seus níveis mais baixos, as autoridades lançavam mão do recrutamento, que se tornou o espantalho da população. Na Bahia, por exemplo, em fins do século XVIII, logo que começava a ação violenta dos agentes recrutadores, constata-se a carestia dos gêneros alimentícios porque os lavradores abandonavam as roças. In: FAUSTO, op. cit., p. 63.

de São Paulo, na passagem obrigatória dos comboios de animais, distribuídos principalmente em Minas (FAUSTO, 2009, p. 98).

A atividade mineradora foi desenvolvida de duas formas: a faisqueira e a mina. A maioria do ouro brasileiro era de faisqueiras ou aluvião, geralmente encontrado com o cascalho dos rios e córregos, seus exploradores eram na maioria pequenos proprietários que trabalhavam muitas vezes sozinhos ou com alguns poucos escravos.

Os escravos realizavam o trabalho mais duro da mineração e por isso estavam mais expostos a doenças como a disenteria, a malária, as infecções pulmonares e as mortes por acidentes comuns. A vida útil de um escravo minerador não passava de sete a doze anos.



Figura 5 – Lavagem de ouro de Itacolomi (século XIX).
Fonte – Gravura de Rugendas.

A extração nas minas era mais complicada, exigindo maiores recursos, equipamentos e escravos. Por ser muito curta a vida útil de um escravo minerador, temos entre 1720 e 1750 um crescimento significativo no contingente de cativos exportados para o Brasil. Os dados de população da Capitania de Minas, levantados em 1776, mostram a esmagadora presença de negros e mulatos. Dos cerca de 320

mil habitantes, os negros representavam 52,2%; os mulatos, 25,7%; e os brancos, 22,1% (FAUSTO, 2009).

A prosperidade e a oportunidade de enriquecimento rápido fizeram com que o ouro passasse a atrair nativos brasileiros e imigrantes portugueses, passando a ser a principal fonte econômica do Brasil.

Após a descoberta dos primeiros depósitos auríferos, em Minas Gerais, nos fins do século XVII, era o ouro, e somente o ouro, que fascinava os nativos brasileiros e os imigrantes portugueses, atraindo-os magneticamente para as serras desertas e inóspitas de Ouro Preto, Mariana e Sabará. Em sua passagem do litoral para o interior tinham os olhos postos nas longínquas minas de ouro; as matas que atravessavam, indo do Rio de Janeiro serra-acima, descendo para o Paraíba e transpondo a Mantiqueira, até atingirem seu destino, atraía-lhes pouco a atenção, até o dia que o fim do fastígio da mineração forçou-os a procurar alhures outros meios de subsistência. Então, com efeito, a primeira onda de colonizadores volveu sobre seus passos, retrocedendo para as áreas desprezadas que haviam sido gradualmente sulcadas pelos trilhos das tropas que lhes levavam provisões trazendo, de volta, o ouro (STEIN, 1961, p. 8).

No entanto, dado a “febre do ouro” exigir dedicação exclusiva, a atividade mineradora fez com que a população dependesse de bens de consumo de outras regiões para sua subsistência. Muitas eram as dificuldades encontradas na região das minas, desde a falta de gêneros alimentícios a roupas e ferramentas. Boa parte desses bens e serviços passaram a ser fornecidos pelo Vale do Paraíba. O final do século XVII e início do século XVIII foram fundamentais para o desenvolvimento da região, servindo como ponto de parada a todos que seguiam de São Paulo até Minas.

Apesar da dimensão econômica de toda riqueza produzida, a Coroa Portuguesa não tinha um projeto de desenvolvimento da atividade mineradora. Assim, visando apenas o lucro imediato, passou a implantar uma intensa política fiscal para recolher o mais rápido possível a maior quantidade de ouro. A carga de impostos era cada vez mais pesada, principalmente para os pequenos mineradores²⁰.

20 Nos primeiros tempos da atividade mineradora, a Câmara de São Paulo reivindicou, junto ao rei de Portugal, que somente aos moradores da Vila de São Paulo, a quem se devia a descoberta do ouro, fossem dadas concessões de exploração do metal. Os fatos se encarregaram de demonstrar a inviabilidade do pretendido, diante do grande número, não só de portugueses, mas também de brasileiros, sobretudo baianos, que chegava à região das minas. Disso resultou a guerra civil conhecida como Guerra dos Emboabas (1708-1709), opondo paulistas de um lado, estrangeiros e baianos de outro. Os paulistas não tiveram êxito na sua pretensão, mas conseguiram que se criasse

O ciclo do ouro durou até o fim do século XVIII, quando já se esgotavam as minas da região explorada, que hoje compreende os estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. No entanto, devido à má administração portuguesa, que usou o ouro e os diamantes da colônia no pagamento dos déficits comerciais com a Inglaterra e outros países europeus, não pudemos usufruir desse legado.

O declínio da mineração em Minas Gerais, na segunda metade do século XVIII, causou a desorganização da economia local, a migração interna e a transferência de mão de obra escrava e livre para outras atividades como a agricultura e o artesanato.

A entrada de africanos reduziu-se, a população estabilizou-se e a diversidade regional na província tornou-se mais acentuada. O sul e o sudeste de Minas, na fronteira com São Paulo e Rio de Janeiro, tornaram-se importantes áreas agrícolas, inclusive produtoras de açúcar e café. Os antigos centros mineradores, com os maiores e mais antigos centros urbanos, permaneceram como centros de artesãos e comerciantes, embora a agricultura também penetrasse nessas regiões. A elevada proporção de escravos na região e o elevado nível de miscigenação resultaram na maior população livre de cor de todas as regiões brasileiras (LUNA e KLEIN, 2004, p. 176).

Se nos dois séculos anteriores São Paulo limitava-se à agricultura de subsistência e à captura e escravização de índios, no século XVIII as mudanças econômicas ocorridas em Minas Gerais influenciaram sua dinâmica gerando um ativo mercado interno, expansão econômica e populacional e a substituição de cativos índios por africanos, que já no início do século XIX somavam grandes quantidades para atender à expansão da produção cafeeira na província.

Embora não existam estatísticas totalmente confiáveis sobre a população brasileira no período anterior ao primeiro censo nacional de 1872, há dados de censos parciais de boa qualidade que nos permitem comparar padrões regionais de crescimento. Segundo o levantamento do governo realizado por Daniel Pedro Müller em 1836 (Müller, 1978), o território que hoje compõe o Estado de São Paulo possuía uma população de 282 mil pessoas, das quais 201 mil eram livres e 81 mil eram escravas. Na mesma época, o atual Estado do Paraná, então ainda parte de São Paulo, possuía 42 mil habitantes, sendo 35 mil livres e 8 mil escravos. Em Minas Gerais a população era maior, mas as estimativas populacionais são menos confiáveis que as de São Paulo. Estimou-se que o censo de 1831-32 tenha registrado cerca de 620 mil pessoas na província, mais que o dobro dos residentes em São Paulo. Mas houve problemas na qualidade da estimativa total observados pelo presidente da província na época, Souza e Silva (1986, p. 132-133). Nossos dados censitários – que deixaram de incluir

a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, separada do Rio de Janeiro (1709), e a elevação da Vila de São Paulo à categoria de cidade (1711). Em 1720, Minas Gerais se tornaria também uma capitania separada. In: FAUSTO, op. cit., p. 100.

alguns distritos – fornecem informações para cerca de 407 mil pessoas. O processo de ocupação e desenvolvimento econômico das distintas regiões nas províncias de Minas Gerais e São Paulo refletiu-se na importância do trabalho escravo prevalecente em cada região (LUNA e KLEIN, 2004, p. 176).

No fim do século XVIII, com a decadência da produção aurífera, houve o investimento nas lavouras de café²¹. É nesse período que São Paulo ganha novamente destaque com o desenvolvimento da cafeicultura. No entanto, continuava-se usando a mão de obra escrava.

A cultura cafeeira não somente imprimiu feição característica às grandes fazendas, mas também exigiu novas fontes de capital e de crédito. Numa época de auto-suficiência, em que os fazendeiros adquiriam terras e as colonizavam com escravos que precisavam ser alimentados, vestidos e providos de ferramentas, necessitando, além disso, de certas provisões como o sal importado, era o capital necessário encontrado dentro dos limites do próprio município. Recorriam os fazendeiros aos estabelecimentos já existentes. Terras e escravos eram fornecidos freqüentemente pela herança e o dote de casamento. Os mais próximos parentes, e, às vezes, os mais distantes, achavam-se amiúde em situação de fornecer os necessários recursos financeiros (STEIN, 1961, p. 20).

Nota-se que a mão de obra escrava continua sendo a principal força de produção do sistema econômico. As primeiras fazendas de café localizadas no vale do Paraíba paulista, principalmente nas cidades de Guaratinguetá, Lorena e Pindamonhangaba, também utilizavam-se dessa mão de obra.

21 A despeito do que seu nome possa indicar, a espécie arábica do cafeeiro é natural das zonas de bosques montanhosos da Etiópia. Os mercadores árabes, no início do século XVI, estimularam com sucesso a aclimação da planta no extremo sul da Península Arábica, que passou a ser cultivada intensivamente por camponeses iemenitas. Até fins do século XVII, produção e comercialização do artigo permaneceram sob monopólio islâmico.

Quando holandeses e franceses se apossaram da planta, com vistas ao abastecimento da crescente demanda metropolitana, procuraram adaptá-la ao cultivo em larga escala, com uma organização do trabalho bastante distinta dos padrões camponeses do Iêmen. Isto ocorreu ainda no espaço Índico, antes da passagem para o Atlântico.

Tal manejo – plantio alinhado com decote do arbusto – se fez presente em todos os espaços escravistas do Atlântico que passaram a produzir café em larga escala no século XVIII, isto é, Martinica, Suriname, Jamaica e, sobretudo, Saint Domingue. Após a década de 1790, na esteira do vácuo criado com a revolução dos escravos nesta última colônia e do aumento da demanda nas zonas centrais da economia-mundo, apareceram no mercado mundial novas áreas produtoras do artigo, como Cuba e Brasil. In: MARQUESE, Rafael de Bivar. *Diáspora africana, escravidão e a paisagem da cafeicultura no Vale do Paraíba oitocentista*, 2008, p.141-142.

A pedido do governador do Maranhão e Grão Pará, o Sargento-Mor Francisco de Melo Palheta trouxe da Guiana Francesa para o Brasil, as primeiras sementes da planta, primeiramente em Belém do Pará, em 1727, chegando ao Rio de Janeiro por volta de 1760, misturando-se aos pequenos cultivos de pomares e hortas dos arredores da capital da Colônia. Condições climáticas favoráveis fizeram com que o café se espalhasse rapidamente pelo Brasil, num espaço de tempo relativamente curto passou pelo Maranhão, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Minas Gerais. O Café passou de uma posição relativamente secundária para a de produto-base da economia brasileira. In: TAUNAY, A. de E. - *História do café no Brasil: no Brasil Imperial 1822-1872*, 1939.

Como já vimos anteriormente, quando se iniciou a ocupação em território brasileiro umas das medidas tomadas para distribuição de terra foi a adoção do regime de sesmaria, que perdurou por todo o período colonial. No final do século XVIII ainda permitia a aquisição da terra por posse e, em meados do século XIX, finalmente a terra passou a ser incorporada à economia comercial, mudando a relação do proprietário com este bem. Segundo Cavalcante (2005), para organizar esse momento, revalidando as concessões de sesmaria e legitimando a posse, foi criada a Lei 601 de 1850, a chamada Lei de Terras de 1850²².

De acordo com o projeto do Estado brasileiro, a relação dos negros com a terra jamais deveria se constituir em bases estáveis. A oportunidade de o negro ter acesso à terra era muito pequena.

A Lei de Terras de 1850, barrando-lhes o acesso à propriedade das mesmas, a ausência de uma reforma agrária quando da sua liberdade em 1888, as levas de imigrantes trazidas para ocupar o seu lugar nas lavouras parecem não deixar dúvida quanto ao desejo do Estado neste particular. O acesso à terra permitiria a reprodução dos negros em outras circunstâncias, abria espaço à criação de raízes efetivas e à construção de um outro patamar a partir do qual inserir-se-iam na sociedade brasileira. E o que se desejava, ainda que isto não fosse sempre explicitamente colocado, era que eles sumissem de alguma forma ou de todas as formas possíveis, retornando à África, sucumbindo às guerras, às doenças, embranquecendo, perdendo seu patrimônio cultural (CONSORTE, 1991, p. 87).

Contrariando a historiografia clássica novas abordagens sobre a economia cafeeira indicam a importância do negro nas pequenas e médias propriedades. Para se ter uma ideia da presença africana nas províncias de São Paulo e Minas Gerais, constata-se que,

O quadro que emerge desta análise estrutural da população do Centro-Sul do Brasil na década de 1830 é o de uma sociedade formada por uma maioria de proprietários com poucos cativos, na qual eram poucas as grandes fazendas, com centenas de escravos. Nos aspectos econômicos e sociais da posse de escravos, essa região apresentou muitas características semelhantes às da maioria das sociedades americanas da época, incluindo os Estados Unidos. A posse de escravos estava amplamente distribuída pela sociedade e a classe dos senhores incluía uma parcela importante de pessoas livres de cor, até mesmo algumas que

²² Em pouco mais de vinte artigos, a Lei de Terras de 1850 tentou corrigir os erros cometidos pelo Brasil durante o período colonial (nas concessões de sesmarias) e início da independência até sua promulgação (o crescimento do número de posseiros) e, dentro das possibilidades, promover a imigração a fim de substituir o trabalho escravo. A Lei de Terras de 1850 é significativa no que se refere à ocupação da terra no Brasil, pois a partir dela a terra deixou de ser apenas um privilégio e passou a ser encarada como uma mercadoria capaz de gerar lucros. In: CAVALCANTE, José Luiz. A Lei de Terra de 1850 e a Reafirmação do Poder Básico do Estado sobre a Terra, 2005, p. 5.

havia sido recentemente alforriadas. Neste exame estrutural dos dados censitários de 1830, como em todos os estudos recentes da escravidão no Brasil, evidencia-se que o modelo da grande lavoura escravista não se aplicou à maior parte do Brasil durante a maior parte de sua história (LUNA e KLEIN, 2004, p. 190).

É nesse momento, também, que são formadas oligarquias rurais que enriquecem rapidamente. Tudo isso colaborou para a consolidação da região como área estratégica para a economia, contribuindo na dimensão simbólica para elevação de Nossa Senhora Aparecida como devoção nacional.



Foto Marc Ferrez

Negros na lavoura de café no século XIX

Figura 6 – Negros na lavoura de café.

Fonte – Marc Ferrez. 1885. Coleção Gilberto Ferrez. IMS.

O Vale do Paraíba reunia as condições para a sua primeira grande expansão em níveis comerciais, possuía terra virgem disponível e clima favorável, além da proximidade com o porto do Rio de Janeiro, o que facilitava o escoamento do produto e os contatos para a obtenção de crédito, a compra de mercadorias etc.

Para implantar uma fazenda de café, o fazendeiro tinha de fazer investimentos significativos, que incluíam a derrubada da mata, o preparo da terra, o plantio, as instalações e a compra de escravos. Além disso, se o cafeeiro é uma planta perene – ou seja, o plantio não deve ser renovado a curto prazo – as primeiras colheitas só ocorreram após quatro anos. Ao que

tudo indica, no começo, os recursos para se implantar uma fazenda se originaram, principalmente, da poupança obtida com a grande expansão do comércio, após a vinda de Dom João VI para o Brasil. Com o tempo, os lucros da própria cafeicultura e, a partir de 1850, os capitais liberados pela extinção do tráfico de escravos tornaram-se fontes de investimento (FAUSTO, 2009, p. 187).

A produção do café para exportação surge nas primeiras décadas do século XIX e prolonga-se durante a primeira parte do século XX. O sucesso dessa atividade contribuiu para que São Paulo se tornasse um dos Estados mais ricos do país. Foram construídas ferrovias e criados importantes centros urbanos.

Contudo, a cafeicultura no centro-sul do Brasil enfrentou problemas em 1870, quando uma grande geada atingiu as plantações do oeste paulista provocando grandes prejuízos, e, mais tarde, durante a crise de 1929. Além disso, o cultivo do café feito com o emprego de técnicas bastante simples sem a preocupação com a produtividade da terra, durante quase todo o período monárquico causou o esgotamento do solo. Como solução, estendia-se o cultivo a novas áreas, ficando a antiga em abandono ou destinada a roças de alimentos (FAUSTO, 2009).

Por fim, a exaustão dos solos do Vale do Paraíba e as crescentes dificuldades impostas ao regime escravocrata levam a uma decadência no cultivo do café, a partir de 1860, naquela região. O Vale vai se esvaziando economicamente enquanto o cultivo do café migra em direção ao Oeste Paulista, adentrando primeiramente na região de Campinas e Itu, substituindo o cultivo da cana-de-açúcar realizado até então. No entanto, muitas heranças foram deixadas, contribuindo para a construção da devoção nacional a Nossa Senhora Aparecida.

É sabida a influência da Igreja no período monárquico. “A religiosidade nunca se achava distante das pessoas; as primeiras palavras de surpresa ou de receio que vinham aos lábios das mulheres ou das filhas dos fazendeiros eram ‘Nossa Senhora’ ou ‘Mãe Santíssima’” (STEIN, 1961, p. 236). A religião era o núcleo de convivência da sociedade, apesar da fraca presença de padres, a forma de ingresso dos africanos servia como estratégia de manutenção do catolicismo.

Nesse ambiente religioso ingressaram milhares de escravos africanos, a maioria entre 1830 e 1850. Contrariamente ao caso dos escravos negros destinados ao nordeste do Brasil, estes vinham de diversas outras localidades africanas tão distantes umas das outras como Angola, na costa ocidental, e Moçambique na oriental. Ao chegarem ao Rio, ou qualquer ponto da costa da província, eram divididos em grupos mistos de homens, mulheres e crianças, e embarcados para as zonas rurais do interior onde

eram distribuídos pelas diversas fazendas, e postos a trabalhar. Geralmente os fazendeiros evitavam comprar grandes quantidades de escravos de uma só vez, preferindo aumentar gradativamente um pequeno núcleo de bons escravos. Nessas circunstâncias os padrões africanos de vida familiar e de práticas religiosas foram fortemente alterados. Alguns pretos eram sumariamente batizados logo ao chegar; a maioria recebia apenas nomes escolhidos pelos novos senhores. Impossibilitados pelo idioma e a situação em que se achavam de se integrarem rapidamente na organização cultural de seus senhores de língua portuguesa, esses “imigrantes” africanos, além disso, tinham poucos contactos com o catecismo Católico Romano. Muitos poucos fazendeiros tinham capelão residente na fazenda; os padres apareciam com pouca frequência e seu contacto com os escravos era limitado (STEIN, 1961, p. 237).

Com o ingresso de negros trazidos de distantes regiões africanas construiu-se, no Vale do Paraíba, um catolicismo negro com ênfase para as confrarias, diferente dos negros que foram destinados ao nordeste do Brasil, que mesmo organizando-se em confrarias souberam sincretizar suas práticas, evidenciando as tradições religiosas africanas. Como resultado desse processo temos nas brechas deixadas pela Igreja a criação do catolicismo popular devocional, o qual trataremos com mais ênfase no segundo capítulo.

Apesar de termos registros sobre a existência de confrarias na região nordeste, notam-se traços marcantes das tradições religiosas africanas constituídas no catolicismo devocional. Além disso, aos poucos, ganha força o sincretismo religioso ainda hoje presente na sociedade brasileira.

Nos estudos sobre religião, por exemplo, o enfoque que privilegia o sincretismo entre tradições religiosas africanas e o catolicismo ibérico tem dado lugar a perspectivas que encaram a formação das religiões afro-brasileiras como resultado de elaborações mais complexas, envolvendo, de um lado, convergências de tradições africanas entre elas, e de outro a recriação de um catolicismo negro-popular em torno das irmandades de cor, que floresceram em toda parte do Brasil colonial. Um catolicismo que, alias, podia já ter começado a ser criado na África por africanos vindos de reinos bantos convertidos, como seriam algumas áreas dos antigos reinos do Congo e Ndongo, desde o Século XVI (REIS, 2007, p. 91-93).

Reis (2007) apresenta esse catolicismo como forma de tradução de uma, se podemos assim chamar, religião afro-brasileira composta de elementos africanos e ibéricos. Acrescentamos ao debate o elemento da religião como forma de resistência.

Enquanto caminho de ida sem volta, a escravidão colocava os africanos diante da contingência de reconstruírem suas vidas onde quer que fossem levados pela diáspora – consequentemente, em contextos geográficos, econômicos, sociais, políticos os mais diversos. No entanto, algo lhes era

imposto como denominador comum: a obrigação de se tornarem católicos. Legitimada pela Igreja, a escravidão deveria servir à tarefa de cristianizá-los, arrancando-os da barbárie em que viviam, mas, sobretudo, de suas práticas religiosas, qualificadas pelos evolucionistas do século XIX como animistas-fetichistas (CONSORTE, 2008, p. 197).

Segundo Consorte (2008), o processo de cristianização dos povos africanos não conseguiu fazer com que estes negassem suas origens. Nas palavras de Manuel Quirino: “O africano já trazia a seita religiosa da sua terra, aqui era obrigado, por lei, a adotar a religião católica. Habitado naquela e obrigado por esta, ficou com as duas crenças” (p. 202).

A associação de práticas e crenças africanas e católicas resultante desta dupla pertença tornou-se responsável pela emergência do famoso sincretismo religioso afro-brasileiro, pelo qual os baianos se tornaram famosos, mas que na verdade está presente em todo o país.
[...] O sincretismo afro-católico que aqui se construiu, ao longo da escravidão, não só não impediu que a matriz africana vingasse, como não tornou menos africanos os terreiros que o incorporaram (CONSORTE, 2008, p. 202).

O sincretismo religioso sempre causou temor e desconfiança tanto para a Igreja quanto para o Estado. “Os governantes coloniais, imperiais e provinciais, os senhores, padres e policiais se dividiram entre tolerar e reprimir” (REIS, 2007, p. 92).

Talvez aí esteja a diferença entre o sincretismo na região nordeste, onde a tolerância, muitas vezes, se dava por conveniência política ou para evitar rebeliões, e no sudeste, onde por decorrência do ouro e por abrigar a capital do Império houve muito mais controle e repressão do governo português e da Igreja às manifestações africanas, restando ao escravizado, utilizar as confrarias e suas irmandades, um dos poucos espaços disponíveis, para sincretizarem suas manifestações religiosas.

Poucos admitiam que os escravos tivessem direito a suas manifestações do sagrado; na maioria das vezes prevalecia a repressão. “Durante a colônia, a religião dos negros era vista como arte do diabo, enquanto no império como desordem pública e atentado contra a civilização” (REIS, 2007, p. 91-93). Em relação à Igreja, por outro lado, pouco sabemos sobre a presença do negro nas ordens religiosas.

Na verdade, se fosse feita uma averiguação análoga, seriam encontrados provavelmente muitíssimas negras trabalhando como cozinheiras em conventos e seminários, bem como outras tantas como lavadeiras ou empregadas domésticas. Não menos expressivo é o número de negros na função de sacristão e sineiros de igrejas e capelas, ou como caseiros e trabalhadores braçais em sítios e fazendas de propriedade eclesiástica.
(...)

Na maior parte dos casos, esses trabalhos, realizados por longos anos através de uma faina diária, não são registrados em nenhum documento.

(...)

Educados para uma vida subalterna e obscura, muitos negros, religiosos 'leigos' ou leigos de fato, atuaram junto às comunidades eclesiais ou conventuais numa 'presença invisível' de trabalho incessante (AZZI, 2008, p. 77).

A criação das confrarias religiosas é um bom exemplo desse processo. Com a proibição, a partir de 1711, das ordens religiosas, vemos crescer significativamente o número de confrarias nas Minas Gerais que passam a ser responsáveis pelas principais manifestações do catolicismo devocional.

O catolicismo popular tem como característica a reunião de leigos em irmandades, muitas vezes suprimindo a necessidade de padres.

As confrarias podem ser consideradas como verdadeiros celeiros da religiosidade popular, posto que eram nelas que se reuniam os leigos do catolicismo tradicional, podendo ser de dois tipos: as Irmandades e as Ordens Terceiras.

Datando da Idade Média, destinadas ao culto devocional de seu santo padroeiro e visando a aspectos sociais para benefício de seus membros, as Irmandades representam as reminiscências das antigas corporações de artes e ofícios, enquanto as Ordens Terceiras ligam-se às tradições das ordens religiosas, sobretudo Franciscanos, Carmelitas e Dominicanos (NETO, 2004, p. 153).

As confrarias eram organizadas para promover o culto a um santo. Surgidas na Europa durante a Idade Média foram trazidas pelos portugueses ao Brasil. Os brancos eram representados nas Ordens Terceiras de São Francisco e do Carmo, enquanto as irmandades de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito possibilitaram a inserção do negro na sociedade.



Figura 7 – Festa de Nossa Senhora do Rosário.

Fonte – Aquarela de Joham Moritz Rugendas.

Essas confrarias eram geridas pelos Estatutos Compromissais, conjunto de regras com formas de organização bem definidas²³. A partir da aceitação do compromisso os membros da irmandade se comprometiam a venerar o santo padroeiro, mantendo seu culto e promovendo sua festa (MATTOSO, 1992). Para a elite senhorial, essas associações eram um poderoso veículo de cristianização do negro.

A irmandade representava um espaço de relativa autonomia negra, no qual seus membros - em torno das festas, assembléias, eleições, funerais, missas e da assistência mútua - construíam identidades sociais significativas, no interior de um mundo às vezes sufocante e sempre incerto. A irmandade era uma espécie de família ritual, em que africanos desenraizados de suas terras viviam e morriam solidariamente. Idealizadas

²³ Elas funcionavam como sociedades de ajuda mútua. Seus associados contribuíam com jóias de entrada e taxas anuais, recebendo em troca assistência quando doentes, quando presos, quando famintos ou quando mortos. Quando mortos porque uma das principais funções das irmandades era proporcionar aos associados funerais solenes, com acompanhamento dos irmãos vivos, sepultamento dentro das capelas e missas fúnebres. Os dirigentes máximos das irmandades eram chamados juízes, provedores ou outros termos que variavam regionalmente. Os escrivãos e tesoureiros também detinham grande poder. Eram esses os principais cargos da *mesa*, como se chamava o corpo dirigente das irmandades. Outros membros se encarregavam da organização de festas e funerais, coleta de esmolas, assistência aos doentes, administração da capela e do culto divino. In: REIS, João José. *Identidade e Diversidade Étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão*, 1996, p. 04.

Para saber mais ver: Boschi (1986), Brandão (1949) Jurkevics (2006), Mattoso (1992), Ribeiro (2010), Souza (2006) e Wernet (1987).

pelos brancos como um mecanismo de domesticação do espírito africano, através da africanização da religião dos senhores, elas vieram a constituir um instrumento de identidade e solidariedade coletivas (REIS, 1996, p. 04).

No universo religioso dos africanos da diáspora trazidos para a América Portuguesa o culto aos mortos era um dos aspectos mais relevantes. A participação nas irmandades foi a maneira que muitos negros encontraram para garantir uma “boa morte”, um sepultamento digno, podendo cultuar seus ancestrais. No entanto, a vivência religiosa permitiu aos negros encontrarem brechas institucionais, e as procissões e festas em devoção a santos padroeiros são exemplos dessa sociabilidade.

... Os negros africanos, além de escravizados, foram impedidos de se manifestarem culturalmente e religiosamente, mesmo assim, conseguiam encontrar brechas para se expressarem. As festas populares eram uma dessas brechas, já que eram permitidas pelos senhores. A Festa funcionava como espaço de mediação. Escravizados e privados de liberdade, nas festas, os negros manifestavam seus ritos e costumes. Apropriavam-se do espaço festivo e criavam a Festa dentro da Festa, criando assim a festa do negro dentro da festa do branco.

Se para o negro as procissões e festas aos santos padroeiros eram importantes também para seus exploradores tinham uma função social, utilizar a conversão para evitar fugas (CHAVES, 2003, p. 72).

A festa de São Benedito, no período colonial, representa esse momento de recriação e de maior expressão da presença negra, principalmente através das danças, dos cânticos e dos louvores.

São Benedito foi escolhido pelos negros pela identificação com suas origens africanas e teve autorizada a Irmandade em seu nome para reforçar a ideia da obediência cristã dos escravos, esperando-se com isso reduzir o risco de revoltas²⁴.

O pensamento cristão da Igreja construiu no imaginário popular a representação de São Benedito numa condição servil, marcada pela obediência e pela caridade, sendo o modelo ideal a ser cultuado pelas irmandades negras. Na prática, entretanto, isso não ocorreu. Ao contrário, as Irmandades de São Benedito serviram, no período colonial, para garantir benefícios, na vida e na morte, a seus membros, buscando alcançar melhorias na vida social e comunitária.

A religião era o núcleo firme de convivência, foi ela que impregnou todas as manifestações da vida social e comunitária. As festas e as manifestações religiosas constituíram uma forma de reunião social, sobretudo nas regiões rurais, de engenhos e fazendas isoladas. O sagrado e o profano andavam unidos e juntos. As procissões e as festas religiosas quebravam a

²⁴ Para saber mais sobre a vida de São Benedito ver: Brandão (1949) e Ribeiro (2010).

monotonia e a rotina, sendo na maior parte das vezes, uma das poucas oportunidades para o povo se distrair e divertir (WERNET, 1987, p. 24-5).

Na região do Vale do Paraíba registram-se muitas festas em homenagem a São Benedito. Por exemplo: Taubaté, Cunha, Lorena, São Luis do Paraitinga, Caçapava, Guaratinguetá e Aparecida. A festa em Guaratinguetá era realizada pela Irmandade de São Benedito desde 1757, tendo sido transferida, a partir de 1909, com a fundação da Irmandade de São Benedito de Aparecida, para a então Vila de Aparecida. Vale lembrar que a festa era já uma tradição em Guaratinguetá quando decidiram transferi-la para Aparecida, isso há cerca de 100 anos. A festa foi apropriada e virou um sucesso.

Atualmente, Aparecida merece destaque dentre as cidades vale-paraibanas onde se cultua São Benedito. Recebe, anualmente, cerca de 250 mil pessoas. O evento em comemoração ao Santo tem como característica a apresentação de mais de 80 grupos de Congadas e Moçambiques do Vale do Paraíba e sul de Minas Gerais. Os festejos são divididos em dois momentos, um religioso e outro profano. Realizam-se atividades religiosas, como levantamento do mastro, missas e procissão, assim como atividades profanas como quermesse e apresentação de grupos folclóricos, brincadeiras e distribuição de doces.

Para o Sr. Célio Luis Batista Leite²⁵, a festa de São Benedito é a festa do povo de Aparecida, diferenciando-a da festa da Padroeira:

É outro tipo de festa. A do dia 12 ela não é para o povo de Aparecida, é para os romeiros do Brasil todo. Então ela é diferente. Os padres Redentoristas tomam a organização da festa do dia 12, a novena é muito bonita, mas quem é de Aparecida pouco... fica por conta de receber os romeiros. Agora a de São Benedito não. Ela tem um fim muito bonito. Por que aqui, não sei te informaram que aqui depois do carnaval existe uma época de fracasso no movimento, retração de movimento. Chegou à festa de São Benedito é sinal que tá chegando o movimento (BATISTA L., 2012-2).

É tanta a veneração ao santo em Aparecida que se acredita que São Benedito é padroeiro da cidade. Mas, de acordo com o Centro de Documentação e Memória e a Paróquia isso não ocorre. São Benedito não é padroeiro da cidade de Aparecida, embora seus devotos o considerem como tal. Essa dúvida decorre do

²⁵ Célio Luis Batista Leite é o atual Secretário de Turismo de Aparecida.

fato de ser a sua festa muito tradicional (mais de 100 anos) e considerada, depois da de Nossa Senhora Aparecida, a mais popular.



Figura 8 – Festa de São Benedito em Aparecida – 2006.

Fonte – Arquivo do Centro de Documentação e Memória Pe. Antônio Jorge – CSsR.

A respeito das congadas, moçambiques e demais manifestações populares que acontecem na Igreja Velha, Elache (2011-5)²⁶ acredita que a liberdade seja muito maior. “Pode depois descer pela passarela, pode. Por que? Por causa da história. Essa parte popular a Igreja Velha recebe de braços abertos”.

Em Aparecida, a festa de São Benedito não tem o caráter identitário assumido pela Igreja ou pelo poder público, sendo reconhecida como folclore e representada, de forma pejorativa, nas congadas e moçambiques. A presença negra na cidade fica representada no campo cultural, negando seu valor social e simbólico, como se fosse algo que não existe mais.

As irmandades sofreram mudanças significativas a partir da chegada da República e da reforma ultramontana, o que levou à gradual marginalização das confrarias, afastando os leigos do comando da Igreja, substituindo-as por

²⁶ Ernesto Elache é o atual presidente do Sindicato dos Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares de Aparecida e Vale Histórico (SINHORES).

associações religiosas com maior controle, como o Apostolado da Oração, as Congregações Marianas e as Filhas de Maria, dentre outras (NETO, 2004).

A presença negra no Vale do Paraíba, como em tantas outras localidades, abriu espaço para uma cultura sincrética em uma sociedade mestiça. No século XVII a população da região, composta majoritariamente por brancos, índios e mestiços, mostrava ainda pouca influência africana, “o que iria mudar a partir do século seguinte com o estímulo da mineração portuguesa, quando intensificou-se a mistura com os africanos” (LUNA, 2009, p. 167).

Consorte (1991) tenta compreender o processo de abolição e o legado deixado pela sociedade brasileira aos africanos e seus descendentes.

Depois de mais de 300 anos participando da sociedade brasileira como escravos, dir-se-ia que a sua carta de liberdade mais se assemelhava a um passaporte de exclusão do mundo novo que se pretendia construir (à base do trabalho livre e da instauração de uma forma de governo de base representativa) do que um convite à participação. Entregues à sua própria sorte, os africanos e seus descendentes vêm, desde então, construindo a sua história, a despeito de tudo quanto lhes foi e continua sendo negado, nos espaços que lhes foi possível ocupar (CONSORTE, 1991, p. 87).

A autora busca entender a real participação do negro na sociedade brasileira tendo como marco o pós-abolição e a falta de políticas de inserção dos ex-escravizados à sociedade. Para a autora, “a definição do lugar dos negros na sociedade brasileira sempre se constituiu um problema para o Estado, para as elites e para o próprio povo”. Apesar da sua presença tardia no Vale do Paraíba é inegável a sua contribuição à nossa cultura, fruto da intensa miscigenação que se *iniciou desde os primeiros tempos da colonização e que corre solta desde então* (CONSORTE, 1991, p. 87).

O negro tem papel de destaque na formação do ideário religioso popular brasileiro, principalmente no catolicismo devocional, onde é possível perceber, nos ritos, as heranças africanas que nem mesmo o projeto de romanização conseguiu apagar.

1.5- A VILA DE SÃO FRANCISCO DAS CHAGAS DE TAUBATÉ

O povoado formado em 1639, que mais tarde, em 1645, foi elevado à categoria de vila sob o nome de São Francisco das Chagas de Taubaté, representou um dos primeiros núcleos de povoamento da região do Vale do Paraíba.

Diante da necessidade de demarcação de suas posses, a Condessa de Vimieiro delegou ao bandeirante Jacques Félix²⁷ a concessão da região. Ele, que era morador da vila de São Paulo e donatário de uma sesmaria no Caminho do Ibirapuera desde 1598, agora somava uma nova concessão de sesmaria, a fim de descobrir minas e conquistar terras em nome da referida Condessa, cujos domínios no sertão eram ainda desconhecidos. Fixando-se na região entre 1632 e 1636, juntamente com sua família, filhos e escravos, deve-se a ele o levantamento, à sua custa, da igreja e cadeia, além da montagem do primeiro engenho para açúcar e aguardente do Vale do Paraíba, dando origem ao povoado.

Vários relatos, como os de Calixto (1915) e Brustoloni (1998) indicam que o local onde se constituiu o arraial era anteriormente uma aldeia de Guayanazes, que haviam sido abatidos por ele. Assim, Jacques Félix aproveitou-se de uma área que já havia sido ocupada por indígenas, prática comum no período, para construir o povoado. Em relação ao nome Taubaté, esses mesmos autores mencionam que teria sido atribuído por indígenas evadidos de Piratininga, sob o nome de Taba-été, a taba legítima, em oposição à de Piratininga, “em poder de guaianazes que se deixaram escravizar pelos conquistadores”.

No fundamental, com a concessão de grandes porções de terras feitas pela Condessa de Vimieiro a Jacques Félix, ele, em 1639, fixou-se onde hoje é Taubaté, abrindo caminho para novos povoados na região.

Seguiram-se, depois, as primeiras concessões de sesmarias, concedidas pela Casa de Vimeiro da Capitania de Itanhaém. Consta que a primeira foi concedida, 1628, a Jaques Félix, na região do rio Una, para onde se transferiu com toda a sua família. Jaques fundou, em 1636, o povoado de

²⁷ Jacques Félix nasceu por volta de 1570, é homônimo de seu pai Jaques Félix, flamengo, nascido por volta de 1540, que veio para São Vicente e casou-se nessa vila cerca de 1569 com uma filha de povoadores da Capitania. O capitão Domingos Dias Félix, filho de Jaques Félix, teve três filhos: Capitão Jaques Félix (Neto), homônimo de seu avô e bisavô, nascido cerca de 1635 casado com Páscoa Lobo de Oliveira, foi morador em um sítio de Tremembé. In: COELHO, H.V. Povoadores de S. Paulo – Jaques Félix Flamengo, 2006, p. 83, 89.

São Francisco das Chagas de Taubaté. Seguiram-se os povoados de Guaratinguetá, Pindamonhangaba e Jacareí. Povoou-se, então, a região; a terra é ocupada e lavrada (BRUSTOLONI, 1998, p. 26).

A partir do momento que a região de Taubaté passa a ter esse status, surge a necessidade de ampliar o comando sobre o território. Assim, o capitão Jacques Félix recebe autorização para, também, conceder sesmarias, uma tentativa de melhorar a administração e controle de suas fronteiras. Tudo isso despertou o interesse de muitas famílias paulistas que se fixaram na região e passaram a investir nas expedições para o sertão.

Reafirma-se assim, na região do Vale do Paraíba, a constante preocupação da Coroa em ocupar pontos estratégicos da região, a fim de garantir o abastecimento para as expedições paulistas e controlar a entrada para o sertão das Gerais e a saída do ouro na direção de São Paulo.

1.6- O POVOAMENTO DA VILA NOVA DE SANTO ANTONIO DE GUARATINGUETÁ

Seguidamente ao povoado de São Francisco das Chagas de Taubaté, temos a formação da Vila Nova de Santo Antonio de Guaratinguetá, nome de origem indígena significando "Terra das Garças Brancas" (guará=garça, tinga=branca e eta=muito) devido à grande quantidade de garças existente na região. Localizava-se numa sesmaria pertencente a Jacques Félix, por ele concedida, em 1646, ao capitão Domingos Luiz Leme, morador da Vila de São Paulo, que ali ergueu uma capela batizada com o nome de Santo Antonio de Pádua. Em torno da capela, conforme a prática da época, formou-se o povoado que em 1651 passou à categoria de vila com o nome de Vila Nova de Santo Antonio de Guaratinguetá.

A Vila de Guaratinguetá, como todas as vilas do Vale do Paraíba, foi fruto do trabalho de penetração e conquista do solo. Situada no caminho entre as Minas e o Mar, foi muito beneficiada pela descoberta do ouro, a partir de 1685. Guaratinguetá era a passagem obrigatória das caravanas de migrantes e das tropas que transportavam ouro e mercadorias da região de Ouro Preto, em Minas Gerais, para o porto de Parati, RJ. Conforme alguns historiadores, a região foi ocupada a partir de 1640 (BRUSTOLONI, 1998, p. 27).

O relato nos apresenta a Vila de Guaratinguetá como um dos exemplos imediatos da importância da localização geográfica da região para a circulação dos diversos colonos em busca de ouro, tornando-se a principal via de circulação entre São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, principalmente durante os períodos de desbravamento e do ciclo do ouro, sendo passagem obrigatória das Bandeiras. Nessa mesma linha de raciocínio, acrescentamos:

Foi em meio a esta agitação em busca do ouro que, em 1600, o Vale do Paraíba, no estado de São Paulo, começou a ser colonizado e, em 1640, foi fundada Guaratinguetá, a qual, já em "[...] 13 de setembro de 1651, tornava-se paróquia sob a proteção de Santo Antônio. Em 1717, possuía cerca de 3 mil habitantes. Era caminho e entreposto dos migrantes que procuravam ouro, na região do rio das Mortes, nas Minas Gerais" (BRUSTOLONI, 1998, p. 9).

A importância econômica da região criou uma enorme agitação na Capitania de São Paulo, ocasionando numerosas bandeiras naquela direção, fato determinante para o desenvolvimento da Vila Nova de Santo Antonio de Guaratinguetá, utilizada como um dos principais postos de parada para abastecimento das caravanas que seguiam para a região mineradora.

Com o declínio do ouro, Guaratinguetá se torna, nos anos de 1870, uma das principais cidades da economia cafeeira.

De acordo com o Recenseamento Geral do Império do Brasil, de 1872, eram 20.837 os habitantes de Guaratinguetá. Desse total, 16.485 eram livres, sendo 8.115 os homens e 8.370 as mulheres. Os escravos somavam 4.352. Eram 2.290 indivíduos do sexo masculino e 2.062 cativas. No que respeita ao conjunto das atividades agrárias do município em tela, é oportuna a transcrição das observações seguintes, de Manuel E. de Azevedo Marques, atinentes a meados dos anos 1870: *o principal ramo de lavoura deste município é o café, que produz abundantemente, e de que exporta 300.000 arrobas, termo médio, anualmente, por Parati e Ubatuba para o mercado do Rio de Janeiro. Também exporta algum algodão, posto que em pequena quantidade. Cultiva-se ali a cana-de-açúcar, o fumo e cereais para consumo. Uma parte da população dedica-se também à pesca no rio Paraíba, que em certas épocas do ano fornece abundante peixe* (MARQUES, apud MOTTA e MARCONDES, 1996, p. 01).

Sabe-se que a maioria dos cativos que foram parar nas fazendas de Guaratinguetá e do Vale do Paraíba, de forma geral a partir de 1875, eram provenientes de um movimento de intensificação do tráfico interprovincial. Quase dois terços dos escravos levados para esta última localidade nos anos de 1878-9 tinham sua origem em províncias do Nordeste.

A cidade cresceu à beira do Rio Paraíba do Sul, estendendo-se sobre colinas e morros que recortam o município. Um grande marco no seu desenvolvimento foi a estrada de Ferro inaugurada em 1877, ligando Guaratinguetá e outras cidades do Vale do Paraíba à Corte do Rio de Janeiro e a São Paulo.

Guaratinguetá destaca-se, neste estudo, por sua importância histórica, já que em suas águas ocorreu o encontro da imagem de Nossa Senhora da Conceição, dando origem ao atual município de Aparecida. Tornou-se também um importante ponto turístico de caráter religioso, em razão de ter ali nascido, em 1739, Frei Galvão, canonizado primeiro santo brasileiro em 12 de maio de 2007²⁸.

O Turismo Religioso é, assim, uma das principais fontes de renda das cidades do Vale do Paraíba. Veremos, no capítulo seguinte, de que forma este se desenvolve e quais tensões provoca.

²⁸ A cidade foi visitada pelo papa Bento XVI em 12 de maio de 2007. O papa também conduziu a cerimônia de canonização de Frei Galvão, que aconteceu no dia 11 de maio no Campo de Marte, na cidade de São Paulo. In: MAIA, Thereza Regina de Camargo. O Papa Bento XVI na Fazenda Esperança, 2007.

1.7-FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE APARECIDA

A cidade de Aparecida, situada no município homônimo, recebe esse nome em homenagem a Nossa Senhora da Conceição Aparecida. Limita-se, ao norte, com o município de Potim; a leste e ao sul com Guaratinguetá; ao sul com a cidade de Lagoinha e, a oeste, com Roseira. É uma das cidades mais conhecidas do Brasil, recebendo diariamente milhares de visitantes em busca de experiências que despertem seus sentimentos de fé e esperança, em razão da presença ali do Santuário da Padroeira Nossa Senhora Aparecida.

A cidade localiza-se na região de formações rochosas da Serra do Mar e Mantiqueira. Essa situação torna-se uma determinante do clima, que sofre duas importantes influências: o deslocamento das massas de ar e a altitude da cidade, a 525 metros do nível do mar. As massas de ar que influem diretamente no clima de Aparecida são: equatorial continental, tropical atlântico e frente Intertropical.

Pode-se perceber que a vegetação encontra-se devastada desde a cultura do café, predominando apenas algumas espécies remanescentes de árvores de médio porte. Em relação à fauna, pouquíssimas espécies sobreviveram, encontrando-se presentes na região alguns animais silvestres, como, por exemplo, paca, tatu, cachorro do mato, coati.

Tomando por base aspectos econômicos relativos à Aparecida constata-se que o principal setor é o terciário. A população dedica-se predominantemente ao comércio dos mais variados tipos. Segundo o site oficial da cidade existem: estabelecimentos especializados em alimentação (45); lojas de artigos importados, religiosos, artesanais e confecções (400); cerca de 2.380 bancas de comércio ambulante; hotéis (108) com capacidade para cerca de 12.300 leitos. Todas essas atividades são voltadas a atender a demanda do Santuário Nacional, que emprega cerca de 547 pessoas.

Nunca é demais lembrar que a cidade destaca-se, ainda, por se localizar no principal corredor de ligação entre São Paulo e Rio de Janeiro, centros de maior produtividade e concentração populacional do país, tendo, para tanto, as rodovias BR 116 - Presidente Dutra e SP 66 - Rodovia Washington Luiz, como vias de acesso.

Durante muito tempo a produção do café foi a primeira fonte de renda da cidade, lugar ocupado atualmente pelo Turismo Religioso. O confronto de informações contidas em diversas fontes bibliográficas e documentais pode ser decisivo para a análise desse processo de mudança, demonstrando os principais interesses e as preocupações da política local.

Para melhor compreender a constituição do município de Aparecida não podemos dissociar sua formação do encontro de uma imagem de Nossa Senhora da Conceição por pescadores no rio Paraíba. É esse contexto que edifica e até hoje influencia a cidade.

Vários estudos acadêmicos indicam que o encontro da imagem foi motivado pela passagem do capitão-general D. Pedro de Almeida Portugal, conhecido como conde de Assumar, responsável pela capitania de São Paulo e Minas de Ouro, pelo Vale do Paraíba e sua estada em Guaratinguetá. Segundo relatos, a necessidade da pesca para alimentar sua grande comitiva foi o fato que culminou no encontro da Imagem de Nossa Senhora da Conceição Aparecida.

A Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, antes governada por Dom Braz Baltazar da Silveira, foi entregue ao conde de Assumar em 1716, que esteve no comando até 4 de setembro de 1721. Ao relatar essa viagem histórica de São Paulo até Minas destacamos que:

O Conde permaneceu na Vila até o dia 30 de outubro, enquanto aguardava a chegada de sua bagagem, que seu ajudante, Pais Veloso, fora buscar no porto de Parati. A crônica da jornada não cita nomes das autoridades civis e religiosas de Guaratinguetá. Estranhamos que o padre jesuíta que o acompanhava, como capelão e cronista, tão minucioso em relatar outros fatos e ocorrências desde o Rio de Janeiro, nada tenha escrito sobre o pároco e a paróquia. Não fez também menção da pesca da imagem, que a tradição e o documento escrito de 1757 afirmam ter acontecido na ocasião. Sua visita, porém, ficou na história (BRUSTOLONI, 1998, p. 31).

Segundo relatos, o Conde foi um homem importante - viria a ser mais tarde vice-rei da Índia - e ao hospedar-se com toda sua comitiva em Guaratinguetá, à espera de suas bagagens que deixara no porto de Parati, certamente não imaginava que disso pudesse resultar a descoberta da imagem pelos pescadores, que a mando da Câmara Municipal da Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá foram pescar no rio Paraíba.

A cidade de Aparecida nasceu a partir do achado da imagem, acontecido por volta de 1717, envolvendo três pescadores que localizaram no rio Paraíba do Sul a imagem quebrada de Nossa Senhora da Conceição.

O atual município de Aparecida foi, a princípio, um pequeno povoado pertencente à Vila Nova de Santo Antonio de Guaratinguetá, passando a distrito em 1842²⁹ e, por fim, emancipando-se de Guaratinguetá em 17 de dezembro de 1928.³⁰

À sombra da Capela nasce um novo povoado; 'Capela da Aparecida' era seu nome. O primeiro a chamá-lo com esse nome, e dele se utilizar, foi seu fundador Pe. José Alves Villela, ao assinar a ata de sua fundação, a 26 de julho de 1745. Além do nome de Capela, o povoado ficou conhecido por Aparecida do Norte (BRUSTOLONI, 1998, p. 163).

Reconhecido como distrito de paz era popularmente conhecido por viajantes vindos de São Paulo com destino a Minas Gerais como Aparecida do Norte, por "estar na direção norte" do Brasil.³¹ E também pela criação da estação ferroviária, o que ajudou a popularizar o nome "do Norte".

A estação original de Aparecida é de 1877, das inaugurais da Companhia São Paulo e Rio de Janeiro, que com o tempo ficou conhecida como Estrada de Ferro do Norte por utilizar o Vale do Paraíba, historicamente tratado pelos paulistas como o "caminho do Norte" pelo fato de ligar a cidade de São Paulo às regiões "ao norte" do estado (MG e RJ). Por extensão, Aparecida, situada aproximadamente no meio desse caminho, passou a ser mais conhecida por "Aparecida do Norte". Geograficamente a conotação é errada, mas consagrada no uso popular (GIFFONI, 2009).

Nesse mesmo período tivemos a criação de outras estações no Vale do Paraíba como, por exemplo, Guaratinguetá e Lorena, possibilitando a interligação com a Estrada de Ferro Dom Pedro II e permitindo o trajeto entre São Paulo e Rio

²⁹ Decreto provincial nº 19.

³⁰ Lei estadual 2312 de 17 de dezembro de 1928. Conforme costume da época e por exigência das Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia, de 1707, para se fundar um novo povoado era necessário a doação de certa porção de terras para a construção de uma igreja e do próprio povoado. A gleba era loteada para a construção de moradias, cujas taxas anuais da ocupação dos lotes aforados se destinavam à manutenção do culto e de outros encargos da comunidade nascente. Assim nasceram todas as cidades brasileiras no século dezesseis, dezessete, dezoito e grande parte do século dezenove. Aparecida nasceu desta maneira e tem seu atestado de nascimento. In: BRUSTOLONI, Júlio J. História de Nossa Senhora da Conceição Aparecida: a imagem, o santuário e as romarias, 1998, p. 164.

³¹ Mesmo que esteja mais a nordeste do que ao norte da cidade de São Paulo, conforme sua localização tal qual se encontra em diversos mapas do Brasil, é muito provável que a existência de povoados e cidades da região do Vale do Paraíba, tais como São José dos Campos, Taubaté, Pindamonhangaba e Guaratinguetá, da qual esta última, separada por apenas por 5 km de distância de Aparecida, fossem um atrativo e facilitador às viagens. In: EUGENIO, Cesar Augusto. Igreja e escola no processo de modernização de Aparecida (1893-1928), 2009, p. 43.

de Janeiro. Além disso, o nome foi utilizado também pela Igreja quando Aparecida passou a pertencer à jurisdição episcopal de São Paulo.³²

A autonomia política e administrativa foi muito comemorada pelos aparecidenses e o fato ganhou destaque até mesmo na Capital, conforme podemos observar no jornal A Gazeta de São Paulo de 18 de dezembro de 1928, sob o título “Aparecida do Norte é agora sede de município”.

Pelo Presidente do Estado será depois de amanhã promulgada a lei votada pelo Congresso, elevando a município o distrito de paz de Aparecida do Norte, em Guaratinguetá. Distrito de paz desde 1842, os habitantes do novo município de há muito pleiteavam a lei, ora aprovada. Nesse sentido dirigiram, em 1896, uma representação ao Congresso, tendo sido, em 1898, apresentada à Câmara um projeto 152 que não logrou passar. Em 1925 o deputado Rangel de Camargo, representante do 3º distrito estadual, político em Guaratinguetá e Aparecida, ofereceu à Câmara novo projeto criando o município de Aparecida. Objeto de forte oposição foi ardorosamente defendido pelo seu autor e, finalmente também rejeitado, sob pretexto de não ter a população de dez mil almas. Continuando os aparecidenses e o deputado Rangel de Camargo na luta em prol da aspiração daquela localidade, resolveram então os habitantes de Aparecida dirigir uma representação ao Presidente do Estado, Sr. Júlio Prestes, que a enviou, com um ofício, à Câmara dos Deputados. A Comissão de Estatística dessa Casa do Congresso tomando em consideração essa representação resolveu ouvir as autoridades competentes sobre o desejo dos aparecidenses. As informações foram todas absolutamente favoráveis às idéias do povo de Aparecida, sendo de notar que a Repartição de Estatística, pelo seu relator, Deputado Sá Pinto, de novo ofereceu à Câmara o projeto elaborado em 1925 pelo deputado Rangel de Camargo. Depois de passar pelos trâmites legais, esse projeto foi convertido em lei, tendo sobre ele falado na Câmara o deputado Rangel de Camargo, e, no Senado, o senador José Vicente de Azevedo que dando o seu voto favorável narrou aos seus pares³³.

Tamanho foi o destaque do acontecimento que essa notícia foi estampada na primeira página do jornal. Considerada uma conquista, fruto de organização e luta

³² Do ponto de vista da administração da Igreja Católica no Brasil, sua circunscrição eclesiástica, Aparecida pertenceu à Diocese do Rio de Janeiro, na ocasião da aparição da imagem e construção da primeira capela cuja *“provisão de licença foi passada na chancelaria do bispado do Rio de Janeiro em 5 de maio de 1743”* Reis (1967, p. 40), aprovada por Dom Frei João da Cruz. Passou a pertencer à jurisdição episcopal de São Paulo a partir da criação da sua Diocese em 1745, a qual fora elevada à categoria de Arquidiocese aos 7 de junho de 1908¹¹, a mesma data de criação das dioceses paulistas de Botucatu, Campinas, Taubaté, Ribeirão Preto e São Carlos do Pinhal, sendo seu primeiro arcebispo Dom Duarte Leopoldo e Silva. Em relação a esta, Aparecida fica dentre às cidades do norte deste bispado. Interessante ressaltar que mesmo estando geograficamente na circunscrição episcopal de Taubaté, Aparecida somente se desligou da mitra paulistana em 19 de abril de 1958 quando é soerguida à Arquidiocese sobrepondo-se às sufragâneas de Taubaté, São José dos Campos e Lorena. In: EUGENIO, op. cit., p. 44.

³³ Jornal A Gazeta – São Paulo, terça-feira, 18/12/1928. (Arquivo da Cúria Metropolitana de Aparecida).

de seus representantes, esse momento gerou comoção e respeito de toda a região do Vale e também do Brasil.

Atualmente, a região do Vale do Paraíba é subdividida em duas partes, uma pertencente ao Estado do Rio de Janeiro: Microrregião do Vale do Paraíba Fluminense, composta por nove municípios³⁴, e outra ao Estado de São Paulo: Mesorregião do Vale do Paraíba Paulista, composta por 40 municípios³⁵.

Interessa ao nosso estudo o aprofundamento das questões relativas ao Vale do Paraíba Paulista, pertencente a uma das quinze mesorregiões do estado de São Paulo, constituída por quarenta municípios agrupados em seis microrregiões.

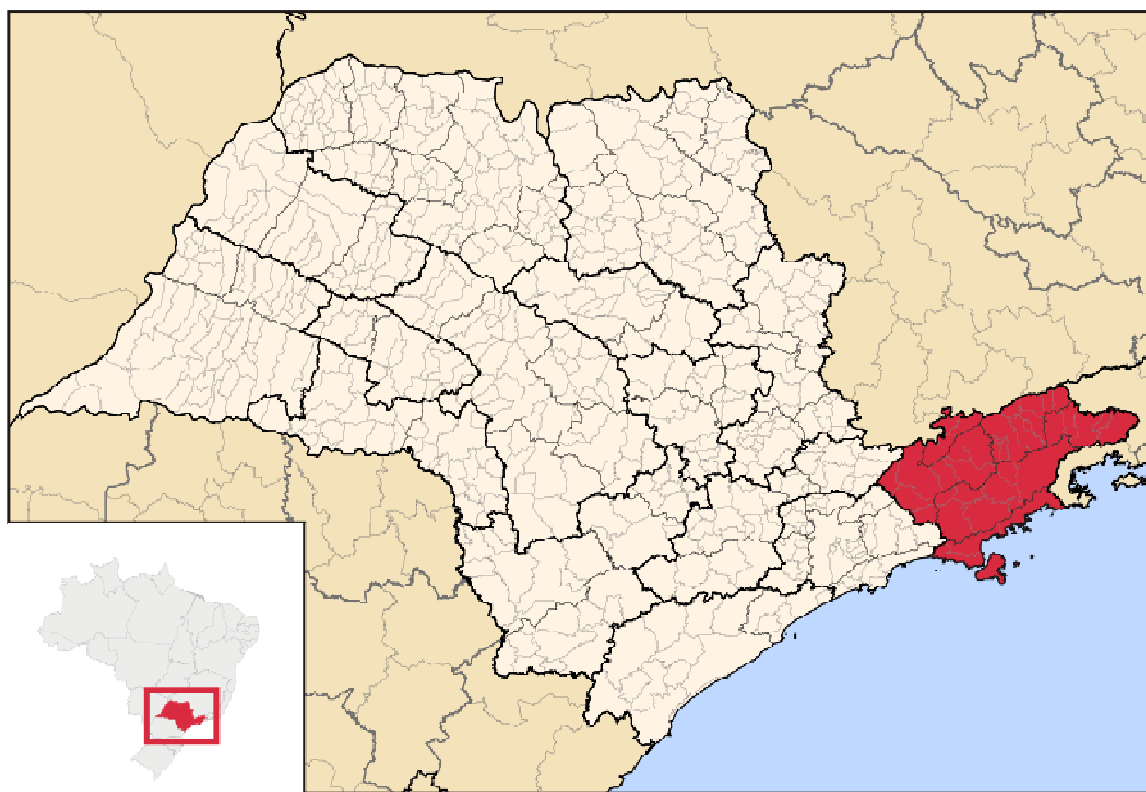


Figura 9 – Mesorregião do Vale do Paraíba Paulista.
Fonte – Raphael Lorenzeto de Abreu.

³⁴ Barra Mansa, Itatiaia, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Volta Redonda. In: Telles, Augusto C Silva. O Vale do Paraíba e a arquitetura do café, 2006, p. 25.

³⁵ Aparecida, Arapeí, Areias, Bananal, Caçapava, Cachoeira Paulista, Campos do Jordão, Canas, Caraguatatuba, Cruzeiro, Cunha, Guaratinguetá, Igaratá, Jacareí, Jambuí, Ilhabela, Lagoinha, Lavrinhas, Lorena, Monteiro Lobato, Natividade da Serra, Paraibuna, Pindamonhangaba, Piquete, Potim, São Luiz do Paraitinga, Queluz, Roseira, Redenção da Serra, Santa Branca, Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São José do Barreiro, São José dos Campos, São Luiz do Paraitinga, São Sebastião, Silveiras, Taubaté, Tremembé. In: Telles, op. cit., 2006, p. 25.

A região do Vale do Paraíba Paulista é detentora de grande poder econômico. Tal fato começa com o desenvolvimento do cultivo do café, que trouxe prosperidade e riqueza para a região. Apesar de considerar a relevância do movimento das bandeiras na região, principalmente pela ampliação das fronteiras, não podemos nos esquecer do principal produto que, a partir de 1830, alcançou o primeiro lugar nas exportações brasileiras, modificando e promovendo a modernização dos transportes e portos, a transição para o trabalho livre, o incentivo à imigração e dando prestígio e poder político à região.

Contudo, com a decadência do café alterou-se também toda a estrutura social da região; muitos fazendeiros foram à falência ou tiveram suas terras retalhadas em partilhas e heranças familiares. Esse processo se multiplicou, à medida que as gerações foram se sucedendo, o que resultou numa região pontuada por pequenas propriedades e produção agropecuária marcadamente familiar.

Existe uma relação muito clara entre a ocupação do Vale do Paraíba paulista e a religiosidade de seus agentes, fruto do processo de colonização pelo qual passamos. Nesse processo, a ocupação do território passou de povoados, freguesias e vilas a importantes cidades, contando sempre com a parceria da Igreja. Diria que isto é indissociável. É evidente a presença da devoção a Nossa Senhora Aparecida no cotidiano das pessoas, fruto do catolicismo devocional que surge como alternativa aos que habitavam as áreas rurais mais distantes onde o catolicismo oficial não se fazia frequente.

CAPÍTULO II

2- SURGIMENTO E EXPANSÃO DA DEVOÇÃO A NOSSA SENHORA APARECIDA.

Tendo em vista as dimensões atuais da religiosidade em torno de Nossa Senhora Aparecida, o presente capítulo analisa questões-chave a respeito do surgimento e expansão dessa devoção³⁶. Para isso, pretendemos seguir o percurso pelo qual a mesma passou, desde o início, ainda como um culto local, até sua ascensão e consagração como padroeira do Brasil.

O fato histórico do achado, além de motivar a formação do município, também é a pedra fundamental para se entender toda a trajetória dessa manifestação religiosa. No entanto, esse não é um fato isolado dentro do contexto católico, existem outras aparições de Maria em vários lugares pelo mundo. Abordaremos, inicialmente, neste capítulo, a formação do imaginário popular em torno da figura de Maria, Nossa Senhora, a fim de identificar os elementos que contribuíram para sua aceitação e alimentaram a religiosidade popular brasileira.

Acompanharemos, também, a detalhada arqueologia da imagem da Santa em busca dos elementos indicativos de sua origem, estilo e forma a fim de entendermos se existe influência ou não destes elementos na constituição da devoção, sendo também o debate sobre a cor da Santa importante nessa composição. Nesse aspecto, temos duas posições antagônicas: de um lado os que acreditam que a Santa é Negra e, de outro, os que acreditam que ela é enegrecida. Ao considerarmos a Santa como negra estaremos nos aproximando do pensamento

36 Ao falarmos de devoção lembramos que ela se enquadra dentro de um universo maior - o do catolicismo - e, dentro dele, no da religiosidade, mais especificamente da Religiosidade Popular. O termo devoção é popular e adquiriu, ao longo da História, certa conotação pejorativa, desenvolvida principalmente no período da Cristandade Colonial, que, por questões de poder, tinha interesse em desqualificar as manifestações religiosas populares, mantendo assim o controle sobre os fiéis. Após o Concílio Vaticano II houve uma tentativa de substituição do termo particular “devoção” ou “devoção popular” pelo termo genérico “religiosidade popular”. Isso ocorreu desde os primórdios do “processo de romanização” da Igreja Católica, mas culminou com o Concílio Vaticano II, com a “renovação da liturgia”, em que, entre outras mudanças, as imagens dos santos perderam espaço nos “espaços sagrados” dos templos. A “devoção” passou a ser vista como algo depreciativo, marginal, como manifestações de fé (devoções) que não se enquadravam no modelo europeu, romanizado. In: PEREIRA, José Carlos. A Linguagem do Corpo na Devoção Popular do Catolicismo, 2003, p. 67.

dos que acreditam na sua representação afrodescendente, identificando-se, assim, com a maioria do povo brasileiro. No entanto, ao entendermos a Santa como enegrecida, iremos nos aproximar do pensamento daqueles que acreditam que o fato ocorreu por força da ação do tempo, não possuindo, assim, caráter identitário.

Trataremos, a seguir, dos milagres realizados por intermédio de Nossa Senhora que fundamentam toda a devoção. Apesar da existência da Sala dos Milagres na atual Basílica, para esse estudo vamos nos limitar aos primeiros milagres, pela importância que tiveram na construção da devoção a Nossa Senhora.

Abordaremos desde a pesca milagrosa no rio Paraíba, em cujas águas a imagem foi resgatada, em 1717, passando pelo milagre das velas no oratório de Filipe Pedroso, seguido pelo milagre das correntes que libertaram o escravo Zacarias. Também contemplaremos a história do cavaleiro sem fé que foi convertido, a da menina cega que foi curada, a do menino salvo do rio pelo pai e a do caçador que foi salvo da onça. Todos esses milagres atribuídos à Santa fizeram com que no seu momento inicial a devoção ganhasse proporções cada vez maiores, provocando comoção popular e somando cada vez mais devotos.

Assim a devoção começa com o achado da imagem, prossegue com o oratório no sítio Ribeirão do Sá e depois na Ponte Alta, mantido na casa dos Pedroso, passando pela oficialização da devoção com a construção da Capela e desta até sua chegada ao status de Basílica³⁷.

37 Os templos católicos subdividem-se em subcategorias distintas e, conforme as suas características e peculiaridades e podemos determinar a categoria em que cada um deles está enquadrado, conforme veremos a seguir: **Capela** – Templo católico que comporta, normalmente, só um altar, caracterizada pela sua modesta estrutura física, onde o padre exerce suas funções, normalmente de forma itinerante, estando subordinada e pertencendo a determinada paróquia. **Igreja** – É um templo católico, normalmente, com qualidade de Paróquia, onde o Vigário e/ou Pároco, exercendo sua autoridade religiosa, confirma e repassa as instruções episcopais aos religiosos ou fiéis que estão sob sua jurisdição eclesiástica. **Catedral** – É a Igreja episcopal, cujo dirigente maior é o Bispo que exerce sobre os Párocos das igrejas de sua diocese, repassando, com sua autoridade eclesiástica, as diretrizes firmadas pelo Papa. Nas catedrais é que são sepultados os bispos de uma determinada Diocese e esta é a condição para que uma igreja seja designada “Catedral”. **Basílica** – Igreja de grande porte, privilegiada com relíquias de um ou mais santos, e que possua grande influência sobre determinada região geográfica ou país e seu acentuado caráter espiritual que exerce sobre religiosos e leigos de uma jurisdição eclesiástica. A Basílica de São Pedro, por exemplo, reúne estas condições e possui condição ímpar, uma vez que o Papa, como chefe da Igreja, exerce pleno poder e jurisdição eclesiástica sobre todo o mundo católico. **Santuário** – Igreja ou paróquia digna de apreço pelas relíquias que contém, normalmente do padroeiro de uma cidade ou Estado, pela afluência de devotos ou sinais visíveis de grandes graças daí obtidas. In: Site Católico Apostólico Romano - Disponível em: < www.paginaoriental.com/catecismo/templos.htm > . Acesso em: 23 ago. 2009.

Interessa-nos agora entender quais elementos contribuíram para a expansão da devoção, ou seja, de culto familiar, realizado por pescadores numa simples capelinha à sua organização em nível nacional em torno de um reconhecido e eleito santuário. Sabendo que Nossa Senhora da Conceição era uma devoção dos colonizadores portugueses, nos cabe investigar as contribuições destes em terras brasileiras e qual o poder do catolicismo popular nesse contexto.

O aumento significativo dos fiéis foi o primeiro motivo para a construção de uma igreja maior, e assim a capela cedeu lugar à primeira Basílica.³⁸ Seguindo o mesmo fluxo, foi construída uma basílica nova que depois ganhou o status de Santuário Nacional, reconhecido pelo Papa João Paulo II. Para ligar as duas basílicas foi construída a "Passarela da Fé", facilitando a visita dos devotos.

Nesse momento destacaremos a presença dos Redentoristas no Brasil que, no final do século XIX, vêm com a missão de administrar o Santuário de Aparecida e implantar o projeto de romanização estabelecido pela Igreja. Iremos conhecer um pouco mais sobre essa ordem religiosa que além do santuário brasileiro administra outros santuários importantes pelo mundo, salientando as principais contribuições do seu trabalho na expansão e consolidação da devoção a Nossa Senhora Aparecida³⁹.

Desde o período colonial, a relação entre Igreja e Estado é intensa e mediada por conflitos e disputas de poder. A Coroação e proclamação oficial da Santa como Rainha e Padroeira do Brasil ilustram esse fato, tanto quanto toda a disputa pela mão de obra indígena e pelo controle das vilas no período colonial vistos no capítulo anterior. De um lado, o projeto colonizador em busca de matéria-prima e metais preciosos e, de outro, a Igreja com o objetivo de conquistar novas almas ao Senhor.

Existem questões pertinentes para nosso estudo que serão abordadas a partir da descrição dos Santuários. Primeiramente, iremos entender como está organizada a Basílica velha, ainda hoje utilizada por diversos grupos folclóricos e devotos, e a

38 Esta primeira Basílica, depois da Construção da atual Basílica ou Santuário Nacional, passou a ser conhecida como Basílica Menor ou Velha.

³⁹ O primeiro grupo de redentoristas, vindos da Holanda, fundou a primeira comunidade em Juiz de Fora (MG), no dia 26 de abril de 1894. Outro grupo veio da Alemanha, Baviera, e começou a primeira comunidade em Aparecida (SP), no dia 28 de outubro de 1894, e a primeira comunidade em Campininhas de Goiás (hoje Goiânia), no dia 12 de dezembro de 1894.

Depois foram chegando os outros: norte-americanos para o Paraná, o Mato Grosso do Sul (1930) e para a Amazônia (1943); irlandeses para o Tocantins e o Ceará (1958 e 1962); os belgas para o Sergipe (1963); os canadenses para a Bahia (1965); os poloneses para a Bahia (1972). In: NETO, Isnard A. Câmara. A Questão de Aparecida e os Redentoristas. Aparecida, 2009, p.48.

basílica nova, o maior santuário mariano do mundo. Para tanto, faremos uma planta baixa dos Santuários a fim de perceber como a estrutura organizacional pode atender os devotos, tendo em vista que recebem anualmente cerca de oito milhões de romeiros de todas as partes do Brasil.

Além dos Santuários, os devotos dispõem de uma extensa lista de opções de hospedagem e visitação na cidade de Aparecida: a primeira Capela, a Basílica Velha, o Memorial dos Missionários Redentoristas, o Mirante das Pedras, o Morro do Santo Cruzeiro, a Passarela da Fé, o Porto Itaguaçu, além do comércio ambulante, todas voltadas para o Turismo Religioso.

A partir das atividades turísticas religiosas organizadas pela Igreja em parceria com o município, pretendemos entender a importância destas para Igreja e Município, assim como as tensões que geram entre os envolvidos.

2.1- MARIA E SUAS APARIÇÕES

Podemos afirmar que o Brasil português nasceu devoto de Maria.⁴⁰ O sentido do catolicismo popular brasileiro, no entanto, se constituiu na tradição católica trazida pelos colonizadores e nas recriações das práticas evangelizadoras que catequizaram os índios e educaram e cristianizaram os Bandeirantes, como vimos no capítulo anterior.

Conhecida popularmente como Nossa Senhora Aparecida, estamos falando da Virgem Maria, mãe de Deus. É sabido que foi uma imagem de Maria que apareceu aos pescadores no rio Paraíba do sul, por volta de 1717, e que a partir disso constituíram-se no imaginário popular elementos para a composição atual de sua devoção a nível nacional, fenômeno que não é recente, sendo as aparições marianas existentes em várias partes do mundo⁴¹.

É sabida a importância da figura de Maria, considerada mãe de Jesus Cristo, na Igreja Católica. Existem vários estudos acadêmicos a seu respeito, sendo disciplina obrigatória em qualquer curso de teologia, recebendo o nome de Mariologia.⁴² Para melhor compreender a formação do imaginário de Maria

40 Maria (Μαρία transliteração em grego do hebraico Maryam, Miriã ou Miriam מרים que em hebraico significa "contumácia" ou "rebelião"; a origem é incerta, mas pode ter sido originalmente um nome egípcio, provavelmente derivado de mry ("amada") ou mr ("amor"), no sentido de "senhora amada"; era a mãe de Jesus de Nazaré, segundo a Bíblia. Acredita-se que tenha nascido em Jerusalém a partir de 15 a.C., para alguns estudiosos teria nascido em Nazaré. A Igreja Católica a denomina também Co-Redentora da humanidade.

Alguns autores afirmam que Maria era filha de Eli, mas a genealogia fornecida por Lucas alista o marido de Maria, São José, como "filho de Eli". A Cyclopædia (Ciclopédia) de M'Clintock e Strong (1881, Vol. III, p. 774) diz: "É bem conhecido que os judeus, ao elaborarem suas tabelas genealógicas, levavam em conta apenas os varões, rejeitando o nome da filha quando o sangue do avô era transmitido ao neto por uma filha, e contando o marido desta filha em lugar do filho do avô materno. (Números 26:33, Números 27:4-7)". In: FERREIRA, Monsenhor José Lélis Mendes. Maria - Breve Introdução à Mariologia, 2008, p. 65.

41 Existe uma extensa lista de aparições marianas, nomes de Maria, além de um calendário de festas reconhecidas e aprovadas pela Igreja Católica, assim como outras presentes apenas no imaginário popular. Neste estudo, porém, nos propomos a considerar apenas aquelas que são reconhecidas pela Igreja. Ver anexo I.

42 Mariologia é o conjunto de estudos teológicos acerca de Maria, mãe de Jesus Cristo na Igreja Católica, que compreende uma vasta produção bibliográfica que visa salientar a importância da figura feminina de Maria e a profunda e piedosa crença dos fiéis a ela; com o objetivo de enriquecer o âmbito teológico cristão. Os primeiros centros acadêmicos de temáticas marianas foram: 1835 – Academia da Imaculada, fundada em Roma; 1862 - Academia Bibliográfica Mariana de Lérida, na Espanha. Nas primeiras décadas do Século XX surgiram as academias marianas nacionais na Bélgica, na França, em Portugal, Alemanha, no Canadá, Colômbia, México. 1950 – A Pontifícia Academia Mariana Internacional, em Roma.

Aparecida, iremos aprofundar nossos estudos na representação histórica, no papel social e no seu significado devocional.

O principal aspecto abordado nos estudos sobre Maria são os seus dogmas⁴³. Eles dão sustentação à crença e se dividem em quatro: dois da Igreja antiga dos primeiros séculos da cristandade - a Maternidade Divina e a Virgindade Perpétua - e dois dos tempos modernos - a Imaculada Conceição e a Assunção de Maria. Definindo de forma sintética podemos relacionar o dogma da Maternidade Divina com Maria Mãe de Deus ("Theotokos") - Mãe de Jesus homem e Jesus Deus; o dogma da Virgindade Perpétua com Maria sempre virgem: antes, durante e depois do parto; o dogma da Imaculada Conceição, a Maria que foi concebida sem pecado original, e o dogma da Assunção, a Maria que foi assunta aos céus em corpo e alma (www.a12.com/redentoristas, 2010).

Maternidade Divina – Proclamado pelo Concílio de Éfeso em 431, como sendo a "Mãe de Deus" (em grego Theotokos e em latim Mater Dei): o Concílio de Éfeso proclamou que "se alguém não confessa que o Emmanuel é verdadeiramente Deus, e que por isso a Santíssima Virgem é Mãe de Deus, já que engendrou segundo a carne o Verbo de Deus encarnado, seja anátema (...). Segundo São Tomás de Aquino "A Santíssima Virgem, por ser Mãe de Deus, possui uma dignidade, de certo modo infinita, derivada do bem infinito que é Deus".

Virgindade Perpétua - Virgem antes, durante e depois do parto.

Santidade absoluta - Cheia de graça (gratia plena) por toda a sua existência.

Imaculada Conceição – Concebida sem a mancha do pecado original. O Papa Pio IX, na Bula Ineffabilis Deus, fez a definição oficial do dogma da Imaculada Conceição, aos 8 de Dezembro de 1854.

Assunção aos Céus – Refere-se à elevação de Maria em corpo e alma ao Céu. Este dogma foi proclamado pelo Papa Pio XII em 1 de Novembro de 1950, na encíclica Munificentissimus Deus (pt.wikipedia.org/wiki/ Dogmas_e _doutrinas _marianas _da _Igreja _Cat%C3%B3lica, acessado em 10 de maio de 2010).

Desse modo, a instituição dos dogmas, conforme relatado, foi fruto de um processo histórico que começou em 431, com o Concílio de Éfeso, que definiu como dogma a maternidade divina de Nossa Senhora. Apoiando-se nas Sagradas

No Brasil, em 1977 foi criada a Academia de Letras e Artes "Mater Salvatoris, na Bahia; em 1978, o "Museu de Maria" em Recife, Pernambuco; em 1985, a Academia Marial de Aparecida". In: FERREIRA, op. cit., p. 68.

43 Na Igreja Católica Apostólica Romana, um dogma é uma verdade absoluta, definitiva, inalterável, inquestionável e inteiramente segura sobre a qual não pode haver nenhuma dúvida. Uma vez proclamado solenemente, nenhum dogma pode ser revogado ou negado, nem mesmo pelo Papa ou por decisão conciliar. Por isso, os dogmas integram a base inalterável de toda a Doutrina Católica e qualquer católico é obrigado a aderir, aceitar e acreditar nos dogmas de uma maneira irrevogável. In: FERREIRA, op. cit., p. 40.

Escrituras utilizou o Concílio de Latrão para instituir o segundo dogma, a Virgindade perpétua de Maria. O terceiro dogma coube ao Papa Pio IX, em 1854, e versa sobre a Imaculada Conceição de Maria, aquela que foi concebida sem nenhuma mancha do pecado original. Por fim, o quarto dogma, proclamado pelo Papa Pio XII, apresenta a assunção de Maria.

Gostaríamos de destacar o dogma da Imaculada Conceição, por estar intimamente relacionado com o tema de nossa pesquisa. Vale lembrar que foi uma imagem de Nossa Senhora da Conceição que foi achada no rio Paraíba por pescadores. Em razão disso, cabe observar a definição do dogma registrada pelo Papa Pio IX na Bula *Ineffabilis Deus*.

Em honra da santa e indivisa Trindade, para decore e ornamento da Virgem Mãe de Deus, para exaltação da fé católica, e para incremento da religião cristã, com a autoridade de Nosso Senhor Jesus Cristo, dos bem-aventurados Apóstolos Pedro e Paulo, e com a nossa, declaramos, pronunciamos e definimos a doutrina que sustenta que a beatíssima Virgem Maria, no primeiro instante de sua concepção, por singular graça e privilégio de Deus onipotente, em vista dos méritos de Jesus Cristo, Salvador do gênero humano, foi preservada imune de toda mancha de pecado original, essa doutrina foi revelada por Deus e, portanto, deve ser sólida e constantemente crida por todos os fiéis.

Essa abordagem faz referência à Maria concebida sem qualquer mancha de pecado original, portanto, Imaculada Conceição. Dentro desse contexto o imaginário popular estabelecido tem no arquétipo de mãe⁴⁴ a aceitação da devoção mariana. A imagem de uma Grande Mãe remete, em sua gênese, à história das religiões. Cremos poder relacionar os dogmas de Maria estabelecidos pela Igreja com a formação dos arquétipos de Jung.

Percebemos os desdobramentos do crescimento devocional mariano ao relacioná-los à utilização dos arquétipos e do imaginário popular por parte da Igreja. Dentro do projeto expansionista colonial para a América portuguesa, a Igreja

44 O arquétipo é um conceito psicossomático, unindo corpo e psique, instinto e imagem. Para Jung isso era importante, pois ele não considerava a psicologia e imagens como correlatos ou reflexos de impulsos biológicos. Sua asserção de que as imagens evocam o objetivo dos instintos implica que elas merecem um lugar de igual importância.

Os arquétipos são percebidos em comportamentos externos, especialmente aqueles que se aglomeram em torno de experiências básicas e universais da vida, tais como nascimento, casamento, maternidade, morte e separação. Também se aderem à estrutura da própria psique humana e são observáveis na relação com a vida interior ou psíquica, revelando-se por meio de figuras tais como ANIMA, SOMBRA, PERSONA, e outras mais. Teoricamente, poderia existir qualquer número de arquétipos. In: HALL Calvin S. e NORDBY, Vernon J. Introdução à Psicologia Junguiana, 2005 p. 33.

Católica utiliza-se, após o Concílio de Trento, da imagem de Maria como milagrosa ou mediadora.

As primeiras Imagens marianas foram milagrosas ou medianeiras, pois vieram com os colonos e exprimem sua gratidão diante do sucesso na travessia do mar, como é o caso da Imagem de Nossa Senhora da Esperança e da Graça. Mais tarde, surgiram outras Imagens, que começam a apresentar uma certa mostra de resistência, como as Imagens guerreiras, como Nossa Senhora da Vitória, por várias vitórias conseguidas sobre mulçumanos e índios. Outras apareceram como símbolo da redução dos africanos escravos à religião católica, como Nossa Senhora do Rosário. Nos engenhos, ela se configura branca, imponente e maternal, ricamente vestida como a senhora da casa. No século XVIII, é Nossa Senhora da Conceição que é consagrada à Portugal e suas colônias, como já mencionado (HOORNAERT, 1992 apud ALVES, 2005, p. 32).

No Brasil a representação de Nossa Senhora da Conceição Aparecida assume dois aspectos que constituem um forte elemento da devoção religiosa. O primeiro diz respeito à Maria Mãe do povo e o segundo à Maria intercessora. Sendo, no entanto, politicamente construídas, essas categorias serviram tanto ao Estado quanto à Igreja.

É importante perceber que essa ideia, “mãe”, não é enfatizada, por exemplo, nos discursos eclesiais de 1904, tempo em que pairava a ideia de conformação da República, quando Nossa Senhora Aparecida foi coroada “Rainha” Divina, Mãe de Deus. A ideia de “Mãe do povo” só vai ocorrer a partir de 1929, exatamente quando se comemora o jubileu da coroação de Aparecida, quando a representação de “Mãe intercessora” do povo brasileiro ganha espaço, no novo contexto político-social. Neste momento, essa representação passa a ser constantemente reforçada, para fomentar a ideia de família, bem propícia ao fortalecimento do sentimento nacionalista, necessário, tanto ao Estado, quanto à Igreja. Aparecida surge para ampliar a força da Igreja perante o povo nos movimentos de massa, sendo que esta última aposta na ideia, imposta pela própria Igreja, da necessidade da mediação da santa para a salvação do povo, combatendo, ao mesmo tempo, outras doutrinas da salvação, particularmente o protestantismo, em ascensão no Brasil daqueles tempos (ALVES, 2005, p. 144).

Pode-se pensar que houve uma apropriação da devoção a Nossa Senhora, tanto pela Igreja quanto pelo Estado, que em conjunto firmaram Aparecida na categoria de símbolo nacional brasileiro, respeitada e celebrada oficialmente dia 12 de outubro⁴⁵, enriquecendo o imaginário popular.

45 Atualmente comemora-se no dia 12 de outubro o dia de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do país, tendo como referência a data do aparecimento da Santa no Rio Paraíba e foi oficializado pela Igreja em 1954. Antigamente a festa de Nossa Senhora era no dia 8 de dezembro, aniversário de Nossa Senhora da Conceição.

2.2- O ACHADO: O IMAGINÁRIO EM TORNO DA IMAGEM DE NOSSA SENHORA.

Existe um consenso entre diferentes pesquisadores, de que a consolidação da crença em torno da imagem de Nossa Senhora Aparecida está vinculada ao achado, ao milagre dos peixes, em sintonia com o catolicismo devocional⁴⁶.

Os estudos que foram publicados no Brasil sobre a devoção a Nossa Senhora Aparecida basearam-se em dois documentos: o I Livro de Tombo da Paróquia de Santo Antônio de Guaratinguetá e as Ânuas da Província Brasileira dos Pe. Jesuítas. Assim, no intuito de contribuir para futuras pesquisas, partiremos dos relatos sobre o achado, organizados de modo a permitir análises sobre o imaginário e as diferentes abordagens que as iluminam.



Figura 10 – Pesca Milagrosa.

Fonte – Arquivo Centro de Documentação e Memória Pe. Antônio Jorge – CSsR

Quanto à data exata do achado da imagem, não há possibilidade de determiná-la, ficando como certo apenas o período de 17 a 30 de outubro de 1717, período este no qual o Conde de Assumar permaneceu em Guaratinguetá.

⁴⁶ Ver: Alves (2005), Berto, (2010), Brustoloni, (1998), Félix, (2005), Mancílio, (2006) e Wernet, (1999).

A respeito da aparição da imagem presente no I Livro de Tombo da Paróquia de Santo Antônio de Guaratinguetá, com o título “Notícia da Aparição da Imagem da Senhora” o Padre João de Moraes e Aguiar, em 1757, descreve:

No ano de 1719, pouco mais ou menos, passando por esta Vila para as Minas, o governador delas e de São Paulo, o Conde de Assumar, Dom Pedro de Almeida e Portugal, foram notificados pela Câmara os pescadores para apresentarem todo o peixe que pudesse haver para o dito Governador. Entre muitos foram a pescar Domingos Martins Garcia, João Alves e Felipe Pedroso com sua canoa. E principiando a lançar suas redes no porto de José de Corrêa Leite, continuaram até o Porto de Itaguassu, distância bastante, sem tirar peixe algum. E lançado neste porto, João Alves a sua rede de rastro, tirou o corpo da Senhora sem cabeça; lançado mais abaixo outra vez a rede tirou a cabeça da mesma Senhora, não se sabendo nunca quem ali a lançasse. Guardou o inventor esta imagem em um tal ou qual pano, e continuando a pescaria, não tendo até então tomado peixe algum, dali por diante foi tão copiosa a pescaria em poucos lanços, que receoso, e os companheiros de naufragarem pelo muito peixe que tinham nas canoas, se retiraram à suas vivendas, admirados deste sucesso.

Em consonância com o relato realizado pelo Padre João de Moraes e Aguiar as Ânuas da Província Brasileira dos padres Jesuítas de 1748 e 1749, assim narram o episódio.

Da residência de São Paulo, saíram dois sacerdotes dos nossos para pregar as Santas Missões em paróquias na distância de até 50 léguas. Para atender pedidos insistentes do Sr. Bispo as missões foram iniciadas na cidade de São Paulo (...).

Aqueles dois missionários dos nossos, percorreram doze paróquias, além de outras capelas particulares dos povoados, nos quais permaneceram por alguns dias, a fim de atender o mais possível o bem espiritual do povo. Chegaram finalmente à Capela da Virgem da Conceição Aparecida, situada na Vila de Guaratinguetá, que os moradores chamam de “Aparecida” porque tendo os pescadores lançado suas redes no rio, recolheram, primeiro, o corpo, depois, em lugar distante, a cabeça.

Aquela imagem foi moldada em argila; sua cor é escura, mas famosa pelos muitos milagres realizados. Muitos afluem de lugares afastados, pedindo ajuda para suas necessidades. A capela recebe muitas esmolas pecuniárias, doadas por devoção e gratidão, lucrando todos os meses mais de cem mil réis. Aí, por especial patrocínio da Mãe de Deus, foi mais frutuosa a missão.

É pertinente observar que as duas versões narradas pela Igreja representam a visão oficial. Apesar disso, não existem problemas quanto à sua aceitação, pelo contrário, os relatos sobre o achado da Imagem de Nossa Senhora da Conceição e o milagre da pesca milagrosa por intermédio da santa dão conta de que culminaram na devoção local sendo realizados cultos familiares em sua homenagem que, depois, ganharam força resultando na aceitação e construção da primeira capela.

2.3- ARQUEOLOGIA DA SANTA

O catolicismo popular se apresenta como terreno fértil para a devoção a Nossa Senhora e traz importantes elementos para a composição do ideário religioso.

Formado a partir do catolicismo oficial, trazido pelos portugueses já no período inicial da colonização, sofreu adaptações/recriações com base em uma religiosidade popular e teve presença significativa na zona rural, sendo a construção de pequenos altares ou oratórios familiares, até a metade do século XVII, elementos fundamentais para a prática das devoções aos Santos católicos.

O catolicismo devocional conta, na sua essência, com os cultos familiares. Devido à dificuldade que a Igreja tinha em chegar às áreas rurais os cultos eram realizados nas residências em oratórios improvisados.

Os oratórios são elementos de grande importância na religiosidade popular. Solução provável em decorrência do pouco espaço de que dispunham as residências, impedindo destarte a construção de grandes altares, como nas casas coloniais, os oratórios podiam ser muito humildes, confeccionados com a madeira mais simples da região e enfeitado com pinturas ingênuas, ou mesmo muito sofisticados, ricamente trabalhados em jacarandá e com belíssimos entalhes. Ricos ou modestos eram sempre. [...] motivo de emulação o carinho com que enfeitavam ou enriqueciam os oratórios com portas de cortina e arcos de talha (NETO, 2004, p. 120).

Os cultos realizados nos oratórios particulares, baseados nas rezas e leituras aprendidas na tradição católica, aparecem como alternativa e não como contraposição ao catolicismo oficial, que muitas vezes não conseguia chegar às áreas rurais do país.

O catolicismo popular é baseado na práxis. A religiosidade manifesta-se por meio de materializações. *“Em outras palavras, não basta ser apenas devoto, é preciso mostrar-se devoto, as velas, imagens, terços, entre outros, compõem o aparato visível da religiosidade popular”* (NETO, 2004, p. 151). No catolicismo popular brasileiro a devoção ao Santo está intimamente ligada ao milagre.

... entre os dogmas católicos e as profissões de fé dos protestantes, o milagre é um acontecimento de plena prova do poder absoluto e da vontade soberana de Deus. É um tipo de ocorrência extraordinária, por meio da qual a divindade quebra o curso da “ordem natural das coisas”, em nome de seu amor por um fiel, ou por um grupo deles, com o uso do poder total de sua palavra.

Ao contrário, entre os agentes e os fiéis [populares...] o milagre é a mostra de efeitos simples de trocas de fidelidades mútuas entre o sujeito e a divindade, com a ajuda ou não de uma igreja e de mediadores humanos ou sobrenaturais. Ele não é a quebra, mas a retomada “da ordem natural das coisas” na vida concreta do fiel, da comunidade ou do mundo (BRANDÃO, 1986, p. 131).

O milagre passa a ser a comprovação da eficiência daquele santo. Quanto mais milagres acontecerem, mais popular se torna o santo. Dentro do Catolicismo Popular o Santo é padroeiro, padrinho, encontra-se ligado à vida cotidiana do devoto, protegendo-o em todos os momentos.

Na relação devocional, a promessa é algo fundamental e precisa ser cumprida. O devoto não pode ficar em débito com o santo porque, da próxima vez que precisar, não será atendido; “pior: o santo poderá mudar de ideia e retirar a ‘graça’ concedida ou até castigar” (PEREIRA, 2003, p. 69).

A religiosidade popular é, essencialmente, a religiosidade dos sentidos, do visível. Sendo a religiosidade do visível, nada mais natural que falar do santo como quem fala de um conhecido (NETO, 2004).

Buscando identificar as causas para a expansão da devoção à imagem de Nossa Senhora, percebemos que esse não é um fato isolado, já que encontramos semelhanças evidentes na construção do culto em comparação com outras imagens de Santos católicos. Nesse sentido, a presença de imagens religiosas dá suporte à criação da devoção e media a experiência do sagrado.

Elas expressam e formam (e assim também documentam) as diferentes visões do sobrenatural, assumidas em diferentes culturas e épocas. ... As imagens significavam muito mais do que um simples meio de disseminação do conhecimento religioso. Eram por si mesmas, agentes, a que eram atribuídos milagres, e também objetos de cultos (BURKE, 2004, p. 57).

O culto de imagens se intensifica a partir da Alta Idade Média, quando se iniciam as peregrinações de fiéis aos templos. No percurso, encontravam-se pinturas que remetiam às passagens bíblicas, assim como crescia a procura por imagens devocionais para consolar doentes e moribundos.

A Reforma Protestante⁴⁷, no entanto, considerou o uso de imagens um dos principais pontos de divergência com a doutrina da Igreja Católica, pois os reformadores temiam que as pessoas adorassem as imagens em si, e não o que elas representavam. A Igreja Católica, através do Concílio de Trento, buscou superar tais acusações.

(...) o Concílio de Trento (1545 – 1563), que tanto fez para redefinir os primórdios do catolicismo moderno, solenemente reafirmou a importância de imagens sagradas da mesma forma que as peregrinações e o culto de relíquias sagradas. As próprias imagens cada vez mais reafirmaram doutrinas que os protestantes haviam desafiado. O êxtase e a apoteose dos santos, por exemplo, parecem ser projetados para esmagar o espectador e salientar a diferença entre as pessoas santas e comuns mortais (BURKE, 2004, p. 77).

Tomando como referência a proposta do Concílio de Trento de valorizar a importância de imagens sagradas para o catolicismo é que realizaremos uma arqueologia da imagem de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, acreditando que o estudo dos vestígios materiais poderá contribuir para esse trabalho.

Muitos autores argumentam que a Imagem pertence ao estilo barroco. O primeiro a estudar a Imagem foi o Dr. Pedro de Oliveira Neto. Os resultados de seus estudos foram apresentados na Conferência: A Imagem de Nossa Senhora Aparecida, no ano de 1967. “Observa-se que ela mede 36 cm de altura, pesa 2,550 quilos, sendo feita em terracota, tendo suas formas e estilo classificados no período seiscentista” (BRUSTOLONI, 1998, p. 18).

47 A Reforma Protestante foi um movimento reformista cristão iniciado no século XVI por Martinho Lutero, que, através da publicação de suas 95 teses, protestou contra diversos pontos da doutrina da Igreja Católica, propondo uma reforma no catolicismo. Os princípios fundamentais da Reforma Protestante são conhecidos como os Cinco solas.

Lutero foi apoiado por vários religiosos e governantes europeus provocando uma revolução religiosa, iniciada na Alemanha, e estendendo-se pela Suíça, França, Países Baixos, Reino Unido, Escandinávia e algumas partes do Leste europeu, principalmente os Países Bálticos e a Hungria. A resposta da Igreja Católica Romana foi o movimento conhecido como Contra-Reforma ou Reforma Católica, iniciada no Concílio de Trento.

O resultado da Reforma Protestante foi à divisão da chamada Igreja do Ocidente entre os católicos romanos e os reformados ou protestantes, originando o Protestantismo. In: ARAUJO, Isael de. Dicionário do movimento pentecostal. Rio de Janeiro: CPAD, 2007.



Figura 11 – A Imagem de Nossa Senhora Aparecida.

Fonte – Arquivo do Centro de Documentação e Memória Pe. Antônio Jorge – CSsR.

Os resultados dos estudos do Dr. Pedro de Oliveira Neto, além da dedução da formação da Imagem e seu estilo seiscentista, levaram também à identificação do material utilizado para fabricá-la, - terracota, revelando na Conferência que a imagem é feita de barro paulista, que depois de cozido torna-se cinza claro, às vezes rosado.

Outro aspecto por ele abordado diz respeito à autoria da Imagem. Apesar de não possuir o nome do escultor nem a data, existe concordância entre os especialistas, segundo a forma e estilo, em identificá-la como obra de Frei Agostinho de Jesus, discípulo do mestre santeiro e monge beneditino Frei Agostinho da Piedade⁴⁸. Provavelmente foi esculpida à volta do ano de 1650, no mosteiro beneditino de Santana de Parnaíba, SP.

48 Frei Agostinho da Piedade nasceu em Portugal, professou e viveu na Bahia. Não consta que tenha saído da Bahia. Suas imagens de terracota acham-se atualmente conservadas nos Estados da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo. Fez escola e discípulos, entre os quais sobressaiu seu irmão de hábito Frei Agostinho de Jesus. Este nasceu na cidade do Rio de Janeiro, provavelmente por volta de 1600. Professou na Bahia, onde conviveu com seu mestre no mosteiro de São Salvador por algum tempo. Ordenou-se de sacerdote na Europa; voltando para Salvador em 1634, residiu

... na imagem da Senhora Aparecida a perfeição das mãos postas, pequeninas e afiladas como as de uma menina, e as mangas simples e justas, de muito requinte, terminando no punho esquerdo dobrado à maneira dos mestres seiscentistas do barro paulista”. E conclui que o autor da imagem é, com toda probabilidade, o mencionado monge beneditino Frei Agostinho de Jesus. Este, como sabemos, residiu no antigo mosteiro beneditino de Santana de Parnaíba, cidade situada hoje na Grande São Paulo, onde foram encontradas diversas obras suas (BRUSTOLONI, 1998, p. 23).

Para o Dr. Pedro de Oliveira Neto a indicação da autoria se deu depois da comparação de diversas obras do autor encontradas no mosteiro beneditino de Santana de Parnaíba, onde morou e teria feito a Imagem da Santa.

Os estudos do Dr. Pedro de Oliveira Neto atentam para o fato de a Imagem, ao ser encontrada quebrada no rio Paraíba, indicar que fora jogada nas proximidades, provavelmente por uma das famílias de migrantes, conforme costume da época, rejeitando assim a hipótese de que a imagem tenha rodado nas águas por grandes distâncias. O fato se justifica pela Imagem ser feita de barro, sendo pesada e não conseguindo flutuar pelas águas por tão longas distâncias (BRUSTOLONI, 1998).

Outra questão passível de ser relacionada ao estudo são as normas oficiais para a representação de Nossa Senhora da Conceição, que era padroeira de Portugal e, por mando de Dom João IV, confirmada como Padroeira do Império brasileiro por D. Pedro I. Sendo assim, as normas oficiais para a representação de Nossa Senhora da Conceição, pré estabelecidas, foram o uso das cores oficiais do império, azul escuro e o vermelho granada na pintura do manto. Nota-se nesse gesto que o Estado buscou ampliar seu controle também sobre a devoção popular.

Esta resolução revela a intencionalidade do Estado em se apropriar do catolicismo popular, na figura mariana católica, que passa a ser, então, revestida com suas cores, dando-lhe um caráter simbólico oficial mediador das imposições da Igreja e do Estado. A partir daí, foram muitas as expressões artísticas, tanto no plano da pintura como no da escultura, que homenagearam Nossa Senhora da Conceição, sendo, a maior parte, trazidas por portugueses, enquanto que outras já foram confeccionadas na América portuguesa (Brustoloni, 1979, p. 36). Estas apresentam uma estética carregada de influências da metrópole, mas vão mostrando, aos poucos, as particularidades da devoção de um povo mestiço, em sua composição e, por conseguinte, na prática religiosa popular (ALVES, 2005, p. 19).

depois em outros mosteiros, como no de Santana de Parnaíba, SP, e veio a falecer no Rio de Janeiro, a 11 de agosto de 1661. A seu respeito, escreveu seu conterrâneo, Frei Paulo da Conceição Ferreira, em o necrológio do Mosteiro beneditino do Rio de Janeiro: “Para se ordenar de sacerdote foi ao reino, e voltando a este mosteiro se ocupava na pintura, e em fazer imagens de barro para o que tinha especial graça e direção”. In: BRUSTOLONI, op. cit., p. 22.

Embora a devoção mariana faça parte das práticas oficiais da Igreja e do governo português, sua chegada ao Brasil sofre influências diretas da religiosidade popular, e suas práticas são recriadas.

A imagem, além de ganhar indumentárias como o manto e coroa, passou por restaurações a fim de conservar seu estado e aproximar-se ao máximo do estilo de frei Agostinho de Jesus, suposto autor da obra. Muitas vezes, por acidente a cabeça separou-se do corpo, talvez porque a imagem estivesse sempre perto do povo, carregada pelos padres, presente nas celebrações e percorrendo procissões indo até mesmo visitar outros estados (BRUSTOLONI, 1998).

Especificamente, a primeira restauração aconteceu no ano de 1946, pelo padre Alfredo Morgado, que reconstituiu o cabelo e o nariz.

... No dia 29 de maio daquele ano ele retirou a imagem de seu nicho e, levando-a para o Convento, realizou o delicado encargo que recebera. Seu primeiro cuidado foi retirar da base do pescoço todas as camadas de colas que tinha sido colocadas no decorrer do tempo para firmar a cabeça ao tronco. Além de colar novamente a parte quebrada, acrescentou as madeixas laterais de cabelos que caíam sobre os ombros. Estas como eram evidentes pelos vestígios encontrados na imagem, existiam no seu estado primitivo. Perderam-se quando a imagem se quebrou e foi lançada no rio (BRUSTOLONI, 1998, p. 111).

Um trabalho semelhante foi realizado em 1950 pelo Padre Humberto Pieroni que reforçou a fixação da cabeça ao tronco, pois havia desprendido quando o padre Geraldo Bonotti estava trocando o manto. Para tanto, colocou um pino de alumínio e utilizou massa de cimento e depois pintou a imagem com extrato de noqueira recobrando-a com uma camada leve verniz (BRUSTOLONI, 1998).

É inegável que a mais delicada e preciosa restauração foi a ocorrida após 1978, por causa do atentado cometido por Rogério Marcos de Oliveira⁴⁹. Foi um trabalho intenso, por que a imagem havia sido reduzida a quase duzentos pedaços.

Apesar da Santa sempre causar polêmica, principalmente com os evangélicos, no passado nunca houvera qualquer atentado contra a Imagem, não havendo por isso maior preocupação com sua segurança. E para evitar roubos fora

49 Estudante, solteiro, com 19 anos, Rogério residia com a família à Rua Moscou, nº 93, em São José dos Campos. Tratava-se de um desequilibrado, cuja família pertence à Igreja Presbiteriana daquela cidade. Ele sofria de obsessão religiosa, tinha aversão a imagens. Anteriormente havia tentado, por duas vezes, na igreja de São José, principal igreja do centro da cidade, derrubar a estátua de São José, usando para isso as toalhas do altar. A família, temendo que as autoridades religiosas de Aparecida movessem processo contra ele, internaram-no numa clínica de São José. In: BRUSTOLONI, op. cit., p. 118.

trazido da Alemanha, em 1909, um novo nicho feito de grossas chapas de ferro e protegido também por uma chapa de vidro grosso (BRUSTOLONI, 1998). No entanto, conforme narra este autor, tudo isso não foi suficiente para inibir a ação de fanáticos religiosos como Rogério.

Logo depois do início da missa, às 20h10 min., a luz elétrica se apaga por um instante – fato que foi verificado em todo o Vale – ficando a Basílica na penumbra só com as velas do altar acesas. Foi o momento para que Rogério Marcos de Oliveira, que estava de cócoras diante do nicho, pulasse e com os punhos desse um golpe inglês contra o vidro que protege a Imagem. Num segundo salto conseguiu quebrar o vidro triplo, que está a 2,20 m acima do chão, e no terceiro pulo arrebatou a Imagem. A coroa enroscando-se no vidro saltou sobre ele e caiu no altar, achatando-se. Tudo aconteceu num instante. Agarrado pelo guarda da Basílica, Rogério deixa cair a Imagem, e livrando-se do guarda, sai correndo (BRUSTOLONI, 1998, p. 117).

O fato repercutiu em vários jornais da época e diversos membros de igrejas evangélicas se manifestaram contrários ao ato intolerante de Rogério. Brustoloni destaca ainda que “sua intenção ao quebrar a Imagem, era quebrar também a devoção, no entanto o episódio só veio a fortalecer o amor e a fé em Nossa Senhora Aparecida” (BRUSTOLONI, 1998, p. 119).



Figura 12 – Intervenção na Imagem - atentado 1978.

Fonte – Arquivo do Centro de Documentação e Memória Pe. Antônio Jorge – CSsR.

Ainda sobre a restauração da Imagem, devido à repercussão dos fatos, muitos candidatos ofereceram seus serviços. No entanto, após muitas reuniões, os padres Redentoristas decidiram confiar o trabalho aos especialistas do Museu de Arte de São Paulo (MASP), coordenados pelo diretor Prof. Pietro Maria Bardi, ficando a restauradora Maria Helena Chartuni incumbida do restauro, sob a supervisão da equipe. Todo esse processo foi publicado posteriormente, em 1979, em forma de relatório.

Para a restauração não foi empregado nenhum material, a não ser a cola poxipol necessária para a colagem dos fragmentos. Estes somavam um total de 165, havendo ainda um sem números de partículas menores que foram aproveitadas na massa do restauro. Pra facilitar a reconstituição, foram entregues ao Museu duas cópias da imagem: uma de bronze e outra de gesso, além de uma fotografia. E, graças à arte e à fé, a imagem voltou ao estado anterior. O trabalho acabado e artístico foi gratuito (BRUSTOLONI, 1998, p. 121).

Sabe-se que todo o processo de restauro demorou 53 dias. Os especialistas, após restaurá-la, apresentaram-na à imprensa e, depois de entregue aos redentoristas, a Imagem retornou ao Santuário em cortejo, sempre com muita pompa.

A imagem de Nossa Senhora tem forte representação simbólica, o atentado só fez reforçar ainda mais a devoção constituída no imaginário religioso do povo brasileiro.

2.3.1- A santa negra ou enegrecida?

Qual será a cor da Santa? Será ela negra ou enegrecida? Existem divergências quanto à cor da Santa, não podemos negar a existência do conflito. Gostaríamos de apresentar os diferentes argumentos acerca do tema, que de forma velada se faz presente nos meios acadêmico e religioso.

Primeiramente, encontramos em diferentes estudos referências que fortalecem a versão de que a Imagem inicialmente era branca e com a ação do tempo ganhou a cor atual preta. Entre os que se apoiam nessa ideia está Brustoloni

(1998), legitimado por peritos do Museu de Arte Moderna de São Paulo e pela análise do Dr. Pedro de Oliveira Ribeiro Neto.

Como foi comprovada por peritos, era originalmente policromada: tez branca do rosto e das mãos, com manto azul escuro e forro vermelho granada. Estas eram as cores oficiais, conforme determinação de Dom João IV, do ano de 1646, com as quais se deviam ornar as imagens do título da Imaculada Conceição. O Dr. Pedro de Oliveira Ribeiro Neto e os peritos do Museu de Arte Moderna de São Paulo (MASP), Dr. Pietro Maria Bardi, Dr. João Marino e a restauradora, Maria Helena Chartuni, concluem por vestígios encontrados na própria imagem, que ela era originalmente policromada nas cores oficiais azul e vermelho grená. Concluem ainda que, pelo fato de ficar por muitos anos submersa no lodo das águas, e posteriormente exposta ao lume e à fumaça dos candeeiros, velas e tochas, quando ainda se encontrava em oratório particular dos pescadores e na capelinha do Itaguaçu, a Imagem de Nossa Senhora Aparecida adquiriu a cor que hoje conserva: castanho brilhante. A esse respeito afirma o Dr. Pedro de Oliveira: Sob a pátina morena da imagem, como verniz criado pelo uso e pelo tempo, fica escondido o barro paulista (BRUSTOLONI, 1998, p. 18).

Em outro trecho do estudo, afirma que descobrir a razão do crescimento da devoção a partir de uma pequena imagem da Imaculada Conceição de Maria, quebrada e machucada, pobre e enegrecida, é muito importante para o estudo da religiosidade popular, e acrescenta:

Despida das cores originais, enegrecida e quebrada, a Imagem de Aparecida se tornou objeto da devoção carinhosa de nosso povo, que, em grande escala, sobre tudo a partir daquela época, se fundia no amálgama das culturas e das raças branca, negra e indígena, formando sua própria identidade étnica e religiosa.

A nossa imagem moldada por um monge patricio no interior do Estado de São Paulo, na cidade de Santana do Parnaíba, com feições próprias, parece-me de expressão legítima da raça branca, não indígena nem negra. É original; não parece cópia de nenhuma outra. Enegrecida pelo tempo, tornou-se símbolo de nosso povo (BRUSTOLONI, 1998, p. 19, 23).

Embora seja respeitada a análise dos especialistas, nota-se que popularmente constituiu-se o imaginário em torno da representação da imagem como negra.

A primeira estampa de Nossa Senhora Aparecida de que se tem notícia foi impressa em 1854, na França, a pedido de Dom Antônio Joaquim Melo, antes mesmo que os franceses tomassem conhecimento dessa santa. Nela, vê-se uma representação da Virgem Aparecida, já com manto e coroa; no entanto, ela não é representada “negra” como vai acontecer nas estampas posteriores. A “negritude” da santa parece ter sido desenvolvida primeiro no imaginário do povo, para, depois, ser conduzida pela Igreja.

Por vestígios encontrados por especialistas na própria Imagem, que trabalharam na sua restauração após o atentado que sofreu em 1970, notou-se que, originalmente, ela era policromada nas cores azul e vermelho. Na restauração, no entanto, essa pintura não foi recuperada, pelo contrário, o que se fez foi dar-lhe novamente um tom castanho avermelhado. Cabe

questionar a intenção de se manter essa cor e não a original. Nossa Senhora Aparecida já era nesse momento entendida em sua representação como negra, e essa condição racial já sustentava, de forma significativa, a sua representação e, portanto, qualquer modificação em sua visualidade, seja nas cores das vestimentas ou mesmo de sua pele, poderia causar estranheza e mesmo a perda da força de sua *representação* (ALVES, 2005, p. 134, 135).

Nas diversas imagens, documentos e relatos oficiais, é sabido que a Igreja não reconhece a negritude da Santa. Percebe-se que apesar da tentativa da Igreja em legitimar a Santa como branca isso, entretanto, não foi possível, sendo posteriormente representada como negra, conforme imaginário popular.

Existe muita dificuldade para encontrar referências a essa questão no período colonial. Analisando as relações entre a instituição católica e os negros, temos a impressão que a Igreja simplesmente ignorava a presença da população negra no território brasileiro. É como se não existissem negros no país, pois eles estão ausentes dos planos de atuação pastoral e dos projetos de organização eclesiástica. Mesmo quando Nossa Senhora Aparecida é glorificada como padroeira do Brasil, não existem alusões à sua cor 'negra' como símbolo de uma parte expressiva da população brasileira (AZZI, 2008).

A Imagem se mostra realmente negra apenas na visualidade do imaginário brasileiro, representação esta que passa a ser apropriada pela Igreja e mesmo fomentada, mais tarde, em seu discurso (ALVES, 2005).

A questão sobre a negritude de Nossa Senhora Aparecida, que é, ainda hoje, debatida, parece esclarecer-se diante da cientificidade dos fatos. Sem a intenção de desmitificar a integridade de Aparecida, ficou bastante evidente uma condução no referente à cor da santa. A Igreja, diante das tantas ameaças que configuraram as primeiras décadas do século XX, soube aproveitar a "negritude" de Nossa Senhora Aparecida, oferecendo ao povo brasileiro uma padroeira "à sua imagem e semelhança" (ALVES, 2005, p. 155).

Com certeza, essa é uma questão que não está resolvida, continuando a dar margem a diferentes interpretações. A condição negra da imagem foi muito discutida nos anos 70/80 pela pastoral afro.

2.4- PRIMEIROS MILAGRES DA SANTA

Seguindo a pesca milagrosa, outros milagres⁵⁰ colaboraram, efetivamente, para a expansão da devoção. Sabemos que no catolicismo popular os milagres são sinais divinos que não podem ser explicados, pois sua revelação pertence ao sobrenatural e se baseiam na crença de seus fiéis; esses, quando atribuídos a Nossa Senhora, vêm angariando mais devotos. Iremos analisar as relações dos primeiros milagres atribuídos a Nossa Senhora Aparecida com a crescente expansão devocional.

Tomando como fundamento a importância do milagre que deu início a toda devoção, primeiramente abordaremos o milagre dos peixes no rio Paraíba. Segundo o relato do Padre João de Moraes e Aguiar, no já citado I Livro de Tombo da Paróquia de Santo Antônio de Guaratinguetá, encontramos a presença do rio e da pesca como elementos essenciais do universo simbólico que permeia a tradição. Para o catolicismo, de forma geral, o rio, as águas e o peixe estão presentes em muitas passagens da Bíblia⁵¹. Nesse sentido, gostaríamos de destacar uma passagem do Novo Testamento descrito no livro de João (21,1-13), que apresenta características semelhantes com a pesca milagrosa de Nossa Senhora:

Depois disto manifestou-se Jesus outra vez aos discípulos junto do mar de Tiberíades; e manifestou-se assim: Estavam juntos Simão Pedro, e Tomé, chamado Dídimos, e Natanael, que era de Caná da Galiléia, os filhos de Zebedeu, e outros dois dos seus discípulos. Disse-lhes Simão Pedro: Vou pescar. Dizem-lhe eles: Também nós vamos contigo. Foram, e subiram logo para o barco, e naquela noite nada apanharam. E, sendo já manhã, Jesus se apresentou na praia, mas os discípulos não conheceram que era Jesus. Disse-lhes, pois, Jesus: Filhos, tendes alguma coisa de comer? Responderam-lhe: Não. E ele lhes disse: Lançai a rede para o lado direito do barco, e achareis. Lançaram-na, pois, e já não a podiam tirar, pela multidão dos peixes. Então aquele discípulo, a quem Jesus amava, disse a Pedro: É o Senhor. E, quando Simão Pedro ouviu que era o Senhor, cingiu-

50 Milagre (do latim *miraculum*, do verbo *mirare*, "maravilhar-se") Fenômeno excepcional que ocorre por força da ação direta de Deus e, por esse motivo, possui um significado religioso especial. "As coisas feitas por Deus, fora das causas por nós conhecidas, são chamadas milagres" (Tomás de Aquino). In: JAPIASSÚ, Hilton e MARCONDES, Danilo. Dicionário Básico de Filosofia, 2001, p. 131.

51 Alertando sobre a importância desses símbolos no campo religioso católico encontramos 482 passagens no Antigo Testamento e 95 no Novo Testamento relacionados a água; 376 passagens no Antigo Testamento e 25 no Novo Testamento relacionados ao rio e também encontramos 16 passagens no Antigo Testamento e 13 no Novo Testamento relacionados a o peixe. Por exemplo: a respeito do simbolismo envolvendo o peixe encontramos as seguintes passagens bíblicas: Jonas 2:10 2:1, 1:17 ; Ezequiel 47:10 ; Deuteronômio 4:18 ; Neemias 2, 3:3, 12:39, 13:16; Sofonias 1:10 ; Crônicas 33:14; Ezequiel 29:4, 29:5, 47:9; Números 11:5; Deuteronômio 14:9; Levítico 11:9; Mateus 7:10, 17:27, 12:40; Lucas 5:6, 5:9, 5:7, 24:42, 11:11; Marcos 6:43; João 21:9, 21:5. In: JAPIASSÚ, e MARCONDES, op. cit., p. 218.

se com a túnica (porque estava nu) e lançou-se ao mar. E os outros discípulos foram com o barco (porque não estavam distantes da terra senão quase duzentos côvados), levando a rede cheia de peixes. Logo que desceram para terra, viram ali brasas, e um peixe posto em cima, e pão. Disse-lhes Jesus: Trazei dos peixes que agora apanhastes. Simão Pedro subiu e puxou a rede para terra, cheia de cento e cinquenta e três grandes peixes e, sendo tantos, não se rompeu a rede. Disse-lhes Jesus: Vinde, comei. E nenhum dos discípulos ousava perguntar-lhe: Quem és tu? sabendo que era o Senhor. Chegou, pois, Jesus, e tomou o pão, e deu-lhes e, semelhantemente o peixe.

Podemos observar que a pesca milagrosa narrada pelo Padre João de Moraes e Aguiar, ocorrida no rio Paraíba, muito se assemelha ao ocorrido nas águas do Mar de Tiberíades, na Galiléia, relatado pelo apóstolo João, o que, de certa forma, recria e legitima o universo simbólico.

Após o achado, a Santa Aparecida nas águas do rio Paraíba ganhou culto estabelecido na casa de Filipe Pedroso. Vale destacar que, conforme costume da época, a imagem ficava num pequeno altar na sala e do culto participavam apenas parentes, amigos e vizinhos. É este o local referido, em meio a orações e terços, como o do primeiro milagre de Nossa Senhora, conhecido como milagre das velas.

Filipe Pedroso conservou esta Imagem seis anos pouco mais ou menos em sua casa junto a Lourenço de Sá; e passando para a Ponte Alta, ali a conservou em sua casa nove anos pouco mais ou menos. Daqui se passou a morar em Itaguassu, onde deu a imagem a seu filho Atanásio Pedroso, o qual lhe fez um oratório tale qual, e, em altar de paus, colocou a Senhora, onde todos os sábados se ajuntavam a vizinhança a cantar o terço e mais devoções. Em uma dessas ocasiões se apagaram duas luzes de cera da terra repentinamente, que alumiam a Senhora, estando a noite serena, e querendo logo Silvana da Rocha acender as luzes apagadas também se viram logo de repente acesas sem intervir diligências alguma: foi este o primeiro prodígio, e depois, em outra semelhante ocasião, viram muitos tremores no nicho e no altar da Senhora, que parecia cair a senhora, e as luzes trêmulas, estando a noite serena.

Em outra semelhante ocasião, em uma sexta-feira para sábado (o que sucedeu várias vezes), juntando-se algumas pessoas para cantarem o terço, estando a Senhora em poder da Mãe Silvana da Rocha, guardada em uma caixa de baú velho, ouviram dentro da caixa muito estrondo, muitas pessoas, das quais se foi dilatando a fama até que, pateando-se muitos prodígios que a Senhora fazia, foi crescendo a fé e dilatando-se a notícia, e, chegando ao R. Vigário José Alves Villela, este e outros devotos lhe edificaram uma capelinha e depois, demolida esta, edificaram no lugar em que hoje está com grandeza e fervor dos devotos, com cujas esmolas têm chegado ao estado em que de presente está. Os prodígios desta imagem foram autenticados por testemunhas que se acham no sumário sem sentença, e ainda continua a Senhora com seus prodígios, acudindo à sua Santa Casa romeiros e partes muitos distantes a gratificar os benefícios recebidos desta Senhora (BRUSTOLONI, 1998, 47-48).

É de se supor que a partir da divulgação do presente relato muitos devotos começaram a procurar a casa de Filipe Pedroso a fim de conhecer a Santa milagrosa. Sabe-se que o milagre está intimamente relacionado à alma do Catolicismo popular.

Outro milagre conhecido é o das correntes que libertaram o escravo Zacarias. Podemos encontrar na Sala dos Milagres, no Santuário de Aparecida, o ex-voto, as correntes arrebitadas e os seguintes dizeres: *“Esta corrente estava prendendo o escravo Zacarias que fugiu de Curitiba, estado do Paraná, e foi para Bananal, sendo encontrado pelo Capitão do mato. Passando por Aparecida, pediu para visitar Nossa Senhora Aparecida. E diante do altar, a corrente se abriu sem intervenção alguma. O escravo ficou prestando serviços na Igreja.”* É possível estabelecer um paralelo entre o Milagre das correntes e a presença do Estado, representado num ato da Princesa Isabel:

Quem entra na Sala dos Milagres, na Galeria do Hotel Recreio, ao lado da Basílica, encontra uma grande corrente na parede e reza a crônica do Santuário, que no ano de 1857, um escravo fugiu de Curitiba e veio para Bananal, neste Estado, sendo preso e algemado. Ao passar pela Capela de Aparecida, pediu ao feitor licença para ver Nossa Senhora Aparecida. O feitor, renitente, nega – porém, condescendo, consente. E ao fazer o seu pedido de clemência, de liberdade, o escravo se ajoelha e ergue os braços algemados e faz a prece – e a corrente cai, tinindo no chão! Foi um dos conhecidos primeiros milagres de Nossa Senhora Aparecida a correr pelas vilas vizinhas, pela província e hoje está pintado no forro da Basílica Nacional e feito em artístico trabalho de madeira, em estilo da época, pelo artista Chico Santeiro, para o “Museu Nossa Senhora Aparecida”.

A Princesa Imperial Dona Isabel, também teve na cantada ladeira de Aparecida, o mesmo gesto maternal para com um escravo.

Quando houve o milagre, todo o escravo tinha esperança. E veio um, esperando a mesma graça de Nossa Senhora Aparecida.

Conseguindo do feitor entrar na Capela, rezou, fazendo o mesmo pedido. Mas a corrente não se abriu.

Ele rezou tristemente e cheio de Fé.

Levantou-se e descendo a antiga rua da Calçada, hoje ladeira Monte Carmelo, viu a comitiva da Princesa.

O escravo ajoelhou-se e pediu a bênção e misericórdia. E ela ordenou fosse o escravo posto em liberdade. As algemas caem pela segunda vez diante da Capela, por aquela que seria Redentora de todos os escravos do país.

As duas Rainhas, do céu e da pátria, tiveram para com o escravo o mesmo gesto de Amor (CAMARGO, 2010, p. 03).

Mais um milagre foi atribuído a Nossa Senhora, que para demonstrar sua força age sobre o cavaleiro sem fé e o converte.

Um cavaleiro de Cuiabá, passando por Aparecida, ao se dirigir para Minas Gerais, viu a fé dos romeiros e começou a zombar, dizendo, que aquela fé era uma bobagem. Quis provar o que dizia, entrando a cavalo na igreja. Logo na escadaria, a pata de seu cavalo se prendeu na pedra da escada da igreja (Basílica Velha), vindo a derrubar o cavaleiro de seu cavalo após o fato, a marca da ferradura ficou cravada da pedra. O cavaleiro arrependido, pediu perdão e se tornou devoto.

Seguindo nossos relatos, Nossa Senhora, por intercessão divina, curou a menina cega; atendendo aos apelos de um pai salvou o filho que não sabia nadar e que havia sido arrastado pela correnteza ao cair no rio; assim como intercedeu e salvou um homem do ataque de uma enorme onça.

Todos esses milagres atribuídos à Santa estão estampados no teto da Basílica Velha e na sala dos milagres do Santuário Nacional representando o momento inicial da devoção, o que deu força e fez com que a mesma ganhasse proporções cada vez maiores.



Figura 13 – Ex votos.

Fonte – Arquivo do Centro de Documentação e Memória Pe. Antônio Jorge – CSsR.

Atualmente registram-se muitos milagres concedidos aos devotos, o que cada vez mais fortalece a fé em Nossa Senhora e atrai mais visitantes em busca dessa experiência com o sagrado, assim manifestando seus sentimentos de gratidão e de esperança. É comum os fiéis trazerem seus ex-votos para serem entregues na Sala dos Milagres, confirmando assim a graça alcançada.

2.5- DO CULTO NA CASA DO PESCADOR À CONSTRUÇÃO DA BASÍLICA VELHA.

O catolicismo popular⁵² ganhou espaço em grande parte devido à dificuldade da Igreja em conseguir estar presente em todas as regiões, sobretudo nas áreas rurais do país. Aparecida enquadra-se nesse contexto.

Após o achado da imagem, os pescadores Domingos Garcia, João Alves e Filipe Pedroso, por estarem convencidos da pesca milagrosa acontecida no rio Paraíba, decidiram ficar com a imagem quebrada de Nossa Senhora da Conceição, à qual eles atribuíam o sucesso da pesca. Por consenso, a imagem encontrada ficou na posse de Filipe, em Lourenço de Sá, por cerca de nove anos, até 1739, data de seu falecimento.

A respeito dos cultos realizados na casa de Filipe sabemos que eram realizados, conforme costume da época, na sala de sua casa, num pequeno altar. Num primeiro momento, os cultos eram particulares, recebendo apenas parentes e amigos para as constantes rezas e, por este motivo, não necessitava de aprovação explícita da Igreja, uma vez que constava apenas de preces e louvores já.

Ainda em posse de Filipe, estabeleceu-se o segundo oratório, por seis anos, perto da Ponte Sá (próximo da atual Estação Ferroviária), e também o terceiro, por mais sete anos, na Ponte Alta, para onde se mudara (APARECIDA, 2010).

Em 1739 Filipe Pedroso mudou-se para o Itaguaçu, tendo, antes de morrer, confiado a Santa ao seu filho Atanásio, ao qual coube “a construção de um pequeno e tosco oratório de madeira, no quintal de sua casa”. A Santa, apesar das várias mudanças, voltava sempre ao local de origem, relembrando que foi no porto de Itaguaçu que foi retirada das águas do Paraíba (APARECIDA, 2010).

Até então a imagem ficava dentro do baú, guardada, e só era tirada de lá nas horas das preces, quando era posta sobre uma mesa. Na casa de Atanásio Pedroso, que ficou sendo seu quarto oratório, ela passou a ter altar e oratório de madeira, feitos por ele. Chamava sempre parentes e amigos e com eles rezava o terço e entoava cânticos (APARECIDA, 2010).

52 Para catolicismo popular ver: Azevedo (1995), Azzi (1974) Brandão (1986), Beozzo (1977), Hoornaert (1973), Londoño (2000), Rolim (1976) e Oliveira (1976).

A força da devoção popular fez com que crescesse cada vez mais a devoção a Nossa Senhora Aparecida. Um aumento significativo de devotos passou a visitar o oratório de Atanásio Pedroso, motivados pelas recentes notícias de milagres.

A devoção ganhou tamanha dimensão que ultrapassou a característica inicial de culto familiar, merecendo agora um olhar eclesiástico.

O número de devotos começou a aumentar, alguns sentiram-se favorecidos por graças e até por milagres, que apregoavam. A fama da Santa Aparecida foi crescendo e a notícia dos prodígios chegou aos ouvidos do vigário da Paróquia, Padre José Alves, que mandou seu sacristão, João Potiguara, assistir as rezas e observar. Baseado nas informações deste, e tendo ouvido outras pessoas, resolveu o vigário construir uma capelinha ao lado da casa de Atanásio, que, nessas alturas, estava morando no Porto Itaguaçu, onde a imagem fora encontrada (APARECIDA, 2010).

O aumento considerável de devotos fez com que a Igreja reconhecesse e legitimasse a devoção. O que era apenas popular agora também era institucional, fato que originou a primeira capela para a oficialização do culto a Nossa Senhora Aparecida, deixando para trás a fase dos oratórios familiares. Para erguer a capela era necessário aprovação das autoridades eclesiásticas que se apoiavam nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, que regulamentavam as construções de igreja e a celebração da eucaristia (BRUSTOLONI, 1998).

O Padre José Alves Vilella, vigário da Igreja de Santo Antônio de Guaratinguetá, oficializa o pedido de aprovação para a construção de uma capela com o título de Nossa Senhora da Conceição Aparecida. Foi enviado um documento relatando os milagres ocorridos em torno da imagem para o Bispo do Rio de Janeiro, Dom Frei João da Cruz, em cuja jurisdição se encontrava o Vale do Paraíba. A licença foi concedida em 5 de maio de 1743. A partir de então o culto foi assumido e aprovado pela Igreja (BRUSTOLONI, 1998, p. 64-65).

Ao providenciar a aprovação da devoção pelas autoridades da Igreja o Padre José Alves Villela pôde oficializar a construção do primeiro templo em louvor à Nossa Senhora Aparecida.

A construção da Capela no alto do Morro dos Coqueiros, hoje Praça Nossa Senhora Aparecida, foi concluída dois anos depois. Era feita de taipa e pilão, sendo aberta à visitação pública em 26 de julho de 1745 (dia consagrado a Santa Ana), data em que foi celebrada a primeira missa. Em 1750, os missionários jesuítas

afirmavam que os peregrinos vinham até o Santuário, recém-fundado, de lugares muito distantes, sem determinar a região de onde vinham (BRUSTOLONI, 1998).

Assim, o culto a Nossa Senhora Aparecida ganhou força, passando do que inicialmente eram reuniões familiares no povoado para o reconhecimento em várias regiões do Brasil. Alves (2005) vale-se de uma importante passagem de (Aparecida de Antenhote..., 1945, s/n), para descrever o cotidiano dos populares que habitavam a região onde foi fundada a capela.

... Nestas paragens, mais tarde batizadas pelos peregrinos com o nome de “Capela da Aparecida”, viviam algumas famílias que se entregavam aos labores da lavoura e outros misteres, vivendo numa tranquilidade, numa paz, numa calma invejáveis. Uma parte da população dedicava-se também à pesca no rio Paraíba, que em certas épocas do ano, fornece abundante peixe (ALVES, 2005, p. 35).

O desenvolvimento da devoção a Nossa Senhora Aparecida cresceu com a inauguração da capela. A Igreja intensificou suas ações por meio de romarias e festas que contavam com a presença de muitos devotos, comerciantes, viajantes e tropeiros. Cerca de 20 anos depois do achado da Imagem, a devoção já se espalhara pelas Províncias (Estados) de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, chegando logo depois ao Centro-Oeste e ao Sul do país (BRUSTOLONI, 1998).

No entanto, a relação entre a devoção popular e a Igreja Católica gerou conflitos. Por exemplo, ao reconhecer o culto, o padre José Alves Vilela tentou levar por algumas vezes a Santa para a Paróquia de Guaratinguetá, fato esse que não agradou o povo, alimentando no imaginário popular a história de que toda vez que se levava a Santa embora de algum lugar a imagem fugia de volta para a sua capelinha no bairro Itaguaçu. Sabe-se que, na verdade, o povo ia às escondidas e a trazia de volta (APARECIDA, 2010).



Figura 14 – Igreja Nossa Senhora Aparecida – ano de 1876.

Fonte – Arquivo do Centro de Documentação e Memória Pe. Antônio Jorge – CSsR.

A primeira capela, construída em 1745 no alto do Morro dos Coqueiros, não existe mais; durante 143 anos (1745 a 1888) abrigou a devoção. No mesmo lugar foi construído outro templo - Basílica Velha - após receber sucessivas reformas assumindo, com o tempo, um estilo barroco, destacando-se, principalmente, os anos entre 1760 e 1780, quando foi ampliada e reformada, recebendo nova fachada com duas torres.

De início pensava-se em demolir a torre que oferecia perigo, mas depois se decidiu pela demolição das duas torres e, posteriormente, a construção de uma nova fachada e de duas novas torres. A mudança nos planos ocorreu porque havia desejo de se construir uma igreja mais bela e mais condigna para abrigar a imagem da Senhora Aparecida. A riqueza que o ciclo do café estava trazendo ao Vale do Paraíba fazia aumentar o fluxo de peregrinos (A12, 2010).

A Igreja que existe ainda hoje foi inaugurada em 1888 pelo frei Joaquim Monte Carmelo e, em 1908, recebeu do Vaticano o título de Basílica de Aparecida. Trata-se da Matriz Basílica, popularmente conhecida como Basílica Velha.

Reconhecendo sua importância religiosa e histórica, a Basílica Velha foi tombada como monumento de interesse histórico-religioso e arquitetônico pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo⁵³ (Condephaat).

A nave central é adornada com pinturas, feitas em 1878 pelo artista plástico alemão Thomas Driendl, que retratam os milagres de nossa Senhora Aparecida. O altar-mor e o retábulo são esculpidos em mármore de Carrara; nas paredes laterais, seis nichos abrigam imagens religiosas esculpidas em cedro e trazidas da Bahia no ano de 1878. O alicerce do templo é feito em pedra, as paredes de tijolos e os batentes das portas em pedras lavradas (A12, 2010).

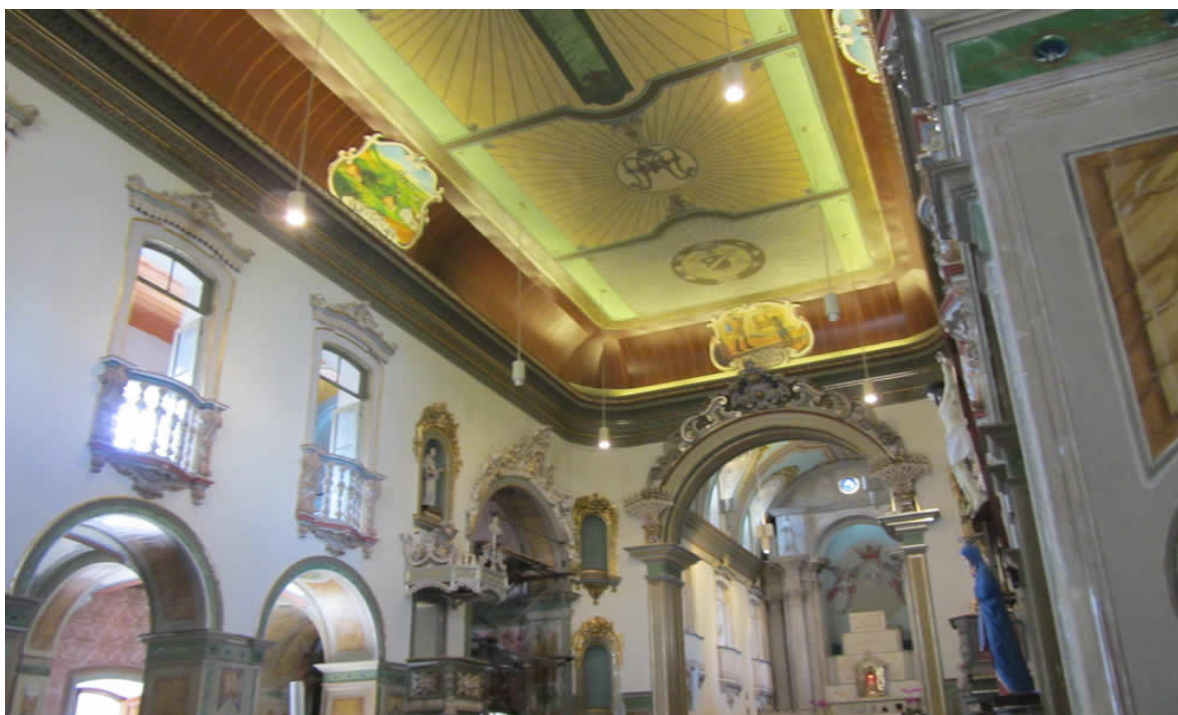


Figura 15 – Interior da Basílica Velha.

Fonte – Arquivo do Centro de Documentação e Memória Pe. Antônio Jorge – CSsR.

Atualmente a Basílica Velha passa por restauro, que objetiva devolver à Igreja suas feições originais. Em 1985, sem projeto aprovado no Condephaat, foi feita uma repintura que cobriu grande parte da arte mural da capela do Santíssimo, pintada

53 Resolução nº II de 18 de abril de 1982.

pelos Pe. Bento e Pe. André em 1904, conforme projeto enviado da Alemanha pelo artista sacro redentorista Maximilian Schmalz⁵⁴ (A12, 2010).

A Matriz Basílica acolheu a imagem de Nossa Senhora durante 94 anos (1888 – 1982) quando foi transferida definitivamente para o Santuário Nacional. No entanto, o local, que abriga uma replica da Imagem e uma extensa programação de missas e eventos festivos, continua a ser frequentado pelos devotos.

A preservação desse importante patrimônio religioso e histórico fortalece a devoção a Nossa Senhora Aparecida. Notamos que existe uma relação íntima entre a Basílica Velha e o devoto local, tendo em vista que ela é um dos principais atrativos turísticos da cidade, e mesmo após a construção da Basílica Nova se mantém entre os principais pontos de visitação, principalmente para os moradores mais antigos, como se depreende de depoimento como este.

A intimidade sempre vai ser com a Igreja Velha. O aconchego é dez vezes maior que dentro do Santuário. A pia batismal que está na Igreja Velha é onde eu fui batizado. É a mesma. A cúpula que cobre ela é a mesma, a correia que segura é a mesma, não mudou, é a mesma, literalmente a mesma, só a água que não é a mesma. ... vai ver é a mesma até (ELACHE, 2011-5).

Ou ainda este:

Quando inaugurou a Basílica Nova ai Nossa Senhora foi de carro de bombeiro para a Nova, e fechou a Velha para reforma. Para nós que trabalhava aqui foi difícil, passamos situação difícil, porque o pessoal subia aqui e a Basílica fechada, voltava. Só quando abriu é que começou as missas e que voltou o movimento (FERNANDES⁵⁵, 2011-3).

Existe uma forte ligação dos entrevistados com a Basílica Velha, talvez justificada pela tradição, pela busca de suas origens.

Os grupos de congada e moçambique se apresentam no centro histórico, sendo a Basílica Velha o local predileto para realizarem suas manifestações. Talvez o que os aproximam seja a tradição. Muitas dessas manifestações seguem

⁵⁴ O projeto original das pinturas murais para a Basílica Velha foi elaborado pelo Irmão Redentorista Maximilian Schmalz, que o enviou da Alemanha. São de sua autoria também o missal com iluminuras e os quadros da Via Sacra. Estes projetos foram executados na Basílica pelos religiosos pintores Ir. André Speer e Ir. Bento (Joseph) Hübl, ambos alemães, em 1904. Irmão Bento é também autor de dezenas de imagens de santos, hoje no Museu dos Redentoristas, situado ao lado da Basílica. In: A12 - Portal do grupo Aparecida de comunicação, 2010.

⁵⁵ O Sr. Jorge Fernandes, 67 anos, natural de Passo Fundo-MG é Fotógrafo e trabalha na Praça Nossa Senhora Aparecida a mais de 40 anos.

linhagem, são hereditárias e buscam manter o mesmo local onde o avô realizava o folguedo.

Essa divisão espacial no primeiro momento é imperceptível. No entanto, se compararmos com a Basílica Nova, iremos notar diferenças, apesar do legado deixado pelos padres Redentoristas.

Os Redentoristas apresentam em termos de organização um forte controle sobre o espaço do Santuário Nacional, o que não ocorre na Basílica Velha.

O Santuário Nacional tem proporções gigantescas e muitas vezes, não conseguimos entender sua estrutura, ele é administrado como uma cidade a parte. Para essa pesquisa, tentamos por muitas vezes, conseguir o organograma do Santuário Nacional para tentar entender a organização e administração do espaço e não obtivemos resposta. Até mesmo para realização das entrevistas foi preciso pedir autorização no setor de imprensa. Nos demais espaços, incluindo a Basílica Velha o controle é menor e foi possível conversar abertamente com os devotos.

A Basílica Velha, localizada na Praça Nossa Senhora Aparecida é administrada pela paróquia de Nossa Senhora Aparecida. Por estar fora dos muros do Santuário depende mais do poder público do que da Igreja para realizar suas ações. Desde a solicitação do espaço urbano para os dias de festas e eventos até a infraestrutura local, iluminação, limpeza de vias e organização de trânsito para atender o turista. O acaba criando um dialogo mais aberto com os demais setores da sociedade.

Se por um lado à organização cada vez mais profissional dos serviços prestados pelo Santuário podem atrair mais turistas ao local. Por outro corre-se o risco de perder a espontaneidade das manifestações populares.

Mesmo estando em processo de restauro a Basílica Velha encontra-se aberta ao público, concedendo bênçãos e realizando acolhimento nos finais de semana, além da celebração diária de missas⁵⁶. Desde 2008 as missas passaram a ser transmitidas, de segunda a sexta-feira, ao vivo, pela TV Aparecida.

⁵⁶ Missas: 2ª feria - 4ª feria - 5ª feria - 6ª feria - 7:00 e 19:00; 3ª feria – 7:00 – 16:00; Sábado – 15:00 e 19:30; Domingo – 20:00.

2.6- A PRESENÇA DOS REDENTORISTAS.

A passagem do Império para a República modificou as estruturas sociais, deixando mais forte a presença do Estado no dia a dia das pessoas, o que causou estranhamento, principalmente para aqueles que viviam nas áreas rurais, acostumados ao catolicismo popular. Exemplos como o de Antonio Conselheiro, em Canudos, demonstram isso⁵⁷.

O projeto de dessacralização do Estado não conseguiu eliminar as manifestações religiosas já enraizadas no ideário religioso popular desde a introdução do catolicismo no período colonial. Nesse contexto, a Igreja tratou logo de buscar uma alternativa para a retomada de espaço. Data desse momento o processo de romanização da Igreja no Brasil, que ganhou maior liberdade e um aumento significativo no número de arquidioceses, dioceses, prelazias, padres estrangeiros e vocações brasileiras (ALVES, 2005). Para a Igreja tudo isso significou o fortalecimento das suas estruturas internas e institucionais.

A disputa entre o catolicismo popular e o oficial, tomou corpo na segunda metade do século XIX, no contexto da romanização. No entanto, ao longo de nossa história, o catolicismo popular conviveu e fundamentou suas bases no catolicismo oficial. Para o devoto não havia problema em transitar entre ambos, pelo contrário, acreditava que um legitimava o outro. No entanto, para a Igreja, o catolicismo popular, centrado no culto familiar e na devoção aos santos, não contemplava os sacramentos, sobretudo a eucaristia, função do clero.

No Vale do Paraíba paulista, podemos observar o projeto de romanização da Igreja em Aparecida com a vinda da Congregação do Santíssimo Redentor, da Baviera, ou Redentoristas, em 28 de outubro de 1894, trazidos pelo bispo Dom Joaquim Arcoverde Cavalcanti para administrar interinamente, a partir de 1895, o já popular Santuário de Aparecida. O objetivo principal dos redentoristas ao assumir era:

⁵⁷ A transição para o novo regime foi feita sem grandes alterações socioeconômicas ou participação popular não incorporou as classes menos favorecidas da população. Nas três primeiras décadas o Brasil era um país agrário onde, 70 % da população habitavam o campo e viviam em um contexto de miséria e sofrimento o que fez surgir vários movimentos populares de contestação ao novo regime. Para Fausto (2009), esses movimentos podem ser divididos em três grandes grupos: os que combinaram conteúdo religioso com carência social, os que combinaram conteúdo religioso com reivindicação social e os que expressaram reivindicações sociais sem conteúdo religioso.

Combater as superstições e o fanatismo, catequizar, exercer o controle financeiro sobre as esmolas trazidas pelos romeiros destinando-as a obras prioritárias como seminários, e moralizar as romarias. É dos santuários que parte a influência romanizadora sobre as massas rurais (OLIVEIRA, 1985, p. 289).

Os Redentoristas vieram para o Brasil no final do século XIX dentro de um projeto de romanização e europeização do catolicismo brasileiro e com uma missão muito clara: utilizar o Santuário como polo da devoção oficial e controlar a devoção popular⁵⁸.

A presença da congregação seria benéfica e ajudaria a controlar as áreas rurais, imensas e dispersas pelo território, e as romarias.



Figura 16 – Primeira turma de Padres da Congregação do Santíssimo Redentor - 1894.
Fonte – Arquivo do Centro de Documentação e Memória Pe. Antônio Jorge – CSsR.

⁵⁸ Atualmente os missionários redentoristas estão prestando seu trabalho pastoral em alguns dos mais conhecidos santuários do Brasil: Santuário do Divino Pai Eterno, em Trindade (GO); Santuário do Bom Jesus da Lapa, em Bom Jesus da Lapa (BA); Santuário de Nossa Senhora Aparecida, em Aparecida (SP); Santuário de Nossa Senhora do Rocio, em Paranaguá (PR); Santuário de São Geraldo, em Curvelo (MG).

Inicialmente, a Congregação dos Missionários Redentoristas era composta por padres alemães, da região da Baviera, destacando-se a participação do Padre Gebardo Wiggermann, responsável pela direção do projeto no Brasil⁵⁹.

Outra iniciativa importante dos Redentoristas, ocorrida em 1898, foi a criação do Seminário Santo Afonso, em Aparecida, e também o Seminário São Geraldo (1956), em Potim - SP, para garantir a formação dos Irmãos, assegurando a continuidade da Congregação no Brasil.

Ao adquirir o status de Basílica a Igreja sentiu a necessidade de melhorar sua organização para conseguir expandir seu alcance e difundir a devoção a Nossa Senhora Aparecida. Constata-se que a presença dos padres e irmãos da Congregação dos Missionários Redentoristas contribuiu de forma eficaz para esse processo. Além de trabalhar no atendimento aos romeiros os Redentoristas tinham outras aspirações.

A escolha, por Dom Arcoverde, da equipe missionária dos Redentoristas deveu-se à envergadura do trabalho que faziam. Pois exigia, e ainda exige, um grupo de evangelizadores disponível, coeso e preparado para administrar a Basílica, missionários populares com prática no trato com peregrinos e mentalidade religiosa bem próxima da brasileira, o que seria bem mais difícil conseguir com um grupo de padres seculares (MAIO, 2004).

A Congregação Redentorista está organizada no Brasil por regiões e sub-regiões conhecidas como Províncias e Vice-províncias. Atualmente existem cinco Províncias: Província de São Paulo - Estado de São Paulo e o Triângulo Mineiro; Província de Porto Alegre - Rio Grande do Sul e Santa Catarina; Província Campo Grande - Mato Grosso do Sul; Província de Goiás e Província do Rio de Janeiro; e cinco Vice-províncias: Vice-província da Bahia; Vice-província de Manaus; Vice-província de Recife; Vice-província de Fortaleza e Vice-província de Sergipe.

Na Província de São Paulo atuam em muitas áreas de serviços sociais, profissionais, pastorais e humanitários, nas seguintes cidades: Aparecida (SP),

⁵⁹ A Congregação do Santíssimo Redentor (C.Ss.R.) é um instituto composto por padres e irmãos, fundado por Santo Afonso de Ligório em 1732, em Scala, Itália. Atualmente há mais de 6 mil redentoristas no mundo. São 2.480 na Europa; 1.490 na América Latina; 1.133 na América do Norte; 826 na Ásia e Austrália; 157 na África. In: A12, op. cit., 2010.

Araraquara (SP), Campinas (SP), Diadema (SP), Miracatu (SP), Potim (SP), Santa Bárbara D' Oeste (SP), São João da Boa Vista (SP), Tietê (SP).

Existem trabalhos dos missionários em várias partes do mundo, e do Brasil, coordenando Santuários importantes como é o caso de Aparecida. Vale destacar a experiência dos Redentoristas para prestar trabalho pastoral, respeitando e acolhendo as romarias e a religiosidade popular, aproximando-se cada vez mais do povo. Nesse sentido, é positiva a escolha dos Redentoristas para administrar a Basílica Velha e também erguer um santuário (BRUSTOLONI, 1998). Os redentoristas, destacam suas principais realizações em Aparecida:

A coroação de Nossa Senhora (1904) e a sua festa jubilar (1929). A Declaração de Nossa Senhora como Padroeira do Brasil (1931). O início da construção da Basílica Nacional (1954). A aquisição da Rádio Aparecida (1951).

O grande Jubileu dos 250 anos do encontro da imagem de Nossa Senhora Aparecida (1967): uma mobilização nacional católica, quando a imagem da padroeira peregrinou por várias partes do Brasil. A visita do papa João Paulo II e sagração da Basílica Nacional (1980). O XI Congresso Eucarístico Nacional e a Instalação da Academia Marial de Aparecida (1985). As primeiras transmissões de missas pela TV Cultura (1987) e Rede Vida (1996). O "Ano Centenário" dos Redentoristas no Brasil (1993-1994). A inauguração da TV Aparecida (2005). A organização logística da CELAM-2007 e a visita do papa Bento XVI. A implementação de um Portal na Internet (2010) (A12, 2010).

Outro aspecto que é preciso levar em conta no trabalho dos Redentoristas é a comunicação entre a Igreja e o povo. Assim, foram responsáveis pela criação de editora, jornais, revistas, rádios e TV. Sobre essa relação iremos aprofundar a discussão no último capítulo.

2.7- A ATUAL BASÍLICA, O MAIOR SANTUÁRIO MARIANO DO MUNDO.

Diante da crescente devoção, o projeto de construção de uma nova Basílica era a oportunidade da Igreja ampliar o alcance aos fieis e tutelar as manifestações religiosas populares.

No ano de 1946 foi escolhido o local, respeitando as características geográficas favoráveis. Segundo o site oficial do Santuário, o plano inicial era que fosse construído atrás da Basílica Velha, mas não conseguiram comprar o terreno. Outro plano seria a sua construção no Morro do Cruzeiro. Apesar de terem adquirido o terreno, a obra foi desaconselhada por técnicos que visitaram a área⁶⁰, chegando à escolha definitiva do Morro das Pitas, bem próximo do Morro dos Coqueiros, onde está localizada a Basílica Velha⁶¹.

Os serviços de terraplanagem, segundo o site oficial tiveram início dia 07 de setembro de 1952 e terminaram em 1954⁶². No ano seguinte iniciaram-se as obras, primeiramente, pela Nave Norte, depois a Torre Brasília, a cúpula central. Em meados de 1972 foram construídas a Capela das Velas e a Nave Sul, passando depois para as Naves Oeste e Leste e as alas intermediárias.

Foram 21 anos entre o início, com a pedra fundamental, até sua inauguração, em 15 de Agosto de 1967⁶³, mesmo estando a obra inacabada. Justificava-se a

⁶⁰ O Morro do Cruzeiro faz parte atualmente dos principais pontos turísticos da cidade. A primeira cruz no alto do morro foi fixada em 1925. Ele possui 685 metros de altitude, com uma enorme cruz moldada em aço, que mede 23 metros de altura e pesa 25 toneladas, representando o símbolo das missões. Na parte posterior fica o sepulcro com a imagem do Cristo Morto. Todo o itinerário da Via-Sacra recebeu artísticos painéis que lembram os passos da Paixão do Senhor. Conta com as 14 estações da Via Sacra, em estilo neoclássico, elaboradas em bronze pelo artista Adélio Sarro. Com caminho asfaltado, o Morro do Cruzeiro é uma rota de peregrinação, proporcionando uma bela vista da cidade. In: A12, op. cit., 2010. Ver fotos do Morro do Cruzeiro em anexo II.

⁶¹ O terreno foi comprado no valor de 300 contos de réis. O projeto pretendia atender o peregrino, especialmente da zona rural, construindo igreja e obras sociais (parques, escolas, exposição agrícolas...). Dom José Gaspar de Afonseca e Silva, Arcebispo de São Paulo, prometeu a construção de um novo templo. Ele assinaria a escritura depois de uma viagem. Mas faleceu quando seu avião caiu no mar ao voltar para o Distrito Federal (Rio de Janeiro). Em 1944, Dom Carlos Carmelo de Vasconcello Motta assume no lugar de Dom José e em 1946, na reunião do convento dos Padres Redentoristas de Aparecida para elaborar o plano da Nova Basílica. Estavam presentes o então interventor federal em São Paulo, o Provincial dos Pes. Redentoristas, o Procurador Geral do Estado e o Prefeito da Cidade de Aparecida. Lacradas as escrituras de compra, o terreno seria no Morro das Pitas (aprox. 400 mil m² - Cr\$ 468.410,00). In: A12, op. cit., 2010.

⁶² Ver foto sobre os serviços de terraplanagem em anexo II.

⁶³ No dia 10 de setembro de 1946 foi o lançamento da Pedra Fundamental e respectiva benção.

pressa na inauguração como um presente aos devotos, pois naquele ano comemorava-se o 250º Aniversário do encontro milagroso da imagem, em 1717.

A honra de abrir a celebração do 250º Aniversário coube ao Pontífice Papa Paulo VI, que não pode vir, sendo representado por um legado especial do Vaticano, ofertou uma “Rosa de Ouro”⁶⁴ à Padroeira do Brasil, em sinal de particular estima.

Contudo, somente em julho de 1980 o Papa João Paulo II, ao visitar o Brasil, em cerimônia solene, consagrou oficialmente a Basílica a Nossa Senhora da Conceição Aparecida, elevando-a ao status de maior Santuário mariano do mundo.

Com o objetivo de atender à crescente demanda, fazem-se constantes obras de manutenção no templo, ao mesmo tempo em que se dá continuidade ao acabamento artístico do interior do Santuário⁶⁵.

2.7.1- Organização do Santuário.

Diante da importância dos aspectos da organização do Santuário e para a recepção do crescente número de devotos, abordaremos passo a passo sua estrutura física e de funcionamento. Apoiados nos números, podemos considerar que para atender 45.000 pessoas em um único dia é preciso ter uma logística muito bem elaborada, com uma eficiente infraestrutura de apoio e pessoas bem

Estavam presentes: Cardeal-Patriarca de Lisboa, Cardeais do Rio de Janeiro e São Paulo, representante do Governo Federal Interventor Federal, Procurador Geral do Estado, Prefeito de Aparecida, Provincial dos Redentoristas, bispos e Arcebispos de todo o Brasil.

A Pedra Fundamental continha singelamente a inscrição “REGINAE BRASILLIAE”: Rainha do Brasil, e dentro da urna, além de outros documentos, foi colocado um estojo com terra de Fátima especialmente trazida pelo Cardeal-Patriarca de Lisboa, além da ata da cerimônia. in: A12, op. cit., 2010.

⁶⁴ A Rosa de Ouro é bem público e simbólico que o Papa oferece a Santuários, cidades ou pessoas como prova de particular estima. As cidades agraciadas com a Rosa de Ouro são: Veneza (Itália), Bolonha (Itália), Sena (França), Savona (Itália), Luca (Itália) e Gôa (Índia). In: A12, op. cit., 2010. Ver foto em anexo II.

⁶⁵ Como exemplo podemos citar as obras realizadas em 2006. O revestimento externo em estrutura metálica da Cúpula do Altar Central e troca do telhado da Nave Sul assim como, o revestimento interno de tijolos na mesma nave. Ampliação das instalações sanitárias, com adaptação pra pessoas com deficiência física. Tivemos também o revestimento das paredes da Basílica com cenas que retratam o Evangelho. São 10 painéis na Nave Sul que retratam a “Infância de Jesus”. Segundo o artista plástico Cláudio Pasto, “a arte em azulejo valoriza a cerâmica nos elementos decorativos previstos no projeto de acabamento da Basílica”.

Nas próximas Naves os painéis retrataram: “Vida Pública de Jesus – Nave Norte”, “Paixão de Jesus – Nave Oeste”, “Ressurreição – Nave Leste Portal do grupo Aparecida. In: A12, op. cit., 2010.

preparadas para receber os visitantes. Diante disso é que propomos um olhar mais atento às instalações que compõem atualmente esse complexo religioso.



Figura 17 – Santuário Nacional⁶⁶

Fonte – Arquivo do Centro de Documentação e Memória Pe. Antônio Jorge – CSsR.

O Santuário Nacional impressiona com suas gigantescas dimensões, passando uma presença imponente do catolicismo para quem chega à cidade. Mesmo os que esperavam o encontro, se encantam se sentem acolhidos. Para muitos, chegar ao Santuário é como chegar à Meca, uma experiência única. Ao longo da pesquisa de campo pude notar que a grandiosidade da arquitetura dialoga diretamente com o sentimento dos devotos, passando a ser o encontro com o Santuário sinônimo de encontro com o sagrado o que justifica todo o percurso realizado até Aparecida.

66 Benedito Calixto foi o arquiteto contratado para a elaboração do projeto, que foi pedido em forma de cruz grega. Em 1945, o então cardeal de São Paulo, Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta levou ao Vaticano o projeto da, então, futura basílica, que foi julgado como brilhante pela comissão examinadora.

A Basílica possui dimensões apreciáveis, com 173 metros de comprimento, 168 metros de largura, área coberta aproximada de 18.000 metros quadrados, cúpula com 80 metros de altura, quatro naves dispostas em cruz, cada uma com 40 metros, e uma torre com 108 metros. A capacidade é para 45.000 pessoas. Em agosto de 2004 foram colocadas 257 mil telhas azuis da cor do Manto de Nossa Senhora. In: A12, op. cit., 2010.

Trabalham no Santuário cerca de 26 padres, 5 Irmãos, 18 religiosos (irmãos e irmãs) e mais de 800 voluntários, além de 1 300 funcionários, sendo 35 nas Obras Sociais das Paróquias da Arquidiocese (SANTUÁRIO NACIONAL, 2012, p. 25).

Outro ponto que merece destaque é a parte artística e paisagística do Santuário Nacional que a cada dia vem recebendo novas obras, por acreditar-se ser este um importante veículo de evangelização. Nesse sentido, o Jardim Norte, localizado na entrada principal do Santuário, com 3.825 metros quadrados, possui muitas árvores, canteiros de flores, duas fontes com iluminação colorida e bancos, o espaço é destinado ao descanso dos devotos. Temos também o Morro do Presépio, com gruta, cascata, lago, mirante e mais de 70 setenta imagens, além das obras do artista plástico Cláudio Pasto no interior da Basílica Nacional. São 34 painéis em azulejo que embelezam as arcadas superiores das quatro naves e outros três painéis sobre os pórticos (norte, leste e oeste) da basílica. A nave sul não tem pórtico, neste local está localizada a imagem da Padroeira do Brasil. Um painel denominado painel das mulheres (do antigo e novo testamento) embeleza a parte inferior do trono da Virgem Aparecida.

Em vários locais do Santuário Nacional temos vitrais que trazem, além do efeito das cores, predominando os tons em azul, também a sensação de acolhimento. Como, por exemplo, os vitrais instalados na nave sul, que abriga a imagem de Nossa Senhora Aparecida, e também na nave norte, oferecem tonalidades diferentes que embelezam e trazem mais aconchego à grande Basílica.

Para permitir o atendimento aos turistas e devotos, com seus serviços religiosos e profanos, a Basílica Nova organiza suas atividades ocupando o térreo, o subsolo e o setor externo.

Todo esse aparato é justificado pela ideia de construir uma infraestrutura adequada para o atendimento dos milhares de visitantes, buscando qualidade na prestação dos serviços religiosos. Podemos resumir essa proposta do Santuário Nacional no Slogan: *Acolher bem também é evangelizar*, utilizado em muitas campanhas realizadas pela Igreja.

Esse slogan gera uma discussão importante a respeito da estrutura de funcionamento do Santuário. De um lado temos a Igreja que acredita que suas ações estão voltadas para o acolhimento e de outro temos os críticos que associam

essa mesma estrutura à ordem do capital, do turismo de mercado, etc. Tais questões iremos discutir com mais ênfase no último capítulo.



Figura 18 – Mapa de localização.

Fonte – Arquivo do Centro de Documentação e Memória Pe. Antônio Jorge – CSsR.

Baseados em dados de observação pessoal e do próprio Santuário, referentes ao ano de 2010, é que faremos a descrição dos principais lugares e atividades de que dispõe a Igreja para acolher e evangelizar.

2.7.2- Térreo.

A área térrea do Santuário, dividida em Naves, ao atender 45.000 pessoas demonstra que foi muito bem planejada.

2.7.2.1- Nave Norte

A primeira parte da basílica a ser construída foi a Nave Norte e depois a Torre Brasília. Atualmente a Torre abriga: Mirante, Administração, Central de Informações,

Museu da Arte Sacra e Centro Documentação e Memória. Temos também a Tribuna Dom Aloísio Lorscheider, localizada no Pátio João Paulo II.

A Torre da Basílica⁶⁷ foi doada pelo então Presidente, Juscelino Kubitschek de Oliveira e recebe o nome de *Torre Brasília* em sua homenagem. Atualmente abriga o Mirante, de onde se tem uma visão privilegiada de toda cidade, a Administração, Central de Informações, Museu da Arte Sacra, que fica no 2º andar da Torre e conta com acervo de mais de três mil peças, além do Centro de Documentação e Memória,⁶⁸ muito utilizado por pesquisadores.

A presença do então presidente da República Juscelino Kubitschek movimentou a cidade. O fotógrafo Fernandes que já trabalhava na Basílica Velha e acompanhou a construção do Santuário Nacional desde a terraplanagem nos conta.

Eu vi começar a basílica desde baixo, e quando foi levantada o Juscelino Kubitschek veio aqui, fotografei ele, eu tenho foto dele lá em casa, foi quando ele deu a torre da basílica, a torre foi o Juscelino (FERNANDES, 2011-3)

A visita ilustre do então presidente Juscelino Kubitschek à cidade de Aparecida pode ser entendida não só como prova de bom relacionamento com a Igreja, mas, também, como estratégia política para aprovação e legitimação do governo. Este tema será abordado com mais ênfase no último capítulo.

Temos também, desde 2008, a Tribuna Dom Aloísio Lorscheider⁶⁹ localizada no pátio das Palmeiras, no lado norte da Basílica. Esse é mais um espaço reservado para eventos e acolhida das romarias que visitam o local.

⁶⁷ A Torre Brasília, toda de estrutura metálica mede 109 metros de altura, incluindo a cruz; tem 18 andares. Utilizou cerca de 400 sacas de cimento em sua base. Ela tem 669 metros de altura em relação ao nível do mar. A área revestida pelo piso, nas partes interna e externa do Santuário, soma 24.500 metros quadrados. In: SANTUÁRIO NACIONAL, op. cit., p. 30. Ver foto em anexo.

⁶⁸ Os arquivos do Centro, no 5º andar da Torre, permitem acesso ao público apenas para pesquisas direcionadas, ou em algumas exposições temporárias organizadas no Santuário durante o ano.

Possui hoje aproximadamente 16 mil imagens (fotografias, slides e negativos) e 3 mil documentos textuais, desde os primeiros padres Redentoristas em Aparecida (1894), passando pela construção da Basílica Nova até os dias atuais. Todo documento que chega ao Santuário, através de doação ou recolhimento, é limpo (higienizado), catalogado e guardado (acondicionado) de tal forma que seja preservado durante muitos anos. In: SANTUÁRIO NACIONAL, op. cit., p. 27.

⁶⁹ Dom Aloísio Lorscheider foi ex-presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) (1971-1978) e arcebispo emérito de Aparecida (SP). Embora não esteja sepultado na Capela da Ressurreição, Dom Aloísio é muito querido por toda a população de Aparecida e pela Comunidade Redentorista. O Cardeal foi um dos idealizadores da Campanha dos Devotos que hoje mantém o Santuário nacional. In: SANTUÁRIO NACIONAL, op. cit., p. 34. Ver foto da Tribuna Dom Aloísio Lorscheider em anexo II.

2.7.2.2- Cúpula central.

Em 2001 tiveram início as obras do atual Altar Central⁷⁰ idealizado pelo artista Cláudio Pasto e equipe. A Mesa da Celebração e a da Palavra (ambão) foram feitas de um mesmo bloco de granito: “Cristo, palavra encarnada, no Santuário, faz-se pão para todos”. O novo altar tem a forma de mesa, para significar que os cristãos devem ter um só coração (A12, 2010).



Figura 19 – Altar Central.

Fonte – Arquivo do Centro de Documentação e Memória Pe. Antônio Jorge – CSsR.

A disposição do Altar Central possibilita que, de qualquer canto da Basílica, se possa acompanhar visualmente a missa.

⁷⁰ Dimensões: - Altar: 1,70 m x 1,70 m; peso: 3 toneladas e meia; Ambão: 1,10 m x 0,80 m; peso: 1 tonelada e meia; cores: vermelho- brasílica e rosa – Goiás. In: SANTUÁRIO NACIONAL, op. cit., p. 34.

2.7.2.3- Nave Sul.

Localiza-se na Nave Sul a Sacristia, onde os padres se preparam para rezar as missas, a Sala das Ornamentações, local destinado às flores e à decoração do Santuário, além da Secretaria de Pastoral, responsável pela organização dos eventos e informações, registro das romarias, etc.

Localizada no Pátio das Palmeiras, na Nave Sul da Basílica, a tribuna Papa Bento XVI, inaugurada em 03 de outubro de 2008, é um dos importantes espaços reservados para eventos externos.

Em agosto de 2011 foram colocadas nas pilastras que sustentam as colunatas do pátio João Paulo II, ao redor da Tribuna Bento XVI, as estátuas dos 12 apóstolos. O projeto é inspirado na estrutura da Basílica de São Pedro, em Roma. As obras são do artista plástico Alexandre Moraes, autor também das obras idealizadas para o Morro do Presépio. Feitas em cimento com decoupage em cobre pesam cerca de 4 toneladas e medem 4 metros de altura cada uma.⁷¹ (www.a12.com.br).

O lugar mais visitado de todo o Santuário é o Nicho da Imagem, onde se localiza a imagem original de Nossa Senhora da Conceição - encontrada pelos pescadores em 1717 - adornada com manto azul e coroa de ouro com diamantes ofertada pela Princesa Isabel em 1884⁷².

Pude observar, em pesquisa de campo, que muitos dos devotos se referem ao nicho de Nossa Senhora Aparecida como “os pés da Santa”, sendo assim, um dos primeiros lugares a serem visitados ao chegarem ao Santuário.

Mas a gente vê muita gente pagando promessa. Sai de lá da Basílica de joelho, sangrando, chorando, quase desmaiando e vai nos pé da Santa e volta... Não pode andar com o joelho inchado, diz ai gente eu fiz isso por que eu precisava cumprir esse voto. Outros saem da basílica velha e vai lá para a basílica nova. É uma tradição que com certeza eles receberam milagres e vem pagar esse voto pra Nossa Senhora Aparecida (Fernandes, 2011-3).

⁷¹ Ver fotos da Tribuna Bento XVI, Estátuas dos 12 Apóstolos e Morro do Presépio em anexo II.

⁷² Ver fotos do Nicho da Imagem em anexo II.

Durante a pesquisa observei que muitos romeiros afirmam: primeiramente deve-se cumprir a obrigação: assistir a primeira missa e ir nos “pés da Santa”; depois estão liberados para passear, conhecer a cidade, ir a feira, etc.

Outro ponto importante de visitação da Nave Sul do Santuário é a Capela de São José⁷³. Inaugurada em 2005, presta homenagem a José, esposo de Maria e pai terrestre de Jesus. Chama a atenção a riqueza de detalhes da parte interna da capela, cada um deles tem um significado.

2.7.2.4 - Nave Oeste

Localizada na Nave Oeste, a Capela das Velas⁷⁴ foi construída com o objetivo de acolher pequenos grupos, servindo para celebrações eucarísticas, momentos de adoração comunitários e pessoais.

Uma das Capelas mais visitadas do Santuário é a Capela das Velas, onde cada visitante pode acender a sua vela e fazer as suas orações. Assim, como a vela se consome para iluminar, o gesto de acendê-la nesta Capela, externa a gratidão por uma graça alcançada, mas nos lembra também que Jesus é a verdadeira luz, que não se cansa de consumir-se, para iluminar as nossas vidas. Fazendo de nós seus discípulos, sinais da presença de sua luz no mundo (A12, 2010).

A Capela das Velas chama a atenção pela infinidade de velas acesas, de todos os tamanhos. Cada vela, acesa por visitantes de todo o país, representa um pedido ou um sinal de uma graça alcançada.

⁷³ O piso tem desenhos de lírios que se abrem e simbolizam a pureza e a sabedoria. No corredor central e na parte superior do painel central, estrelas de Davi lembram que São José é da descendência do Rei Davi. O painel "Sonho de José" é uma obra do artista plástico Cláudio Pastro, que apresenta a passagem bíblica: "José, filho de Davi, não tenhas medo de acolher Maria como tua esposa, pois o que ela concebeu é obra do Espírito Santo..." (Mt 1,20-21). José está deitado à sombra de uma tamareira, plantada junto às águas, lembrando o texto do Salmo 1, onde o justo é como a árvore, que sempre está cheia de vida porque está junto às águas. Também o cajado de José, brotando, retrata que o justo é aquele que vive sempre da Graça de Deus. Os pombos simbolizam a oferta dos pobres, tudo o que é ofertado com simplicidade de coração, pois este é um lugar de sacrifício agradável a Deus. A grande cúpula da Capela é toda em tons de ouro: a luz, Cristo Luz, Pentecostes, a plenitude Pascal. Ela nos indica que Deus é a luz plena e que esse grande vazio é espaço para o invisível presente. In: SANTUÁRIO NACIONAL. op. cit., p. 12. Ver imagem da capela de São José em anexo II.

⁷⁴ Ver imagem da Capela das Velas em anexo II.

2.7.2.5- Nave Leste.

A Capela do Santíssimo é um dos destaques da Nave Leste; sua construção teve início em 2006, sendo concluída em 2008. A capela é símbolo do Espírito Santo e é rica em detalhes desde sua entrada até o altar.

A cúpula foi toda revestida de pastilhas de porcelana banhadas a ouro, com um barrado de dois metros de altura. A capela do Santíssimo fica à direita do altar central, em direção ao sul. a frase "Panis Angelorum Cibus Viatorum", escrita no gradil de entrada, significa "pão dos anjos, alimento dos viandantes" nos remetendo à ideia de pão e alimento. É Deus que vem morar no pão. O piso de granito é modulado em quadriculados, com peixes duplos; uma ala ou tapete central, desde a entrada até o altar, representa a água, símbolo do Espírito, da vida e da graça.

No retábulo existem cinco mosaicos italianos, presentes do Papa João Paulo II quando de sua primeira visita ao Brasil. Eles trazem a representação dos quatro evangelistas (Mateus, Marcos, Lucas e João) e, no centro, o Cordeiro Pascal.

Além disso, a Capela possui duas esculturas, criadas pelo artista Adélio Sarro e representam cenas dos Lavapés e de Emaús. (A12, 2010).

A estrutura das Capelas demonstra a boa organização presente no Santuário, ampliando a opção de celebrações eucarísticas e momentos de adoração para os devotos e turistas.

2.7.2.6- Subsolo.

No subsolo encontram-se Fraldário-berçário, Bazar, a Capela do Batismo, a Capela das Confissões, a Casa do Pão e o Salão dos Romeiros com lanchonete, mesas e cadeiras para 2 mil pessoas, bazar, livrarias, auditório com capacidade para 780 pessoas, a Sala das Promessas, além das instalações com sanitários, chuveiros e outros serviços que dão suporte a todas as ações do Santuário.

No subsolo da Basílica também existe um Berçário, com 10 berços e 16 trocadores, que atende, em média, 300 crianças por dia com os mesmos serviços. Fraldário onde as mães podem utilizar micro-ondas, trocador, ducha higiênica, aquecedor de mamadeiras e outros serviços gratuitos⁷⁵.

⁷⁵ Ver fotos do Fraldário, berçário, Bazar, Capela do Batismo, Capela das Confissões, Casa do Pão, Salão dos Romeiros, auditório e sanitário em anexo II.

A Sala das Promessas, criada para receber os ex-votos oferecidos pelos fiéis, segundo o site do Santuário Nacional já passou por diversos lugares desde sua inauguração pelo Pe. Vilela, em 1745. Esteve ao lado da sacristia da capela, passando pela Basílica Velha em 1886, pelo salão na Praça Nossa Senhora Aparecida em 1913, pelo Hotel Recreio em 1958, pelo primeiro andar da torre da Basílica Nova em 1966 e em 1974 foi para o subsolo da Basílica onde se encontra até hoje. Os 1.300 m² recebem uma média mensal de 18.500 ex-votos e cerca de 70 mil fotografias.



Figura 20 – Sala das Promessas.

Fonte – Arquivo do Centro de Documentação e Memória Pe. Antônio Jorge – CSsR.

A Sala das Promessas é o lugar onde o fiel reafirma a eficácia da sua devoção e deixa seu ex-voto⁷⁶ para exemplificar ou incentivar os que fazem suas promessas a Nossa Senhora, com esperança renovada de que vai conquistar a graça pretendida. O milagre é o principal responsável pelo aumento do número de devotos.

⁷⁶ Ex-voto, que advém do substantivo masculino: “quadro, pintura ou objeto a que se conferiu uma intenção votiva; quadro, placa com inscrições, figura esculpida em madeira ou cera (representando partes do corpo) etc., que se colocam numa igreja ou capela, para pagamento de promessa ou em agradecimento a uma graça alcançada”, e que etimologicamente tem origem no latim *ex voto*, cujo “ex”, é compreendido como uma “causa de”, “em virtude de”, e voto, originado do singular “votum”, ou seja “voto”, derivado de *votum*, que se compreende “vovêre”, ou seja, “fazer voto”, “obrigar-se”, “prometer em voto”, “oferecer”, “dedicar”, “consagrar”. In: DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. Disponível em: < <http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbete=Ex-voto&stype=k>. >. Acesso em: 30 de agos. 2010.

2.7.2.7- Setor Externo.

O Santuário Nacional informa que sua área externa possui Casa Das Velas; Sala de Imprensa; Segurança Patrimonial que conta com cerca de 200 seguranças com um moderno sistema de câmeras, além de viaturas e motocicletas que fazem as rondas; Sala dos Motoristas, inaugurada em 06 de outubro de 2001, com banho quente e repouso para uma média de 500 condutores; Ambulatório Médico que atende cerca de 500 pessoas por dia, com duas ambulâncias, três médicos e 6 profissionais de enfermagem; Capela da Ressurreição; Centro de Apoio ao Romeiro e Centro de Eventos para 10 mil pessoas, serviços que visam dar mais comodidade aos visitantes.

A Capela da Ressurreição é um ambiente de oração e reflexão. A capela abriga os restos mortais dos Arcebispos que estiveram à frente da Arquidiocese de Aparecida e consagraram suas vidas à Casa da Mãe Aparecida, como o Cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, Dom Antônio Ferreira de Macedo, CSsR e Dom Geraldo Maria de Moraes Penido (SANTUÁRIO NACIONAL, 2012, p. 12).

O setor externo conta ainda com outros espaços como: a Passarela da Fé⁷⁷ que liga a Antiga Basílica e o Santuário Nacional, construída em 1972, doada pelo Presidente da República General Emílio Garrastazu Médici, a Capela dos Apóstolos⁷⁸ localizada atrás do Nicho da Imagem, Aquário com diversos peixes de água doce e salgada, além do Marco da Paz, localizado próximo à Passarela, simbolizando o ideal dos povos na busca da Paz, da Fraternidade e da Solidariedade (SANTUÁRIO NACIONAL, 2012)⁷⁹.

O Centro de Apoio ao Romeiro (CAR), inaugurado em maio de 1998, chama a atenção e provoca divergências entre os que entendem que o espaço amplia a estrutura turística religiosa proporcionando momentos de lazer e descontração,

77 Seu comprimento é de 392,20m, sua altura varia de 18,46m a 35,52m e sua largura é de 5,80m. possui uma grade metálica de proteção de 2,60m de altura sendo sustentada em 11 pilares. In: SANTUÁRIO NACIONAL, op. cit., p 30.

78 Concluída por ocasião da vinda do Papa Bento XVI à Aparecida para abertura da V Conferência, a Capela dos Apóstolos está localizada atrás do Nicho da Imagem de Nossa Senhora Aparecida. in: SANTUÁRIO NACIONAL, op. cit., p 12.

⁷⁹ Ver foto da Passarela da Fé, Capela dos Apóstolos, Aquário, Marco da Paz e Capela da Ressurreição em anexo II.

oferecendo serviços de qualidade aos visitantes, e os que entendem que com isso há um esvaziamento do sentido religioso, aproximando o visitante de um mercado de bens e serviços de salvação.

Os devotos e turistas circulam normalmente entre galerias do CAR e têm em comum o comprar, associado *a levar uma lembrança, um pedaço de Aparecida para um ente querido*.



Figura 21 – Estrutura do Centro de Apoio ao Romeiro⁸⁰.

Fonte – Arquivo do Centro de Documentação e Memória Pe. Antônio Jorge – CSsR.

Para o Santuário Nacional, a proposta do Centro de Apoio ao Romeiro é atender bem e oferecer serviços de qualidade aos visitantes. Com a separação entre a área de culto e a área comercial conseguiu-se solucionar alguns problemas, dentre os quais a retomada do controle dos pátios da basílica, que havia sido invadido pelo comércio ambulante, melhorando a infraestrutura. O visitante passa a ter melhores opções de lazer, de compras e de alimentação.

80 Área Construída - 46.350 m²; Área de Circulação - 8.200 m²; 22 lojas na Praça de Alimentação - 14.300 m²; 330 lojas de comércio varejista nas quatro asas - 7.200 m²; 36 quiosques (Bombonier, Lanches e Lojinha); 01 Farmácia; 01 Fraldário; 200 Sanitários; 44 Bebedouros; Aquário; Parque de diversões; Terminais bancários; Ponto de Encontro. In: SANTUÁRIO NACIONAL, op. cit., p 19.

Inaugurado no dia 30 de maio de 1998, com o objetivo de oferecer uma estrutura organizada para recepcionar os milhares de romeiros que se dirigem ao Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida, o Centro de Apoio ao Romeiro destaca-se pela variedade de produtos e infra-estrutura de acolhimento aos visitantes.

Com ampla Praça de Alimentação, lojas, quiosques e área de lazer, o empreendimento da ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO ROMEIRO DE APARECIDA é uma excelente opção também para os moradores das cidades do Vale do Paraíba e para os milhares de viajantes que trafegam pela Rodovia Presidente Dutra.

Além da sua Praça de Alimentação e das 330 lojas (nas asas: norte, sul, leste e oeste) o Centro de Apoio tem um espaço de lazer com Aquário e Parque de Diversões, serviços bancários e ambulância, para emergências nos finais de semana.

Embora sua concepção tenha como objetivo principal atender ao Romeiro, o Centro de Apoio destaca-se ainda, pela variada oferta de produtos e lembranças do Santuário Nacional e de Aparecida. A infra-estrutura de serviços, especialmente criada para proporcionar conforto aos visitantes, oferece Fraldário e sanitários para uso gratuito.

O empreendimento, em sua filosofia e concepção arquitetônica, é um marco para o comércio da Cidade e do Vale do Paraíba, em virtude de sua característica de primeiro centro comercial organizado, de grande porte, especialmente idealizado e planejado para atender ao turismo religioso (A12, 2010).

O CAR surge com o objetivo de modernizar suas ações para oferecer melhores condições de conforto e prestação de serviços, tendo em vista que a cidade não consegue suprir sozinha tais necessidades.

Sendo o Turismo Religioso um campo específico de práticas sociais, contemporâneo, levanta discussões sobre sua área de atuação e seu lugar no mercado turístico brasileiro. Não existe consenso a respeito das funções e importância do Centro de Apoio ao Romeiro. A criação do CAR representa o surgimento de um mercado de bens e serviços de salvação.

Em Aparecida, configura-se um cenário que aponta para uma crescente diversidade, possibilitando o surgimento de um mercado de bens e serviços de salvação. A construção do Centro de Apoio ao Romeiro (CAR), um espaço multifuncional (lojas, lanchonetes, auditórios, etc.) ao lado do santuário, nos leva a indagar até que ponto a intencionalidade do sujeito seria critério de definição/legitimação de conceitos, como o de “turismo religioso”.

Os visitantes e peregrinos são atraídos pela padroeira ou pelo comércio? Atraídos pelo desejo de distração e lazer ou pela imagem mítica irradiada pela “cidade mãe”? Em que ponto ambos os processos podem ser analisados, construindo-se homologias? E qual aproximação entre o deslocamento “turístico” e o “religioso”? Haveria uma superposição, uma absorção ou uma transversalidade entre esses planos?

... Talvez o impacto das massas e do comércio tenha operado uma “descatolicização” do espaço, e que o CAR, implantado pela congregação redentorista independente do poder público municipal e da comunidade local, seja uma estratégia para recuperar a hegemonia, garantida pelo consumo da religião em seus livros, terços, quadros, pinturas, pequenos objetos de decoração, imagens etc (SILVEIRA, 2003, p. 91).

A crítica posta atenta para o caráter político da ação que pode, ao potencializar o Turismo, interferir diretamente na devoção. Assumidamente, explora-se o imaginário em torno da imagem de Nossa Senhora Aparecida encontrada nas águas do rio Paraíba, assim como sua representação religiosa, através do Turismo Religioso.

Um culto que nasceu local, de devoção local, foi aos poucos, com a interferência da Igreja e do Estado, assumindo proporções gigantescas que acabaram levando à construção do maior santuário mariano do mundo.

A estrutura montada no Santuário Nacional para atender o turismo religioso está muito à frente dos principais santuários brasileiros, como Bom Jesus da Lapa/BA, Sagrado Coração de Jesus/RS, Juazeiro do Norte/CE, etc., tanto no tocante à recepção dos visitantes e organização das atividades turísticas quanto ao uso dos meios de difusão e propaganda.

O turismo, por sua vez, continua sendo a principal fonte de renda da maioria da população. Os novos passos e perspectivas para o futuro de Aparecida no Turismo Religioso serão abordados no terceiro capítulo. Observaremos as ações que o Santuário Nacional e a cidade têm como meta para expandir cada vez mais suas ações e melhorar ainda mais a sua estrutura de recepção colocando Aparecida no circuito turístico internacional.

O estacionamento do Santuário Nacional foi reconhecido pelo Guinness Book como o maior estacionamento asfaltado do mundo, com uma área de 272.000m², capacidade para 4.000 ônibus e 6.000 carros. Estão inclusos os serviços de socorro mecânico e seguro contra roubo ou furto de veículos⁸¹.

Circulam, nos pátios da Basílica, cerca de 240 ambulantes cadastrados por três empresas, que vendem água, sorvete e refrigerantes; além de outras 125 senhoras, que vendem terços.

⁸¹ Ver foto do estacionamento em anexo II.

CAPITULO III

3- DO TURISMO AO TURISMO RELIGIOSO BRASILEIRO

Nossa preocupação neste capítulo é compreender o percurso pelo qual passou o Turismo até a sua chegada à categoria de Turismo Religioso, observando seu desdobramento no Brasil. Essa necessidade está posta a partir da utilização do termo Estância turística religiosa⁸² pela cidade de Aparecida.

A atividade turística religiosa orienta as ações da cidade, tendo como solo fértil a devoção à Aparecida que estruturou suas bases no catolicismo popular praticado no Brasil, desde o período colonial, deixando-nos a herança de um universo religioso que está presente até os nossos dias.

A devoção iniciada em 1717, data do achado da imagem no Rio Paraíba, conseguiu se estabelecer e sobreviver ao tempo. Como vimos no capítulo anterior, o aumento da devoção aliado à presença dos padres redentoristas e as interfaces com o poder público elevaram Aparecida a um dos principais centros de peregrinação do mundo. Com isso surgiu a necessidade de equacionar o crescimento devocional. Como alternativa encontrou-se o turismo.

A abordagem apresentada nesse estudo leva em consideração o caráter multifacetado do turismo, com ênfase nas relações entre turistas e devotos, assim como no seu impacto sobre a cultura local.

O turismo é um fenômeno extremamente complexo, mutável, que opera de múltiplas formas e nas mais diversas circunstâncias, sendo difícil apreendê-lo, em sua totalidade, por meio de uma única perspectiva teórica ou mesmo de uma única ciência (BANDUCCI JR., 2001, p. 23).

Nesse sentido não podemos deixar de considerar que é justamente a abordagem interdisciplinar que possibilita uma maior compreensão do fenômeno. Com isso, esperamos compreender melhor as significações construídas pelos

⁸² Estância turística é um título concedido pelo governo do estado de São Paulo a municípios que apresentem características turísticas e determinados requisitos como: condições de lazer, recreação, recursos naturais e culturais específicos. Devem dispor de infra-estrutura e serviços dimensionados à atividade turística. Os municípios com este *status* podem receber aportes financeiros específicos para incentivo ao turismo. In: FINO, Patrícia Mariana. Estância Turística de Salto-SP: Turismo por decreto, 2009, p.48.

grupos sociais envolvidos e as persistências e transformações, das representações simbólicas e das práticas religiosas dos fiéis.

O turismo, de modo geral, seja religioso, ecológico, histórico, etc., apresenta alguns elementos comuns que devem ser levados em consideração, tais como: oferta de bens e serviços e o meio ambiente natural. Todo este conjunto pretende garantir qualidade de vida, descanso e lazer do ponto de vista psíquico e biológico ao visitante. Sendo assim, cabe entender como a Igreja e a cidade de Aparecida lidam com essas questões, observando as políticas atuais que buscam potencializar os atrativos turísticos.

Diante de um vasto campo de ofertas, as diversas cidades turísticas, como Aparecida, direcionam o seu trabalho e planejam suas ações a fim de criar um diferencial para que consigam estabelecer-se no mercado.

O turismo hoje apresenta diversificação cada vez maior de oferta, e cada vez se consolidam mais os grupos homogêneos (terceira idade, jovens interessados em festa do peão, ecoturistas, turismo rural, espeleoturismo etc.) que configuram uma demanda diferente e um mercado cada vez mais diversificado. Essa é uma realidade que deve ser considerada em qualquer planejamento turístico: identificar os segmentos específicos que poderão ser trabalhados com a oferta de produtos específicos que atendam às necessidades e aos desejos de uma demanda localizada (DIAS 2003, p. 37).

O turismo pode ocupar papel de destaque no desenvolvimento de um país, de uma região ou de um município, principalmente nos aspectos ambientais, culturais, sociais e econômicos. Podemos observar que, atualmente, o Turismo desponta como diferencial para cidades que não podem investir no setor industrial, muitas vezes devido a leis ambientais.

Aparecida, como vimos no primeiro capítulo, está localizada em uma região de formações rochosas da Serra do Mar e Mantiqueira, o que dificulta a presença do setor industrial, limitando-se a indústrias de pequeno porte destinadas à fabricação de lembranças, santos, etc., para alimentar o comércio local.

Tendo a religião como um dos segmentos do turismo que mais crescem no mercado e a sua importância para a cidade de Aparecida, faremos o histórico desse fenômeno que tem levado a reflexões diversas quanto à sua inserção na atualidade. Cabe-nos trazer para o debate a análise do fato, buscando localizar as contribuições tanto da Igreja quanto do poder público na sua organização e funcionamento assim como os principais pontos de divergências e convergências existentes.

3.1- ATIVIDADE TURÍSTICA

Os estudiosos do turismo reconhecem hoje como documento base para discussão do tema a proposta da Organização Mundial de Turismo (OMT⁸³).

No entanto, ao longo do tempo, podemos encontrar numerosos exemplos de fenômenos semelhantes ao que chamamos atualmente de turismo. Em termos históricos, o turismo é uma atividade do mundo contemporâneo e difere dos demais tipos de viagens por seu objetivo – o prazer de viajar. No passado devido à falta de estrutura e desenvolvimento das estradas, hotéis, etc., não se viajava com o intuito de fazer turismo. No entanto, podemos considerar que desde o período pré-histórico, quando o homem deixou de ser nômade e passou a ser sedentário, e ao longo da antiguidade, com os egípcios, fenícios e gregos, ocorriam deslocamentos por motivações diversas, como por exemplo, religiosos, de sobrevivência, fuga, acrescentando-se, ainda, as operações militares, desportivas, o comércio e os estudos. Tudo isso permitiu construir a plataforma que sustentou a evolução até o turismo contemporâneo (SOUZA, 2008).

Encontramos registros de viagens realizadas na Grécia antiga, no século VIII a. C. envolvendo a locomoção de pessoas para irem aos jogos olímpicos a cada quatro anos.

Sediado na cidade de Olímpia, em homenagem a Zeus (deus supremo da mitologia grega), o festival Olímpico era muito antigo, mas foi só a partir de 776 a C. (data da fundação dos jogos) que passou a ser feito um registro ininterrupto dos vencedores.

⁸³ A Organização Mundial de Turismo (OMT) é uma agência especializada das Nações Unidas e a principal organização internacional no campo do turismo. Funciona como um fórum global para questões de políticas turísticas e como fonte de conhecimento prático sobre o turismo.

Sua sede é em Madri, Espanha. Em 2009, a OMT conta como membros 154 países, 7 territórios e mais de 300 Membros Afiliados, representando o setor privado, instituições educacionais, associações e autoridades locais de turismo.

Sua origem remonta ao Congresso Internacional de Associações Oficiais de Tráfego Turístico, realizado em 1925 na cidade de Haia, Holanda. Após a Segunda Guerra Mundial, foi rebatizada como União Internacional de Organizações Oficiais de Viagens (IUOTO) e transferida para Genebra. A IUOTO era uma organização não governamental que chegou a reunir 109 Organizações Nacionais de Turismo e 88 membros associados dos setores público e privado. Em 1974, seguindo uma resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, foi transformada em um órgão intergovernamental. Em 2003, tornou-se uma agência especializada das Nações Unidas. In: BADARÓ, R. A. Lacerda. O direito do turismo: história e legislação no exterior e no Brasil, 2003, p. 43.

Dentre as muitas sociedades que dominaram culturalmente técnicas e artes como a pintura, escultura, literatura, música, arquitetura, teatro, filosofia e o esporte gostaríamos de destacar os gregos. Vale lembrar a influência e poder que tiveram na região do Mediterrâneo, impondo sua moeda e sua língua. A OMT assim ressalta a contribuição dos gregos para a interface dos diferentes povos:

Os antigos gregos qualificaram as viagens em duas áreas específicas. Primeiro, implantaram uma moeda corrente que substituiu a necessidade de os viajantes levarem mercadorias para trocar, em suas destinações finais, por outros bens e serviços. Em segundo lugar, a língua grega espalhou-se por toda a área do Mediterrâneo, facilitando a comunicação com os viajantes. Como as povoações e cidades gregas situavam-se ao longo da costa, a viagem era feita principalmente por mar. As viagens por razões políticas eram poucas por causa da natureza independente do sistema de cidades-estados. Os gregos, porém apreciavam visitar outras cidades por mero prazer, Atenas em particular. Também gostavam de viajar para participar de grandes festas religiosas e de eventos, como os jogos olímpicos, realizados a cada quatro anos na cidade Olímpia (OMT, 2003, p. 21)

As Olimpíadas tinham um caráter de união de celebração, deixando de lado possíveis divergências, pois apesar de falarem a mesma língua e de terem unidade cultural os gregos antigos não tinham unidade política, encontrando-se divididos em 160 cidades-estados.

Também na Roma antiga, com a abertura de estradas no século II a.C., e até mesmo entre os fenícios, que já usavam a moeda e praticavam o comércio os deslocamentos eram constantes.

Entre o século II e III d.C. destaca-se um novo tipo de viagem, as peregrinações religiosas, que embora já existissem na época antiga ganham força com a presença do Cristianismo e do Islamismo e ampliam o número de peregrinos rumo à Terra Santa⁸⁴

⁸⁴ Desde a Idade Média, e até hoje com certa medida, os cristãos em geral acreditaram que os lugares onde os santos viveram os objetos por eles usados e o que restava de seus corpos (as chamadas “Relíquias”) teriam poderes milagrosos, como a de cura dos enfermos e a salvação para os pecadores. Havia vários lugares de veneração espalhados por todo o mundo cristão, mas a Terra Santa, onde Jesus viveu, pregou e foi crucificado, é considerado o mais sagrado de todos os lugares. Para os judeus, Jerusalém é a principal cidade de sua antiga pátria e ali se encontram vários locais sagrados, principalmente o “Muro das Lamentações”, ruínas do Templo de Salomão destruído pelos romanos no primeiro século de nossa era. Para os cristãos, é reverenciada por ter sido o local no qual Jesus de Nazaré viveu durante os três últimos anos de sua vida, pregou, fez discípulos e foi crucificado. Para os muçulmanos, Jerusalém é uma Cidade Santa porque crêem que Maomé subiu ao céu da Cúpula do Rochedo, situada no coração da cidade. In: WILLIAMS, Paul. O guia completo das cruzadas, 2007, p. 60.

Houve intensa peregrinação à Jerusalém, à igreja do Santo Sepulcro, que fora construída em 326 d.C. pelo imperador Constantino. Os peregrinos eram conhecidos como palmeiros.

A partir do século VI, começaram a ser registradas as peregrinações de cristãos, conhecidos como romeiros, para Roma. Nessa época foram criados os primeiros éditos que regulamentavam a entrada destes peregrinos em Roma, instituindo tributos e cadastrando-os (BADARÓ, 2003, p. 35).

Além das peregrinações religiosas ganham destaque, do século VII ao IX, os deslocamentos frequentes dos ostrogodos, visigodos, vândalos e burgúndios, entre outros povos, para comemoração das festas da primavera, da colheita, dos territórios (BADARÓ, 2003).

Depois deste momento entramos na Baixa Idade Média, do século XIII ao XV, quando muitas mudanças econômicas, religiosas, políticas e culturais ocorrem. O sistema feudal passou por uma crise que o abalou e o levou à extinção. Os principais fatores foram: a fome gerada pelo esgotamento das terras; as epidemias, em particular a peste negra; as cruzadas que geraram rebeliões de servos; o enriquecimento dos nobres e o aparecimento de uma nova classe social, a burguesia.

O século XIV acompanhou a transição da Idade Média para a Moderna. Nesse contexto o feudalismo conviveu com o Renascimento Comercial e Urbano que trouxe transformações e avanços tecnológicos, sendo a cidade local de maiores oportunidades de trabalho⁸⁵.

Durante os séculos XV e XVI, como continuidade às transformações do renascimento Comercial e Urbano, intensificou-se, na Europa, o renascimento Cultural e Científico.

O século XV com as grandes viagens marítimas, portuguesas e espanholas com suas expedições exploratórias despertaram interesse também por atividades chamadas por muitos de turismo comercial. Com a expansão marítima comercial, as viagens de cunho mercantil passaram a ter grande importância por toda a Europa.

Ainda no século XVI os ingleses começaram a mandar os jovens estudantes para outros países, com o intuito de vivenciarem o que só conheciam por livros, acompanhados de professores ou tutores para que obtivessem um maior

⁸⁵ Para saber mais ver: ABRAHÃO (2009), DOBB (1983) e PIRENNE, H. (1982).

conhecimento do mundo; eram viagens educacionais e culturais, consideradas um aprendizado indispensável. Nessa época as cidades de Florença e Roma despontaram como destinos culturais. Esse período ficou conhecido como Renascimento ou Renascença, de intensas transformações na economia, política e sociedade em si, preparando caminho para o século XIX e o surgimento do turismo moderno, baseado na consolidação da burguesia, que tinha tempo livre e situação econômica favorável para viajar. Devido ao aumento do fluxo de ingleses fazendo o “tour”⁸⁶ pela Europa, estes passaram a ser apelidados de “tourists”, ou seja, aqueles que viajavam por toda Europa em busca de conhecimento, lazer e, acima de tudo, experiência de vida para se tornarem um “gentleman” (BADARÓ, 2003).

Por sua vez, no século XIX o advento de novas tecnologias proporcionou o desenvolvimento da infraestrutura nos transportes e na comunicação como, por exemplo, o telégrafo, as locomotivas e os barcos a vapor além da organização das cidades. Tudo isso possibilitou maiores deslocamentos, reduzindo o tempo de viagem e ampliando as atividades turísticas.

Percebemos, claramente, uma associação entre desenvolvimento tecnológico e turismo. Nos diferentes períodos, ao passo que surgem transformações e avanços tecnológicos o fluxo turístico aumenta, significando encontro e interfaces entre culturas diferentes.

Os grandes movimentos turísticos no século passado surgiram na medida em que o capitalismo se desenvolveu até atingir o nível industrial [...]. Várias conseqüências dessa segunda fase do capitalismo (a primeira foi o capitalismo comercial ou mercantil) marcaram o século XIX e ajudaram a fortalecer o turismo. As principais foram às pesquisas tecnológicas, que possibilitaram a construção de motores a vapor para equipar navios, locomotivas e máquinas de produção industrial, e os novos recursos de engenharia e arquitetura que revolucionaram a construção civil (TRIGO, 1998, p. 17, 18).

⁸⁶ O significado da palavra “*tour*” deriva do latim *tornare*, que indica “uma volta ou círculo”. Esta palavra pode apresentar diferentes sufixos, tais como “*ismo*” ou “*ista*” alterando o seu significado. O sufixo “*ismo*” denota a ação ou processo, diferentemente do outro que se refere a quem está realizando determinada ação. Em livros de 1760, as palavras “*tourism*” e “*tourist*” já eram empregadas de forma impressa na Inglaterra para designar o ato das pessoas viajarem. Alguns autores como Fernandez e Haulot (1977) sugerem que a origem desta palavra (*tour*) apresenta possíveis indícios de ser hebraica, pois a mesma aparece em citações Bíblicas (Êxodos, Cap. XII, vers.17), na passagem em que Moisés envia um grupo de representantes a Canaã para conseguir informações sobre aquele lugar, conceituando este ato como “viagem de descoberta”. Porém, não eram tratados e considerados como turistas. In: ROSSI, L A S, CAETANO, L e JANOLIO, K M E. Desenvolvimento da cidade de Lunardelli através do turismo religioso; existe sustentabilidade? ou basta ter fé?, 2005, p. 186, 187.

Acompanhando esse processo, a Inglaterra saiu na frente, sendo a primeira a oferecer viagens que atravessavam os oceanos. Nas sociedades pós-industriais o turismo, juntamente com o lazer, a cultura, as artes, o esporte e a preocupação com a qualidade de vida, desenvolveu-se a cada ano, ganhando sempre mais espaço nos meios de comunicação, nos negócios internacionais, no interesse e no cotidiano das pessoas (TRIGO, 1998, p. 20).



Figura 22 – Thomas Cook & Son.
Fonte – www.geoturismobrasil.com.

Em 1841 surge um grande avanço no turismo graças a Thomas Cook, considerado o pai do Turismo Moderno. Cobrando pelos seus serviços, ele organizou a primeira viagem coletiva da história do Turismo internacional. Para esta viagem, que durou um dia, utilizou um trem fretado de Lancaster para Loughborug, reunindo quinhentas e setenta pessoas que foram participar de um congresso anti-álcool (ROSSI, 2005).

Cook deixou sua marca, mas não detinha o monopólio das viagens. Primeiro trabalhou como operador e depois como agente de viagens. Seu trabalho se tornou importante dado que seu produto era um pacote único de viagem. Em 1867 Cook criou o *voucher hoteleiro*, tendo conseguido apoio na câmara dos lordes para que sua criação viesse a ser obrigatória para todos aqueles que trabalhavam como operadores e agentes de viagem e turismo (BADARÓ, 2003, p. 39).

Com isso, Cook tornou-se precursor, marcando a entrada no mundo contemporâneo da atividade turística. Mesmo com as facilidades já proporcionadas pelo desenvolvimento da comunicação e dos transportes, a ideia de se deslocar ainda não era algo que mexia com grande parte da população. Assim, Cook se tornou o primeiro agente de viagens do mundo e sua agência, denominada Thomas Cook & Son, organizou viagens para boa parte do mundo (SOUZA, 2008). As inovações de Cook marcaram a entrada do turismo na era industrial, no aspecto comercial, promoveu no aspecto social também um significativo avanço, pois seu sistema permitiu que as viagens ficassem mais acessíveis para os chamados segmentos médios da população.

No entanto, no século XX, por decorrência da Primeira Guerra Mundial, houve uma paralisação das atividades turísticas que somente ao final da Segunda Guerra, em 1945, ganharam novo fôlego e expandiram-se pelo mundo inteiro. A partir de então, o turismo passou a desempenhar papel de destaque e importante forma de intercâmbio cultural, tendo ficado sob a responsabilidade da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura até a criação da OMT - Organização Mundial do Turismo em 1975 (BADARÓ, 2003).

Dentre as principais contribuições desse importante órgão representativo está a conceituação do termo Turismo, tendo em vista que o conceito de turismo é muito amplo, assumindo variadas formulações. Observamos que, desde então, muitos pesquisadores têm partido dessa definição para realizar suas análises sobre o tema. Por acreditar ser a mais correta, também utilizaremos a definição adotada em 1994,

pela Organização Mundial de Turismo (OMT), por concretizar as características mais importantes da atividade.

O turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras (OMT, 2001, p. 38).

A definição de turismo citada apresenta características fundamentais que levam em consideração o deslocamento e tempo de permanência, assim como a procura do prazer por parte dos turistas.

Conforme Andrade (1999) e Salah & Abdel (1991), para compor o fenômeno turístico temos três elementos essenciais: o homem, o espaço e o tempo. Sendo o Homem o autor do ato de viajar, o espaço o elemento físico, coberto pelo próprio ato e o tempo o elemento temporal que é consumido pela própria viagem e pela estada no local de destino.

Temos diferentes modalidades de turismo: convencional, cultural, terceira idade, aventura, congressos e eventos promocionais, negócios, saúde, religioso, ecológico ou ecoturismo, náutico, rural ou agroturismo etc.⁸⁷, cujos os atrativos podem ser reunidos em dois grupos: oferta natural e oferta artificial. Batista (2003), Angeli (1996), Andrade (1995), Bonald (1984) e Wahab (1991). Sendo a oferta natural o que não foi alterado pelo Homem, considerando o clima, a paisagem, a

⁸⁷ **Turismo convencional** - realizado sem um interesse específico, tendo como intuito maior descanso, lazer, entretenimento e conhecimento sobre a realidade visitada. Inclui-se nessa modalidade o turismo balneário que tem como destinação principal as praias (marítimas e fluviais) das regiões tropicais; **Turismo cultural** – o que visa à visita a monumentos históricos, obras de arte, relíquias, antiguidades, museus, pinacotecas, assistência a concertos musicais; **Turismo da terceira idade** - destinado à melhoria da qualidade de vida das pessoas maiores de cinquenta anos; **Turismo de aventura** – modalidade em que predominam a busca do desconhecido, as aventuras românticas, de caça e pesca, conquista de acidentes geomorfológicos e assemelhados, tendo o turista como protagonista; **Turismo de congresso e eventos promocionais** – conjunto de atividades exercidas por pessoas que viajam a fim de participarem de congressos, convenções, assembleias, simpósio, seminários etc.; **Turismo de negócios** – conjunto de atividades destinadas a pessoas que viajam a negócio, incluindo viagem, hospedagem, alimentação e lazer; **Turismo de saúde** - praticado por pessoas que se deslocam em busca de climas ou estações de tratamento, onde possam recuperar a saúde; **Turismo religioso** - motivado pela fé ou pela necessidade de cultura religiosa, seja através de visita a igrejas e santuários, seja por meio de peregrinação, romarias ou de participação em congressos eucarísticos;

Turismo ecológico ou ecoturismo – também denominado turismo verde, consiste no deslocamento de pessoas para espaços naturais, motivadas pelo desejo de observação passiva da flora, da fauna e da paisagem bem como dos aspectos cênicos do entorno; **Turismo náutico** – aquele voltado às atividades e esportes náuticos praticados no mar, em rios, lagos e lagoas; **Turismo rural ou agroturismo** – atividade turística praticada no espaço rural, envolvendo, usualmente, o acompanhamento da rotina de trabalho das propriedades rurais. In: FERRI, Cássia; RUSCHMANN, Dóris. Turismo: visão e ação, 2000, p. 25, 28.

flora e a fauna nativas dentre outras coisas. A oferta artificial caracteriza-se pelas obras criadas pelo Homem, e são classificadas em cinco categorias:

- **Bens históricos, culturais e religiosos:** são as manifestações populares, como o carnaval, as construções antigas, os museus, as procissões entre outros.
- **Bens e serviços de infra-estrutura:** são equipamentos utilizados pela comunidade, mas que também são imprescindíveis aos turistas. Dentre os serviços pode-se destacar a assistência médica, bombeiros, mecânico; dentre os equipamentos estão presentes os postos de gasolina, bancos; e por fim, dentre a estrutura básica urbana estão itens importantíssimos como água, luz, saneamento básico e telefone.
- **Vias de acesso:** a infra-estrutura de acesso é aquela que permite que os turistas cheguem ao núcleo receptor, como as estradas, os aeroportos, os portos, linhas de ônibus entre outros.
- **Superestruturas:** são os equipamentos turísticos, que são as instalações concebidas especialmente para atender ao turismo, como os hotéis, os parques temáticos, as agências de turismo, os cassinos.
- **Comportamento dos habitantes:** são os costumes, os hábitos e a hospitalidade do núcleo receptor (BATISTA, 2003, p. 04)

Tomaremos para nossa análise a oferta artificial de bens históricos, culturais e religiosos presentes na cidade de Aparecida desde sua fundação, dado que aproveitando-se de sua história mantém sua tradição religiosa para explorar seu potencial turístico.

O turismo, ao ser consolidado, transforma as localidades, interfere na sua vida cotidiana, muitas vezes, modificando hábitos, costumes e tradições, donde a preocupação dos principais órgãos internacionais em construir o turismo com sustentabilidade.

Enquanto produtor e consumidor do espaço, o turismo pode 'mercantilizar' as culturas locais, tornando-as objeto de consumo, causando dessa forma danos irreversíveis à identidade da comunidade anfitriã. Daí a importância de se criar uma harmonia entre as atitudes dos turistas e o comportamento da população local (apud. HAZIN; OLIVEIRA; MEDEIROS, 2000, p. 7).

Diante disso, torna-se necessária a construção de um programa adequado que conte com a participação da comunidade local durante o desenvolvimento de atividades turísticas, propiciando-lhe melhores condições de vida e enriquecimento cultural.

3.1.1- Turismo no Brasil

O turismo no Brasil envolve muitos setores na sua estruturação e desenvolvimento. Dele participam o poder público, a iniciativa privada, assim como agentes de viagens, funcionários de hotéis e de restaurantes em atividades auxiliares ou como residentes dos lugares que atraem turistas. O desenvolvimento do turismo depende dos investimentos dos setores público e privado porque de qualquer modo que se aborde o turismo se trata sempre de uma combinação de atividades privadas, que atraem consumidores que pressionam sobre uma oferta de bens, predominantemente públicos (DIAS, 2005).

No Brasil, o turismo está estruturado pelas ações do governo, que planeja, cria leis e estabelece metas para o setor⁸⁸. A história das políticas públicas do turismo no país pode ser dividida em três períodos:

O primeiro período poderia ser chamado de “pré-história” jurídico-institucional das políticas nacionais de turismo, pois nessa fase, que vai até 1966, essas políticas eram resultantes de diplomas legais desconexos e restritos a aspectos parciais da atividade, fundamentalmente à regulamentação de agências de viagens e de turismo. A segunda fase inicia-se quando da promulgação do Decreto-lei 55 de 18 de novembro de 1966, que define e institui, pela primeira vez, uma política nacional de turismo e cria ainda os organismos oficiais para levar a cabo sua efetivação. Esse período vai até 1991, com a revogação daquele Decreto-lei, pela Lei 8.181 de 28 de março, que reestrutura a Embratur e dá início ao que consideramos o terceiro período da história das políticas nacionais de turismo do país, que se estende até o momento atual (CRUZ, 2002, p. 41).

Os três períodos apresentados demonstram uma evolução das políticas públicas do turismo no Brasil. Dados da OMT (1998) também indicam a divisão das políticas públicas mundiais em três fases, relacionando-as com o momento histórico brasileiro:

“1950 - 1970 – quando se verificava a expansão do turismo de massa, eram comuns as políticas de fomento, que tinham como principal intuito o aumento do fluxo de visitantes;”
Durante estas décadas, as políticas públicas buscavam o desenvolvimento econômico a qualquer preço, justificando os incentivos ao turismo de massa. No Brasil, esta fase contempla desde os “50 anos em 5”, até o “Milagre Brasileiro.”

⁸⁸ Para saber mais sobre a história das políticas públicas de turismo no Brasil, ver os estudos de Dias (2003), Fino (2009), Solha (2004) e Cruz (2002).

“**1970-1985** – as políticas começavam a focar o turismo como agente de desenvolvimento, verificando-se um aumento do envolvimento governamental no fornecimento de infraestrutura;”

“**1985 – atual** – observa-se, ao mesmo tempo, maior preocupação com as questões ambientais (**pelo menos nos discursos**) 5 e um grande aumento da competitividade, estimulando um posicionamento responsável e profissional do setor, no qual o Estado diminui sua interferência e procura assumir um papel de coordenação e estruturação da atividade” (SOLHA, 2004 p. 12).

Atualmente a lei que gere as atividades turísticas no país é a 11.771, de 17 de setembro de 2008⁸⁹, definindo atribuições e planejando as ações do governo federal dando as diretrizes nacionais para o desenvolvimento setor.

Característica marcante no turismo brasileiro é a participação do Estado no financiamento e gestão das atividades turísticas. Com a criação do Ministério do Turismo, em 2003, no primeiro governo Lula, ampliaram-se as políticas específicas para o setor, apoiando as ações nas esferas estaduais e municipais.

A política pública deve, no âmbito federal, considerar: coordenação; planejamento; legislação e regulamentação; empreendimentos; incentivo; atuação social e promoção do turismo como eixos centrais do trabalho (DIAS, 2003).

O Ministério do Turismo foi criado em 2003 para fortalecer a política nacional de desenvolvimento do turismo tendo, segundo o site oficial, como principais metas a promoção e divulgação do turismo nacional, no país e no exterior; o estímulo às iniciativas públicas e privadas de incentivo às atividades turísticas; e o planejamento,

⁸⁹ Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, no desenvolvimento e no estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, sobre atividades e serviços turísticos, e condições para o seu funcionamento e fiscalização; o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, relacionado ao exercício e à exploração de atividades e serviços turísticos; e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991, que renomeia a Embratur e dá outras providências.

A Lei estabelece normas sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, no desenvolvimento e no estímulo ao setor turístico e disciplina a prestação de serviços turísticos, o cadastro, a classificação e a fiscalização dos prestadores de serviços turísticos.

Para os fins desta Lei, considera-se turismo as atividades realizadas por pessoas físicas durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a 1 (um) ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras.

Define que cabe ao Ministério do Turismo estabelecer a Política Nacional de Turismo, planejar, fomentar, regulamentar, coordenar e fiscalizar a atividade turística, bem como promover e divulgar institucionalmente o turismo em âmbito nacional e internacional.

O poder público atuará, mediante apoio técnico, logístico e financeiro, na consolidação do turismo como importante fator de desenvolvimento sustentável, de distribuição de renda, de geração de emprego e de conservação do patrimônio natural, cultural e turístico brasileiro. In: BRASIL, Ministério do Turismo, 2011.

coordenação, supervisão e avaliação dos planos e programas de incentivo ao turismo esta organizado da seguinte maneira:

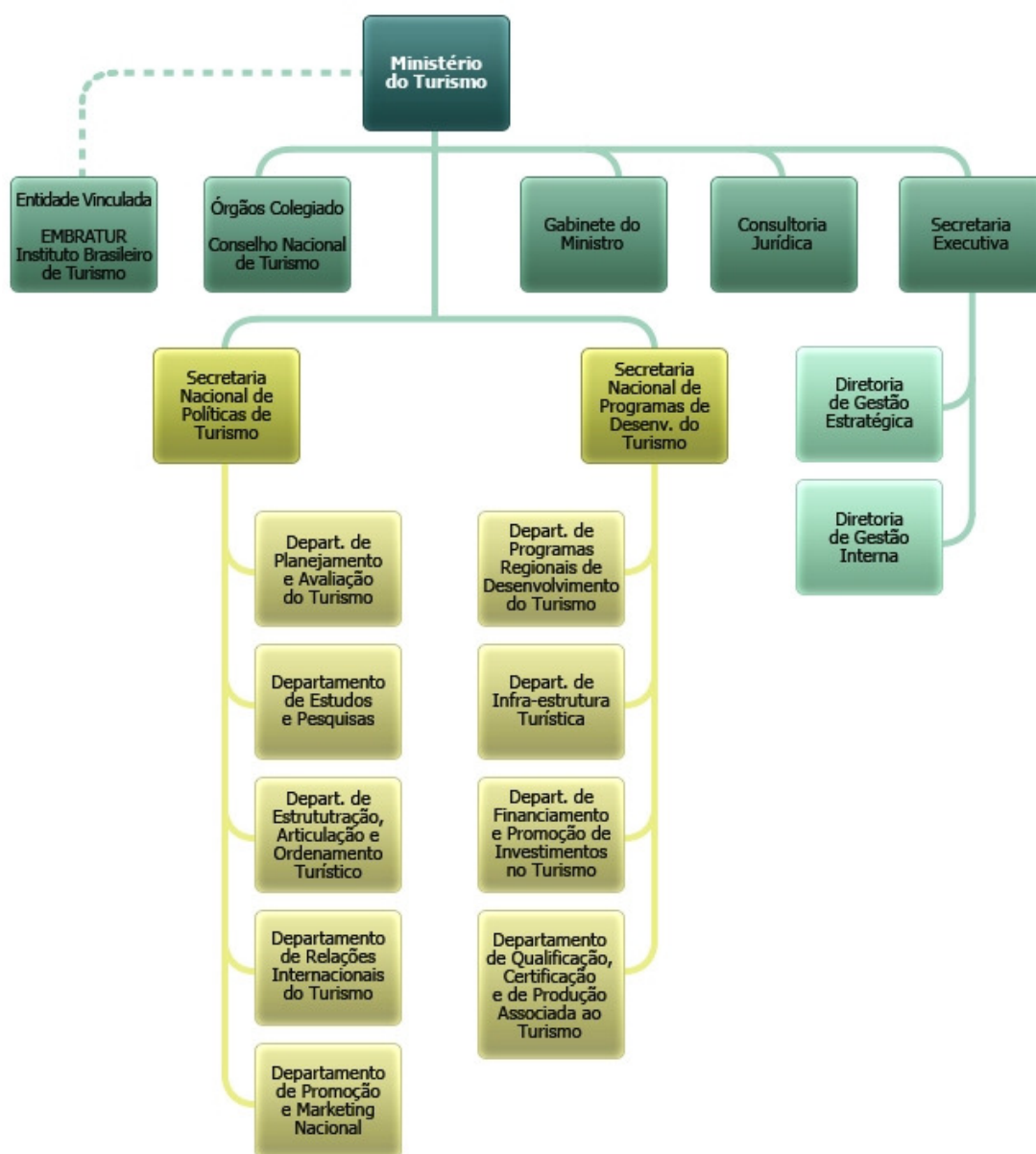


Figura 23 – Organograma do Ministério do Turismo.
Fonte – www.turismo.gov.br.

Para esse estudo destacaremos a estrutura organizacional da Secretaria Nacional de Políticas do Turismo, que assume o papel de executar a política nacional para o setor, orientada pelas diretrizes do Conselho Nacional do Turismo; da Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo que subsidia e formula os planos, programas e ações destinados ao fortalecimento do turismo

nacional. A Embratur⁹⁰ fica responsável pela promoção, marketing e apoio à comercialização dos produtos, serviços e destinos turísticos brasileiros no exterior.

Por ocasião de dois eventos internacionais (Copa do Mundo de Futebol - FIFA em 2014 e Jogos Olímpicos em 2016) que acontecerão no Brasil, importantes transformações podem acontecer para o desenvolvimento não só do setor como do país. Tendo como preocupação oferecer serviços de qualidade para que o turista volte e recomende a visita, não se restringindo apenas aos momentos dos eventos, foi elaborado um documento (Referencial Turismo no Brasil 2011/2014⁹¹) em conjunto do Ministério do Turismo, com o Conselho Nacional de Turismo e com o Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo para refletir sobre as perspectivas de desenvolvimento do Turismo brasileiro para os próximos anos.

Este documento tem como proposta a Gestão Descentralizada e Compartilhada do Turismo em que os setores governamentais e as representações da sociedade civil interagem num processo permanente de discussão e atuação, alinhando objetivos e potencializando os resultados do desenvolvimento da atividade no País (BRASIL, 2011).

⁹⁰ A Embratur - Empresa Brasileira de Turismo, criada em 18 de novembro de 1966, tinha o objetivo de fomentar a atividade turística ao viabilizar condições para a geração de emprego, renda e desenvolvimento em todo o País. In: BRASIL, op. cit., p, 2011.

⁹¹ O objetivo deste trabalho é sobrepor-se às questões político-partidárias, por ser a expressão de um fórum democrático e representativo, cuja função é garantir a continuidade das conquistas obtidas e buscar o aprofundamento e aprimoramento das políticas e programas para o desenvolvimento do Turismo no Brasil.

O presente documento está estruturado em três partes principais: (I) Diagnóstico, (II) Cenários e Projeções e (III) Proposições.

O Diagnóstico faz a análise do desenvolvimento da atividade nos últimos anos, iniciando por uma contextualização do ambiente econômico, uma avaliação das perspectivas de evolução do Turismo no contexto internacional, e um retrato do Turismo no Brasil, construído com base na apresentação dos principais resultados registrados.

Os Cenários e Projeções referem-se às perspectivas que se abrem para o desenvolvimento do Turismo no Brasil, contextualizadas ao ambiente econômico, social e político, do País e do mundo. São construídas três alternativas de cenários futuros, tomando como referência as expectativas de comportamento de variáveis estratégicas, apoiadas em reflexões e análises de instituições de reconhecido mérito, além da consideração dos impactos decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol FIFA em 2014 e dos Jogos Olímpicos em 2016. Estes cenários orientam as projeções dos indicadores, e sinalizam as alternativas de desenvolvimento da atividade para o período 2011/2014.

As Proposições compõem a terceira parte do documento e sistematizam o conjunto de recomendações e orientações que devem ser promovidas e seguidas pelos diversos atores que interagem de forma articulada na gestão e promoção do Turismo no Brasil, de modo a alcançar os ideais projetados. Estas proposições estão também organizadas por eixos temáticos, conforme os desafios apontados no Diagnóstico In: BRASIL, op. cit., p, 2011.

A gestão descentralizada do Turismo foi regulamentada pela Lei nº 11.771/2008 e conta com representantes do poder público, da iniciativa privada e da sociedade civil organizada a fim de representar e democratizar as ações do setor⁹².

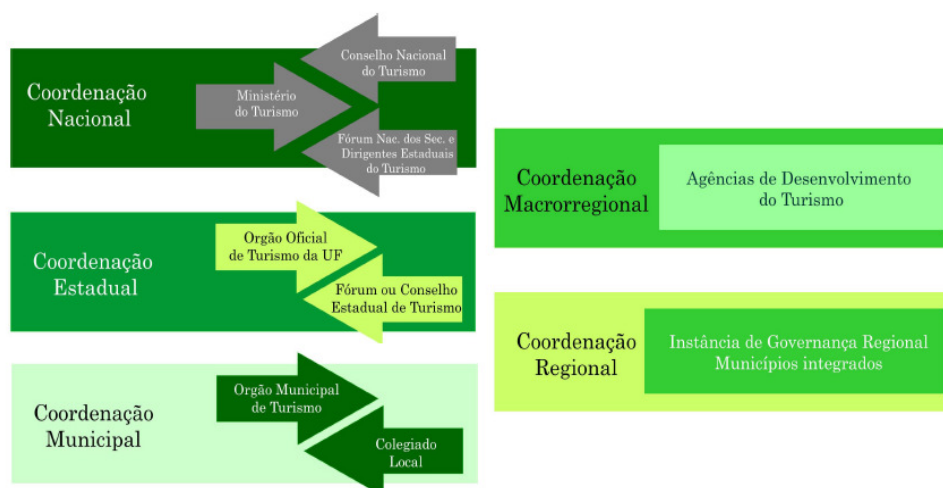


Figura 24 – 3ª Gestão Descentralizada e Compartilhada do Turismo.

Fonte – www.turismo.gov.br.

Nunca foi tão propício falar em turismo no Brasil quanto agora. Eventos já mencionados como Copa do Mundo de Futebol - FIFA em 2014 e Jogos Olímpicos em 2016 colocam o setor em destaque. Muitos debates estão postos a partir disso e Aparecida tenta se inserir nesse contexto e planejar ações que tornem a cidade ainda mais atrativa e acessível aos milhares de turistas que estarão presentes no país, assim como preparar a cidade para o tricentenário (1717 – 2017) da aparição da imagem de Nossa Senhora da Conceição aos pescadores no rio Paraíba do Sul.

⁹² Este sistema é formado por um núcleo estratégico de âmbito nacional composto pelo Ministério do Turismo, pelo Conselho Nacional de Turismo – CNT e pelo Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo – Fornatur, e por uma rede de gestão descentralizada composta pelas Instâncias de Governança Macrorregionais, os Órgãos Estaduais de Turismo, os Fóruns e Conselhos Estaduais de Turismo, as Instâncias de Governança Regionais, os Órgãos Municipais de Turismo e os Colegiados Municipais de Turismo.

Entendida como uma estratégia necessária para implementar a Política e o Plano Nacional de Turismo, a gestão descentralizada tem permitido somar esforços, recursos e reunir talentos em favor da atividade turística, envolvendo, direta e indiretamente, instituições públicas e privadas, vinculadas ao setor em todo o País. Não obstante os resultados e avanços decorrentes da descentralização e da participação propostas, ainda são necessários esforços para promover a integração entre as diferentes esferas de governo e entre os setores público e privado. Do ponto de vista dos processos de gestão, compartilhar e alinhar ações repercutem positivamente no planejamento, na articulação e na avaliação dos resultados almejados. In: BRASIL, op. cit., p. 59.

3.2- O TURISMO RELIGIOSO

O Turismo Religioso não é, necessariamente, posto em movimento apenas pelo clero ou pelos devotos. Profissionais de qualquer credo ou confissão religiosa podem participar dessa atividade econômica. O turismo tem a capacidade de ser um multiplicador econômico, gerador de emprego e renda, principalmente para a localidade que o incentiva. Assim, todos planejam suas ações e disputam espaço como em qualquer outra atividade comercial turística.

Durante muito tempo as celebrações religiosas estiveram submetidas ao Turismo Cultural sendo interpretadas, muitas vezes de forma carnavalesca, como manifestações folclóricas. É recente a independência do turismo religioso, sendo atualmente uma categoria aceita por pesquisadores, igreja católica e por agentes do mercado turístico e não apenas uma simples ramificação do turismo cultural. O turismo religioso difere dos demais segmentos de mercado porque tem como motivação principal a fé e é grande a sua relação com a religiosidade popular.

A utilização do termo Turismo Religioso data da década de 60, com a criação da Pastoral do Turismo pela Igreja Católica. A definição oficial de turismo religioso elaborada pela Conferência Mundial de Roma, realizada no ano de 1960, compreende-a como uma atividade que movimenta peregrinos em viagens pelos mistérios da fé ou da devoção a algum santo. Na prática, são viagens organizadas para locais sagrados, congressos e seminários ligados à evangelização, festas religiosas que são celebradas periodicamente, espetáculos e representações teatrais de cunho religioso. No entanto, o fato de existir uma definição oficial não significa que não possa ser questionada e apontada em suas incoerências (SILVEIRA, 2004).

Desde a Antiguidade encontramos registros sobre deslocamentos de pessoas relacionadas à fé. “Caminhar”, “peregrinar”, “fazer romarias” não é algo novo para o povo católico. Há séculos existem santuários nacionais, regionais e locais espalhados por todo o Brasil. A todos continuam ocorrendo multidões, apesar das grandes mudanças que se verificam no campo religioso brasileiro. “São tradições arraigadas em antigos costumes repassados de geração a geração” (VALLE, 2006, p. 32).

A definição de turismo religioso, segundo a Embratur – Empresa Brasileira de Turismo está assim formulada:

O Turismo Religioso configura-se pelas atividades turísticas decorrentes da busca espiritual e da prática religiosa em espaços e eventos relacionados às religiões institucionalizadas. Está relacionado às religiões institucionalizadas tais como as de origem oriental, afro-brasileiras, espíritas, protestantes, católica, compostas de doutrinas, hierarquias, estruturas, templos, rituais e sacerdócio. A busca espiritual e a prática religiosa, nesse caso, caracterizam-se pelo deslocamento a locais e para participação em festas e comemorações religiosas, apresentações artísticas de caráter religioso, encontros e celebrações relacionados à evangelização de fiéis, visitação a espaços e edificações religiosas (igrejas, templos, santuários, terreiros e a realização de itinerários e percursos de cunho religioso e outros) (BRASIL, 2008, p.19).

Conforme podemos notar, as práticas espirituais dentro da perspectiva do turismo priorizam o deslocamento por motivos religiosos ou de caráter místico. Nesse sentido, Maio (2004) e Dias (2003) entendem que o turismo religioso é um segmento que pode contribuir para a valorização e a preservação das práticas espirituais, enquanto manifestações culturais e de fé que identificam determinados grupos humanos.

O turismo religioso não pode ser analisado de forma isolada exclusiva ou independente, mas sim como um segmento apoiado na oferta turística local e pertencente ao patrimônio cultural e natural. É um turismo motivado pela religiosidade, pela cultura religiosa. Onde quer que a cultura se manifeste – seja na área rural ou urbana, seja no cotidiano ou em momentos festivos – poderá existir um turismo religioso.

As peregrinações aos lugares sagrados, principalmente de devoção aos Santos católicos, servem de base para nossa análise.

3.3- O TURISMO RELIGIOSO NO BRASIL

Os estudos sobre turismo religioso no Brasil são recentes, concentrando-se quase que todos nos últimos sete anos (2000-2006), e estão pautados em dois aspectos: a compreensão dos processos sociais e a administração dos recursos (humanos e materiais) com a infraestrutura física existente (CHRISTOFFOLI, 2007).

... O Turismo no Brasil nasce na Geografia e Antropologia, sendo depois incorporado pelas Ciências Sociais Aplicadas onde se estabeleceu plenamente, concentrando-se no estudo dos aspectos gerenciais e comerciais, mais do que nos aspectos culturais, sendo que o turismo e a religiosidade católica popular, somente nas últimas duas décadas mereceram atenção de pesquisadores dessas ciências (CHRISTOFFOLI, 2007, p. 20).

No Brasil o turismo religioso envolve diversas cidades, com muitos atrativos e rotas turísticas impulsionadas pela fé, o que, muitas vezes, movimenta e melhora a qualidade de vida das comunidades locais, quando bem estruturado. O êxito está no planejamento e execução do trabalho realizado pelo poder público e pelos profissionais do setor. Nesse sentido, percebe-se que Aparecida serve como modelo de sucesso ao segmento do mercado turístico que volta seus bens e consumo para a religião.

O turismo religioso é apresentado como uma das modalidades do turismo cultural que se destacam pelo potencial do segmento para o Brasil.

Um país predominantemente católico como é o Brasil, apresenta em seu território um número imenso de igrejas e locais sagrados dedicados a santos oficiais e a muitos outros consagrados pela população. As histórias que envolvem imagens, a peregrinação dos devotos e a curiosidade daqueles que admiram a arte religiosa fazem com que o turismo religioso seja um dos mais importantes segmentos desse setor no Brasil. Há possibilidades de exploração do turismo judaico devido à importância de judeus na história do Brasil, do turismo espírita, do turismo que envolve as religiões afro entre outros (Dias, 2005, p.55).

Principal órgão representativo do turismo brasileiro, a Embratur avalia de forma positiva as ações já implantadas e considera o turismo capaz de contribuir para o desenvolvimento do país por ser um importante setor para alavancar o crescimento econômico, como atividade capaz de traduzir a imensa riqueza natural,

étnica e cultural do Brasil, bem como um efetivo instrumento de geração de emprego e renda, contribuindo para melhoria da qualidade de vida e inclusão social.

Desde o período colonial percebemos o forte potencial do culto aos Santos católicos na formação do turismo religioso brasileiro. O contexto abordado no primeiro capítulo colabora para entender como foi formado este sentimento religioso brasileiro que está presente ainda hoje. Como vimos, desde o Brasil Colônia, a imagem do santo era importantíssima para os fiéis, pois era através dela que se podia acessar o santo e sublimar o contato com Deus: “os santos estão ao alcance de qualquer fiel, sem que intervenha alguma mediação institucional entre eles” (OLIVEIRA, 1985, p. 115).

A base de análise de Oliveira (1985) é o catolicismo popular, o mesmo catolicismo que dá origem à Nossa Senhora Aparecida, bem como às capelas, igrejas, conventos e Santuários espalhados pelo Brasil afora, que por serem moradas dos Santos recebem milhares de pessoas todos os anos. Todo santuário, por sua vez, ao mesmo tempo em que provoca um deslocamento de fiéis para o culto, também faz surgir uma demanda cultural, dos que irão apreciá-lo pelo que contém de histórico e cultural (DIAS e SILVEIRA, 2003).

A crescente procura relacionada à devoção e também ao histórico e cultural motiva ações na cidade envolvida para gerar emprego, renda e uma maior arrecadação de impostos. Assim, começa-se a buscar o crescimento e aperfeiçoamento da atividade turística o que causa preocupação em vários setores da sociedade atentos para à falta de planejamento e organização das atividades e para os riscos que isso pode acarretar.

Turismo é um fenômeno que não cria apenas empregos, impostos e desenvolvimento. Se mal planejado, é fator de poluição, exclusão social, concentração de renda, aumento da prostituição, incremento da exploração sexual infantil e comprometimento de investimentos em projetos mal elaborados. A responsabilidade por essas questões não é exclusiva dos governos, mas da sociedade organizada como um todo. Empresários, profissionais, organizações não-governamentais, sindicatos e as comunidades organizadas devem participar e se comprometer com os resultados decorrentes dos projetos turísticos. Evidentemente isso implica o acesso à educação e informação (TRIGO, 2007, p. 12).

Nesse sentido, Trigo (2007) aponta para a educação e a informação como portas para o sucesso da atividade turística. Por outro lado, observa-se que se o encontro de culturas de diferentes partes do mundo pode provocar compreensão e

tolerância, também pode provocar alterações nos padrões culturais de uma sociedade. Tal é o caso da banalização da arte folclórica nativa pela intensa exposição; da ameaça de mudança de valores culturais dos jovens que tentam imitar hábitos, linguagens, roupas dos visitantes, sem falar no consumo de drogas, prostituição e aumento de violência (ALMEIDA, LEITE e MALCHER, 2007).

Sabe-se que o turismo movimenta milhões de pessoas, gerando empregos diretos e indiretos no transporte, agricultura, bancos, etc. No entanto, nas economias desenvolvidas, o resultado é mais positivo do que em países pobres. Esse fato ocorre porque, nos países pobres, o aumento da demanda de empregos ocorre no período de construção da infraestrutura turística, o que encoraja o abandono das atividades tradicionais (lavoura, pecuária, pesca). Posteriormente a mão de obra não é absorvida pelo mercado turístico ou, então, devido à falta de qualificação, só consegue baixa remuneração. Isto sem falar no caráter de sazonalidade do trabalho, que é regulado pelas altas e baixas temporadas (ALMEIDA, LEITE e MALCHER, 2007).

Quanto ao turismo religioso brasileiro, Brustoloni (1998) tem como preocupação sua desestruturação e a perda de qualidade, a partir da exploração financeira da atividade turístico religiosa:

Mas como todo crescimento numérico pode trazer desvantagens qualitativas, o grande movimento de peregrinos, verificado a partir de 1967, trouxe o assim chamado 'turismo religioso', apoiado e promovido pela proliferação de agências de turismo ou por chefes ou 'fazedores' de romarias, muitos deles movidos mais por interesse financeiro, sem orientar o grupo para o sentido da romaria. Esse turismo não é um mal em si, mas trouxe um ambiente menos sacro, que unido ao mercantilismo exagerado do comércio de Aparecida causa espécie, e até reação crítica de muita gente que visita o Santuário. Muitos sentem-se agredidos nos seus sentimentos religiosos (Brustoloni, 1998, p. 362, 363).

É assim, fundamental para nossa análise, considerarmos a importância de estudar e debater os benefícios e custos do turismo, pois, muitos são os impactos da atividade turística religiosa na devoção, transformando os grupos sociais, suas representações e suas práticas religiosas.

3.4- O TURISMO RELIGIOSO EM APARECIDA

Para entendermos o desenvolvimento do turismo religioso em Aparecida precisamos estudar seu processo histórico, bem como seus principais agentes, as políticas públicas, suas parcerias e projetos para o setor. Todavia são escassas as fontes de dados relativas ao tema. Assim, teremos como material básico de análise apenas as entrevistas por nós realizadas em pesquisa de campo e o artigo *Aparecida, Santuário e 40 anos de peregrinações* de Elache e Leite (2010), publicado no jornal “O Lince” em Julho/agosto de 2010.

As entrevistas tiveram como motivação entender as especificidades da atividade turística na cidade sob dois aspectos administrativo e devocional.

Para entender de que forma é administrado o Turismo Religioso e suas interfaces com os diferentes setores que compõem a cidade, ouvimos o secretário municipal de turismo, Célio Luis Batista Leite, o presidente do sindicato dos hotéis e restaurantes de Aparecida e Vale Histórico, Ernesto Elache, e o coordenador de eventos e turismo do Santuário Nacional, Diego Samahá.

Já para entendermos os impactos das políticas públicas e ações da Igreja na vida dos devotos, ouvimos o fotógrafo Jorge Fernandes, do Sindicato dos fotógrafos profissionais de Aparecida e Estado de São Paulo, o coordenador de peregrinações, Célio Batista Leite, assim como vários devotos na cidade.

A outra fonte documental importante foi o trabalho de Elache e Leite (2010) realizado para colher informações e orientar os setores de hospedagem, alimentação e comércio. Através de uma empresa especializada em pesquisa de opinião coletaram dados que permitiram definir o perfil do turista que recorrentemente visita a cidade de Aparecida e alimenta a economia local.

Neste artigo, os autores traçam o perfil do romeiro turista e indicam os principais aspectos da infraestrutura da cidade para receber esse romeiro-turista, além de servir de parâmetro para a profissionalização da atividade e para a implementação de ações de políticas públicas da cidade. Utilizando-se de duas fontes documentais: dados estatísticos sobre o fluxo de visitantes de 1968 até 2009 do Santuário Nacional e pesquisa com os romeiros-turistas encomendada pelo Sindicato dos Hotéis e Restaurantes de Aparecida e Vale Histórico (SINHORES) e

pela Associação Comercial de Aparecida (ACIA), mostram a evolução do Turismo Religioso na cidade de Aparecida.

Segundo a pesquisa existe uma associação muito clara entre o fluxo turístico e a política econômica brasileira, com seus diversos pacotes. Consideram a cidade como termômetro dos efeitos das políticas econômicas e alertam para necessidade de estar atento a esse movimento. Além disso, atrelam mais dois aspectos relevantes ao acréscimo ou não de turistas na cidade: a infraestrutura de acolhimento e os megaeventos. Destacam ainda a importância da atividade turística como principal fonte de recursos da cidade e responsável pela movimentação da economia local (ELACHE e LEITE, 2010).

São incontáveis as histórias de pessoas que aportaram em Aparecida sem nenhum recurso e nela tiveram a oportunidade de constituir e/ou sustentar suas famílias constituindo patrimônios de dimensões variadas. Sendo o turismo o principal pilar de sustentação econômica da vida local é fundamental que a ele sejam direcionadas as atenções. É preciso olhar com carinho para o turista. Mais que isso: é preciso tratá-lo com o respeito que ele merece dada a importância que ele tem. É preciso compreender que nenhum negócio ou empreendimento se sustenta se suas bases não forem preservadas e renovadas (ELACHE e LEITE, 2010, p. 18).

Sem dúvida alguma, o turismo é responsável pela geração de emprego e renda na cidade. O Sr. Célio Batista Leite⁹³, de 85 anos, devoto de Nossa Senhora Aparecida, é um bom exemplo. Ele diz ter recebido a graça e passou a organizar romarias a Aparecida, de ônibus e de trem, desde 1960. Montou uma pousada e passou a receber os devotos de Minas Gerais, trazidos por um compadre. Depois percebeu que não era o ramo dele e voltou a viver das romarias, só que agora morando na cidade e passando a levar os aparecidenses para visitar outros lugares do Brasil e do Mundo.

A respeito do fluxo turístico para a cidade de Aparecida, a única fonte de dados disponível é a do Santuário Nacional acima referida que passou, a partir de 1968, de forma sistemática, a registrar o movimento anual de peregrinos, talvez impulsionados pela vinda do Papa Paulo VI no ano anterior. Assim cientes da importância de conhecer e, em alguma medida, organizar o fluxo de romeiros, os

⁹³ O Sr. Célio Batista Leite, 85 anos, natural de Santo Antonio do Monte – MG. Reside em Aparecida há mais de 30 anos. Atualmente escreve para a revista Romeiros de Nossa Senhora e continua organizando peregrinações no Brasil e no exterior.

missionários redentoristas cuidaram de quantificar o movimento de peregrinos aos finais de semana.

Através de uma técnica de contagem própria – que ainda permanece – ônibus e automóveis eram computados e tinham seus totais multiplicados pela capacidade física máxima de cada veículo. Ônibus eram multiplicados por 40 e automóveis multiplicados por 5. Por este cálculo sumário estimava-se – e estima-se – a população flutuante de Aparecida. Num primeiro momento, aos finais de semana e feriados, e, mais recentemente, também durante a semana (ELACHE e LEITE, 2010, p. 14).

Apesar de encontrarmos diversos relatos de romarias de vários lugares do Brasil à Aparecida, anteriores a 1968, não existem dados disponíveis que demonstrem o fluxo turístico na cidade neste período, sendo os dados apresentados pelo Santuário os únicos registros servindo de base para qualquer estudioso do tema. De acordo com outro entrevistado, o coordenador de eventos e turismo do Santuário Nacional, Diego Samahá⁹⁴, o fluxo turístico vem aumentando, sendo um processo natural se compararmos com outros centros de peregrinação religiosa católica no Brasil, como Juazeiro do Norte, Belém com o Círio de Nazaré, Nova Trento com a Madre Paulina, Bom Jesus da Lapa. Para ele, a característica principal dessas localidades é que eram cidades pequenas onde houve um aparecimento ou um milagre específico que passou a levar milhares e milhares de pessoas a cada ano.

Aparecida, devido a sua importância histórica e política sempre recebeu tratamento diferenciado do poder público. É importante lembrar que o catolicismo durante muito tempo foi a religião oficial do Estado e somente com o advento da República é que tivemos alterações, que ocorreram mais no papel do que na prática, pois continuaram, no cotidiano, práticas e costumes católicos que permanecem até os nossos dias. Historicamente, em muitos momentos, existiu uma relação mais do que amistosa entre Igreja e Estado no fortalecimento dos ideais de nação.

Como exemplo, podemos citar as políticas do turismo no estado de São Paulo, a partir de meados da década de 50, com o presidente Juscelino Kubitschek, que usando recursos federais fez a doação da estrutura da Torre Brasília do Santuário Nacional ou, ainda, a passarela iniciada em 1970 e concluída em 1972 pelo presidente General Médici entre a Basílica Velha e o Santuário, durante a

⁹⁴ Diego Samahá foi ex-secretário de turismo de Aparecida, e atualmente é o coordenador de Turismo e eventos do Santuário Nacional Nossa Senhora Aparecida. In: SAMAHÁ, 2011-4.

ditadura militar, quando vivíamos em termos econômicos um acentuado crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), fase conhecida como o “Milagre Brasileiro”.

A passarela, por sua vez, transformou-se em grande atração turística, promoveu um “boom” na visitação à cidade, como também contribuiu para a sustentação do movimento a partir do patamar que gerou.

Durante o período, 11,15% foi a taxa média de crescimento assim distribuído: no primeiro quinquênio, foram 13,43%, o que correspondeu a aposição de 153.618 turistas ao ano, em média; e no segundo quinquênio, 8,88%, apondo ao montante, em média, 175.350 turistas ao ano (ELACHE e LEITE, 2010, P. 16).

Atualmente não existe o investimento direto nem doações do poder público federal à cidade de Aparecida: as políticas para o setor são implantadas com mais clareza a partir da consolidação do Ministério do Turismo.

Acreditando no “*acolher bem também é evangelizar*” o Santuário Nacional, através de ações como a Campanha dos Devotos⁹⁵, busca recursos para investir em infraestrutura. Podemos citar ainda o Centro de Apoio ao Romeiro (CAR), inaugurado em 1998, como exemplo de investimento em infraestrutura para elevar o fluxo turístico. O CAR representou um acréscimo de 11,66%, ou 723.300 visitantes. Em termos absolutos, o dobro do acréscimo ocorrido em 1972 (377.375), mas, percentualmente, 1/3 do que representou a Passarela da Fé que, turisticamente considerada, foi um investimento com resultado imediato altamente positivo (ELACHE e LEITE, 2010, p. 16).

As políticas públicas, desenvolvidas pelo Ministério do Turismo servem para dar apoio e investimento fortalecendo o turismo local. Por exemplo, a cidade de Aparecida é uma das poucas que possuem o título de Estância.⁹⁶ Para que uma

⁹⁵ A Campanha dos Devotos foi criada em julho de 1999, com o objetivo de atender o anseio dos devotos de Nossa Senhora Aparecida que há muito queriam colaborar com as obras do Santuário Nacional, a partir de suas cidades. Ao mesmo tempo, havia a necessidade urgente da concretização das obras de acabamento e infra-estrutura do Santuário Nacional. As dificuldades financeiras eram imensas e os recursos obtidos através das doações feitas no Santuário quase não davam para subsidiar a manutenção da estrutura da época. Nesse panorama, os Missionários Redentoristas, responsáveis pela administração do Santuário Nacional, apoiados pelo então Cardeal Dom Aloísio Lorscheider, decidiram criar e implantar a Campanha dos Devotos. In: A12, op. cit., 2010.

⁹⁶ No Estado de São Paulo, a criação das Estâncias se deu a partir da Constituição do Estado de São Paulo de 1967 conforme consta no artigo 146: “A classificação de Municípios como estância de qualquer natureza, para concessão de auxílio, subvenções ou benefícios, dependerá da observância de condições e requisitos mínimos estabelecidos em lei complementar, de manifestação dos órgãos técnicos competentes e do voto favorável da maioria dos membros da Assembleia Legislativa” (Constituição do Estado de São Paulo, 1967). Esta “lei complementar” que estabelece os critérios para a classificação de um município em Estância foi publicada apenas em 1971 (nº. 10.426 de 08/12/1971, regulamentada pelo decreto nº. 20 de 13/07/1972). Ainda nesta oportunidade é criado o

cidade possa receber tal nomenclatura, e com isso verbas e projetos específicos, é preciso atender alguns requisitos:

Para requerer o título de Estância, o prefeito da cidade interessada deve solicitar a Assembléia Legislativa que seja elaborado um projeto de lei. A Assembléia Legislativa encaminha o anteprojeto de lei, após as tramitações burocráticas, à Secretária de Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo, onde deverá ser feita a abertura do processo. Após a abertura do processo, a prefeitura interessada deve enviar todos os relatórios solicitados ao DADE Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias que fará uma análise técnica para verificar em qual categoria de Estância a cidade se enquadra (FINO, 2009, p. 52).

Desse modo, para que haja o sucesso da atividade turística é preciso que se busque apoio nas políticas públicas existentes e o fomento dessas na cidade. Apesar da religião ser um grande atrativo não é capaz por si só de movimentar o setor, necessita da adoção de políticas públicas em Aparecida. O Turismo Religioso não pode ser entendido como algo espontâneo.

Para alguns, o crescimento “natural” do movimento dispensa qualquer fermento e toda ação é desnecessária porque ineficaz. Tudo acontece segundo uma lógica fatalista que os deixam na condição de espera. É a lógica do empreendedor individual, desorganizado e desprovido das informações e condições básicas para gerenciar seu negócio em conformidade com as projeções permitidas pelas tendências apontadas pelos estudos apurados (ELACHE e LEITE, 2010, p. 15).

O crescimento do fluxo turístico em Aparecida é fruto da lógica institucional, planejada, bem informada e de longo prazo adotada pelo Santuário Nacional. Elache e Leite (2010) observam que a administração municipal está distante desse modelo de gestão e precisa traçar metas e aprimorar seus conhecimentos para alcançar os mesmos resultados do Santuário.

A indicação da realização de megaeventos como forma de expandir o fluxo turístico não pode ser descartada, mas deve servir como política complementar, assim como a estruturação de um calendário anual rico em festas e atividades turísticas e religiosas para aquecer o setor. Sabe-se que através dos megaeventos da igreja, com superexposição na mídia, causam efeito direto sobre o fluxo, mesmo que em menor dimensão. A vinda do popularíssimo Papa João Paulo II, em 1980, representou uma elevação de 4,39% do fluxo turístico em relação ao ano anterior,

valores que não eram desprezíveis se considerado o momento de pífio crescimento pelo qual passava a cidade e o Santuário. Destacam, ainda, a V CELAM como outro exemplo. Com a presença do Sumo Pontífice Bento XVI e a cobertura de 1.050 jornalistas de todo o planeta, este evento adicionou 11,7%, o que representa 996.154 pessoas a mais em um ano (ELACHE e LEITE, 2010).

Ao analisarmos a infraestrutura de acolhimento e os megaeventos como mecanismos para o acréscimo do número de turistas na cidade podemos concluir que são ações que se completam. Parece ser na direção da junção destes componentes que caminha a administração do Santuário, levantando-se a possibilidade de voos mais altos colocando Aparecida no cenário internacional.

O próximo megaevento será em 2017, ano jubilar do tricentenário do encontro da imagem de Nossa Senhora Aparecida. Grandes obras já estão a caminho: Centro de Eventos Culturais, Cidade do Romeiro e complexo hoteleiro. Até lá acontecerão a Copa do Mundo e as Olimpíadas. O Trem de Alta Velocidade é promessa para 2016. A parada em Aparecida já está definida em edital do Ministério dos Transportes. Seria o momento do turista internacional? E se for, como se preparar para ele? (ELACHE e LEITE, 2010, p. 15).

Podemos perceber que existe por parte dos Redentoristas um planejamento que começa a ser posto em prática visando metas concretas a serem alcançadas a médio e longo prazo. Samahá⁹⁷ (2011), que conhece os principais santuários católicos, como Lourdes, Fátima, Santiago de Compostela e Jerusalém, considera que não existe no mundo uma infraestrutura igual à do Santuário Nacional de Aparecida e acredita que já começa a existir um reconhecimento internacional, fato evidente a partir da entrada do Santuário no circuito mundial da fé religiosa católica, através da Ópera Romana Peregrinações, que é a agência de turismo do Vaticano⁹⁸. Diante disso existe a necessidade de aprofundar os estudos buscando maior profissionalização. É preciso saber qual a percepção dos visitantes quando chegam a Aparecida.

A Cidade do Romeiro, que deve ficar pronta até 2013, vai ser um complexo composto por hotéis, centro de convenções e área comercial. Será construída em

⁹⁷

⁹⁸ A Ópera Romana foi criada em 1934 com o objetivo de levar peregrinos aos principais santuários do mundo, os chamados "itinerários do espírito". Ao longo dos anos, tornou-se uma das maiores promotoras de tradicionais destinos católicos como Roma e Cidade do Vaticano, Lourdes e Fátima, em Portugal, Santiago de Compostela, na Espanha, e a Terra Santa. In: SPIGLIATTI, Solange. Brasil entra no roteiro de peregrinação do Vaticano, 2010.

uma área de 177 mil metros quadrados (no antigo Magic Park), a 700 metros da basílica. Os investimentos iniciais estão entre R\$ 55 milhões e R\$ 60 milhões⁹⁹ (SANTUÁRIO NACIONAL, 2012).

O complexo tem como objetivos oferecer mais conforto e comodidade aos romeiros que visitam a cidade, além de fomentar o turismo religioso, receber peregrinos para convenções e sediar as assembleias anuais da CNBB.

A cidade do Romeiro surgiu de uma necessidade da CNBB de realizar grandes eventos com a Igreja Católica do Brasil, e por ser o Santuário Nacional o único no Brasil e possuir grande área. Esse grande fluxo e essa grande basílica é que se acreditou muito nesse projeto. A cidade do Romeiro vem para somar, para fornecer um pouco mais de infraestrutura para a cidade de Aparecida. Quando agente fala em infraestrutura são mais sanitários, estacionamentos, segurança, oportunidades de lazer e entretenimento e mais proximidade com o Santuário Nacional. O intuito da cidade do Romeiro é esse proporcionar mais infraestrutura para a cidade de Aparecida (SAMAHÁ, 2011-4).

Atualmente é reconhecida a precariedade da infraestrutura da cidade de Aparecida. Elache (2011), em entrevista, exalta a atitude e planejamento da Igreja e lembra que a Cidade do Romeiro está sendo construída onde antigamente era um parque temático que acabou não dando certo. Segundo ele:

Uma área nobre, encantadora, uma área que já tinha salão de convenções, cinema, 64 lojas, já estava pronto. Agora estão construindo os hotéis, já tem um pronto e um sendo construído, já no 3º andar e uma área disponível para mais dois ou três hotéis. Pra você vê quando se faz uma coisa planejada. Eles estão construindo esses hotéis, vai dar uma capacidade de hospedagem para 2 500 pessoas e o quintal do hotel vai ser o Magic Park. Você vai sair na porta do hotel e vai falar assim para a sua esposa, sua sogra, para a sua família: vamos comer uma pizza? Vamos! Está ali a pizzeria. Ah pizza eu não quero, vamos chupar sorvete? Está ali a sorveteria. Não quero nem pizza nem sorvete, está ali o cinema. Olha hoje vou fazer compra. Tem 64 lojas. Ah eu queria fazer uma convenção, tem um salão de convenções. Ah que vontade que dá de virar padre. Porque é muito organizado. É a maior empresa do mundo. Então se você não quiser criar nada pode copiar que dá certo (ELACHE, 2011-5).

Podemos notar que existe o reconhecimento do potencial de organização e planejamento dos padres Redentoristas, assim como da importância da construção da Cidade do Romeiro para a geração de emprego e renda e desenvolvimento da infraestrutura da cidade de Aparecida.

⁹⁹ Ver foto da Cidade do Romeiro em anexo II.

No entanto, se por um lado temos a Cidade do Romeiro, que trará benefícios para toda cidade, por outro temos muitos problemas estruturais que se arrastam há anos, dentre os quais a Feira dos Ambulantes localizada nos arredores do Santuário Nacional está entre os principais males apontados pelos entrevistados.

A solução não é tão simples, pois, não se trata apenas de abolir a feira. A Feira é tradicional, garante renda à família de muitos aparecidenses e atrai os milhares de pessoas que vêm à cidade todos os anos. Sua forma de organização é que provoca prejuízos à população e à cidade.



Figura 25 – Feira
Fonte – www.santuaronacional.com.

Para Samahá, a feira dos ambulantes é um problema que se arrasta há mais de trinta anos e causa um problema muito grande no tráfego interno das pessoas que chegam e não conseguem cruzar a cidade. Sem falar no elevadíssimo número de furtos e roubos que acontecem nessa feira pela falta de segurança (SAMAHÁ, 2011-4). “Quando foi criada, a feira foi feita para ajudar as famílias a agregar um dinheiro a mais, para por o filho para estudar, para uma comida melhor, para pagar conta de luz, para fazer seu puxadinho no fundo da casa, questões

assistencialistas”. No entanto, atualmente uma barraca no mercado paralelo chega a custar R\$ 150.000,00¹⁰⁰ (ELACHE, 2011-5).

Ciente das dificuldades encontradas, o poder público tem projetos de reurbanização da Avenida Monumental Papa João Paulo II, a principal artéria da feira, e ruas adjacentes. Segundo os relatos de Samahá (2011) e Elache (2011) essa é uma obra pública de grande necessidade para o bom andamento do fluxo turístico da cidade de Aparecida.

Com a reurbanização da densa área de comércio ambulante de Aparecida, será possível resolver alguns dos problemas advindos de uma ocupação desordenada do espaço.

Apesar da diversidade do público que frequenta a cidade, muitos autores como Abumanssur (2003), Oliveira (2003), enquadram o Turismo religioso em Aparecida como turismo de pobre, ou conforme Brasil (2005), Christoffoli (2007) como turismo de classe C e D.

O Turismo Religioso com suas práticas controvertidas levanta discussões sobre sua área de atuação e sua representatividade no mercado turístico brasileiro.

No Brasil, o turismo religioso que se destina aos santuários nacionais é considerado turismo de pobre porque, como regra, as romarias são organizadas de forma espontânea pelas pessoas interessadas. Dada a facilidade de transporte e os compromissos com o mundo do trabalho, a visita aos lugares sagrados não pode tomar mais que um dia na vida do romeiro, em geral um feriado. Apesar da indigência, da espontaneidade na organização, da rápida passagem pelos locais sagrados, as romarias são percebidas como “turismo religioso” e tratadas como tal pelas pessoas responsáveis pela administração do santuário de destino (ABUMANSSUR, 2003, p. 56).

O documento *Classes C e D: um novo mercado para o turismo brasileiro* por sua vez fundamenta sua avaliação numa análise detalhada dos dados da pesquisa quantitativa e qualitativa realizada pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) para o Ministério do Turismo no mês de maio de 2005, em três metrópoles brasileiras: São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre.

100 Segundo Elache, tem gente de São Paulo, de Curitiba que tem dez, quinze barracas e só vem à cidade uma vez na semana para receber o aluguel. Recebe R\$ 150, 00, R\$ 200, 00 por barraca.

As entrevistas foram realizadas com pessoas de 18 a 25 anos, 25 a 45 anos e acima de 50 anos, pertencentes aos grupos de renda B, C e D que viajaram no último ano. O levantamento indicou elementos que poderão servir para a realização de futuras políticas públicas. Gostaríamos de destacar alguns dados relevantes:

- _ Os organizadores de turismo de baixa renda são informais, desconhecem o universo do turismo, não têm acesso a informações e têm restrições orçamentárias que inviabilizam a formalização e incremento do seu negócio.
- _ Viajam com frequência ao longo de todo o ano, principalmente nos finais de semana e feriados.
- _ Deslocam-se para destinos com interesse turístico variado, que apresentam atrações razoáveis, como praias até aqueles que são inusitados e que retratam uma situação específica como excursões para cidades onde existem presídios, excursão de migrantes ou mesmo as excursões de cunho religioso, por exemplo;
- _ Observa-se a presença mesmo que modesta de pacotes turísticos, sendo grande parte deles de natureza informal. Esses pacotes são utilizados mais frequentemente por pessoas idosas e são de curta duração.
- _ É recorrente o uso de excursões de curta duração no formato “bate e volta”. Esta modalidade de viagem deve ser vista com maior cuidado se formos pensar em uma política pública que dialogue de fato com o comportamento e os hábitos deste público.
- _ O uso do ônibus clandestino é uma realidade que não pode ser desconsiderada e acontece, sobretudo, como uma forma de baratear os custos das excursões e viabilizar o acesso ao universo do turismo popular.
- _ Esses turistas se hospedam predominantemente na residência de amigos e parentes, como uma estratégia que alia um lugar de interesse e a vontade de viajar com a possibilidade de realizar este desejo diante de um orçamento restrito.
- _ Desconhecem os pacotes turísticos de baixo valor disponíveis no mercado e quando colocados diante desta possibilidade vêm esta forma de viajar e os valores apresentados como possíveis, principalmente para os jovens e idosos. Já o público que constituiu família, demanda um tipo de pacote diferenciado, capaz de atender uma demanda familiar mais extensa e que envolve um desembolso maior de recursos (BRASIL, 2005, p. 5 a 7).

Após a indicação de tais dados, o relatório final elenca uma série de propostas que podem contribuir com a melhoria da estrutura e organização da atividade do setor e propõe mudanças no desenvolvimento, formalização, formação e divulgação como formas de estimular o setor.

Tomando como base o documento referido, Christoffoli (2007) destaca a sua semelhança com a maioria das pessoas que visitam Aparecida, e entende que a mesma está no fato que:

Esse turista tem um comportamento e uma visão específica dos passeios, viagens, excursões e do turismo; costuma viajar em grupo e percebe a viagem como uma forma de fortalecer laços de sociabilidade. Viaja com muita frequência, especialmente nos finais de semana, quando percorre distâncias curtas ou médias, fica hospedado na casa de amigos e parentes e realiza dispêndios modestos ao longo da viagem.

Outras conclusões da pesquisa são: o turista popular viaja com os organizadores/operadores informais do turismo que residem no próprio bairro ou que fazem parte de sua rede de relações; o uso sistemático de excursões no formato bate e volta com duração curta (menos de 24 horas) e de curta distância com pernoite no ônibus; Os provedores de serviços são totalmente informais (falta de estrutura de negócios, existe a dificuldade de acesso às informações básicas sobre fornecedores, destinos e do modus operandi da atividade turística e, o desconhecimento dos pacotes turísticos econômicos disponíveis no mercado) (CHRISTOFFOLI, 2007, p. 42, 43).

A análise dos dados deste relatório não condiz com a realidade demonstrada e comprovada através dos números encontrados na pesquisa *Aparecida, Santuário e 40 anos de peregrinações*, segundo a qual as pessoas que visitam Aparecida não podem ser simplesmente classificadas como classe C e D.

Não mais é possível definir o turista de Aparecida como iletrado e desprovido dos referenciais da cultura urbana, pois, mostra a pesquisa, acima de 80% dos visitantes tem escolaridade mínima compatível com o ensino fundamental assim distribuídos: ensino fundamental (35,25%), ensino médio (36,90%) e ensino superior (9,79%). A cultura de parte dos visitantes ainda pode ter boa dose de ruralismo, mas um ruralismo com um mínimo de informação e formação escolar, o que faz do “novo” peregrino alguém mais criterioso quanto ao atendimento de suas necessidades e exigências, elas próprias mais elevadas agora do que antes.

Dos entrevistados, apenas 17,28% possuem os rudimentos da leitura e da escrita e 0,78% nunca estudaram. A figura do roceiro analfabeto cedeu lugar a um turista mais instruído e, por conseguinte, um avaliador mais rigoroso daquilo que lhe é oferecido.

A escolha de Nossa Senhora Aparecida, talvez, então, faça parte da tentativa de se criar uma identidade nacional que não passava só pela condição de trabalhador, mas também pela de ser católico (ELACHE e LEITE, 2010, p. 20).

Em relação à pesquisa do IBAM, Elache (2011) comentou em entrevista que o público que frequenta Aparecida é muito diversificado, o que dificulta classificações. Para ele, pode até ser que 60, 70% sejam da classe C e D, só que essa classe hoje para sair de casa, ter seu hotel pago, sua alimentação paga, seu embarque e desembarque pago e ainda trazer dinheiro para gastar e levar presentes para os outros não pode ser pobre. Por fim atenta para o olhar do pesquisador:

Primeiro, não precisa fazer sol nem chuva, para rezar qualquer um desses dois serve. Você não precisa grife ou de salto alto, para rezar qualquer roupa serve. Então essa igualdade, essa coisa que você olha aquela massa compacta e diz: ah! É todo mundo C, todo mundo classe D, você não sabe quem é quem. Porque aos pés de Nossa Senhora o cara que tem dinheiro se apresenta o mais humilde possível, porque para ele aquele momento é da alma dele ser lavada, e talvez ele acredite que estando bem simples Nossa Senhora vai olhar.

Então esse nivelamento de trajes de... E aí nós começamos a levantar nessa pesquisa também em alguns hotéis mais tradicionais de Aparecida

que esse turista vinha com duas malas, uma mala era para Aparecida e a outra era de Campos do Jordão, era de Ubatuba. Nós rimos muito, porque deixou a gente encabulado de saber que o cara tinha essa visão, de que aqui não é para vir fazer bagunça, aqui não é para estar ostentando, aqui não é para olhar de cima para baixo. Isso é muito legal. Porque ele entrava na terra da Padroeira com humildade, com a intenção, a melhor possível, se depois voltava para pior é outro departamento (ELACHE, 2011-5).

Consideramos que a pesquisa 'Classe C e D, o Novo Mercado para o Turismo Brasileiro' (BRASIL, 2005), utilizada por diversos autores é de fundamental importância e enriquece o trabalho, no entanto não dá conta das peculiaridades que apresenta a cidade de Aparecida. Por isso, também utilizamos a pesquisa de Elache e Leite (2010), assim como entrevistas com representantes do Santuário Nacional, Prefeitura, Sindicato de hotéis, Associação Comercial e cidadãos comuns (para traçar um perfil do novo turista e as atividades ligadas à cidade por parte do poder público) grandes e pequenos fornecedores, investidores e empresários, setores de mídia, pesquisadores e instituições de pesquisa, dentre outros, analisando principalmente como a Cidade se prepara para atender a esse turista.

Para a pesquisa "Aparecida, Santuário e 40 anos de peregrinações", Elache e Leite (2010) ouviram 723 pessoas entre os meses de novembro e dezembro de 2009 no espaço urbano de utilização turística da cidade, fator que contribuiu para estudos futuros sobre a organização da cidade, desvinculando o município da área sob administração do Santuário Nacional. A investigação pode ser dividida em três partes: dados referentes ao turista em si (sexo, idade, grau de escolaridade, número de pessoas na família, renda mensal familiar, entre outras); dados referentes à origem e locomoção do turista (cidade e estado de origem, meio de locomoção utilizado, frequência de visitas no ano etc.); e, por último, o grau de satisfação do visitante no que tange à estrutura existente e à qualidade dos serviços prestados (avaliação dos serviços, condições de estadia, qualidade na área de alimentação etc.) (ELACHE e LEITE, 2010).

Com base em dados desta pesquisa puderam traçar um perfil desse turista que visita a cidade e saber quais são as suas críticas e sugestões aos serviços prestados e a partir disso replanejar as ações e adequar serviços, enfim entender e se preparar para receber esse turista.

Um dos pontos mais criticados pelos entrevistados foi o setor de alimentação, que apresenta os seguintes dados:

Quase $\frac{1}{4}$ das pessoas entrevistadas (22,84%) ressentiam-se da falta de restaurantes típicos com variedade de pratos, o que demonstra que os proprietários que direcionarem seu atendimento, mesmo que parcialmente, sob esta orientação, terão boas chances de êxito no empreendimento. Contudo, o ponto crítico do setor de alimentação em Aparecida, segundo os que opinaram, é a falta de higiene e a qualidade dos alimentos. Mais de $\frac{1}{4}$ dos visitantes (26,04%) registraram este como o maior problema encontrado dentro deste setor e se considerado que mais 7,4% sentem falta de um bom restaurante, os números tornam-se ainda mais expressivos (ELACHE e LEITE, 2010, p. 20).

Sobre a qualidade dos serviços prestados na cidade, apresentam-se como os piores a acessibilidade para portadores de necessidades especiais (61,15%), o policiamento (60%), o trânsito (51,12%), sanitários públicos (51,02%), atendimento no comércio e nos serviços (45,62%) e ausência de postos de informações (42,52%). O fato é que a cidade não conseguiu acompanhar a evolução do fluxo turístico. No outro extremo, o acesso à cidade (57,30%), a limpeza da cidade (52,24%) e os preços das mercadorias (51,40%) aparecem como os itens melhor avaliados pelo visitante¹⁰¹ (ELACHE e LEITE, 2010).

A cidade de Aparecida apresenta inúmeros problemas estruturais. Leite (2011), Samahá (2011), Elache (2011) indicam a questão orçamentária como o principal entrave para as políticas públicas. A cidade recebe verbas para uma população média de 40 mil habitantes¹⁰², no entanto recebe em média 100 mil pessoas por mês. Para Samahá (2011), *é como ter três filhos e ter que cuidar e alimentar de 100 filhos*.

Diante deste quadro, quais caminhos deve seguir o turismo religioso na cidade de Aparecida e como preparar-se para atender a esse turista que se apresenta multifacetado. Existe, ainda, nos principais agentes da cidade certa ingenuidade ao pensar que o Turismo religioso acontece naturalmente, e que naturalmente estão fazendo o melhor, o melhor receptivo, o melhor atendimento, dando a melhor infraestrutura, a melhor alimentação, mas não basta estar dentro de uma cidade religiosa, de uma cidade turística, para que se entenda de turismo, é necessário, para que haja um bom desenvolvimento do setor, que seus agentes busquem apreender, aprimorar e profissionalizar suas ações (SAMAHÁ, 2011-4).

¹⁰¹ Para ver na íntegra. In: ELACHE, Ernesto e LEITE, Reginaldo. Aparecida, Santuário e 40 anos de peregrinações, 2010, p. 20.

¹⁰² Segundo dados do IBGE-2009 a cidade de Aparecida possui uma população de 37.629 habitantes.

Temos que considerar a importância sim do Santuário Nacional, da Prefeitura Municipal e principalmente a importância da iniciativa privada da cidade de Aparecida. Enquanto não houver mobilização, desse grupo junto dessas outras duas vertentes que formam esse triângulo de trabalho, o turismo de Aparecida não vai se elevar a um dos mais importantes fluxos de turismo católico do mundo, na atualidade (SAMAHÁ, 2011-4).

Nesse processo destaca a importância de investimentos de infraestrutura na região por parte do governo federal, como é o caso do trem de alta velocidade que vem para diminuir o tempo de deslocamento e principalmente facilitar o acesso a determinadas regiões que até então era difícil. Lembra ainda a realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas no Brasil que irão atrair turistas à região. Dessa forma, se levarmos em consideração o potencial turístico, em Guaratinguetá o Circuito Religioso, a cidade de Lorena com a Canção Nova, São José dos Campos e sua história, a serra com Campos do Jordão, temos uma região muito privilegiada no sentido da diversidade turística do Brasil muito próximo da nossa região. Considera que a região turisticamente é um diamante que começa a ser lapidado, apesar de não ter chegado ao seu ápice como valor de jóia (SAMAHÁ, 2011-4).

Acompanhando o percurso pelo qual passou o Turismo Religioso na cidade de Aparecida, é possível perceber quais marcas históricas foram deixadas nesse processo e principalmente o esforço que os principais agentes realizaram para conhecer, planejar e executar as ações do setor. Primeiramente, entendendo o fluxo turístico, depois buscando soluções para receber esse turista devoto.

O próximo passo é tentar entender quais os personagens que ajudaram a construir essa história. Nesse contexto, o peregrino, o romeiro, o devoto local e o turista apresentam formas diferentes de manifestar sua fé, de se incluir na cidade e até mesmo de se relacionar com o sagrado. Vamos percorrer esse cenário e buscar saber quais visões tem os diferentes personagens sobre o turismo religioso na cidade de Aparecida.

CAPÍTULO IV

1- A APROPRIAÇÃO E LEGITIMAÇÃO DA DEVOÇÃO A NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO APARECIDA.

O turismo religioso, ao mesmo tempo em que agrega, aparta a Igreja do povo. Essa ambiguidade se dá a partir do momento em que Estado e Igreja tentam cooptar as manifestações religiosas populares para controlá-las, ou legitimar suas ações, denotando a tensão existente, uma vez que ambas as instâncias não reconhecem as expressões populares como autênticas manifestações religiosas.

Embora os governos e agentes religiosos, assim como os romeiros de um modo geral, tendam a aceitar o uso do termo turismo para designar a experiência de deslocamento por motivos religiosos, não existe consenso entre os especialistas, que vêem o Turismo Religioso apenas como um segmento dentro do Turismo Cultural. As visitas aos lugares sagrados, na maioria das vezes, são oferecidas dentro de um pacote, como mais um item de um extenso roteiro de viagem, o que retira a centralidade do ato religioso, que se perde em meio às ações dispersivas do turismo.

Sempre foi complexo entender as disputas de campo infiltradas no cotidiano devocional, até que ponto são estruturadas as ações da Igreja e do Estado. A tendência desse processo é a legitimação e apropriação da devoção por parte da Igreja, que busca o turista como meio de ampliar a evangelização, e do Estado, com seus programas e ações para atender o turismo de mercado.

Historicamente, podemos caracterizar muitas situações de disputas de campo, Bourdieu (1983), e articulações entre Igreja e Estado em defesa de seus projetos, tendo na apropriação da devoção popular a base de suas ações, sempre atendendo às demandas político-sociais do período.

Conforme vimos no primeiro capítulo, no período colonial, passando pelo império brasileiro, foram intensas as disputas entre Igreja e Estado por espaços de atuação. Havia conflitos em torno da mão de obra indígena e, depois, africana, assim

como pelo controle das capelas, vilas, freguesias e seus respectivos cofres. De um lado estava o projeto colonizador em busca de matéria-prima e metais preciosos, em nome do qual se justificavam as ações do poder público, e de outro estava a Igreja, com o objetivo de ampliar seu poder de evangelização e conquistar novas almas ao Senhor. Apesar do advento da República, muitas dessas disputas permanecem até os nossos dias.

Pretendemos, com este trabalho, a partir dos principais agentes, devotos, turistas, poder público e clero, entender a importância religiosa, econômica e social da devoção, assim como as tensões entre os envolvidos, acompanhando os relatos de suas entrevistas.

A partir da pesquisa de campo pudemos entender a estruturação da atividade turística apoiada pelo Estado e pela Igreja, possibilitando oportunidades de negócios para muitas pessoas da cidade, mas, também, causando transtornos à vida cotidiana, como, por exemplo, preços mais altos, especulação imobiliária etc.

Por outro lado, percebe-se que o Turismo Religioso vem num crescendo, suscitando questionamentos a respeito do impacto deste crescimento sobre a devoção tradicional. De que forma as ações do poder público e da Igreja e a infraestrutura montada para atender o turista afetam os milhares de peregrinos e romeiros que têm por característica a manifestação religiosa espontânea?

A Igreja está voltada à tarefa de evangelizar. Para isso, utiliza-se de símbolos a fim de afirmar seus dogmas e cooptar os sentimentos mais profundos dos devotos. Nossa Senhora, por outro lado, é antes de tudo fruto da devoção popular, o que faz pensar que o catolicismo popular corre o risco de perder o seu caráter de resistência e a independência de suas manifestações, passando a ser cuidado pelo olhar eclesiástico. Com isso, os devotos podem perder a independência em relação à sua religiosidade e serem cooptados, esquecendo suas origens, vivendo, então, à sombra das diretrizes devocionais propostas pela Igreja.

O capital, por sua vez, tenta cooptar a devoção porque, historicamente, a vida material não está separada dos sistemas simbólicos, dos hábitos e costumes, dos rituais e festividades, do lazer e da diversão. Quais as interfaces possíveis entre o desejo do mercado turístico e a tradição religiosa?

4.1- TURISMO RELIGIOSO E SUAS DIMENSÕES.

Muitos são, como estamos vendo, os interesses que envolvem a atividade turística na cidade de Aparecida. A apropriação da devoção pela Igreja e pelo Estado se dá em diferentes dimensões: a simbólica, referente à constituição de Nossa Senhora como rainha e padroeira do Brasil; a econômica, através do mercado e sua estrutura midiática de difusão, e a dimensão social, que tem no peregrino, romeiro, devoto e turista seus principais agentes.



Figura 26 – Apropriação da devoção.

Além do simbólico, do econômico e do social, existem outros aspectos que poderíamos considerar, como a dimensão política e a dimensão cultural. No entanto, entendemos que neste trabalho o político e o cultural estão contemplados como interfaces que perpassam todas as dimensões.

O político articula-se em suas ações com a dimensão econômica, sendo o caminho utilizado pelos principais agentes para viabilizá-los. A interface realizada

pela dimensão cultural evidencia-se pelo fenômeno religioso que articula-se com a dimensão simbólica e social.

Todos se valem da devoção para por em prática seus projetos para legitimar suas ações. Todas essas dimensões, de certa forma, são utilizadas como campo de disputa da devoção, que pode legitimar ações, potencializar o econômico, identificar agentes. Por isso a devoção é o eixo central, é ela quem move todas essas dimensões.

Ao observar tais dimensões, pretendemos demonstrar como foram construídas as disputas de campo e legitimação, tanto da Igreja quanto do Estado, na apropriação da devoção.

4.1.1- A dimensão simbólica

O turismo religioso em Aparecida se apresenta como espaço de lutas, onde a apropriação das estruturas simbólicas, se pensarmos em Igreja e Município, geram o conflito e a legitimação de um grupo sobre o outro.

Para compreender as tensões provocadas no campo religioso, precisamos, primeiramente, entender o fenômeno a partir de conceitos como o de “campo”, o de “habitus” e o de “capital cultural”, formulados e utilizados por Bourdieu ao analisar os mecanismos sociais de reprodução da ordem e das hierarquias de poder.

Um dos conceitos centrais de sua sociologia, o conceito de “campo” caracteriza um espaço social de dominação e de conflito, de lutas entre os diferentes agentes que ocupam as diversas posições, tendo cada campo regras próprias de organização e de hierarquia social. Para o autor, o campo é um “sistema ou um espaço estruturado de posições cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas)” (BOURDIEU, 1983, p. 89). Por exemplo, campo econômico, artístico, religioso, todos possuindo “uma autonomia relativa: as lutas que nele ocorrem têm uma lógica interna, mas o seu resultado nas lutas (econômicas, sociais, políticas) externas ao campo pesa fortemente sobre a questão das relações de força internas” (LAHIRE, 2002, p. 48).

Observados os aspectos da dinâmica religiosa brasileira e seu contexto, para esse estudo nos interessa abordar o campo religioso e suas dimensões. Entendemos que há relação com aqueles aos quais Bourdieu designa sob o termo “campo”.

um espaço - o que eu chamaria de campo - no interior do qual há uma luta pela imposição da definição do jogo e dos trunfos necessários para dominar nesse jogo. Colocar logo de saída o que está em jogo nesse jogo seria suprimir as questões que os participantes levantaram aqui porque elas realmente se colocam na realidade, no espaço dos médicos, dos psicanalistas, dos assistentes sociais, etc. E levar a sério essas questões, em vez de considerá-las resolvidas, significa recusar as definições anteriores do jogo e do que está em jogo; significa, por exemplo, operar uma mudança absolutamente radical em relação a Max Weber, afirmando que o campo religioso é um espaço no qual agentes que é preciso definir (padre, profeta, feiticeiro, etc.) lutam pela imposição legítima não só do religioso, mas também das diferentes maneiras de desempenhar o papel religioso.

(...)

todo campo religioso é o lugar de uma luta pela definição, isto é, a delimitação das competências, competência no sentido jurídico do termo, vale dizer, como delimitação de uma alçada" (BOURDIEU, 1990, p.119, 120).

A devoção a Nossa Senhora Aparecida se apresenta como um destes espaços sociais de dominação e de conflito, pois desde o início serviu como *locus* de disputas entre Igreja e Estado. Desde o surgimento enquanto epifania no seio da devoção popular, passando pela tutela da Igreja Católica até a manifestação da dinâmica religiosa contemporânea revestida de Turismo Religioso.

A religião do Estado no Brasil durante muito tempo foi a Católica, isso fez com que, ainda hoje, tenhamos uma “*estrutura estruturada estruturante*”, ou seja, uma instituição histórica amplamente aceita e disseminada na sociedade que, embora venha se modificando, busca em suas ações a volta do seu domínio e monopólio. Por outro lado, apesar da laicização, o Estado, que num primeiro momento utilizou-se da devoção a Nossa Senhora Aparecida para consolidar o novo tipo de governo, ainda hoje vem se utilizando de preceitos católico-cristãos para legitimar suas ações. As disputas de campo postas podem ser estruturadas no campo religioso ao assumir sua função de instrumento de imposição e legitimação, o que colabora para a dominação de uma classe sobre outra.

Sabemos que cada campo corresponde a um *habitus* que é próprio do campo e apenas quem tiver incorporado o *habitus* próprio do campo tem condição de jogar o jogo e de acreditar na importância desse jogo. Cada agente do campo é caracterizado por sua trajetória social, seu *habitus* e sua posição no campo (LAHIRE, 2002).

Por *habitus* entende-se a matriz, determinada pela posição social do indivíduo, que lhe permite pensar, ver e agir nas mais variadas situações. O *habitus* traduz, dessa forma, estilos de vida, julgamentos políticos, morais, estéticos. Ele é também um meio de ação que permite criar ou desenvolver estratégias individuais ou coletivas (VASCONCELLOS, 2002).

Bourdieu utiliza o conceito de *habitus* para apreender as relações de afinidade entre o comportamento dos agentes e as estruturas e condicionamentos sociais. Para ele, *habitus* pode ser definido:

Sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípios geradores e organizadores de práticas e representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo, sem supor que se tenham em vista conscientemente tais fins, e o controle expresso das operações necessárias para atingi-los, sem ser em nada o produto da obediência a regras e, sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro (BOURDIEU, 2009, p. 88, 89).

O conceito de *habitus* propõe identificar a mediação entre indivíduo e sociedade, pois remete para a aprendizagem dos modelos de conduta, dos modos de percepção e de pensamento, adquiridos durante a socialização. Como visto no primeiro capítulo, no período colonial e imperial foi construído um ideário religioso brasileiro que, mesmo após décadas e décadas dos primeiros anos da república, ainda hoje compõe as estruturas sociais do território brasileiro. Tudo isso foi possível por que a estrutura social foi incorporada pelos agentes por meio do sentir, pensar e agir.

Pensar a relação entre indivíduo e sociedade com base no conceito de *habitus* implica afirmar que o individual, o pessoal e o subjetivo são simultaneamente sociais e coletivos. As disputas de campo históricas entre Estado e Igreja, com seus diferentes agentes, se apresentam no processo de socialização no mundo contemporâneo e nas suas interfaces com o turismo religioso capazes de

conciliarem as oposições aparentes entre realidade exterior e as realidades individuais, expressando diálogo constante entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo das individualidades.

Outro aspecto relacionado ao campo religioso que gera disputas, legitimação e apropriação da devoção popular em Aparecida é o capital cultural. Na interface entre *habitus* e *campos*, Bourdieu apresenta esse conceito fundamental para a apreensão da prática social.

O capital, seja econômico, social, simbólico ou cultural, ao ser desigualmente distribuído dentro do campo acaba gerando dominantes e dominados, que passam a criar estratégias de acúmulo e manutenção do *capital*, suscitando lutas em torno da apropriação de um capital específico do campo numa relação de força histórica entre as forças, por exemplo, agentes e instituições.

Apesar de o conceito de capital cultural ser bastante aplicado pelos teóricos para explicar como a escola ajuda a manter as diferenças da sociedade entre os indivíduos oriundos de diferentes grupos sociais, seu uso transcendeu o campo educacional criando possibilidades de análises nas mais variadas áreas do conhecimento, podendo, portanto, ser perfeitamente utilizado para explicar as disputas de campo em outras esferas, como, por exemplo, as disputas de campo pela devoção popular entre Igreja e Estado em Aparecida.

A noção de capital remete à teoria marxista, no entanto, Bourdieu ampliou a noção de capital levando à percepção de que, além do capital econômico, existem outros tipos (cultural, social, simbólico, etc.) que têm um valor maior ou menor a partir do campo a que está referido.

Por exemplo, quando pensamos as relações entre os indivíduos do campo religioso e as disputas ocorridas pela devoção a Nossa Senhora Aparecida, o capital econômico não tem o mesmo peso nas disputas entre estruturas e agentes que o capital simbólico.

Para compreender o que caracteriza os diferentes grupos sociais existentes em Aparecida neste particular, podemos utilizar o conceito de “capital simbólico” associado ao de “capital cultural”, na medida em que revelam, pela utilização dos signos, a origem e trajetória de quem os utiliza.

Considerando o capital cultural como um conjunto de conhecimentos e de capacidades de compreensão que pode se apresentar de forma material ou imaterial na formação intelectual de um agente, ele pode manifestar-se de três maneiras:

Estado incorporado: como um patrimônio adquirido e interiorizado no organismo, que, portanto, exige tempo e submissão a um processo de assimilação (ou cultivo) e interiorização por parte do indivíduo – aprendizagem. No caso da música, o indivíduo é incitado ao estudo dessa arte e à prática de algum instrumento. Tal forma de capital cultural passa, então, a ser indissociável da pessoa, a constituir uma habilidade que a valoriza.

Estado objetivado: como bens de consumo duráveis – livros, instrumentos, máquinas, quadros, CDs, DVDs, esculturas, etc. Portanto, é tributário da aquisição de bens materiais e dependente diretamente do capital econômico. Para ser ativo, material e simbolicamente, deve ser utilizado, apreciado e estudado, transformando-se em *estado incorporado*.

Estado institucionalizado: como uma forma objetivada, caso de um certificado emitido por uma escola de artes, por um conservatório. Tal certidão de “competência cultural” não necessariamente indica o real acúmulo de capital cultural, e sim o reconhecimento oficial de tal processo. O valor do certificado depende de sua raridade e permite a convertibilidade do capital cultural em capital econômico (Bourdieu, 1998, p. 243).

Podemos considerar que em Aparecida o devoto é quem melhor expressa o capital cultural em seu estado incorporado, já que é ele que tem na fé a defesa da tradição. Para a Igreja e o poder público, porém, o capital cultural encontra-se no estado “*objetivado*” (na forma de bens concretos), pautando a abordagem do fenômeno turístico de cunho religioso em Aparecida pelas suas interfaces com a dimensão econômica. Tanto a Igreja quanto o poder público se valem do capital cultural no seu estado institucionalizado para legitimar, por em prática suas ações.

Apresentamos, ao longo deste trabalho, como idealizam e quais dificuldades encontra cada setor para viver do turismo. Fica evidente uma divisão entre eles. Pegando-se a pirâmide como forma de organização, tem-se, no topo, a Igreja, seguida pela cidade e, por fim, a iniciativa privada.



Figura 27 – Importância do turismo¹⁰³.

Estando no topo da pirâmide, a Igreja representa o poder eclesiástico, muito mais estruturado política e economicamente, constituindo a principal força da cidade.

O Santuário Nacional é hoje o principal ponto de visitação da cidade de Aparecida, todos os romeiros que aqui chegam que antigamente deixavam seus ônibus, carros espalhados por toda a cidade, hoje estacionam aqui dentro do Santuário Nacional. Então quando ele chega tem lugar para estacionar, ele está assegurado, tem cadeira de rodas, segurança, pessoas disponíveis para atendê-lo naquele momento que ele precisa. O Santuário Nacional ao contrário do que se fala não é uma empresa, nosso trabalho aqui é proporcionar cada vez mais o melhor acolhimento para essas pessoas que visitam o Santuário Nacional. Por tanto, as nossas campanhas, o objetivo de se ter o Santuário Nacional condizente com o tamanho e poderio da fé que as pessoas depositam em Nossa Senhora Aparecida é um trabalho muito árduo, muito difícil, nos temos mais de 1 200 funcionários aqui dentro nas áreas administrativa, nos estacionamentos, pedreiros, eletricitas, hidráulica, área comercial, os próprios voluntários que prestam serviço no Santuário Nacional (SAMAHA, 2011-4).

O relato demonstra a representação de poder que tem a Igreja. Para muitos, como Elache (2011), podemos considerar o Santuário Nacional como uma cidade à parte de Aparecida. O próprio Santuário vê-se dessa forma, exaltando a importância de toda a sua estrutura e os mais de 1 200 funcionários que compõem seu quadro.

¹⁰³ Este organograma está apoiado em dados empíricos constatados na pesquisa de campo.

Em seguida, temos a cidade, o poder público que, na maioria das vezes, assume papel de coadjuvante, limitando-se a dar suporte às iniciativas da Igreja, e tratando como política pública o Turismo Religioso, principal fonte de arrecadação.

Por fim, na base da pirâmide temos a iniciativa privada, representada pelo sindicato de hotéis, sindicato de empregados, associação comercial, etc. que assumem, passivamente, lugar nessa estrutura; apenas planejam suas ações com base no que já está dado, vivem da iniciativa de outros setores. Este panorama nos foi dado pela pesquisa de Elache e Leite (2010).

Apesar de não existirem espaços de discussão sobre o turismo e os setores interessados se reunirem apenas por ocasião dos eventos, nota-se uma pré-disposição dos principais agentes para que se crie uma agenda em comum que consiga conciliar o município por inteiro, com todas as organizações; trabalho focado, isso ainda não tem, mas a intenção é fazer isso (LEITE, 2012-2). Elache (2011) lembra que quando foi presidente do CONTUR, por ocasião do 2º CONTUR do Vale do Paraíba, realizado na cidade, realizou um fórum de turismo. E para Samahá (2011), enquanto não houver mobilização desse grupo (iniciativa privada) junto das outras duas vertentes que formam esse triângulo de trabalho, o turismo de Aparecida não vai se elevar a um dos mais importantes fluxos de turismo católico do mundo, na atualidade.

A prática recente do turismo religioso tem no seu bojo uma correlação entre religião e poder, o que traz uma nova maneira de vivenciar o sagrado. Aparecida tem no aspecto religioso a força do seu capital cultural e principal atrativo turístico. Esse processo no campo religioso ganhou força no Estado republicano que necessitava de símbolos nacionais para firmar o novo modelo político.

O regime republicano, além de promover a separação entre Igreja e Estado¹⁰⁴, pôs fim ao Padroado.¹⁰⁵ Vale lembrar que foi nesse período que chegaram ao Brasil os primeiros missionários redentoristas vindos da Baviera em 1894.

¹⁰⁴ Decreto n. 119-A, de 1890.

¹⁰⁵ Ver capítulo 1.

A ação dos republicanos no processo de laicização da sociedade brasileira foi orientada pelo pensamento liberal e positivista bem como pelo federalismo, com ampliação da autonomia política e administrativa dos Estados. “Consolidou-se, assim, o domínio das oligarquias regionais, sob o predomínio econômico dos setores agroexportadores do centro-sul” (AZZI, 2008, p. 206).

Em busca de recuperar espaços a Igreja também planeja suas ações. Investindo não somente na sacralização da sociedade, mas principalmente em assegurar à doutrina cristã o privilégio de ser reconhecida como a exclusiva fonte de orientação moral para o povo brasileiro.

O projeto episcopal era, portanto, bem claro; tratava-se de impor ao país uma diretriz doutrinal e ética única, emanada diretamente da Santa Sé. Era a Cúria Romana quem deveria orientar de forma incondicional a prática religiosa do país. A fidelidade a Roma era apresentada como a expressão mais visível da verdadeira fé (AZZI, 2008, p. 17).

O discurso da Igreja apoiava-se na ideia de que um Estado leigo equivalia a um Estado ‘ímpio’ e ‘ateu’, portanto, despojado dos valores éticos que permitissem a sua legitimidade e o reconhecimento por parte dos cristãos. Para justificar sua posição se vale de dois argumentos que são repetidos nas décadas seguintes: o fato de ser o catolicismo a religião tradicional do Brasil, bem como de ser também a religião da maioria absoluta dos brasileiros (AZZI, 2008, p. 196).

A revolução francesa também serviu de modelo para os republicanos, pois defendia a organização de um Estado independente do poder religioso, o que motivou a separação entre Igreja e o Estado no Brasil.

Inspirados no imaginário da revolução francesa, no qual a mulher foi participante ativa do processo revolucionário, simbolizada por Marianne a Combativa, os republicanos brasileiros tentaram utilizar a figura da mulher como símbolo nacional, mas fracassaram. Carvalho (1990) utiliza-se do conceito de comunidade de imaginação, elaborado por Bronislaw Backzo, para apontar o porquê do fracasso da representação positiva da república como mulher, no Brasil. Pois, para se estabelecer, o símbolo deve ser pensado a partir de uma comunidade de imagens, de uma comunidade de sentido. Os “símbolos, alegorias, mitos só criam raízes quando há terreno social e cultural no qual se alimentarem. Na ausência de tal base a tentativa cai no vazio, quando não no ridículo” (CARVALHO, 1990, p. 89).

Diferente da França, onde a mulher simbolizava o novo regime, no Brasil, em função da falta de uma comunidade de sentidos, não foi possível a associação simbólica entre a mulher e o novo regime republicano.

Em contrapartida, a Igreja já tinha na figura de Maria grande penetração, resposta popular e a utilizava como símbolo anti-republicano¹⁰⁶ ou, ainda, como símbolo de disputa de poder.

... Houve um esforço deliberado dos bispos para incentivar o culto mariano, sobretudo por meio de Nossa Senhora Aparecida. A partir do início do século, começaram as romarias oficiais. Em 8 de setembro de 1904¹⁰⁷, Nossa Senhora Aparecida foi coroada rainha do Brasil. Observem-se a data e o título: um dia após a comemoração da independência, uma designação monárquica. Não havia como ocultar a competição entre a Igreja e o novo regime pela representação da nação. (CARVALHO, 1990, p. 94).

Para Carvalho, “A batalha pela alegoria feminina terminou em derrota republicana. Mais ainda, em derrota do cívico perante o religioso (1990, p. 94)”. Há de se reconhecer, porém, que apesar das rivalidades que sempre existiram, foi preciso trabalhar conjuntamente a construção de Aparecida como símbolo nacional, o que interessava a ambos e refletia o imaginário social de uma comunidade de sentido. Assim, mesmo o Estado republicano defendendo a laicização da sociedade reconheceu e utilizou a devoção para insistir no uso da representação feminina, fortalecendo ao mesmo tempo o sentimento de unidade da nação.

Passado o momento inicial republicano, o embate pela apropriação e legitimação atenuou-se, passando o episcopado à tentativa de construção de um regime de apoio mútuo e colaboração entre as autoridades políticas e eclesiásticas. A partir de 1920 houve um esforço para superar eventuais tensões entre ambas as partes, sendo feitas, na medida do possível, concessões recíprocas.

Além da Igreja e sua necessidade de manutenção de poder no novo regime laico, observa-se que o Estado republicano recém formado buscava, através da

¹⁰⁶ Os republicanos acreditavam que a Igreja Católica dava sustentação ao antigo regime monárquico por ser a religião oficial do Estado e por isso declararam liberdade de culto a todos os brasileiros.

¹⁰⁷ A escolha da data foi oportuna pois o dia 8 de setembro a Igreja comemora o nascimento de Nossa Senhora não podendo os republicanos questionar a proximidade com a comemoração da independência.

criação de símbolos nacionais, a aprovação popular, o que fez surgir ações conjuntas entre Igreja e Estado.

Chegamos à conclusão de que a figura de Nossa Senhora Aparecida era a que mais tinha elementos para compor a comunidade de sentido, pois tinha suas raízes no terreno social e cultural.

A escolha de Nossa Senhora foi oportuna e atendeu perfeitamente aos dois lados. Vale lembrar que, mesmo antes de chegarem ao Brasil, os portugueses já tinham devoção a Nossa Senhora da Conceição, e em terras brasileiras trataram logo de propagá-la.

A devoção mariana, enraizada no catolicismo popular, resistiu ao período colonial e ao império e foi utilizada na república por diversos governos como símbolo nacional e de proteção. A coroação e proclamação da Santa como Rainha e Padroeira do Brasil ilustram muito bem esse fato.

Nesse contexto, entendo que a religião e a religiosidade foram utilizadas como instrumento de fortificação dos dois poderes: num primeiro momento, em 1904, pela Igreja, por meio da Coroação de Nossa Senhora Aparecida e, mais tarde, em 1931, por ela e pelo Estado, na ocasião da oficialização da sua condição de Padroeira do Brasil (ALVES, 2005, p. 152).

Essas ações pautaram-se no forte apelo popular que demonstrou a devoção mariana permitindo que, respeitados os interesses de cada lado, em determinados momentos fossem estabelecidas articulações visíveis entre Igreja e Estado.

Primeiramente, a coroação de Nossa Senhora Aparecida, em 1904, como Rainha do Brasil, agradou os adeptos do antigo regime, que assim preservava o título simbólico de rainha enquanto o poder administrativo passava às mãos dos republicanos. No dia 8 de setembro de 1904 a imagem foi coroada com a coroa doada, anos antes, pela Princesa Isabel, e portando o manto anil, bordado em ouro e pedrarias, símbolos de sua realeza¹⁰⁸.

A celebração solene foi dirigida por D. José Camargo Barros, com a presença do Núncio Apostólico, muitos bispos, do presidente da República Rodrigues Alves e numeroso povo.

¹⁰⁸ Vale destacar que em 6 de novembro de 1888, a princesa Isabel visitou pela segunda vez a basílica e ofertou à santa, em pagamento de uma promessa (feita em sua primeira visita, em 08 de dezembro de 1868), uma coroa de ouro cravejada de diamantes e rubis, juntamente com um manto azul, ricamente adornado. In: A12, op. cit., 2010. Ver fotos da coroa em anexo II.



Figura 28 – Imagem de Nossa Senhora Aparecida.

Fonte – Arquivo do Centro de Documentação e Memória Pe. Antônio Jorge – CSsR.

A Coroação da Imagem com uma celebração tão cheia de pompa representou o reconhecimento da devoção à Santa Aparecida pelo Vaticano.

A Coroação de Nossa Senhora Aparecida significa que a Santa Igreja aprova solenemente o culto de veneração, de piedade e de confiança que os fieis de longa data tributam à Imagem de Nossa Senhora Aparecida, e simboliza essa sua aprovação coroando com uma imagem de ouro tão sagrada e veneranda Imagem.

A Coroação é portanto uma cerimonia symbolica e deve por isso ter a sua razão natural, e é o que entramos a dar. (...) D'esta maneira a santa Igreja se rejuvenece com estes banhos do passado, a fé se inflamma com estas illuminações, e o povo fica comprehendendo que na santa Igreja tudo é grande; que as suas ceremonias têm a sancção da palavra divina, a sancção dos seculos, a sancção da arte e a sancção da fé das multidões (HOMEM DE MELO, 1905 apud BERTO, 2010, p. 06,07).

Na dimensão simbólica, além da Coroação de Nossa Senhora como rainha do Brasil percebemos outras tentativas da Igreja em manter seu status construindo uma

unidade nacional, como, por exemplo, ao declarar a Santa Padroeira do Brasil logo no início do governo Vargas.

O episcopado brasileiro conseguiu em 1930 do Papa Pio XI autorização para a proclamação de Nossa Senhora Aparecida como Padroeira do Brasil, o que acabou ocorrendo no ano seguinte. Para o evento foi preparada uma grande cerimônia e a Imagem foi levada para a Capital Federal, partindo de trem em uma espécie de vagão-capela na noite do dia 30 para 31 de maio de 1931 (BRUSTOLONI, 1998). O principal objetivo, assinalado no Livro do Tombo nº 3 da Paróquia de Nossa Senhora Aparecida 1914-1933. fls 139v e 140. Sessão 5. Parte 8. Grupo 3 era:

fazer a proclamação de Nossa Sra. Aparecida como Padroeira do Brasil inteiro na Capital Federal do modo mais solenne para o povo todo ficar mais compenetrado do Padroado de N. Sra. Aparecida. Para esse fim quer ordenar no Rio uma quinzena de festas em louvor de N. Sra. Aparecida, sendo 8 dias de festas paroquiais e 8 dias de festas diocesanas (BRUSTOLONI, 1998, p. 83).

Nesse momento, Igreja e Estado estabelecem um casamento, mesmo que não declarado, em torno da construção de um sentimento patriótico e ao mesmo tempo religioso que deu a Nossa Senhora da Conceição Aparecida o arquétipo de grande mãe¹⁰⁹, formando a identidade nacional.

As relações entre Igreja e Estado no período getulista¹¹⁰ só foram possíveis, mais uma vez, porque serviam aos interesses de ambos. Vargas reconhecia o poder da Igreja Católica e precisava do seu apoio para consolidar suas ações. Nesse contexto, a devoção mariana serviu de novo tanto à Igreja quanto ao Estado, que se utilizou da construção desse símbolo nacional para dar sustentação a seus programas.

Apesar do reconhecimento oficial de Nossa Senhora Aparecida como Padroeira do Brasil autores como Fernandes (1988) contestam sua autenticidade como símbolo nacional, para ele:

¹⁰⁹ Sobre arquétipo ver: Jung (2003) e Neumann (1974).

¹¹⁰ Sobre o período getulista ver: Fausto (2003), Henriques (1964) Jorge (1986), Nasser (1966), Koifman (2001), Pereira e Faria (1999) Ribeiro (2004), Vergara (2000) e Vargas (1938) (1997).

Aparecida é efetivamente reconhecida como devoção principal apenas no Centro-Sul do país. Desde o princípio, no século XVIII, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (um triângulo aliás importante também para a política nacional) foram o círculo básico da influência de Aparecida. Devotos baianos voltam-se em primeiro lugar para Bom Jesus da Lapa, N. Sra. Da Conceição da Praia ou o Senhor do Bonfim. A imagem controvertida do Padre Cícero ainda domina no nordeste. N. Sra. de Nazaré, em Belém do Pará, centraliza as atenções do Norte (FERNANDES, 1988, p. 87, 88).

Mesmo Fernandes (1988) considerando que não podemos afirmar uma identidade nacional de Aparecida entre o povo brasileiro, sabemos que tanto Igreja como Estado se empenharam, ao longo do tempo, a construir esse imaginário popular.

Para entender o título de Nossa Senhora Aparecida como Padroeira do Brasil é importante ampliar a discussão criando interfaces com o catolicismo devocional, investigando o peso regional e do nacional institucionalizado nessa construção.

Na dinâmica interna do catolicismo devocional sabemos que é muito comum o devoto ter mais de um santo de devoção, muitas vezes sem nem mesmo elencar escalas de valores. Uma coisa não anula a outra. Por isso, existem outros fatores importantes que temos que considerar ao fazer essa análise. Por exemplo, a locomoção, a distância e o custo financeiro da viagem para cultuar os seus santos. No geral, os devotos dos santos populares do Norte/Nordeste reconhecem e legitimam Aparecida como Padroeira nacional e quando têm a oportunidade de viajar a São Paulo fazem questão de visitar Aparecida.

Atualmente, a devoção a Nossa Senhora Aparecida continua servindo tanto à Igreja quanto ao Estado. Utilizam-se das dimensões simbólica, econômica e social para implantarem seus projetos. Muitas vezes constroem no campo simbólico aspectos que vão além dele, legitimando os campos econômico e social e nessa interface estruturam as ações que chamamos de turismo religioso.

4.1.2 – Dimensão econômica



Figura 29 – Dimensão econômica.

Assim como para os padres Redentoristas a devoção religiosa representa um importante mecanismo de sustentação e suporte das ações de evangelização, para os agentes econômicos torna-se uma alternativa para a geração de renda. Essa é uma realidade crescente nos nossos dias, e desponta como uma das principais alternativas para muitas cidades como Aparecida.

Tanto município quanto Igreja entendem que o consumo e o mercado constituem a dimensão econômica do turismo religioso, somando-se a isso o efeito difusor da estrutura midiática. Partem do princípio que as ações devem estar voltadas para o consumo, entendendo que existe uma interface entre o campo sagrado e o campo econômico com seus bens e serviços. Para a Igreja justifica-se o slogan: *servir bem também é evangelizar*.¹¹¹

Enquanto atividade econômica, o turismo de vertente religiosa gera a produção de bens e serviços como qualquer outro, e seu crescimento no cenário brasileiro merece destaque. O que se observa do turismo atual é a existência de

¹¹¹ Esta frase está no portal da cidade. Ver foto em anexo II.

uma rica e grandiosa indústria que se relaciona com todos os setores da economia mundial e que deverá continuar atendendo aos interesses da humanidade nos próximos milênios (OLIVEIRA, 2003).

A tentativa de apropriação da devoção na dimensão econômica se mostra presente nas ações realizadas por Município e Igreja na organização cada vez mais profissional da rede turística de Aparecida. O fato é que a religião pode ser o diferencial, o atrativo para se destacar no setor.

Com a finalidade de receber os turistas e dinamizar a economia, o Município conta com um amplo calendário de atividades e importantes setores industriais e comerciais, como, por exemplo: indústria gráfica de médio porte, além de 50 microindústrias de transformação, todas estruturadas em torno do turismo religioso, produzindo diversos artigos religiosos e de artesanato que promovem a cidade. Além disso, nota-se a imensa participação de mercadorias de segunda ordem presentes nas lojas¹¹².

O setor terciário ganha destaque com seus 45 estabelecimentos especializados em alimentação (restaurantes, pizzarias, churrascarias e cantinas), 100 bares, 820 lojas de artigos importados, religiosos, artesanato e confecções, 2.380 bancas de comércio ambulante e 110 hotéis, com capacidade para 12.300 leitos. Compõem ainda a estrutura organizacional do campo econômico, além da exploração comercial de produtos religiosos e bens e serviços, a dominação técnica dos meios de produção em massa (TVs, rádios, jornais, revistas, internet, etc.) (APARECIDA, 2010).

Tanto Igreja quanto Município buscam nos recursos midiáticos formas de difundir e propagar seus atrativos atendendo à segmentação do mercado¹¹³.

A Igreja, mais especificamente os Redentoristas, já possuía um trabalho de longo tempo, contando atualmente com serviços próprios de gráfica e editora, rádio e TV. Além da acumulação do capital, através desses bens torna-se possível difundir a devoção a Nossa Senhora, ampliar seu alcance e evangelizar mais pessoas pelo mundo.

¹¹² Para saber mais a respeito dos modos de produção de mercadorias no capitalismo dos monopólios e seu significado econômico e social. Ver: Rocha Jr. (2006).

¹¹³ Para Indústria Cultural ver: Adorno (2002), Cohn (1971), Horkheimer e Adorno (2002), Freitag (1987) e Silva (2011).



Figura 30 – Rede Aparecida.
Fonte – www.a12.com

Desde 1900, com o objetivo de evangelizar, mantinham periódicos como o *Jornal Santuário*, além do *Ecos Marianos*, também conhecido como *Almanak de Nossa Senhora Aparecida*, criado em 1927.¹¹⁴ Sua edição chegou a superar a cifra de 60.000 exemplares. Presentes ainda hoje, esses periódicos contêm informações sobre os padres Redentoristas, notícias diversas relacionadas ao culto e à devoção a Nossa Senhora Aparecida, além de passatempos, variedades e curiosidades etc.¹¹⁵

Outro mecanismo de difusão dos ideais católicos ainda hoje utilizados é a Rádio Aparecida.¹¹⁶ criada em 1951. É sabido que o rádio trouxe inovações técnicas e modificou hábitos, transformando-se na maior atração cultural do país. Sobre a

¹¹⁴ Sobre o Almanaque Anual de Nossa Senhora Aparecida, Patrícia Maria Garib Dugnani realizou, em sua dissertação de mestrado, um importante estudo conceituando preliminarmente almanaque como uma mídia popular que durante muito tempo no Brasil, principalmente nas décadas de 20 a 60 do século XX, trouxe marcas, produtos e idéias que exploravam a sabedoria e o querer popular surge a preocupação de investigar como se dá a articulação de identidade entre esta mídia e a imagem de Nossa Senhora Aparecida (padroeira do Brasil). In: Dugnani, Patrícia Maria Garib. Um olhar sobre o Almanaque de Nossa Senhora Aparecida, 2000.

¹¹⁵ Além do jornal, do folheto litúrgico Deus Conosco, cuja tiragem é de 700.000 exemplares semanais, a editora possui cerca de 2.100 títulos publicados, a maior parte deles na linha popular religiosa, mas também vários outros de nível acadêmico: Moral, Bioética, Direito Canônico, Teologia Geral, Espiritualidade, Escritos Antigos do Cristianismo, Estudos Bíblicos, Dicionários Especializados, Atlas Bíblicos e da História do Cristianismo etc. In: A12, op. cit., 2010.

¹¹⁶ A década de 30 marcou o apogeu do rádio como veículo de comunicação de massa, refletindo as mudanças pelas quais o país passava. O crescimento da economia nacional atraía investimentos estrangeiros, que encontravam no Brasil um mercado promissor. A indústria elétrica, aliada à indústria fonográfica, proporcionaram um grande impulso à expansão radiofônica.

O rádio trouxe inovações técnicas e modificou hábitos, transformando-se na maior atração cultural do país. Na política, o rádio também exerceu enorme influência: a propaganda eleitoral, os pronunciamentos do presidente e a Hora do Brasil faziam parte da programação e alcançavam milhares de ouvintes/eleitores. A partir de 1939, com o início da Segunda Guerra Mundial, o rádio se transformou num importante veículo para difundir fatos diários e notícias do front. Surgia o rádio-jornalismo, sendo o Repórter Esso um marco dessa época. In: MATTOS, David José Lessa. Pioneiros do rádio e da TV no Brasil, 2004, p. 66.

origem da Rádio Aparecida encontramos no site oficial da rádio importantes informações:

Louvado Seja Nosso Senhor Jesus Cristo” e “Salve Maria”... com estas palavras, o Bispo Auxiliar de São Paulo, Dom Antonio Alves de Siqueira, inaugurava a Rádio Aparecida, às 9 horas da manhã do dia 8 de setembro de 1951. Foi o coroamento de trabalho iniciado em 1937, seguindo até 1950, quando o então Provincial, Pe. Antonio Ferreira de Macedo, obteve permissão do Cardeal Arcebispo de São Paulo, Dom Carlos Carmelo De Vasconcellos Motta, para pleitear a concessão de uma emissora de Rádio para a Basílica Nacional.

Foram cumpridas então todas as exigências legais e encaminhado ofício ao Presidente Eurico Gaspar Dutra, com o pedido de instalação da Rádio Aparecida Ltda. A autorização foi publicada no Diário Oficial da União no dia 13 de dezembro de 1950. Começaram então os estudos, a elaboração das plantas e sua aprovação, os orçamentos, a aquisição e instalação de Estúdios, Equipamentos e Transmissores, até a tão sonhada inauguração da ZYR 44, na frequência de 1600 “Quilociclos”, como se falava na época, e potência de 100 watts, que mal atingia as cidades vizinhas a Aparecida.

Em 5 de setembro de 1975, foi inaugurado o novo prédio da Emissora, ao lado da Basílica Nova, onde funciona até hoje. Em 1976, a emissora de Onda Média mudou de frequência, passando a transmitir em 820 kHz com uma potência de 5 Kw, e programação independente das “Ondas Curtas” e “Tropical” (A12, 2010).

Atualmente, a Rádio faz parte da Rede Católica de Rádio e transmite seu sinal via satélite, atendendo a mais de 140 emissoras em todo o território nacional¹¹⁷.

Dentro do contexto de difusão da fé católica, temos ainda a utilização da televisão como forma de ampliar o alcance e poder de evangelização. As redes católicas de televisão vêm ganhando espaço nos últimos anos (CALVELLI, 2006). Tal aspecto indica a retomada da influência pública da Igreja Católica na mídia brasileira, que há alguns anos se submete à hegemonia protestante.

A Rede Aparecida nasceu de uma iniciativa da Igreja Católica, tendo a fundação Nossa Senhora Aparecida, mantenedora da *Rádio Aparecida*, ganho a concessão do canal 59-E UHF de Aparecida – SP, o qual entrou no ar em 7 de setembro de 2004, para os habitantes da região. Porém, com cobertura para todo o Brasil, o sinal entrou no ar somente em 8 de setembro de 2005 (A12, 2010).

¹¹⁷ Vale destacar que a Rádio Aparecida opera em 820 kHz em AM e em 90,9 MHz em FM. E em maio de 2010 a Rádio e TV Aparecida unem-se em uma única identidade visual: a Rede Aparecida de Comunicação: A12, op. cit., 2010.

Em abril de 2010 passou a fazer parte da grade da Telefonica TV Digital, canal 231, e a operar no site A12, portal criado para manter o sinal da TV Aparecida e da Rádio Aparecida online para todo o mundo.

Soma-se a esse processo de incorporação midiático à difusão da religião, a Internet, um dos principais veículos de comunicação da atualidade. Assumida pelo Papa Bento XVI em sua mensagem destinada ao 44º Dia das Comunicações¹¹⁸, em 16 de maio de 2010, destaca a necessidade de adaptação a esse meio para propagação da palavra de Deus no mundo digital.

Através dos meios modernos de comunicação, o sacerdote poderá dar a conhecer a vida da Igreja e ajudar os homens de hoje a descobrirem o rosto de Cristo, conjugando o uso oportuno e competente de tais meios com uma sólida preparação teológica alimentada pelo diálogo contínuo com o Senhor. É um dever permanente da Igreja escutar os sinais dos tempos e interpretá-los à luz do evangelho, nos diz o Concílio Vaticano II (GS 4), por isso os Missionários Redentoristas estão procurando novas fórmulas e meios de utilizar estes “sinais” para um anúncio mais eficaz da Boa Notícia de Jesus (A12, 2010).

Assim, dispondo das ferramentas oferecidas pela internet o Santuário Nacional lançou o portal www.a12.com, tendo como conceito principal a interatividade e as redes sociais Orkut, Facebook, twitter e blogs. Segundo o reitor do Santuário Nacional, padre Darci Nicioli, é seguindo essa tendência que o Santuário Nacional lança o seu portal, unificando sua rede de comunicação: TV Aparecida, Rádio Aparecida, Editora Santuário e os Missionários Redentoristas, como mentores do projeto.



Figura 31 – Redes sociais.
Fonte – www.a12.com.

118 sobre o tema: “O padre e a pastoral no mundo: as novas mídias a serviço da Palavra de Deus”.

Os Redentoristas acreditam ter a vocação de pregadores da palavra de Deus, de forma simples e direta, usando todos os meios possíveis e disponíveis para anunciar a abundante redenção de Jesus Cristo, com a intercessão carinhosa da Mãe Aparecida. Por isso utilizam o Portal <http://www.a12.com/> para evangelizar.

Não devemos esquecer que além do aparato midiático desenvolvido, já em 1900, pelos Redentoristas, o poder público municipal, também utiliza a mídia, principalmente a internet. Através do portal: www.aparecida.sp.gov.br informa à população sobre os principais pontos turísticos e as ações públicas realizadas, sendo um veículo de contato com a população.

A interface entre mercado e religião é outra questão pertinente a ser abordada na dimensão econômica. Apesar de alguns autores como Calvelli (2006) acreditarem em uma relação positiva que possibilita a correspondência de sentidos entre religião e consumo nos fenômenos turísticos religiosos, a questão representa na atualidade o redimensionamento das práticas devocionais que não são estáticas podendo ser algo negativo e gerar vários conflitos, porque,

Já naquele tempo notava-se, conforme a crônica da Missão, a parte negativa de todo o santuário: a competição comercial e as desavenças causadas por ela.¹¹⁹ Os donativos depositados no cofre, pela devoção e gratidão dos peregrinos eram abundantes. Esse fato e a competição comercial local criaram grande concorrência entre os habitantes do povoado seguida de desavenças pessoais, quando não, de ódios mortais (BRUSTOLONI, 1998 p.69).

O autor não considera que o turista que movimenta o mercado está, de certa forma, beneficiando a população local gerando renda, empregos, desenvolvendo o setor imobiliário e hoteleiro. O próprio peregrino moderno comporta-se como um turista à medida que a religião se torna um objeto de consumo.

A diferenciação entre peregrino e turismo é hoje mais histórica e didática do que estratégica. Ao contrário, os dois processos têm exercido forte parceria técnica, daí o reconhecimento prioritário de suas intenções missionárias. O turismo religioso, no sentido de missão, afasta-se do puro lazer e aproxima-se de uma viagem de negócios: o negócio da fé (ARNT, 2006, p. 117).

¹¹⁹ Hoje muitos criticam o comércio desorganizado e exagerado que circunda o Santuário. O pior a meu ver, é a competição, a falta de ética de muitos e, sobretudo, a suposição injusta de que o Santuário leva a melhor parte, isto é, fica com a maior parte do que o romeiro gasta em Aparecida. Por uma pesquisa feita em 1965, somente 5% do montante dos gastos dos peregrinos é depositado no cofre do Santuário. Outra pesquisa de 1997 constatou que a oferta para o cofre é de apenas R\$ 0,90 per capita, portanto menos de um dólar. In: BRUSTOLONI, op. cit., p.69.

Entendemos que o segmento religioso apresenta características semelhantes a outras modalidades no mercado turístico, no entanto, ao ampliarmos nossa observação percebemos que não se reduz apenas ao “*negócio da fé*”, vai além, construindo uma imensa rede de significados envolvendo os nativos através do impacto que o turismo provoca nas suas vidas e comunidades.

Em Aparecida percebemos de forma positiva os impactos deste turismo que representa 80% da renda da cidade. “O povo de Aparecida é muito receptivo, qualquer festa que se faça sempre está lotada” (LEITE, 2011-1). Acredita-se que a cidade já nasceu pronta para o turismo, por ser uma região estratégica, dentre outras coisas, pelo ótimo acesso às pessoas que a visitam.

Dentro do campo econômico observamos diferentes discursos que se cruzam nas dimensões simbólica e social. Para o poder público suas ações visam o lucro, tanto para os cofres da cidade quanto para seus situantes; já para a Igreja, tudo o que se arrecada visa a melhoria da estrutura de acolhimento e os investimentos servem para ampliar o número de devotos. Como ponto em comum acreditam que o turismo religioso é a atividade que serve de motor para o desenvolvimento econômico da cidade.

4.1.3- Dimensão social

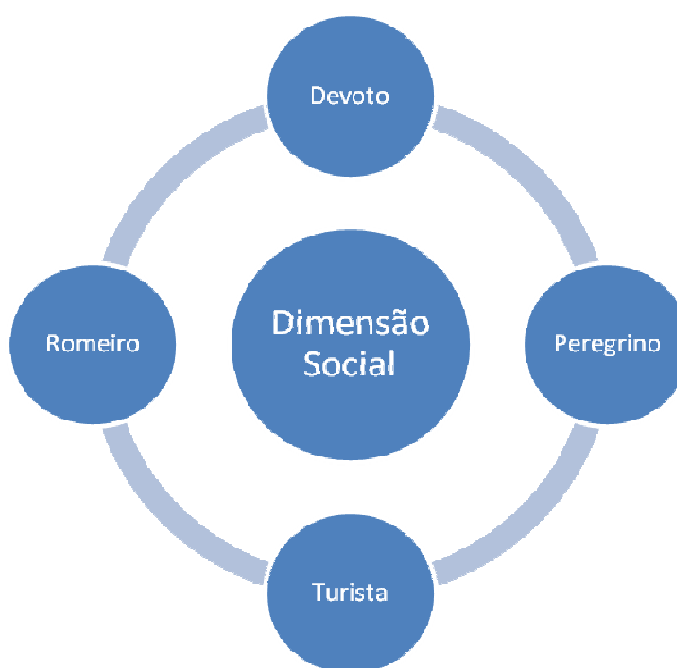


Figura 32 – Dimensão social.

A extensa lista de atrativos apresentados pela Igreja e pelo município de Aparecida alimentam o segmento turístico e potencializam a devoção criando interfaces com a dimensão social. Assim, oriundos dos mais diferentes lugares, homens, mulheres e crianças de todas as cidades, a pé ou a cavalo; em ônibus ou em carro particular, visitam a cidade dialogando diretamente com as dimensões simbólica e econômica.

Para entendermos a apropriação da devoção na sua dimensão social, tanto pela Igreja quanto pelo Município, precisamos nos inteirar sobre quais são os principais agentes. Encontramos em diferentes estudos os termos: peregrinos, romeiros, devotos e turistas. No entanto, as definições não dão conta das interfaces entre os diferentes personagens.

Existe uma falta de consenso quanto aos termos, todavia, uma categoria não anula a outra, pelo contrário, até pode complementa-la, como veremos adiante. Pretendemos ter cuidado, no entanto, para não generalizar, o que elimina as ambiguidades e anula as interfaces. Assim como sagrado e o profano, entender o devocional e o turístico não é algo tão simples; a pessoa que participa da missa de manhã é a mesma que alimenta o comércio à tarde, que se diverte. Não existe na prática social o sentido de pureza. Apesar das diferenças dos grupos que visitam Aparecida, e das diferentes motivações, sabe-se que se encontra na religião o elo que os aproximam.

O desafio passa a ser entender o impacto que o turismo religioso provoca nas vidas desses agentes e como estes lidam com essas questões. O sagrado não existe como uma realidade em si, mas somente como fato social expresso através de rituais e símbolos religiosos (VALLE, 2006).

Primeiramente, entendemos o devoto como aquele que através da fé busca ajuda para alcançar alguma graça. A devoção remete a experiências com o sagrado, portanto, o termo pode ser usado para peregrinos, romeiros e turistas. Independentemente da categoria utilizada, deve-se levar em consideração a intensidade, as interfaces entre as dimensões simbólica e social.

Existe uma marcante devoção dos moradores de Aparecida. Samahá (2011), apesar de não ter dados concretos, acredita que a população de Aparecida é quase

que na sua totalidade católica. Principalmente pelo fato de nascer conhecendo a história de Nossa Senhora Aparecida. Destaca:

eu acredito, e sinto que o aparecidense tem um grande papel como devoto de Nossa Senhora Aparecida. Se você vier aos domingos ao final da tarde, quando todos os romeiros, turistas já foram embora, a igreja fica praticamente tomada por Aparecidenses, Guaratinguetaenses, pessoas de Potim, de Lagoinha e principalmente da nossa arquidiocese (SAMAHÁ, 2011-4).

Além da presença local na devoção é possível perceber todos os dias atos de devoção a Nossa Senhora Aparecida, desde as pessoas que percorrem esse caminho, seja de bicicleta, a pé, de jipe ou a cavalo (SAMAHÁ 2011-4). Para ele a emoção das pessoas quando chegam ao Santuário Nacional é explícita.

A gente fica satisfeito porque faz parte dessa história, desse trabalho, de fazer com que as pessoas se sintam bem acolhidas diante de uma fé, de algo espiritual tão grande que é essa devoção a Nossa Senhora Aparecida. Pode parecer piegas essa conversa, eu realmente me encanto diariamente dentro desse Santuário vendo as pessoas de joelho, grupos de romeiros chegando com o avô que criou a romaria, depois passou para o pai e agora para os netinhos.

Há poucos dias eu vi uma demonstração de fé que eu me emocionei, fiquei chorando de longe. O avô o pai e o filho. O avô e o pai repassando para aquela criança a cultura de visitar o Santuário Nacional uma vez por ano, de se ter uma fé em Nossa Senhora Aparecida, de entender todo esse fluxo turístico não existem palavras para dizer o quanto satisfatório isso é para a gente. A sala dos Milagres onde as pessoas provam que eles tiveram e receberam bênçãos de Nossa Senhora Aparecida (SAMAHÁ, 2011-4).

Nota-se o sentido de continuidade como uma das características principais da devoção. Para os devotos essa é uma maneira de não deixar a tradição e a religiosidade acabarem. Perguntado sobre sua devoção a Nossa Senhora Aparecida, Elache (2011) relata:

Sou. Essa aqui (aponta para o broche de Nossa Senhora na lapela da camisa) anda em qualquer roupa que eu vista há 12 anos. Quando eu voltei depois de 17 anos, eu prometi que ia dar o melhor de mim esse é o respeito que tenho por essa cidade, saber que alguém aqui viveu, cumpriu sua meta para me sustentar, para eu chegar, bom ou ruim aonde eu cheguei. Com conhecimento, com informação, enfim com uma vida diferenciada (ELACHE, 2011-5).

Os entrevistados destacam a força que tem a devoção a Nossa Senhora, chegando até os dias atuais com a mesma pompa. Independentemente das

classificações que recebem, visitantes ou nativos, o governo municipal e a Igreja pautam suas ações e programas no caráter devocional, no poder da fé.

O peregrino é conhecido como “o estrangeiro, aquele que não pertence à sociedade local estabelecida” (STEIL, 2003a, p. 258). O termo nos remete aos que percorrem caminhos por terras desconhecidas e inóspitas, arrostando heroicamente o desconhecido e a busca por experiências com o sagrado nos locais por onde passa¹²⁰.

Existem diversos motivos que levam um indivíduo a peregrinar, por veneração, para pagar uma promessa ou um ato de penitência, todos ligados ao elemento religioso. Toda peregrinação envolve três aspectos: um homem que transita por uma rota; uma meta, escolhida por sua relação com o sagrado; e uma motivação para encontrar-se com a realidade misteriosa e invisível.

Inseparável da arte de viajar está o anseio de romper com os hábitos da nossa vida comum, de se afastar pelo tempo necessário até ver realmente o mundo em casa, e de se afastar pelo tempo necessário até ver realmente o mundo ao seu redor. (ARNT, 2006, p. 29, 30).

Como já foi dito no capítulo III, encontramos em diferentes tempos e espaços a experiência de deslocamentos por motivações religiosas. No entanto, foi com a tradição cristã que as peregrinações passaram a ter uma representatividade simbólica de maior significação, particularmente no mundo ocidental, onde os efeitos das reformas religiosas do século XVI foram mais intensos. Momento em que os fiéis passaram a ter o interesse de visitar e venerar os locais ligados ao nascimento, vida e morte dos respectivos deuses e profetas.

As peregrinações aos locais sagrados proporcionaram grandes trocas culturais, colocando diferentes povos em contato. Nota-se que com o desenvolvimento dos modernos meios de transporte ampliou-se o número de pessoas envolvidas e mudou o foco, passando a ser o destino final mais importante do que o trajeto.

¹²⁰ Etimologicamente a palavra peregrino significa:[...] um vocábulo grego per-epi-demos (literalmente ‘estrangeiro’, ‘não residente’) definindo ao peregrino ou ao viajante casual. Em latim a palavra primitiva peregrinus se referia a pessoa que viajava por países estrangeiros ou àquela que não tinha direitos de cidadania. Surgiu como uma composição de dois vocábulos per-agros que descrevia a pessoa que caminha (passa) através do campo, fora do lugar de sua residência, longe de casa (peregre ‘no estrangeiro’, ‘fora de casa’). In: CHRISTOFFOLI, Angelo Ricardo. Turismo e Religiosidade no Brasil: um estudo dos discursos da produção acadêmica brasileira Christoffoli, 2007, p. 80.

Atualmente, existem várias rotas de peregrinação no mundo, Jerusalém, Meca, Caminho de Santiago, etc. No Brasil, temos o recente Caminho da Fé¹²¹, onde Igreja e municípios desenvolvem um conjunto de ações por onde passam as trilhas, o que coloca no campo turístico religioso a apropriação da devoção.

O romeiro, por sua vez, apoia-se no coletivo para expressar sua religiosidade. Esta é uma forma de peregrinação religiosa feita por um grupo de pessoas. Sabe-se que o termo é uma referência a Roma, sede da Igreja Católica Apostólica Romana, e por esse motivo é usada para classificar especialmente peregrinações católicas.

Provavelmente os portugueses trouxeram a tradição das romarias para o Brasil no período colonial. No entanto, é uma prática presente ainda hoje que tem em sua dinâmica a convivência do tradicional e do contemporâneo não estando fechada às transformações do mundo moderno, de acordo com Valle (2006, p. 42). O mesmo autor destaca ainda Bom Jesus da Lapa, Círio de Nazaré, Padre Cícero e Nossa Senhora Aparecida como as principais romarias do país. E alerta para,

O que os antropólogos, em suma, nos estão dizendo é que, para se chegar aos sujeitos das romarias, é indispensável considerar a grande diversidade de motivações e interpretações, algumas incompatíveis entre si, que os levam a sair de casa em demanda de um lugar sagrado, para agradecer, pagar promessas, refazer-se espiritualmente, sentir o sabor de uma comunidade vibrante, passar algo aos familiares e vizinhos, divertir-se e, antes de tudo, encontrar-se de novo com Deus (VALLE, 2006, p. 44).

Entendendo justamente que os sujeitos das romarias apresentam uma diversidade de motivações e interpretações é que buscamos no trabalho de campo considerar e valorizar esse imenso leque de intenções para alargar nossa compreensão.

121 Haudrey Germiniani Calvelli em sua tese de doutorado em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora, A “Santiago De Compostela” Brasileira: Religião, turismo e consumo na peregrinação pelo Caminho da Fé, realizou um importante estudo sobre o fenômeno da peregrinação na sociedade moderna e contemporânea e suas interfaces com o turismo religioso. Segundo a autora serviu como campo etnográfico da pesquisa o Caminho da Fé uma rota para peregrinação inaugurada oficialmente no dia 12 de fevereiro de 2003. O itinerário inicia-se em Tambaú (SP), cidade onde viveu o Padre Donizetti Tavares de Lima, e passa por várias cidades do interior de São Paulo e do sul de Minas Gerais, com o objetivo de chegar a Aparecida (SP), local do maior santuário católico brasileiro. Com um total de 415 quilômetros, pode ser considerada a mais nova e maior trilha permanente do Brasil.

Aparecida recebe, anualmente, um grande número de romarias. Só no ano de 2010 foram 1.475 que visitaram o Santuário, segundo dados do Centro de Documentação e Memória, o que demonstra sua importância na atualidade.

A Igreja, por intermédio da pastoral da Romaria, tem por finalidade acolher e orientar os grupos de romeiros. Além de cadastrar os coordenadores e suas romarias também presta outros serviços de apoio, como o anúncio da presença na missa, o agendamento antecipado, a marcação de missa comunitária, além do manual do Romeiro, um guia de orientação para os cadastrados.

Muitos são os registros sobre as primeiras romarias em Aparecida: Brustoloni (1998), Fernandes (1988), Félix (2005), Steil (2003), Wernet (1999), aos quais somam-se os relatos dos que entrevistamos.

Sobre as primeiras romarias em Aparecida, Elache (2011), em entrevista, nos conta que no ano de 2007 ao realizar, pelo sindicato que preside, uma pesquisa gastronômica acabou se informando também sobre as romarias. Isso resultou no lançamento de um prato, existente há mais de setenta anos, a que deu o nome de Prato de Aparecida, que provavelmente foi trazido pelas romarias que vinham de caminhão.

Vinham de carroceria, sentadinhos na carroceria, com criança no colo, marido, mulher, família e paravam aqui e desciam às bagagens, aquelas malas de baú, e as panelas, a comida vinha no caminhão. Porque nessa época 80, 90 anos atrás aqui na Praça São Benedito tinha um lugar chamado o Beco do Guarino que era um pátio muito grande, fechado, coberto, de chão batido. E eram oferecido esteiras de taboa. E tinha no chão covas e eles vendiam o fecho de lenha. Então quando chegavam, pegavam o fecho de lenha, punham o tijolinho, a panela encima e esquentavam a comida. Essa comida era um virado de frango com farofa de farinha de milho, louro, manjerição e alfavaca. Porque essas ervas? Primeiro que eram as mais difundidas, segundo que não deixavam a comida azedar. O cheiro verde azedava, o tomate azedava, qualquer outra coisa azedava. O transporte era longo, então ele tinha a garantia de chegar e comer e não precisava de talher. A farinha secava, o frango ficava solto e você comia com a mão. Todo mundo comia.

E eu duvidei, não pode ser... Aí fizemos o lançamento, juntei cozinheiros, hoteleiros, restauranteiros aqui e fizemos o lançamento, mas ainda fiquei com a pulga atrás da orelha. Estou fazendo burrada.

Pedi para o chefe fazer uma travessa, desse tamanho de virado e subir comigo lá na Praça Nossa Senhora Aparecida com um monte de talher na mão para gente fazer a prova de fogo. E aí quando eu achava casais de idade, chegava, apresentava: olha essa comida é o prato de Aparecida, ele tem 70 anos. Tinha gente que chorava. Porque lembrava da mãe dando para ela, empurrando com a colher para ela comer, ela era criança. Oh! Para você vê que coisa maluca de fascinante, eu chorei vendo o casal de velhinhos. Porque a velhinha não parava de chorar. Ah, minha mãe. Ah, minha mãe! Porque lembrou que a mãe falava: come pra ficar forte. Entendeu!? Eu ressuscitei um prato de 70 anos, coloquei na internet, fiz um

aué! Hoje uns vinte restaurantes de Aparecida e Guaratinguetá fazem o prato (ELACHE, 2011-5).

Devotos como Batista L., acabaram vindo morar na cidade após cumprirem suas promessas. O entrevistado nos conta que recebeu a graça e passou a organizar romarias a Aparecida desde 1960, vindo de ônibus e de trem. Montou uma pousada e passou a receber principalmente os devotos trazidos por seu compadre, vindos de Minas Gerais. Depois percebeu que não era o ramo dele e voltou a viver da organização de romarias, mas agora, morando na cidade, passou a levar os aparecidenses para visitar centros religiosos do Brasil e do mundo sempre acompanhado da imagem de Nossa Senhora Aparecida.

Eu descobri que o povo de Aparecida não saia para passear, eles só recebiam gente, acolhia romeiro e eles num tiravam um tempo de folga para sair, para conhecer, tanto faz o Brasil como o estrangeiro. E comecei a fazer as viagens, dentro do Brasil primeiro, conhecendo as capitais do Brasil. Levando o povo de Aparecida. Lá no Norte então aquela recepção linda. Fortaleza, Recife, Belém, São Luis, Terezinha. Era festa. Quanto mais longe era a gente sentia o entusiasmo diferente, a euforia a alegria era outra. Chegou Nossa Senhora, Nossa Senhora Aparecida, a Padroeira, já que nos não pode ir lá ela veio aqui. Também foi pro Sul. Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre. Ai o vigário da época me estimulou, porque só era nacional. Eu quis largar, porque dá trabalho, constituir uma peregrinação bem feita, responsável dá trabalho, tem uns aventureiro que fazem de qualquer jeito, mas bem feita dá trabalho. Ele falou: Deus te designou para isso e você não vai largar, você vai incentivar mais, você vai mais longe. Ai que eu comecei levar para o estrangeiro. Em 88 foi a primeira viagem de um mês em sete países. Na Terra Santa, no Egito, na Grécia, França, Inglaterra, Espanha e Portugal (BATISTA L., 2012-1).

O Sr Jorge Fernandes, fotógrafo da Praça da Nossa Senhora Aparecida, onde fica a Igreja Velha, em entrevista, nos conta que naquela época as estradas eram muito ruins por isso a maioria das romarias vinha de carro de boi e a cavalo. Também em decorrência de uma promessa acabou vindo morar na cidade.

Eu trabalho aqui há 47 anos, eu fiz a minha vida aqui. Eu morava na roça, lá em Passo Fundo, trabalhei muitos anos na enxada. Eu era devoto de Nossa Senhora, eu fazia romaria para Aparecida e trazia bastante romeiro. Naquele tempo que vinha com aqueles caminhanhãoção, grande. Eu fiz uma promessa pra Nossa Senhora de trazer nove romarias e a última eu tinha que pagar do meu bolso. Porque eu tinha muita vontade de morar em Aparecida e acreditava desde criança no que minha mãe e meu pai me diziam que Nossa Senhora era nossa mãe. Eu comecei as romarias em 53 e fui trazendo as romarias e quando foi em 62 eu comecei a última romaria. Paguei do bolso. Trouxe bastante pobre. Pessoas que agradecem até hoje, nunca tinham vindo. Foi quando comecei aqui no foto, vim morar aqui e estou até hoje (FERNANDES, 2011-3).

Ainda hoje a maioria das romarias que visitam Aparecida são organizadas por devotos que, mais do que obter lucro com a atividade, buscam satisfação espiritual. O estacionamento do Santuário está repleto de ônibus fretado por devotos que organizam o bate-e-volta.

Dentro do contexto do Turismo Religioso entendemos que o turista representa uma nova categoria de análise capaz de revigorar antigas tradições, se é que podemos pensar esse turista no campo religioso como recriação do peregrino e do romeiro.

Na percepção dos diocesanos existe uma distinção entre turistas e peregrinos quanto à motivação da visita ao local santo. Assim, “o turista procura o local para tirar fotos e conhecer a arquitetura, agradecer e orar, e o peregrino para pagar promessas de forma penitencial” (ARNT, 2006, p. 110). O turista difere do peregrino.

... O turista difere do peregrino principalmente no que se refere à motivação. O peregrino é movido pela busca da satisfação e conforto espiritual, com a esperança de aumentar sua santidade pessoal, obtenção de bênçãos e curas especiais, enquanto o turista busca o bem estar, muitas vezes a preguiça, a satisfação de lazer, esta motivação recai no desejo de escapar das pressões da sociedade, mesmo que, temporariamente. (CHRISTOFFOLI, 2007, p. 74).

Tentando uma maior aproximação, entendemos que tanto peregrinos quanto romeiros trazem como eixo comum o caminho percorrido como quebra da rotina e a busca por novas experiências com o sagrado. A romaria pode ser entendida como discurso metassocial utilizando para tanto duas formas de sociabilidade que operam a partir de lógicas opostas: da *communitas*, para a qual a verdadeira sociedade seria expressa pelo ideal fraterno da comunhão; e da *societas*, onde a regra básica de funcionamento da sociedade estaria na distinção (STEIL, 2003).

O turismo e a peregrinação representam assim formas de sociabilidade que embora diferentes podem criar interfaces tendo na romaria o campo de ação, *communitas* representando as formas tradicionais de romarias e *societas* se aproximando das práticas do turismo (STEIL, 2003). Dentro desta ordem o autor diferencia romeiros tradicionais e romeiros-turistas.

Os romeiros-turistas diferenciam-se dos romeiros tradicionais não apenas por sua aparência, seu modo de vestir, sua postura, sua ideologia religiosa, sua visão de mundo, mas sobretudo pelas estruturas de significados dentro das quais inserem sua experiência. Para essa nova categoria de romeiros, a

romaria em si, com suas expressões cúlticas, seu misticismo, sua religiosidade se torna uma curiosidade ou um aspecto pitoresco a ser observado. Sua presença no santuário se justificaria por razões que transcendem aquelas que mobilizariam os romeiros tradicionais. Embora dentro do evento, procuram estabelecer uma exterioridade e um distanciamento em relação à massa dos romeiros, fazendo emergir, desse modo, um “nós” que se confronta com um “eles”. Essa tomada de distância simbólica, que já vimos acontecer entre os moradores, aqui também trabalha no sentido de transformar as nuances em contraste, na medida em toma as diferenças relativas como se fossem absolutas (STEIL, 2003, p. 254).

Nota-se que as diferentes motivações fazem surgir uma categoria diferente dos romeiros. Assim, valendo-se de elementos mercadológicos no campo religioso surge o romeiro-turista.

Esses romeiros-turistas manifestam, portanto, uma certa exterioridade em relação ao ideal de comunhão partilhado pela grande maioria dos peregrinos. Estes formam hoje uma nova categoria de romeiros, que se dirigem ao santuário por motivações que devem ser remetidas mais a uma estrutura de significados próprios ao universo laico das viagens do século XIX do que ao universo místico das peregrinações. Suas atitudes e falas apontam para uma experiência que busca atualizar, nesse contexto específico, uma forma de sociabilidade que se estrutura dentro do universo de uma cultura turística. (STEIL, 2003, p. 255).

Observando a romaria como discurso metassocial é possível notar que nesse momento convivem o tradicional e o contemporâneo. Através de um deslocamento no espaço, os romeiros-turistas idealizam o encontro com seu “mito de origem” ou com uma espécie de “paraíso perdido” (STEIL, 2003, p. 255).

A nostalgia da “fé pura” toma forma e contornos na *communitas*, vivenciada pelos romeiros tradicionais diante dos quais se sentem exteriores. Esse estranhamento se constitui num mecanismo pelo qual os romeiros turistas demarcam uma diferença que não se encontra apenas na ordem do espaço ou do tempo, mas, sobretudo, na ordem social (STEIL, 2003, p. 256).

O romeiro-turista é entendido nesse contexto como aquele que visita um determinado local de forma meramente contemplativa, mais ligado à festa, ao consumo e ao prazer do que à participação com devoção e sobriedade aos rituais religiosos (COSTA, 2008). Diante de uma catedral, o adepto dobra os joelhos e reza. O turista fotografa, observa¹²². Será que se poderia afirmar que ambos

¹²² Pude constatar na Igreja Velha algumas congadas: quem tinha compreensão chegava perto ajoelhava, fazia o sinal da cruz e beijava o pavilhão quem não conhecia achava bonito e importante por isso tirava foto.

desempenham um papel que poderia ser homogeneamente descrito pela categoria de turismo religioso? Diferentemente, o visitante romeiro/peregrino/fiel se desloca para o espaço-tempo sagrado para orar/rezar, pagar promessas, buscar bênçãos, sofrer, contemplar, participar de romarias, fazer pedidos. Esse visitante está fortemente ligado ao evento, participando ativamente, conhecendo seus sentidos, seus códigos e seus símbolos (COSTA, 2008).

O consumo muitas vezes não é seu principal objetivo, sendo uma ação marginal. Suas relações com o evento sagrado são de entrega simbólica, pois é um importante momento (talvez o último de sua vida) de renovar seus contratos com a divindade. No outro, o visitante é um consumidor de espetáculo, é agente de um sistema completamente exógeno e alienado em relação ao sistema em questão.

Por sua parte, o visitante turista não controla o código do evento religioso, seus símbolos, seus sentidos e a sua cultura. Sua participação é passiva e marginal, não estando no local sagrado para penitência ou reverência à divindade, mas para relaxar, consumir, experimentar novas emoções. Ele não está comprometido com o evento, está no máximo envolvido. Ele consome os espaços e os momentos, fotografando, filmando e observando. Sua passagem será efêmera. Não cria laços, pois está desterritorializado. Participa e observa, mas não absorve a cultura. O seu sentido não evoca a relação de trocas simbólicas, apesar de achar inusitado observar os fiéis em sua peregrinação e sofrimento. O turista religioso geralmente está de férias e seu objetivo maior é o prazer, o relaxamento. Não se busca dor, sofrimento e compromissos, pois estas emoções são sentidas em outras esferas da vida social. Sendo footloose, seus desejos logo se saciarão e seu foco será redirecionado. As chances de retorno para o mesmo espaço sagrado são menores que dos visitantes fiéis (COSTA, 2008, p. 83).

Temos diante disso o romeiro que busca no espaço sagrado a vivência, a busca de satisfação e conforto espiritual. No turismo religioso ele é antes de tudo um agente consumidor do sagrado, enquanto o turista um cliente da religião.

Apresentadas definições para os principais agentes, tentaremos realizar possíveis associações tendo por base as observações da pesquisa de campo e os relatos dos entrevistados. De princípio, notamos que tais classificações não interferem diretamente na prática cotidiana ou na elaboração de políticas públicas. No entanto, notamos a existência de duas aproximações recorrentes nos discursos, uma unindo de certa forma peregrino/devoto e outra o romeiro/turista.

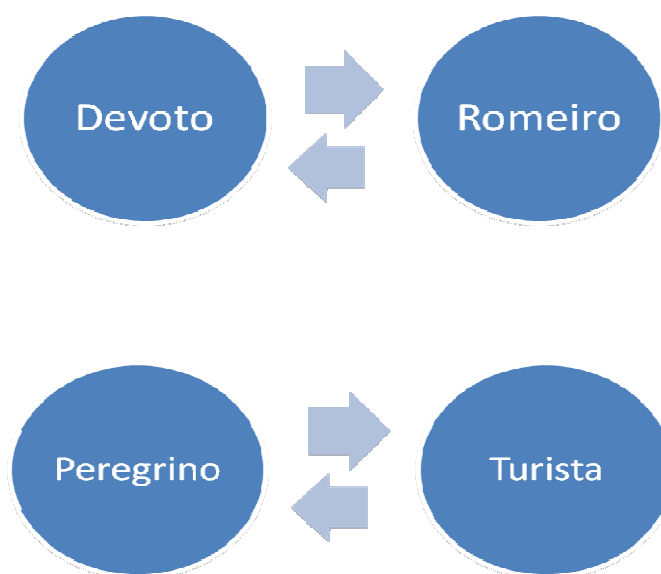


Figura 33 – Devoto/romeiro peregrino/turista.

Para analisarmos os principais agentes do turismo religioso de Aparecida não podemos nos deixar levar por dualismos, por determinismos, como se o sagrado fosse o peregrino, o romeiro e o devoto, e o profano fosse o turista, sendo que a prática social não se apresenta dessa forma. Ela se mostra ambígua, possibilitando várias interfaces, não permitindo uma homogeneidade conceitual. O turista difere e se aproxima do peregrino, o romeiro pode ser turista e devoto. Diante da romaria e do turismo a mesma pessoa pode assumir variados comportamentos, numa mesma viagem; a busca pelo sagrado não elimina possíveis momentos de lazer. Assim, é preciso entender as especificidades, os comportamentos e as motivações de cada agente.

Enquanto o peregrino representa o estrangeiro, aquele que andou longas distâncias, o devoto representa o local, aquele que está próximo. Mas, tanto peregrino quanto devoto podem assumir uma interface direta com o sagrado e ter demonstrações de fé; têm objetivos bem definidos, a busca pelo sagrado.

Entende-se Turismo Religioso enquanto política pública e captação de recursos para o visitante o tratamento é mais íntimo devoto, romeiro, peregrino. Esta associação recorrente une o devoto, o romeiro e o peregrino, que representam o coletivo que visita a cidade pelo elo religioso, e o turista que representa o consumo,

tendo como foco a interface com a dimensão econômica, mesmo ambos sendo responsáveis por alimentar a economia local.

Por fim, notamos, nos diferentes discursos, que Igreja, poder público e terceiro setor quando associam peregrino/devoto e romeiro/turista reproduzem apenas o senso comum, as interfaces geradas na prática social. Assim, percebemos que não existe consenso nem a preocupação em relação às classificações; na prática uma categoria não anula a outra, pelo contrário até pode complementá-la.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em Aparecida, a presença da Igreja é tão intensa que, muitas vezes, sobrepõe-se à do Município. Por todos os lados estamos cercados de representações do catolicismo, passando a impressão de que a cidade é o que está posto dentro dos muros do Santuário, imagem essa reforçada diariamente pela mídia. Basta observar os cartões postais, publicidades e propagandas relacionados à cidade e o que se verá são imagens do Santuário Nacional, da Basílica Velha e da passarela da fé, todos lugares administrados pelos padres Redentoristas.

O forte apelo midiático acaba gerando um sentimento de respeito e coesão. Ao se chegar a Aparecida, “solo sagrado”, a impressão é que existe um clima de respeito no ar, como fruto, talvez, do que Eliade chama de “sacralização do espaço”. Ao realizar a pesquisa de campo, muitas vezes me senti constrangido em perguntar se meu entrevistado era devoto de Nossa Senhora. A pergunta soava como uma ofensa, talvez em função da naturalização da ideia que todos que moram em Aparecida são devotos. Apesar de sabermos que isso não é verdade, o nosso comportamento é o de acreditar que sim.

Passadas as primeiras impressões, porém, percebemos não existir essa coesão. Pelo contrário, o que acontece dentro dos muros do Santuário contrasta com o que ocorre do lado de fora. Se, por um lado, a Congregação do Santíssimo Redentor, responsável pela administração, pode ser considerada modelo de organização, com excelente exemplo de estrutura e funcionamento, por outro a cidade se apresenta na contramão, enfrentando problemas que são crônicos, como, por exemplo, a feira de ambulantes e a desorganizada rodoviária.

Para a Igreja, a profissionalização dos bens e serviços tem impacto direto no número de pessoas que visitam o Santuário. Já para o poder público local, fica o desafio de pensar o mercado de bens e artigos religiosos frente ao despreparo do setor para receber o turista. Como encontrar o ponto de equilíbrio, se é que existe, entre devoção e consumo? É possível, pela ordem do capital, mercantilizar a religião? Sua tradução seria o turismo religioso? São poucos os espaços para

debater tais questões. As datas festivas representam raros momentos em que ocorre uma mobilização para se pensar o Turismo Religioso.

A presença da Igreja não se limita aos muros do Santuário Nacional. Podemos observar que a cada dia amplia-se o seu alcance. Se atentarmos para os principais pontos turísticos da cidade - Morro do Cruzeiro, Mirante, Passarela da Fé, Porto Itaguassú etc., - iremos notar que a Igreja é responsável por eles, embora sejam explorados também pela cidade por serem importantes atrativos para o turismo religioso. A Congregação do Santíssimo Redentor, por sua vez, também mantém muitas obras sociais na cidade, como por exemplo a Santa Casa, um asilo e projetos de música, o que acaba justificando a isenção de alguns impostos.

Os Redentoristas orgulham-se em dizer que todas as suas obras, inclusive o Santuário Nacional, são mantidas sobretudo por doações dos milhares de devotos que visitam a cidade, o que podemos observar nas placas e adesivos estampados em todos os lugares, carros, etc. “Doados pelos romeiros de Nossa Senhora”. Já a Prefeitura, por sua vez, gasta muito mais do que arrecada.

Consideramos que a presente pesquisa alcançou o seu propósito ao trazer subsídios a respeito das práticas devocionais contemporâneas e as interfaces com o turismo religioso na cidade de Aparecida, levando em consideração as persistências e transformações e suas expressões simbólicas e devocionais.

A pesquisa de campo possibilitou observar atentamente o fenômeno religioso e social e suas interfaces com os diferentes agentes. Na fala dos entrevistados (ver apêndice) percebemos as disputas de campo e as tensões existentes na cidade, entre o poder público municipal e Igreja/Santuário Nacional.

O turismo é uma prática contemporânea, de uso crescente, que acompanha os avanços da tecnologia e da comunicação para o seu desenvolvimento, mas também apoia-se em práticas da cultura popular para existir.

Apesar de todas as dificuldades apresentadas, acreditamos que Aparecida continua sendo modelo de turismo religioso bem sucedido. É possível perceber também que a imagem de Nossa Senhora continua como epifania, sendo para muitos motivo de devoção e fonte de identidade.

Este trabalho possui limitações, muitas delas criando oportunidades para estudos futuros. Pessoalmente, em continuidade, temos a perspectiva de observar a

devoção popular e o fenômeno do turismo religioso em outras regiões do Brasil. Como sugestões para novas pesquisas, destacamos:

- *O Turismo Religioso e a Indústria Cultural*. O turismo utiliza a Indústria Cultural para estruturar-se e ocupar o tempo do trabalho e o tempo do lazer. É possível observar que apesar do lazer se apresentar para muitos apenas como uma alternativa ao mundo industrial, o capitalismo se serve desse novo modelo e cria, em alternância com o trabalho, a indústria do lazer. O tempo livre, as férias, funcionam, assim, dentro da ordem capitalista, como momentos de reconstituição das forças físicas e mentais. O contato com a natureza, com os lugares sagrados, revigora e faz ressurgir o “homem novinho em folha” para o mundo do trabalho. Sendo assim, em busca de uma homogeneização dos bens e de sua produção em série a Indústria Cultural tenta apropriar-se de todos os valores culturais de um povo, incluindo sua religião. Portanto, a exploração comercial de produtos religiosos reforça a dominação técnica dos meios de produção de massa, descaracterizando, de certa forma, seu sentido religioso, que passa a ser entendido como mercadoria.

- *O lugar de Aparecida no Turismo internacional*. Buscando identificar as políticas públicas estabelecidas e a sua relação com eventos que serão realizados no Brasil, como Olimpíadas e Copa do Mundo, e também ações da Igreja que colocaram o Santuário Nacional no circuito turístico do Vaticano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

I Livro de Tombo da Paróquia de Santo Antônio de Guaratinguetá.

A12 - Portal do grupo Aparecida de comunicação. Disponível em: < [http://www.a 12.com](http://www.a12.com) > . Acesso em: 17 fev. 2010.

ABRAHÃO, Miguel M. História Medieval. 10ª Ed. Clube de Autores, 2009.

ABUMANSSUR, Edin Sued (org). Turismo Religioso: ensaios antropológicos sobre religião e turismo. Campinas, SP: Papirus, 2003.

ADORNO, Theodor W. Indústria Cultural e Sociedade. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALMANAQUE de Nossa Senhora Aparecida: Ecos marianos. Aparecida: Santuário. 2001.

ALMEIDA, R. A. de; LEITE, E. e MALCHER, M. A. Paris, Porto de Galinhas ou Alaska? In: BRASIL, Ministério do Turismo. Caminhos do futuro aprendiz de lazer e turismo. São Paulo: IPISIS, 2007.

ALMEIRA PRADO, João Fernando de. São Vicente e as capitanias do sul do Brasil. São Paulo: Nacional, 1961.

ALVES, A. Pintando uma Imagem, Nossa Senhora Aparecida – 1931: Igreja e Estado na Construção de um Símbolo Nacional. 2005. Tese (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Dourados: 2005.

ANDRADE, João Vicente de. Turismo: fundamentos e dimensões. 5. ed. São Paulo: Ática, 1999.

ANGELI, Margarita N. Barreto. Planejamento e organização em turismo. 2 ed. Campinas-SP: Papirus, 1996.

ANTONIL, André João. Cultura e Opulência no Brasil por suas drogas e minas. Vol. 2. São Paulo: Nacional, 1967.

Ânuas da Província Brasileira dos Pe. Jesuítas, de 1748 e 1749.

APARECIDA, Prefeitura municipal de. Disponível em: < [www. aparecida.sp.gov. br](http://www.aparecida.sp.gov.br)>. Acesso em: 30 nov. 2010.

- APARIÇÕES MARIANAS. Disponível em: <pt. wikipedia. org/ wiki/ Apari% C3% A7% C3% B5 es_ marianas>. Acesso em: 17 fev. 2010.
- ARAUJO, Isael de. Dicionário do movimento pentecostal. Rio de Janeiro: CPAD, 2007.
- ARNT, L. Peregrinação X Turismo Religioso: um estudo de caso no Santuário de Azambuja – Brusque, SC. 2006. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria). Universidade do Vale do Itajaí, 2006.
- AZEVEDO, Thales de. O catolicismo no Brasil, um campo para a pesquisa social. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1955.
- AZEVEDO, Gislane C.; SERIACOPI, Reinaldo. História em movimento: o mundo moderno e a sociedade contemporânea. São Paulo: Ática, 2010.
- AZZI, Riolando. O movimento brasileiro de reforma católica durante o século XIX. Vol. 34. Petrópolis-RJ: Vozes, 1974.
- _____. Os Redentoristas no Brasil na última década do século passado. in AZZI, R. e BEOZZO, J. O. (org) Os Religiosos no Brasil: enfoque histórico. São Paulo: Paulinas, 1986.
- _____. História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo – terceira época – 1930-1964. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.
- BADARÓ, R. A. Lacerda. O direito do turismo: história e legislação no exterior e no Brasil. São Paulo: SENAC. 2003.
- BANDUCCI JR., Álvaro; BARRETTO, Margarita. (orgs.) Turismo e identidade local: uma visão antropológica. 4 ed. Campinas-SP: Papirus, 2001.
- BARRETTO, Margarita. Manual de iniciação ao estudo do turismo. São Paulo: Papirus, 1995.
- BATISTA, Grace M. Turismo e desenvolvimento local: uma alternativa para as comunidades brasileiras. 5.º Encontro Nacional de Empreendedorismo, UFC, 2003.
- BENI, Mário Carlos. Globalização do turismo. São Paulo: Aleph 2003a.
- _____. Analise Estrutural do Turismo, 8.ed. Atual: São Paulo, 2003b.

- BEOZZO, José Oscar. Irmandades, Santuários, Capelinhas de Beira de Estrada. Revista Eclesiástica Brasileira (REB), vol. 37, dez. Petrópolis-RJ: Vozes, 1977.
- BERTO, João Paulo Berto. A Força Política da Fé: Estado e Igreja na Formação Identitária Nacional em Torno da Imagem de Nossa Senhora da Conceição Aparecida (1904-1931). História e-História On-line. Disponível em < [www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos &id = 304](http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=304) > . Acesso em: 20 de jul. de 2010.
- Bíblia online - Disponível em < [www.Bibliaonline .com. br/acf/s /*/1/milagre](http://www.bibliaonline.com.br/acf/s/*/1/milagre) > . Acesso em: 15 out. 2010.
- BOSCHI, Caio César. Os leigos e o poder: Irmandades leigas e Políticas Colonizadoras em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986.
- BOURDIEU, Pierre. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- _____. Coisas ditas. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.). Pierre Bourdieu: escritos de educação. 2 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.
- _____. O senso prático. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.
- BURKE, Peter. Testemunha ocular: história e imagem. Bauru-SP: EDUSC, 2004.
- BLAJ, Ilana. A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721). São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP/Fapesp, 2002.
- BRANDÃO, Ascânio. São Benedito, o Santo Negro. Monsenhor. Indústria Gráfica Siqueira, 1949.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Os deuses do povo: um estudo sobre a religião popular. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BRASIL, Ministério do Turismo. Classes C e D, um novo mercado para o turismo brasileiro. Brasília: Ministério do Turismo. 2005.
- _____. Turismo cultural: orientações básicas. 2. ed. Brasília, Ministério do Turismo, 2008.

_____. Disponível em: < http://www.turismo.gov.br/turismo/legislacao/meios_hospedagem/11771_lei.html > . Acesso em: 28 mai. 2011).

_____. Turismo no Brasil 2011 – 2014. Disponível em: < http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_no_Brasil_2011_-_2014_sem_margem_corte.pdf > . Acesso em: 28 mai. 2011).

BRITO, Ênio José da Costa. *Anima Brasilis*. 1. ed. São Paulo: Olho de Água, 2000.

_____. A Identidade Indígena. Estratégias Políticas e Culturais (Século XVI e Século XVII. REVER (PUCSP), v. 5, p. 1-10. São Paulo-SP, 2005.

_____; MALANDRINO, Brígida Carla . História e Escravidão: Cultura e Religiosidade Negras no Brasil – Um Levantamento Bibliográfico. Rever (PUCSP), v. dez., p. 112-178, São Paulo-SP, 2007.

BRUNO, Ernani Silva. História do Brasil, geral e regional, vol. 4, São Paulo: Cultrix, 1967.

BRUSTOLONI, Júlio J. História de Nossa Senhora da Conceição Aparecida: a imagem, o santuário e as romarias. 10ª ed. rev. e ampl. Aparecida-SP: Santuário, 1998.

CAETANO, Marcelo. O Conselho Ultramarino: esboço da sua história. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1968.

CALIXTO, Benedicto. Os primitivos aldeamentos e índios mansos de Itanhaém. São Paulo: Revista Instituto Histórico Geográfico de São Paulo, v 10, 1905.

_____. Capitânias Paulistas. 2. ed. revista e melhorada. São Paulo: Casa Duprat e Casa Mayença, 1927.

CALVELLI, Haudrey Germiniani A “Santiago De Compostela” Brasileira: Religião, turismo e consumo na peregrinação pelo Caminho da Fé. 2006. Tese (doutorado em Ciência da Religião). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora: 2006.

CÂMARA, Marcos Paraguassú de Arruda. Cidades e Vilas da Escravidão: espaço dos excluídos. 1995. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

- CAMARGO, Conceição Borges Ribeiro. A passagem da Princesa Isabel em Aparecida. *Jornal O Lince*. Aparecida: 2010.
- _____. Romaria em carro-de-boi. Disponível em < [www. Jornalolince .com.br/ galeria /escritores /conceição](http://www.jornalolince.com.br/galeria/escritores/conceição). Acesso em: 28 mai. 2011).
- CARVALHO, José M. A formação das almas: o imaginário da república no Brasil. 4.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CAVALCANTE, José Luiz. A Lei de Terra de 1850 e a Reafirmação do Poder Básico do Estado sobre a Terra. *Revista Histórica do Arquivo do Estado*. São Paulo. Edição nº 2, Ano 1, Junho. 2005.
- COELHO, H.V. Povoadores de S. Paulo – Jaques Félix Flamengo (Adendas às primeiras Gerações). *Associação Brasileira de Pesquisadores - ASBRAP*. Nº 12, 2006.
- COHN. G. Comunicação e indústria cultural. 2º ed. São Paulo: Nacional, 1971.
- CONSORTE Josildeth Gomes. A Questão do Negro: Velhos e Novos Desafios. São Paulo em Perspectiva. v. 5, n. 1, p. 85-92. São Paulo, 1991.
- _____. Sincretismo e africanidade em terreiros Jeje Nagô de Salvador. In: In: SILVA, Ana Amélia; CHAIA, Miguel. (Org.). *Sociedade, cultura e política: ensaios críticos*. São Paulo: EDUC, 2008.
- COSTA, Francisco de Assis. O Círio de Nazaré: Economia e Fé Amazônia: Ci. & Desenv., Belém, v. 3, n. 6, jan./jun. 2008.
- COTA, Luiz Gustavo Santos. “Ora pro nobis”: uma breve consideração sobre as idéias de escravidão, liberdade e abolição no discurso católico brasileiro. *Revista Cadernos de História*, vol. IX, ano 5, n.º 1, julho de 2010.
- CÚRIA METROPOLITANA DE APARECIDA. Documentos e Crônicas da Capela de N. S. A. – vol. II – compilação realizada pelo Pe. Julio Brustoloni.
- CHAVES, Robson Belchior Oliveira. Salesópolis. Festa do Divino: das origens aos dias atuais. 2003. Dissertação (mestrado em Ciências da Religião). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2003.

- CHRISTOFFOLI, Angelo Ricardo. Turismo e Religiosidade no Brasil: um estudo dos discursos da produção acadêmica brasileira. 2007. Tese (Doutorado em Turismo e Hotelaria). Universidade do Vale do Itajaí, 2007.
- CRUZ, Rita de Cássia. Política de turismo e território. São Paulo: Contexto, 2002.
- CYPRIANO, Pedro dos S.; LIMA, Thalita C. Turismo Religioso em São Paulo: uma abordagem mercadológica. Revista de Turismo Cultural. Número Especial – 2008.
- DAVIDOFF, Carlos. Bandeirantismo: verso e reverso. (Coleção tudo é História) São Paulo: Brasiliense, 1982.
- Decreto provincial nº 19 de 1842. Elevação do povoado de Aparecida a distrito.
- Decreto nº 119-A, de 1890. Separação entre Igreja e Estado.
- DIAS, Edna Cardozo. Patrimônio Histórico e Turístico. Belo Horizonte: Santa Clara, 2009.
- DIAS, Reinaldo. Planejamento do Turismo: Política e Desenvolvimento do Turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.
- _____. Introdução ao Turismo São Paulo: Atlas, 2005.
- _____; SILVEIRA, Emerson J. S. da. Turismo religioso: ensaios e reflexões. Campinas: Alínea, 2003.
- DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. Disponível em: < <http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbete=Ex-voto&stype=k> > . Acesso em: 30 de agos. 2010.
- DOBB, M. A Evolução do Capitalismo. 9ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1983.
- Dugnani, Patrícia Maria Garib. Um olhar sobre o Almanaque de Nossa Senhora Aparecida. 2000. Dissertação. (mestrado em Comunicação e Mercado) Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero. São Paulo, 2000.
- DURKHEIM, Émile. As formas elementares de vida religiosa. São Paulo: Ed. Paulinas, 1996.
- EUGENIO, Cesar Augusto. Igreja e escola no processo de modernização de Aparecida (1893-1928). 2009. Dissertação (mestrado em Educação). Universidade São Francisco. São Paulo, 2009.

ELACHE, Ernesto. Entrevista. (CD jan/2011-5).

_____; LEITE, Reginaldo. Aparecida, Santuário e 40 anos de peregrinações. O Lince. Nº 34 | Especial- Julho/ agosto de 2010.

ELIADE, Mircea. O sagrado e o profano: a essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: EDUSP, 2009.

FÉLIX, Sandra Regina. Aparecida Capital da Fé. São Paulo: Noovha América, 2005.

FERNANDES, Jorge. Entrevista. CD jan/2011-3.

FERNANDES, Rubem César. Aparecida: nossa rainha, senhora e mãe, saravá! In: SACHS, Viola et al. Brasil & EUA: religião e identidade nacional. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FERREIRA, Monsenhor José Lélio Mendes. Maria - Breve Introdução à Mariologia. Aparecida – SP: Santuário, 2008.

FERRI, Cássia; RUSCHMANN, Dóris. Turismo: visão e ação. Revista Científica do Mestrado em Turismo e Hotelaria, Itajaí: Univali, ano 2, n. 4, p. 9-17, fev. 2000.

FINO, Patrícia Mariana. Estância Turística de Salto-SP: Turismo por decreto. 2009. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente). Centro Universitário de Araraquara. Araraquara – SP, 2009.

FREITAG, B. Política educacional e indústria cultural. São Paulo: Cortez, Autores associados, 1987.

GIFFONI, Marco. Estação Ferroviária de Aparecida Do Norte (SP). Disponível em: < [www. Valedoparaiba .com /terragerente /artigos/ 05.doc](http://www.Valedoparaiba.com/terragerente/artigos/05.doc). > . Acesso em: 17 fev. 2009.

GRUZINSKI, Serge. A colonização do imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol, séculos XVI-XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. O pensamento mestiço. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

- HALL Calvin S. e NORDBY, Vernon J. Introdução à Psicologia Junguiana. Tradução 8. ed. São Paulo : Cultrix, 2005.
- HAUBERT, Maxime. Índios e jesuítas no tempo das missões. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- HAZIN, Ana; OLIVEIRA, Cleide; MEDEIROS, Rejane. Turismo e mão-de-obra: entre o real e o ideal. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Universidade Católica de Pernambuco, 2000.
- HENRIQUES, Afonso, Ascensão e Queda de Getúlio Vargas. São Paulo: Record, 1964.
- HERMANN, Jacqueline. Cenário do Encontro de Povos: a construção do território. In: IBGE, Brasil: 500 anos de povoamento. Centro de Documentação e Disseminação de Informações – 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.
- HERRMANN, L. Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos. Ed. facsimilada. São Paulo: IPE/USP, 1986.
- HOORNAERT, Eduardo. Para uma História da Igreja no Brasil. Revista Eclesiástica Brasileira, Petrópolis, vol. 33, fasc. 129, p. 119, março 1973.
- HORKHEIMER, Max & ADORNO, Theodor. A indústria cultural: o iluminismo como mistificação de massas. Pp. 169 a 214. In: LIMA, Luiz Costa. Teoria da cultura de massa. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- IBGE, Brasil: 500 anos de povoamento. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.
- INNOCENTINI, Thaís Cristina. Capitanias Hereditárias: Herança colonial sobre desigualdade e instituições. 2009. Dissertação (mestrado em economia). Escola de Economia de São Paulo, 2009.
- JAPIASSÚ, Hilton e MARCONDES, Danilo. Dicionário Básico de Filosofia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- JAPPE, F. M. Turismo e os Meios de Comunicação: a divulgação do turismo rural do município de São José dos Ausentes/RS. 2005. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Santa Maria. 2005.

- JARRET, Bede. The Catholic Encyclopedia. Available at: <<http://www.newadvent.org/cathen>>. Accessed in: September 2002.
- JORGE, Fernando, Getúlio Vargas e seu Tempo, 2 vol., T. A. Queirós, 1986.
- Jornal A Gazeta – São Paulo, terça-feira, 18/12/1928. (Arquivo da Cúria Metropolitana de Aparecida)
- JUNG, C. G. Os arquétipos e o inconsciente coletivo. Petrópolis-RJ: Vozes. 2003.
- JURKEVICS, Vera Irene. As Irmandades Negras: “locus” de religiosidade popular. Revista tecnologia e sociedade Curitiba-PR, n. 2, 1º semestre de 2006.
- KOIFMAN, Jorge, organizador, Presidentes do Brasil, Rio de Janeiro: Editora Rio, 2001.
- KREUTZ, Dom Estanislau. Jubileu de Ouro da Diocese Angelopolitana. A Tribuna Regional. Santo Ângelo- RS. Caderno TRI| Sábado - 10.03.2012.
- LABOUCHE, Padre. As missões Guaraníticas: formações de uma cristandade. Disponível em <www.permanencia.org.br/revista/historia/missoes.htm> Acesso em 04 de set. 2010.
- LAHIRE, Bernard. Reprodução ou Prolongamentos Críticos? Educação & Sociedade, ano XXIII, no 78, Abril/2002.
- Lei nº 1.397. Plano de Incentivo e Desenvolvimento Industrial e Turístico de Aparecida.
- Lei Geral do Turismo n.º 11.771/08, de 17 de setembro de 2008.
- LEITE, Célio Batista. Entrevista. CD jan/2011-1.
- LEITE, Célio Luis Batista. Entrevista. CD jan/2011-2.
- LEITE, P. Serafim Leite. História da Companhia de Jesus no Brasil. Edições Loyola. São Paulo. 2004.
- LEME, Pedro Taques de Almeida Pais. História da capitania de São Vicente. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.
- LUNA, F.V. e Klein, H.S. R. Economia e sociedade escravista: Minas Gerais e São Paulo em 1830. bras. Est. Pop., Campinas, v. 21, n. 2, p. 173-193, jul./dez. 2004.

- LUNA, Francisco Vidal ; COSTA, Iraci Del Nero da ; KLEIN, Herbert S . Escravismo em São Paulo e Minas Gerais. 1. ed. São Paulo: Edusp/Imesp, 2009.
- LONDOÑO, Fernando. Imaginária e devoções no catolicismo brasileiro: notas de uma pesquisa. Revista Projeto História, São Paulo, n. 21, p. 247-263, nov. 2000.
- LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. Catequese Católica no Brasil. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.
- MAIA, Thereza Regina de Camargo. O Papa Bento XVI na Fazenda Esperança. Museu Frei Galvão, nº 2., Guaratinguetá, 2007.
- MAIO, Carlos Alberto. Turismo Religioso e Desenvolvimento Local. Publicatio UEPG Humanit. Sci., Appl. Soc. Sci., Linguist., Lett. Arts, Ponta Grossa, 12(1) 53-58, jun. 2004
- MANCÍLIO, Pe. Ferdinando. Peregrinos à Casa de Maria: em preparação para a romaria ao Santuário de Nossa Senhora Aparecida. Aparecida – SP: Santuário, 2006.
- MARQUES, M. E. de A. Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo. 2 v. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1953.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. Diáspora africana, escravidão e a paisagem da cafeicultura no Vale do Paraíba oitocentista. Almanack Braziliense nº07 maio 2008.
- MATTOS, David José Lessa. Pioneiros do rádio e da TV no Brasil. Vol. 1. Ed. Códex, 2004.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Bahia século XIX: uma Província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2. Ed., 1992.
- MONTEIRO, John Manuel. Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. O Escravo Índio, esse Desconhecido. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. (Org.). Índios do Brasil. São Paulo: Global, 1998.

- MONTERO, Paula. Deus na Aldeia: missionários, índios e mediação cultural. São Paulo: Globo, 2006.
- MOTTA, José Flávio e MARCONDES, Renato Leite. A família escrava com base nas escrituras de venda de cativos. (Guaratinguetá, 1872-4/1878-9). Núcleo de Estudos em História Demográfica. Ano III, n. 11 - Agosto de 1996.
- NASSER, David, "O Anjo Negro de Getúlio Vargas". Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1966.
- NETO, Isnard de Albuquerque Câmara. As materializações da religiosidade popular. Revista de ciências humanas, Taubaté, v. 10, n. 2, p. 151-159, jul./dez. 2004.
- _____. A Questão de Aparecida e os Redentoristas. Aparecida, SP: Santuário, 2009.
- NEUMANN, E. A Grande Mãe: um estudo fenomenológico da constituição feminina do inconsciente. São Paulo, Cultrix. 1974.
- NOMES DE MARIA. Disponível em: <pt. wikipedia. org/ wiki/ Anexo: T%C3%ADtulos_ de_ Maria, _m%C3 %A3e _de_ Jesus>. Acesso em: 17 fev. 2010.
- OLIVEIRA, Christian Dennys Monteiro de. Monumentalidade do templo e da romaria: uma periodização geográfica das peregrinações à Basílica de Aparecida. In: RODRIGUES, A. B. (org.). Turismo e Geografia: teorias e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1999.
- _____. Basílica de Aparecida: um templo para a cidade-mãe. São Paulo: Olho D'Água, 2001.
- _____. Turismo, Monumentalidade e Geração: escalas e dimensões da visitação religiosa contemporânea. In: ABUMANSSUR, Edin Sued (org.). Turismo Religioso: ensaios antropológicos sobre religião e turismo. Campinas, SP: Papirus, 2003.
- _____. Coleção ABC do Turismo, Turismo Religioso. São Paulo: Aleph, 2004.
- OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1985.

- OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de. Catolicismo Popular e Romanização do Catolicismo Brasileiro. REB, Petrópolis: Vozes, vol. 36, p. 132, março 1976.
- OMT - Organização Mundial de Turismo. Introdução ao Turismo. 1ª Ed. Madri 1998.
- _____. Introdução ao turismo. São Paulo: Roca, 2001.
- _____. Turismo Internacional, uma Perspectiva Global. 2. ed. Porto Alegre: Bookmann, 2003.
- PAIVA, G. Rádio Aparecida: 50 anos de história. Aparecida: Santuário, 2001.
- PAPA PIO IX. Bula Ineffabilis Deus.
- PAPALI, Maria Aparecida. São José dos Campos: de aldeia a cidade. Série São José dos Campos: história e cidade, vol 3. São Paulo: Intergraf, 2010.
- _____. (Org.); ZANETTI, V. (Org.). São José dos Campos: de Aldeia a Cidade. 1. ed. São José dos Campos-SP: Univap, 2010.
- PEREIRA, José Carlos. A Linguagem do Corpo na Devoção Popular do Catolicismo. Revista de Estudos da Religião Nº 3 / 2003.
- PEREIRA, Maria L, FARIA, Maria A., Presidente Antônio Carlos - Um Andrada na República, o Arquiteto da Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (século XVI a XVIII) In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (org) História dos índios no Brasil. São Paulo: FAPESP/SMC: Cia das Letras, 1992.
- PETRONE, Pasquale. Aldeamentos Paulistas. São Paulo: EDUSP, 1995.
- PIRENNE, H.- História Econômica e Social da Idade Média. São Paulo: Mestre Jou, 1982.
- POMPA, Cristina. Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil Colonial. Bauru-SP: EDUSC, 2003.
- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Programa de Estudos Pós-graduado em Ciências Sociais. Disponível em: < [http:// www. pucsp. br/ pos /cienciassociais/ Linha _ pesquisa .html](http://www.pucsp.br/pos/cienciassociais/Linha_pesquisa.html) > . Acesso em: 16 mar.2009.

- REIS, João José. Identidade e Diversidade Étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão. Rio de Janeiro: Tempo, vol. 2, n.º. 3, 1996.
- _____. Presença negra: conflitos e encontros. Vainfas (2007, p. 38) In: IBGE, Brasil: 500 anos de povoamento. Centro de Documentação e Disseminação de Informações – 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.
- RIBEIRO, Antônio Sérgio, Agonia e morte do presidente Getúlio Vargas, Diário Oficial do Estado de São Paulo - Poder legislativo, 5 a 28 de agosto de 2004.
- RIBEIRO, Berta Gleiser. O índio na História do Brasil. Coleção história popular do Brasil. Nº 13. São Paulo: Global, 1983.
- RIBEIRO, Fábila Barbosa. Caminho da Piedade, caminhos de devoção: as irmandades de Pretos no Vale do Paraíba Paulista – XIX. 2010. Tese (doutorado em história social). Universidade de São Paulo, 2010.
- RIBEIRO, Maria Luiza Santos. História da educação brasileira: a organização escolar. São Paulo: Cortez, autores associados, 1992.
- ROCHA JR., Fernando Leitão. Elementos para a Crítica da Indústria da Falsificação. 2006. Tese (doutorado em Serviço Social). Rio de Janeiro: UFRJ/ ESS, 2006.
- RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Turismo e espaço. 1ª São Paulo: Hucitec, 1997.
- ROLIM, Francisco Cartaxo. Condicionamentos sociais do catolicismo popular. Revista Eclesiástica Brasileira, Petrópolis, v. 36, n. 141, p. 142-170. mar. 1976.
- ROSÁRIO, Maria José Aviz; SILVA, José Carlos da. A educação jesuítica no Brasil Colônia. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/36994423/A-EDUCACAO-J-ESUITICA-NO-BRASIL-COLONIA> Acesso em 15 de out. de 2010.
- ROSSI, Luiz Alexandre Solano, CAETANO, Loide e JANOLIO, Katiana Maria Embrizi. Desenvolvimento da cidade de Lunardelli através do turismo religioso; existe sustentabilidade? ou basta ter fé? CESUMAR Jul.Dez. Vol. 07, n.02, 2005.
- Resolução nº II de 18 de abril de 1982. Tombamento da Basílica Velha de Aparecida como monumento de interesse histórico-religioso e arquitetônico pelo

- Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo(Condephaat).
- SABEH, Luiz Antonio. Colonização Salvífica: os jesuítas e a coroa portuguesa na construção do Brasil (1549-1580). 2009. Dissertação. (mestrado em História). Universidade Federal do Paraná. Curitiba-PR, 2009.
- SALAH, E. & ABDEL, W. Introdução à administração do Turismo: alguns aspectos estruturais e operacionais do turismo internacional, teoria e prática. São Paulo: Pioneira, 1991.
- SAMAHÁ, Diego. Entrevista. CD jan/2011-4.
- SANTOS, Glauber Eduardo de Oliveira. Peregrinação e Turismo: As novas rotas “religiosas” do Brasil. Turismo - Visão e Ação - volume 5 - n.1 - jan/abr 2003.
- SANTUÁRIO NACIONAL. Press Kit Imprensa. São Paulo: Aparecida. 2012.
- SEVERINO, A.J. Metodologia do trabalho científico. 21^a ed. São Paulo: Cortez Editora. 2000.
- SILVA, D. R. Adorno e a Indústria Cultural. Disponível em: < [www. urutagua. uem.br// 04fil_ silva. htm](http://www.urutagua.uem.br//04fil_silva.htm)> Acesso em: 27 jun. 2011.
- SILVEIRA, Emerson José Sena da. Turismo e Consumo: a religião como lazer em Aparecida. In: ABUMANSSUR, Edin Sued (org). Turismo Religioso: ensaios antropológicos sobre religião e turismo. Campinas-SP: Papirus, 2003.
- _____. Turismo Religioso Popular? Entre a ambigüidade conceitual e as oportunidades de mercado. Revista de Antropologia Experimental nº 4. 2004.
- Site Católico Apostólico Romano - Disponível em: < [www. paginaoriental. Com /catecismo / templos .htm](http://www.paginaoriental.com/catecismo/templos.htm) > . Acesso em: 23 ago. 2009.
- SOLHA, Karina Toledo. Órgãos Públicos Estaduais e o Desenvolvimento do Turismo no Brasil. 2004. Tese (doutorado em Relações Públicas, Propaganda e Turismo) Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. 2004.
- SOUZA, Felipe de Paula. Imagem, Cultura e Turismo: reflexões a partir dos cartões-postais de Ilhéus, Bahia. 2008. Dissertação (mestrado em Cultura e Turismo). Universidade Federal da Bahia. 2008.

- SOUZA, M. de M. Reis Negros no Brasil Escravista: história da festa de coroação do rei congo. 2.ed. Belo Horizonte/MG- UFMG, 2006.
- SPIGLIATTI, Solange. Brasil entra no roteiro de peregrinação do Vaticano. Estado de São Paulo. 17 de setembro de 2010.
- STEIL, Carlos Alberto. Peregrinação e turismo: o Natal Luz em Gramado e Canela. XXII Reunião da ANPOCS, Caxambu, 1998.
- _____. Romeiros e Turistas no Santuário de Bom Jesus da Lapa. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 249-261, outubro de 2003a.
- _____. Peregrinação, romaria e turismo religioso: raízes etimológicas e interpretações antropológicas. In ABUMANSUR, Edin Sued. (org.). Turismo religioso: ensaios antropológicos sobre religião e turismo. Campinas: Papirus, 2003b.
- STEIN, Stanley Julian. Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba: com referencia especial ao município de Vassouras. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- TAUNAY, A. de E. - História do café no Brasil: no Brasil Imperial 1822-1872. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939.
- Telles, Augusto C Silva. O Vale do Paraíba e a arquitetura do café. Rio de Janeiro: Capivara, 2006.
- TEIXEIRA, Ana Lúcia Gomes de Freitas. Mudanças no perfil socioeconômico e ambiental provocadas pela atividade turística no município de Guaramiranga-CE. 2005. Dissertação. (Mestrado em Hotelaria e Turismo). Universidade Federal do Ceará. Ceará, 2005.
- TEIXEIRA, Faustino. Faces do catolicismo brasileiro contemporâneo. Revista USP, São Paulo, n.67, p. 14-23, setembro/novembro 2005.
- TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. Turismo e qualidade: tendências contemporâneas. 3 ed. Campinas, SP: Papirus, 1998.
- _____. O Turismo e o Brasil. IN: BRASIL, Ministério do Turismo. Caminhos do futuro aprendiz de lazer e turismo. São Paulo: IPISIS, 2007.

- VAINFAS, RONALDO. Histórias indígenas: 500 anos de despovoamento. In: IBGE, Brasil: 500 anos de povoamento. Centro de Documentação e Disseminação de Informações – 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.
- VALLE, Edênio. Santuários, romarias e discipulado cristão. Horizonte, Belo Horizonte, v. 4, n. 8, p. 31-48, jun. 2006.
- VARGAS, Getúlio, A Nova política do Brasil, volume 1, página 172. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.
- _____. Discursos 1903-1929, Série Perfis Parlamentares, volume 2, Porto Alegre: ALRS/Corag, (1997).
- VASCONCELLOS, Maria Drosila. Pierre Bourdieu: a herança sociológica. Educação & Sociedade, ano XXIII, no 78, Abril/2002.
- VERGARA, Luís, Getúlio Vargas Passo a Passo, 1928-1945, p. 205. Porto Alegre: AGE Editora, 2000.
- WERNET, A. A Igreja Paulista no século XIX: a reforma de D. Antonio Joaquim de Melo (1851-1861). São Paulo: Ática, 1987.
- _____. Peregrinação a Aparecida: das romarias programadas ao turismo religioso. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org.). Turismo: modernidade: globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.
- WILLIAMS, Paul. O guia completo das cruzadas. São Paulo: Madras, 2007.

ANEXO I

APARIÇÕES DE MARIA

Data / Ano	Localidade / País	Os videntes	Invocações / Ligações
39 (depois da Sua Assunção)	* Saragoça, Espanha Tarraconense	Santiago Apóstolo	Nossa Senhora do Pilar
352	* Roma	Papa Libério e um romano chamado João	Nossa Senhora das Neves, Basílica de Santa Maria Maior
709	Evesham, Inglaterra	Santo Egwin	
1061	Walsingham, Inglaterra	Richeldis de Faverche	Nossa Senhora de Walsingham
1208	* Prouille, França	São Domingos de Gusmão (instituição do Santo Rosário)	Nossa Senhora do Rosário
1251	* Inglaterra	São Simão Stock (recebe o Escapulário de Nossa Senhora do Carmo)	Nossa Senhora do Carmo
1432	* Caravaggio, Itália	Joaneta Varoli, uma camponesa	Nossa Senhora de Caravaggio
1531	* Cidade do México, México	São Juan Diego, um indígena	Nossa Senhora de Guadalupe
1579	Kazan, Rússia	Uma menina de 10 anos	Nossa Senhora de Kazan
1586	Chiquinquirá, Colômbia	Maria Ramos	Nossa Senhora de Chiquinquirá
1594	* Quito, Equador	Mariana de Jesus Torres	Nossa Senhora do Bom Sucesso
1600	Vailankanni, Índia	Milkman e alguns marinheiros	Nossa Senhora da Boa Saúde
1608 - 1612	* Siluva, Lituânia	Quatro crianças	Nossa Senhora de Siluva
1664 - 1718	* Saint-Étienne-le-Laus, França	A pastora Benoîte Rencurel	Nossa Senhora de Laus
1717	Aparecida, Brasil	Um grupo de pescadores	Nossa Senhora da Conceição
1753	Natal, Brasil	Um grupo de pescadores	Nossa Senhora da Apresentação
1798	La Vang, Vietname	Um grupo de católicos (que eram perseguidos)	Nossa Senhora de La Vang
1830	* Paris, França	Santa Catarina Labouré, uma freira do Convento das Irmãs da Caridade	Nossa Senhora das Graças
1846	* La Salette, França	Dois pastores: Melanie Calvat e Maximin Giraud	Nossa Senhora de La Salette
1850	Licheń Stary, Polónia	Mikołaj Sikatka	Nossa Senhora de Licheń

1858	* Lourdes, França	Santa Bernadette Soubirous	Nossa Senhora de Lourdes
1871	* Pontmain, França	Eugène e Joseph Barbedette, Jeanne-Marie Lebosse, Francoise Richer e uma criança de dois anos: Augustine	Nossa Senhora da Esperança
1876	* Pellevoisin, França	Estelle Faguet	Nossa Senhora de Pellevoisin
1876	Marpingen, Alemanha	Três crianças de oito anos	Nossa Senhora de Marpingen
1879	* Knock, Irlanda	Numerosas testemunhas viram Nossa Senhora, São José e São João Evangelista	Nossa Senhora de Knock
1900	Pequim (Beijing), China		Nossa Senhora da China
1900	Sheshan, Xangai, China		Our Lady of Sheshan
1917	* Fátima, Portugal	Os três pastorinhos: Lúcia Santos e os Beatos Jacinta e Francisco Marto	Nossa Senhora de Fátima
1931	Ezquioga, Espanha	Primeiro crianças, depois centenas de testemunhas	
1932	* Beauraing, Bélgica	Cinco estudantes	Virgem do Coração de Ouro
1933	* Banneux, Bélgica	Mariette Beco, uma pequena estudante	Virgem dos Pobres
1940 - 1996	Girgenti, Malta	Guza Mifsud	Nossa Senhora da Consagração
1944	Bérgamo, Itália	Adelaide Roncalli	Nossa Senhora de Bonate
1945 - 1959	Amsterdão, Países Baixos	Ida Peerdeman	A Senhora de Todas as Nações
1946	Marienfried, Alemanha	Barbara Reuss	Medianeira de Todas as Graças
1947	Tre Fontane, Roma	Bruno Cornacchiola e os seus três filhos	A Virgem da Revelação
1947	L'Île-Bouchard, França	Jacqueline Aubry, Jeanette Aubry, Nicole Robin e Laura Croizon	Nossa Senhora da Oração
1948	Lipa City, Filipinas	A postulante carmelita Teresita Castillo	Medianeira de Todas as Graças
1947 - 1976	Montichiari-Fontanelle, Itália	Pierina Gilli	Nossa Senhora Rosa Mística
1955	Sabana Grande, Porto Rico	Três crianças	Virgem do Rosário del Pozo
1956	Rome City, Indiana, E.U.A.	Sr. M. Neuzil	Nossa Senhora da América
1958	Turzovka, Eslováquia	A três homens, todos em idade adulta	Nossa Senhora Rainha de Turzovka
1961 - 1965	Garabandal, Espanha	Quatro jovens raparigas	Nossa Senhora do Carmo
1961 – 1981	Budapeste, Hungria	Elizabeth Kindelmann, mãe de seis filhos	A Chama de Amor do Imaculado Coração de

			Maria
1968 - presente	Palmar de Troya-Espanha	Rosário Arenillas	Cruz Branca
1968 - 1971	* Zeitoun, Egípto	Centenas de pessoas (observam a Virgem sobre a cúpula de uma Igreja)	Nossa Senhora de Zeitoun
1971 - presente	Roma	Marisa Rossi	A Mãe da Eucaristia
1973	* Akita, Japão	Irmã Sasagawa	Nossa Senhora de Akita
1980	Wu Fung Chi, Taiwan	A nove budistas	Nossa Senhora da China
1980	* São Francisco de Cuapa, Nicarágua	Bernado Martinez	Virgem de Cuapa
1981 - presente	Međugorje, Bósnia e Herzegovina	A cinco adolescentes e uma criança: Ivanka Ivanković, Mirjana Dragičević, Vicka Ivanković, Marija Pavlović, Ivan Dragičević e o pequeno Jakov Čolo	Nossa Senhora de Medjugorje (Rainha da Paz)
1982 - 1988	* Kibeho, Ruanda	A sete adolescentes	Nossa Senhora das Dores
1983 - 1990	San Nicolás, Argentina	Gladys Quiroga da Motta	Virgem Maria do Rosário de San Nicolás
1985 - presente	Surbiton, Reino Unido	Patricia de Menezes	Nossa Senhora de Surbiton
1986 - 1988	Belpasso, Itália	Rosário Toscano, uma rapariga de quinze anos	Nossa Senhora de Belpasso
1987	Hrushiv, Ucrânia	Josyp Terelya, Maria Kizyn Brandon Taylor e centenas de outros	
1987 - presente	Anguera, Bahia, Brasil	Pedro Régis	Nossa Senhora de Anguera
1988 - presente	São José dos Pinhais, Paraná, Brasil	Aparições de Nossa Senhora, Nosso Senhor Jesus Cristo, São José, Anjos, Arcanjos e querubins a Eduardo e Júnior.	Nossa Senhora Rosa Mística (do Brasil)
1989 - 1999	Kurescek, Eslovénia	Father Smaverski	Rainha da Paz
1990 - 1995	* Litmanová, Eslováquia	Katka Ceselkova e Ivetka Korcakova	Nossa Senhora da Imaculada Pureza
1992 - presente	Araraquara-SP Brasil	Aparições de Nossa Senhora, Rosa Mística, Benção Apóstolica do Santo Padre à Associação "Magnificat"	Nossa Senhora Rosa Mística
1992 - presente	Manduria, Itália	Débora Marasco	A Virgem da Eucaristia
1994 - presente	Itapiranga e Manaus, Amazonas, Brasil	Aparições de Nossa Senhora, de Nosso Senhor Jesus Cristo, São Miguel Arcanjo, São José e Edson Glauber e Maria do Carmo	Aparições da Rainha do Rosário e da Paz
1996 - 2004	Vitória da Conquista, Bahia, Brasil	Aparições de Nossa Senhora, de Nosso Senhor Jesus Cristo, São Miguel Arcanjo, São Gabriel Arcanjo, e três mensagens de Deus Pai a uma católica	Nossa Senhora Mãe e Rainha das Famílias
2000 - 2001	Assiut, Egípto	A milhares de pessoas (aprovadas pela Igreja Ortodoxa Copta)	Nossa Senhora de Assiut
1998 - presente	Montreal, Quebec, Canadá	Aparições a uma religiosa carmelita de Montreal	Nossa Senhora e Jesus

2001 - presente	Hilversum, Países Baixos	Aparições de Nossa Senhora e de Jesus a uma vidente católica. Revelações públicas e privadas.	
2001 - presente	Kodungaiyur, Chennai, Índia	Sr. ^a Rosalind e Sr. P. Alexander	Nossa Senhora de Jecinho

APARIÇÕES MARIANAS. Disponível em: <[pt. wikipedia. org/ wiki/ Apari% C3% A7% C3% B5 es_ marianas](http://pt.wikipedia.org/wiki/Apari%C3%A7%C3%B5es_marianas)>. Acesso em: 17 fev. 2010.

INVOCAÇÕES DE MARIA

Nome	Origem	Devoção
Nossa Senhora da Abadia	imagem encontrada perto da Abadia de Bouro, na arquidiocese de Braga, Portugal	Em Portugal, nome de mulher: “Maria da Abadia”; em Uberaba, Padroeira da cidade.
Nossa Senhora da Ajuda	relembra Maria junto à cruz, também implorando a Deus pelo gênero humano	Nome de mulher; “Maria da Ajuda”;
Nossa Senhora do Divino Amor	relembra o momento de Pentecostes em que Maria recebe o Espírito Santo prometido por Jesus	
Nossa Senhora do Amparo	relembra Jesus crucificado, entregando Maria como Mãe de todos os homens;	Nome de mulher: <i>Maria do Amparo</i> ;
Nossa Senhora dos Anjos	Relembra Maria, como rainha das cortes celestes e também faz alusão à cidade de Assis, Itália, local para onde havia sido levado um pedaço do túmulo da Virgem e se ouvia sempre o canto dos anjos; A cidade de Los Angeles, nos EUA, foi batizada com seu nome : Nuestra Señora la Reina de Los Ángeles de Porciúncula.	Nome de mulher; “Maria dos Anjos”;
Nossa Senhora da Anunciação	Visita do arcanjo Gabriel a Maria	Nome de mulher, “ <i>Maria da Anunciação</i> ”;
Nossa Senhora Aparecida, ou da Conceição Aparecida	Imagem encontrada no Vale do Paraíba (São Paulo) que possui poderes milagrosos	Padroeira do Brasil. Nome de mulher: “Maria Aparecida”;
Nossa Senhora da Apresentação	Apresentação de Maria, no Templo de Jerusalém;	Toponímicos; Padroeira da cidade brasileira de Natal.
Nossa Senhora da	Na Arábia Saudita, Maria recebe este nome N. Sr.	

Arábia	da Arábia, e é padroeira deste país	
Nossa Senhora Aquirópita	Imagem que não foi pintada por mão humana, de devoção em Rossano, na Calábria	Nome comum de mulher, entre os italianos e seus descendentes; Paróquia do Bairro da Bela Vista, em São Paulo;
Nossa Senhora da Assunção	relembra a elevação de Maria, de corpo e alma, aos céus;	Nome de mulher; “Maria da Assunção”; Padroeira e antigo nome da cidade de Fortaleza;
Nossa Senhora Auxiliadora	relembra o auxílio de Maria ao Papa Pio VII, durante o domínio napoleônico;	Nome de mulher: “Maria Auxiliadora”;
Nossa Senhora do Belém	relembra a maternidade de Maria, na cidade de Belém;	Nome de mulher: “Maria de Belém”; canções natalinas
Nossa Senhora da Boa Hora	relembra a proteção de Maria na hora dos partos e na hora da morte;	
Nossa Senhora da Boa Morte	Proteção aos agonizantes;	Nome de diversas confrarias;
Nossa Senhora da Boa Nova	Maria é que traz aos homens a Boa Nova (Evangelho) do nascimento de Jesus;	Nome de mulher: “Maria da Boa Nova”;
Nossa Senhora da Boa Viagem	relembra Maria como protetora dos portugueses que partiam nas viagens de descobrimento do Novo Mundo;	Toponímicos;
Nossa Senhora do Bom Conselho	relembra Maria como grande conselheira dos Apóstolos, cultuada desde o século V, na cidade italiana de Genazzano;	

Nossa Senhora do Bom Despacho	celebra o prestígio de Maria perante Deus, pelo despacho da encarnação do Verbo;	Toponímicos;
Nossa Senhora do Bom Parto / do Parto	Nascimento de Jesus, tendo Maria permanecido virgem antes, durante e depois do parto.	—
Nossa Senhora do Bom Socorro	relembra o socorro de Maria aos cristãos, celebrado, desde o século X, em Blosville, na Normandia;	Toponímicos;
Nossa Senhora do Bom Sucesso	relembra o auxílio da Mãe de Deus para os que almejam sucesso em seus tratamentos de saúde e nos seus empreendimentos materiais;	Toponímicos;
Nossa Senhora do Brasil	relembra as inúmeras graças concedidas, por seu intermédio, aos brasileiros;	Paróquia célebre de São Paulo;
Nossa Senhora das Brotas	relembra o fato de folhas brotarem numa altar de Nossa Senhora, no início do povoamento de Cuiabá, no estado de Mato Grosso, no século XVIII; também venerada em Piraí do Sul, após um milagre envolvendo a estampa de Nossa Senhora deixada com uma moradora da cidade por Santo Antônio de Sant'anna Galvão.	Toponímicos;
Nossa Senhora da Cabeça	imagem encontrada no Pico da Cabeça, Serra Morena, na Andaluzia, no século XIII ;	
Nossa Senhora do Cabo da Boa Esperança	relembra a proteção de Maria, no século XV, quando protegeu os portugueses, na sua esperança de chegar às Índias, dobrando o Cabo das Tormentas;	Toponímico;
Nossa Senhora da Luz, das Candeias ou da Candelária	relembra a purificação de Maria no Templo, comemorada com uma procissão luminosa;	Nome de mulher: “Maria Candelária”; célebres paróquias do Rio de Janeiro, de Itu e de Natal, além da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Candelária

		de Corumbá, e da Igreja Catedral de Nossa Senhora da Luz em Guarabira e da Catedral de Curitiba;
Nossa Senhora de Caravaggio	Aparição da Virgem , no século XV, em Caravaggio, cidade italiana próxima a Milão.;	Cruz de Caravaggio;
Nossa Senhora do Carmo, do Monte Carmelo	relembra o convento construído em honra à Virgem, nos primeiros séculos do cristianismo, no Monte Carmelo, na Samaria;	
Nossa Senhora da Carpição	originária de cerimonial de carpição ou capina de um terreno onde foi ereta uma capela dedicada à Virgem Maria, em São José dos Campos, São Paulo, no século XIX;	Toponímico;
Nossa Senhora de Ceuta ou do Bastão	relembra o auxílio da Virgem Ana conquista de Ceuta, por Dom João I; sua imagem traz um rico bordão na mão, donde vem o termo “do Bastão”;	Toponímico;
Nossa Senhora da Conceição	Relembra que Santana concebeu Maria, pura sem pecado.	Prenome feminino: <i>Maria da Conceição,</i> <i>Conceição</i>
Nossa Senhora da Consolação	relembra a Virgem como “Consoladora dos aflitos”, devoção iniciada por Santa Mônica;	Paróquia de São Paulo;
Nossa Senhora de Copacabana	Imagem esculpida por um índio, Francisco Tito lupanqui, no século XVI, na aldeia de Copacabana, às margens do Lago Titicaca;	Toponímicos;
Nossa Senhora da Correia	relembra a correia da cintura da Virge Maria, símbolo de pureza, com que as mulheres judias eram cingidas desde a infância;	Toponímicos;
Nossa Senhora dos Desamparados	relembra a proteção de Maria a uma confraria criada , no século XV, em Valência, Espanha, para	Confrarias;

	acolher crianças desamparadas;	
Nossa Senhora Desatadora de Nós	relembra que a Virgem Maria liberta os homens das aflições da vida, desata os nós que os escravizam;	Célebre pintura de Johann Schmittndner (1700);
Nossa Senhora do Desterro	A fuga para o Egito	Toponímicos. Antigo nome de Florianópolis e de Jundiáí.
Nossa Senhora Divina Pastora	Devoção a Virgem Maria como pastora de almas, surgida no século XVIII, em Sevilha, Espanha;	Confrarias;
Nossa Senhora da Divina Providência	relembra que a Virgem confiou plenamente na Divina Providência, entregando-se totalmente a Deus;	Confrarias;
Nossa Senhora das Dores (ou da Piedade/da Soledade/ das Angústias/ das Lágrimas/ das Sete Dores/ do Calvário/ do Pranto)	Refere-se às sete dores da Virgem Maria: a profecia de Simeão, a fuga para o Egito, a perda do menino Jesus, o encontro no caminho do Calvário, a morte de Jesus, o golpe da lança e a descida da cruz, e o sepultamento de Cristo.	Prenome feminino: <i>Maria das Dores</i>
Nossa Senhora da Encarnação	relembra a encarnação do Verbo no seio puríssimo da Virgem;	Nome de mulher: “Maria da Encarnação”;
Nossa Senhora da Escada	A Virgem é comparada à “Escada de Jacó”, que liga o céu e a terra. Também faz alusão aos trinta e um degraus que davam aceso a um santuário de Lisboa.;	Confrarias e toponímicos;
Nossa Senhora da Esperança	relembra a Virgem na esperança e na iminência do parto divino;	Confrarias;
Nossa Senhora da Estrela	imagem oculta por Dom Rodrigo, último rei dos visigodos, em 711, quando da invasão árabe; sendo descoberta, quando a Vila de Marvão, em Portugal, foi liberada do domínio muçulmano; Maria é	Confrarias;

	chamada “Aurora da Salvação”	
Nossa Senhora de Fátima, do Rosário de Fátima	Aparição em Fátima (Portugal)	Prenome feminino: <i>Maria de Fátima</i> ou apenas <i>“Fátima”</i> ; Santuário de Fátima;
Nossa Senhora da Fé	relembra que a vida da Virgem foi um contínuo “Ato de Fé, sendo esta devoção medieval originária da França e Bélgica;	
Nossa Senhora da Glória	relembra coroação da Virgem como rainha;	Nome de mulher: <i>Maria da Glória, Glória</i> ;
Nossa Senhora da Graça	imagem encontrada por pescadores na praia de Cascais, Portugal, em 1362 e que apareceu a Catarina Álvares, Paraguaçu, no século XVI;	Nome de mulher: “Maria da Graça”, “Graça”.
Nossa Senhora das Graças ou da Medalha Milagrosa	relembra uma aparição feita a Catarina Labouré, em Paris;	Prenome feminino: <i>Maria das Graças</i> .
Nossa Senhora de Guadalupe	Aparição ao índio Juan Diego, em Guadalupe, México, em 1531	Prenome feminino: <i>Maria Guadalupe, Guadalupe</i> , Basílica de Nossa Senhora de Guadalupe; Padroeira da América Latina e do México.
Nossa Senhora da Guia	relembra que a Virgem Maria guiou Jesus, na sua infância e juventude; é chamada pelos ortodoxos de “Odegitria” (ὁδεγός);	Nome de mulher: “Maria da Guia”, confrarias.
Nossa Senhora da Lampadosa	relembra a padroeira da ilha de Lampadosa, no Mar Mediterrâneo, entre a ilha de Malta e a Tunísia;	Toponímicos. Tiradentes foi enforcado no Largo na Lampadosa, no Rio de Janeiro;

Nossa Senhora da Lapa	Imagem escondida dos muçulmanos numa lapa, no século X, pelas monjas beneditinas de Aguiar da Beira, sendo encontrada em 1498, por uma menina, que muda de nascença, começou a falar;	Toponímicos;
Nossa Senhora do Leite ou da Lactação	relembra a Virgem nutrindo o Menino-Deus com seu leite materno;	célebre igreja de Belém;
Nossa Senhora do Líbano	relembra a milenar devoção dos libaneses à Virgem Maria, e também o santuário construído, entre 1904 e 1908, no cume Haruça, no Monte Líbano, para honrar a Imaculada Conceição de Maria;	paróquias célebres em São Paulo e no Rio de Janeiro;
Nossa Senhora do Livramento	relembra o livramento do fidalgo português Rodrigo Homem de Azevedo, preso pelo Duque de Alba, no século XVI.;	Toponímicos;
Nossa Senhora do Loreto	refere-se à “Casa de Nazaré”, onde viveu a Virgem Maria, transladada para um bosque de loureiros, próximo a Recanati, na Itália;	ladainhas Loretanas (de Nossa Senhora);
Nossa Senhora de Lourdes	Aparição, no século XIX, na Gruta de Massabielle, em Lourdes (França)	Nome de mulher: <i>Maria de Lourdes</i> ou apenas <i>Lourdes</i> .
Nossa Senhora de Lujan	refere-se a uma imagem de Nossa Senhora da Conceição, mandada esculpir no Brasil, em 1630, por um português, residente na Argentina; que ao ser transportada, encalhou às margens do Rio Lujan ;	Toponímico; Padroeira da Argentina;
Nossa Senhora da Luz	imagem encontrada por Pedro Martins, entre uma estranha luz, que lhe apareceu em Carnide, Portugal; Maria é lembrada como aquela que apresenta seu Filho Jesus como “Luz das Nações”;	Confrarias. Famoso convento de São Paulo;
Nossa Senhora Madre de Deus	relembra a maternidade divina de Maria, cultuada desde os primeiros séculos e confirmada pelo Concílio de Éfeso ;	Toponímicos. Antigo nome de Porto Alegre - RS;

Nossa Senhora Mãe da Igreja	relembra a proclamação de Maria como “Mãe de todo o povo de Deus”, pelo Papa Paulo VI, em 1964, durante o Concílio Vaticano II;	
Nossa Senhora Mãe dos Homens	devoção surgida no convento de São Francisco das Chagas, no bairro de Xabregas, em Lisboa, lembrando que Maria além de Mãe de Deus é Mãe de todos os homens;	Confrarias;
Nossa Senhora das Maravilhas	relembra que a vida de Maria foi uma sucessão de maravilhas, das quais a maior foi a encarnação do Verbo. Isto atesta a própria Virgem, no canto do “Magnificat”;	Toponímico e cânticos;
Nossa Senhora dos Mares	Desde os primeiros séculos do cristianismo, Maria é invocada como protetora das viagens marítimas;	Confrarias;
Nossa Senhora dos Mártires	Invocada em homenagem dos cristãos que tombaram no Cerco de Lisboa (1147)	Basílica de Nossa Senhora dos Mártires, em Lisboa
Nossa Senhora Medianeira	relembra o papel de intermediária entre o fiel e Jesus, devoção que teve origem em Veneza, durante a grande epidemia de 1630;	
Nossa Senhora de Međugorje	Aparição em Međugorje na Bósnia e Herzegovina.	
Nossa Senhora Menina	relembra a infância da Virgem, do nascimento aos três anos junto a seus pais, São Joaquim e Santa Ana; e dos três aos doze anos, no Templo de Jerusalém;	Cânticos;
Nossa Senhora das Mercês	relembra a aparição a São Pedro Nolasco, no início do século XII, solicitando a criação de uma Ordem destinada ao resgate de cristãos feitos cativos pelos muçulmanos;	Ordem religiosa e confrarias;

Nossa Senhora dos Milagres	relembra os grande prodígios operados pela Mãe de Deus, Onipotência suplicante e canal de todas as graças, a quem nada Deus recusa;	Confrarias;
Nossa Senhora da Misericórdia	Por conseguir inúmeros benefícios de Deus para os homens, Maria é chamada “Mãe de Misericórdia”; o título também lembra a proteção da Virgem às Santas Casas de Misericórdia, cuja primeira foi fundada em Lisboa em 1498;	Santas Casas de Misericórdia;
Nossa Senhora do Monte	relembra que a Virgem é um monte altíssimo, que vence a altura de todos os outros montes, em santidade e virtude;	célebres igrejas: na Ilha da Madeira e em Olinda;
Nossa Senhora de Monserrate	relembra a imagem da Virgem levada a Barcelona, Espanha, nos primeiros séculos do cristianismo, sendo que durante a invasão árabe, os cristãos esconderam a imagem na escarpada montanha de Monserrate. Mais tarde, esta imagem foi milagrosamente encontrada e no local foi construída uma grande abadia beneditina;	Abadia de Monserrate;
Nossa Senhora de Muquém	relembra o auxílio da Virgem Maria a um garimpeiro português, na vila de São Tomé de Muquém, no início da mineração em Goiás;	célebre romaria;
Nossa Senhora da Natividade	relembra o nascimento da virgem Maria, que, segundo a tradição, foi num sábado, 8 de setembro, do ano 20 a.C., na cidade de Jerusalém;	Confrarias e cânticos;
Nossa Senhora dos Navegantes	Maria é invocada como protetora dos navegantes, devoção que teve seu auge durante as cruzadas e, depois, durante o período das grandes navegações;	Confrarias;
Nossa Senhora de Nazaré	relembra a vida da Virgem Maria, em Nazaré, junto à sua sagrada família;	Toponímicos. Círio de Nazaré;
Nossa Senhora das Neves	refere-se a um milagre, anunciado pela Virgem Maria, de que em pleno verão, na noite de 4 para 5 de agosto, nevaria em Roma, o que realmente	Antigo nome de João Pessoa, Paraíba;

	aconteceu no local onde hoje se ergue a basílica de Santa Maria Maior;	
Nossa Senhora do Ó	Alusão à Nossa Senhora nas proximidades de seu parto. Houve um sermão proferido pelo Padre Vieira, onde compara as virtudes de Maria à "perfeição da letra o", símbolo da imortalidade e de Deus, de quem Maria é mãe. Referências às sete antífonas do Ó, nas proximidades do Natal.	Freguesia do Ó em São Paulo
Nossa Senhora da Oliveira	refere-se a uma imagem levada para Guimarães, Portugal, por São Tiago, que a colocou num templo, ao lado qual havia uma oliveira. Também, a Virgem Maria é comparada na passagem bíblica: "sua glória é igual ao fruto da Oliveira" (Os 14,6);	Confraria;
Nossa Senhora do Parto, do Bom Parto	recorda a proteção da Virgem Maria às mães que estão para dar à luz;	Célebre recolhimento do Rio de Janeiro;
Nossa Senhora do Patrocínio	relembra a intercessão da Virgem Maria junto a seu Filho, em favor dos homens, como nas Bodas de Caná;	Toponímicos;
Nossa Senhora da Paz ou Rainha da Paz	relembra a intervenção da Virgem Maria na devolução da catedral de Toledo, Espanha, aos cristãos;	Célebre mosteiro de Itapecerica da Serra;
Nossa Senhora da Pena	relembra a Virgem como inspiradora e padroeira das letras e das artes;	Célebre igreja de Porto Seguro (1773); Igreja do Rio de Janeiro, no bairro de Jacarepaguá
Nossa Senhora da Penha	relembra o milagre realizado, no início do século XVII, por intercessão da Virgem Maria invocada por Baltazar de Abreu Cardoso, fazendeiro brasileiro, que encontrou uma serpente ao subir um penhasco (penha) que levava à sua fazenda no Rio de Janeiro;	Bairro do Rio de Janeiro; Santuário Perpétuo no Rio de Janeiro
Nossa Senhora da	relembra a aparição da Virgem Maria a Simão Vela, monge francês, na serra chamada Penha de	Bairro de São Paulo;

Penha de França	França, no norte da Espanha;	
Nossa Senhora de Pentecostes	alusão ao dia de Pentecostes quando Maria juntamente com os Apóstolos ficou repleta do Espírito Santo, que veio sob a forma de línguas de fogo.	
Nossa Senhora da Purificação	relembra a purificação de Maria no Templo, comemorada com uma procissão luminosa;	Nome de mulher: “Maria da Purificação”
Nossa Senhora Peregrina	Alusão à imagem de Nossa Senhora de Fátima	Peregrinação da imagem pelos lares católicos;
Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	relembra a Virgem Maria como socorro dos cristãos, em suas horas de necessidade. Refere-se a um quadro milagroso da ilha de Creta, que após ser roubado, foi recuperado em Roma e posto, no século XIX, sob a guarda dos padres redentoristas ;	Confrarias;
Nossa Senhora da Piedade	relembra que Jesus, após o descimento da Cruz, foi entregue aos braços de sua Mãe Santíssima	Prenome feminino: <i>Maria da Piedade</i> . Pietà: famosa escultura de Michelangelo;
Nossa Senhora do Pilar	refere-se a uma aparição da Virgem Maria a São Tiago, que estava evangelizando em Saragoça. A virgem lhe apareceu sentada num pilar, donde lhe vem o nome;	Nome de mulher: “Maria do Pilar”. Célebres igrejas de Minas Gerais;
Nossa Senhora de Pompeia	relembra a aparição da Virgem a Bartolo Longo, em Pompeia, no sul da Itália;	Bairro antigo de São Paulo;
Nossa Senhora da Ponte	refere-se à comparação de Maria à ponte donde passamos da terra para o céu;	Antigo nome de Sorocaba;
Nossa Senhora Porta do Céu	refere-se à máxima que diz: “Ninguém chega ao Pai, a não ser por Jesus; e ninguém chega ao Filho, a não ser por Maria”. Esta é uma das invocações das “Ladainhas Loretanas”, considerando pois que o	Ladainhas Loretanas;

	culto da Mãe de Deus é a porta que leva os fiéis ao paraíso;	
Nossa Senhora do Porto	refere-se a uma imagem bizantina colocada no célebre santuário, cuja construção foi iniciada no século VI, no bairro do Porto (Le Port), em Clermont-Ferrand, na França. Uma cópia deste ícone foi levada na batalha aos muçulmanos, para a retomada da cidade do Porto, em Portugal;	Cidade do Porto;
Nossa Senhora do Povo	relembra a construção, pelo povo de Roma, de uma igreja dedicada à Virgem Maria, no local onde se erguera o mausoléu dos Domícios, família a qual pertencia o imperador Nero;	Forte de Nossa Senhora do Povo (Forte do Mar), em Salvador;
Nossa Senhora dos Prazeres	relembra os sete principais prazeres da vida da Virgem Maria: a anunciação, a saudação de Santa Isabel, o nascimento de seu Filho, a visita dos Reis Magos, o encontro de Jesus no Templo, a primeira aparição de Jesus ressuscitado, a sua coroação no céu;	Célebres igrejas de Recife (Monte Guararapes) – PE e Diamantina-MG;
Nossa Senhora do Presépio	relembra a maternidade de Maria, na cena do presépio, conforme a tradição franciscana;	Presépios natalinos;
Nossa Senhora Rainha	Nossa Senhora sempre foi reconhecida pela Igreja Católica como Rainha. É proclamada, pela Igreja, Rainha por doze vezes: Rainha dos anjos, dos patriarcas, dos profetas, dos apóstolos, dos confessores, das virgens, dos mártires, de todos os Santos, do Santíssimo Rosário, da paz, concebida sem pecado original e levada aos céus.	Sua Festa é Celebrada aos 22 de Agosto
Nossa Senhora Rainha dos Apóstolos	relembra que a Virgem Maria foi mãe, mestra e rainha dos apóstolos, que lhe devotavam especial veneração;	Ladainhas Loretanas;
Nossa Senhora Rainha do Céu	relembra a coroação de Maria, após sua assunção aos céus;	Famosa antífona: Regina Cæli;

Nossa Senhora Rainha dos Homens	relembra que Maria é rainha de todos os homens, portanto digna de todos os louvores, por parte de todos;	Confrarias;
Nossa Senhora Rainha, Vencedora e Três vezes Admirável de Schoenstatt	Imagem da Virgem Maria, padroeira do Movimento Apostólico de Schoenstatt, e relembra a aliança de amor que o padre Joseph Kentenich (1885 - 1968), selou pela primeira, 18 de Outubro de 1914, em Schoenstatt, Alemanha, com a Virgem Maria.;	Movimento de Evangelização “Mãe Peregrina”;
Nossa Senhora dos Remédios	relembra a Virgem Maria como único remédio para todos os nossos trabalhos, angústias, necessidades e doenças;	Vila dos Remédios-Fernando de Noronha;
Nossa Senhora do Rocio	imagem encontrada no mar, no final do século XVII, por um pescador que vivia em Rocio, próximo a Paranaguá;	Padroeira do Paraná; e da cidade de São Manoel do Paraná;
Nossa Senhora do Rosário	relembra a aparição da Virgem a São Domingos de Gusmão, no século XIII, pedindo-lhe a divulgação do seu rosário de orações;	Ordem Dominicana ;
Nossa Senhora do Sagrado Coração	relembra que de Maria foi formado o coração divinal de Jesus;	Confraria;
Nossa Senhora da Salete (em francês: de la Sallete)	relembra a aparição da Virgem Maria, a 19 de setembro de 1846, a dois pastorinhos, na montanha de Salete, Isère, nos Alpes franceses;	nome de mulher; “Salete”;
Nossa Senhora da Saudade	relembra a imensa saudade que a Virgem Maria teve de seu Filho, nos três dias incompletos que seu corpo esteve no sepulcro;	Cemitérios “da Saudade”;
Nossa Senhora da Saúde	relembra que a Virgem Maria é fonte de vigor físico e moral para os homens;	Ladainhas Loretanas;
Nossa Senhora Salvação do Povo	relembra que a Virgem Maria sempre socorreu o povo de Roma, em todas as suas situações de	Célebre ícone, do século I, da Capela Paulina, na Basílica de

Romano	necessidade.	Santa Maria Maior;
Nossa Senhora do Sion, do Sião	relembra a aparição da Virgem Maria, em 1842, em Roma, a Alfredo Ratisbona, ateu de origem judaica, convertido ao catolicismo;	Congregação e Colégios do Sion;
Nossa Senhora da Soledade	relembra a solidão, a tristeza e saudade da Virgem Maria, por ocasião da paixão de seu Filho;	Topônimos;
Nossa Senhora do Trabalho	relembra a devoção de todo Trabalhador por maria, por nossa senhora aquela que sempre abençoa os trabalhos	Sua Festa Celebra-se no dia do trabalhador 1 de maio
Nossa Senhora do Terço	similar à invocação de Nossa Senhora do Rosário, mas refere-se apenas a cinco mistérios da vida de Jesus;	Rezas de Terço. Célebre igreja do Recife;
Nossa Senhora da Visitação	relembra a visita da Virgem Maria a sua prima Santa Isabel;	Congregação das visitandinas;
Nossa Senhora da Vitória	relembra que a Virgem Maria, vitoriosa, pode levar os cristãos à vitória em suas vidas. Em Portugal, foi introduzida a devoção por Dom João I, para comemorar a vitória na Batalha de Aljubarrota;	Famalicão; Padroeira da Arquidiocese de Vitória da Conquista

NOMES DE MARIA. Disponível em: <pt. wikipedia. org/ wiki/ Anexo: T%C3%ADtulos_de_Maria,_m%C3%A3e_de_Jesus>. Acesso em: 17 fev. 2010.

CALENDÁRIO DAS CELEBRAÇÕES

Janeiro

1 - Santa Maria, Mãe de Deus

Fevereiro

2 - Nossa Senhora da Candelária
2 - Nossa Senhora de Copacabana
2 - Nossa Senhora da Luz
2 - Nossa Senhora da Purificação
2 - Nossa Senhora das Candeias
2 - Nossa Senhora dos Navegantes
11 - Nossa Senhora de Lourdes
23 - Nossa Senhora do Divino Pranto
24 - Nossa Senhora da Confiança

Março

25 - Anunciação

Abril

2 - Nossa Senhora do Desterro
8 - Nossa Senhora da Penha de França
26 - Nossa Senhora do Bom Conselho

Maio

08 - Nossa Senhora da Estrela
13 - Nossa Senhora de Fátima
24 - Nossa Senhora Auxiliadora
26 - Nossa Senhora de Caravaggio
31 - Nossa Senhora da Visitação
31 - Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças

Junho

24 - Nossa Senhora Rainha da Paz
27 - Nossa Senhora do Perpétuo Socorro

Julho

8 - Nossa Senhora das Graças
13 - Nossa Senhora da Rosa Mística
16 - Nossa Senhora do Carmo

Agosto

- 2 - Nossa Senhora dos Anjos
- 5 - Nossa Senhora das Neves
- 15 - Santuário Nossa Senhora da Assunção Aparecida de Aparecida de São Manuel

- 15 - Nossa Senhora da Assunção
- 15 - Nossa Senhora da Glória
- 15 - Nossa Senhora Desatadora dos Nós
- 15 - Nossa Senhora da Abadia
- 15 - Nossa Senhora da Boa Viagem
(Belo Horizonte) (Brasil)

- 15 - Nossa Senhora dos Impossíveis
- 15 - Nossa Senhora da Esperança
- 15 - Nossa Senhora dos Prazeres
- 15 - Nossa Senhora da Saúde
- 15 - Nossa Senhora do Calvário
- 15 - Nossa Senhora da Guia
- 16 - Nossa Senhora do Amparo
- 22 - Nossa Senhora Rainha
- 26 - Nossa Senhora de Czestochowa

Setembro

- 8 - Nossa Senhora da Pena - Porto Seguro -Ba
- 8 - Nossa Senhora da Natividade
- 8 - Nossa Senhora Menina
- 8 - Nossa Senhora do Monte Serrat
- 8 - Nossa Senhora da Luz
- 8 - Nossa Senhora dos Remédios
- 8 - Nossa Senhora da Confiança
- 8 - Nossa Senhora de Campanhã
- 8 - Nossa Senhora de Nazareth
- 15 - Nossa Senhora da Piedade
- 15 - Nossa Senhora das Dores
- 18 - Nossa Senhora da Defesa
- 19 - Nossa Senhora da Salette
- 24 - Nossa Senhora das Mercês

Outubro

- 7 - Nossa Senhora do Rosário
- 8 - Nossa Senhora do Parto
- 12 - Nossa Senhora da Conceição Aparecida

Novembro

- 1 - Nossa Senhora do Bom Sucesso
- 8 - Nossa Senhora Mediadora
- 15 - Nossa Senhora do Rocio
- 21 - Nossa Senhora da Apresentação
- 21 - Nossa Senhora da Apresentação de Natal
- 21 - Nossa Senhora dos Impossíveis
- 27 - Nossa Senhora das Graças e da Medalha Milagrosa

Dezembro

- 8 - Imaculada Conceição
 12 - Nossa Senhora de Guadalupe
 12 - Nossa Senhora da Boa Viagem
 12- Nossa Senhora Desatadora dos Nós

Festas móveis

- Nossa Senhora do Divino Amor - véspera de Pentecostes
- Imaculado Coração de Maria - sábado após a sexta-feira do Sagrada Coração de Jesus
- Nossa Senhora da Enxara - Segunda-feira de Pascoa (Ouguela)(Campo Maior)
- Nossa Senhora da Lapa - segundo domingo de Julho
- Nossa Senhora da Rocha - primeiro domingo de Agosto, Alporchinhos (Lagoa)
- Nossa Senhora da Boa Viagem - primeiro domingo de Agosto (Peniche)
- Nossa Senhora dos Navegantes - segundo domingo de Agosto, Armação de Pêra (Silves)
- Nossa Senhora do Bom Despacho - 15 de Agosto (Recarei)
- Nossa Senhora do Bom Despacho - segundo domingo de Julho (Maia)
- Nossa Senhora da Encarnação - último Domingo de Agosto, Carvoeiro (Lagoa)
- Nossa Senhora da Conceição - último Domingo de Agosto, Ferragudo (Lagoa)
- Nossa Senhora das Dores - primeiro domingo de Setembro, Estômbar (Lagoa)
- Nossa Senhora da Encarnação - primeiro domingo de Setembro, Porches (Lagoa)
- Nossa Senhora da Carvalha - primeiro domingo de Setembro, Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa)
- Nossa Senhora dos Aflitos - último Domingo de Setembro, Armação de Pêra (Silves)
- Nossa Senhora da Nazaré - segundo domingo de Outubro, Belém do Pará (Brasil)

ANEXO II



Figura 34 – Morro do Cruzeiro

Fonte – Arquivo do Centro de Documentação e Memória Pe. Antônio Jorge – CSsR.



Figura 35 – Morro das Pitas – Serviço de Terraplanagem.

Fonte – Arquivo do Centro de Documentação e Memória Pe. Antônio Jorge – CSsR.



Figura 36 – Rosa de Ouro.

Fonte – Arquivo do Centro de Documentação e Memória Pe. Antônio Jorge – CSsR.



Figura 37 – Torre em construção.

Fonte – Arquivo do Centro de Documentação e Memória Pe. Antônio Jorge – CSsR.



Figura 38 – Tribuna Dom Aloísio Lorscheider

Fonte – Arquivo do Centro de Documentação e Memória Pe. Antônio Jorge – CSsR.



Figura 39 – Tribuna Papa Bento XVI

Fonte – Arquivo do Centro de Documentação e Memória Pe. Antônio Jorge – CSsR.



Figura 40 – Apóstolos

Fonte – Arquivo do Centro de Documentação e Memória Pe. Antônio Jorge – CSsR.



Figura 41 – Presépio

Fonte – Arquivo do Centro de Documentação e Memória Pe. Antônio Jorge – CSsR.



Figura 42 – Nicho da Santa.

Fonte – Arquivo do Centro de Documentação e Memória Pe. Antônio Jorge – CSsR.



Figura 43 – Capela São José.

Fonte – Arquivo do Centro de Documentação e Memória Pe. Antônio Jorge – CSsR.



Figura 44 – Capela das Velas

Fonte – Arquivo do Centro de Documentação e Memória Pe. Antônio Jorge – CSsR.



Figura 45 – Capela dos Apóstolos

Fonte – Arquivo do Centro de Documentação e Memória Pe. Antônio Jorge – CSsR.



Figura 46 – Capela da Ressurreição

Fonte – Arquivo do Centro de Documentação e Memória Pe. Antônio Jorge – CSsR.



Figura 47 – Capela do Batismo

Fonte – Arquivo do Centro de Documentação e Memória Pe. Antônio Jorge – CSsR.



Figura 48 – Marco da Paz

Fonte – Arquivo do Centro de Documentação e Memória Pe. Antônio Jorge – CSsR.



Figura 49 – Fraldário

Fonte – Arquivo do Centro de Documentação e Memória Pe. Antônio Jorge – CSsR.



Figura 50 – Sanitários

Fonte – Arquivo do Centro de Documentação e Memória Pe. Antônio Jorge – CSsR.



Figura 51 – Casa do Pão

Fonte – Arquivo do Centro de Documentação e Memória Pe. Antônio Jorge – CSsR.



Figura 52 – Aquário

Fonte – Arquivo do Centro de Documentação e Memória Pe. Antônio Jorge – CSsR.



Figura 53 – Auditório.

Fonte – Arquivo do Centro de Documentação e Memória Pe. Antônio Jorge – CSsR.



Figura 54 – Passarela

Fonte – Arquivo do Centro de Documentação e Memória Pe. Antônio Jorge – CSsR.



Figura 55 – Estacionamento.

Fonte – Arquivo do Centro de Documentação e Memória Pe. Antônio Jorge – CSsR.



Figura 56 – Cidade do Romeiro.
Fonte – www.santuaronacional.com.



Figura 57 – Coroa
Fonte – Arquivo do Centro de Documentação e Memória Pe. Antônio Jorge – CSsR.



Figura 58 – Entrada do Santuário

Fonte – Arquivo do Centro de Documentação e Memória Pe. Antônio Jorge – CSsR.



Figura 59 – Santuário Nacional.

Fonte – Arquivo do Centro de Documentação e Memória Pe. Antônio Jorge – CSsR.

APÊNDICE

Entrevista realizada em 06/01/11(CD jan/2011-1)

Cidade de Aparecida

Célio Batista Leite

Devoto de Nossa Senhora Aparecida

Recebeu a graça e passou a organizar romarias à Aparecida desde 1960.

Organizou romarias de ônibus e de trem.

Escutou o chamado de Nossa Senhora Aparecida e foi morar na cidade. Foi quando passou a levar os aparecidenses para visitar outros lugares do Brasil e do mundo.

Montou uma pousada e passou a receber os devotos de Minas Gerais, trazidos por seu compadre. Depois percebeu que não era o ramo dele e voltou a viver das romarias.

A festa de São Benedito é a festa do povo de Aparecida. Recebe mais de 300 congadas.

Entrevista realizada em 30/03/12 (CD mar/2012-1)

Cidade de Aparecida

Célio Batista Leite

Devoto de Nossa Senhora Aparecida

Célio: A minha devoção começou, no caso de Nossa Senhora Aparecida, quando foi em 1947, que eu contrai matrimônio lá em Santo Antonio do Monte em Minas e meu tio foi padrinho de casamento. Ele morava em Machado. A história é minha, da devoção a Nossa Senhora Aparecida, lá eu tinha devoção a Imaculada Conceição eu não sabia que tinha Aparecida. Meu tio veio aqui a Aparecida visitar e me mandou um postal muito bonito daqui, aí que começou. A minha devoção a Nossa Senhora Aparecida e por que que foi, logo no mesmo ano de 1947, coincidentemente o nosso vigário de Santo Antonio do Monte, fez a primeira romaria aqui, olha que distância isso, de passar dia e noite andando embarcado 420 pessoas.

Robson: embarcado como?

Célio: Rede Mineira de Aviação, Estrada de ferro. Então eu me casei em julho, olha bem, em novembro veio a primeira viagem do nosso vigário e eu vim tomando conta dos doentes. Quem adoecia. A primeira viagem que eu vim a Aparecida. Novembro de 47.

Essa romaria dele. Ele era um padre alemão refugiado de guerra, e ele criou muita devoção a Nossa Senhora Aparecida. Ele veio nove anos seguidos trazendo a romaria de 420 pessoas e eu ajudei até 52, 53, depois eu mudei para Perdígão que era distrito de Santo Antonio do Monte, com a emancipação lá comecei a trazer gente de lá e comecei trazer gente de Perdígão.

Robson: devoção?

Célio: Não é que a devoção aumentou. Eu trazia 140 pessoas, embarcando em Belo Horizonte já em outra via já, já na Central do Brasil, outro trajeto e vinha até aqui. Vim fazendo essa viagem até 1960. Em 60 eu mudei para cá.

Robson: Gostou da cidade?

Célio: Não! Foi um destino de Nossa Senhora. Porque eu era viajante em Minas. Minha esposa falou assim a sua permanência em casa, o convívio com os filhos não é como pai é como visita. Só se nos mudar daqui para outra cidade. eu era viajante. Ai eu dei diversos lugares pra ela, ou Belo Horizonte, Divinópolis ou Aparecida. Ela falou: não! Nós vamos pra Aparecida, porque já era devoto. Ela me puxou.

Começou minha estabilidade aqui em Aparecida, porque eu trouxe muito romeiro, eu tinha campo pra ter essa primeira hospedagem, que eu tive até 72. Nunca faltou gente na pensão. Eu ia buscar lá em Minas.

Robson: E tinha um compadre que trazia também?

Célio: isso, o compadre Fausto. Que já morreu. Quando ele vinha já tinha o destino certo. Isso foi até 72. Mas eu descobri. Por que lá eu mexia com peregrinação. Eu descobri que o povo de Aparecida não saia para passear, eles só recebiam gente, acolhia romeiro e eles num tiravam um tempo de folga para sair, para conhecer, tanto faz o Brasil como o estrangeiro. E comecei a fazer as viagens, dentro do Brasil primeiro, conhecendo as capitais do Brasil. Levando o povo de Aparecida.

Robson: levava a imagem de Nossa Senhora?

Célio: sempre acompanhado. Lá no Norte então aquela recepção linda. Fortaleza, Recife, Belém, São Luis, Terezinha. Era festa. Quanto mais longe era a gente sentia o entusiasmo diferente, a euforia a alegria era outra. *Chegou Nossa Senhora, Nossa Senhora Aparecida, a Padroeira, já que nos não pode ir lá ela veio aqui.* Também foi pro Sul. Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre. Ai o vigário da época me estimulou, porque só era nacional. Eu quis largar, porque dá trabalho, constituir uma peregrinação bem feita, responsável dá trabalho, tem uns aventureiro que faz de qualquer jeito, mas bem feita dá trabalho. Ele falou: Deus te designou para isso e você não vai largar, você vai incentivar mais, você vai mais longe. Ai que eu comecei levar para o estrangeiro. Em 88 foi a primeira viagem de um mês em sete países. Na Terra Santa, no Egito, na Grécia, França, Inglaterra, Espanha e Portugal.

Robson: e como foi a recepção?

Célio: eu estranhei um pouco porque era a primeira vez, mas todos gostaram.

Robson: quantas pessoas foram?

Célio: não foram muitas, 32, 34. Para constituir uma viagem dessas não arranja muita gente. Eu só arranjei muita gente na segunda viagem. Quando mudou o dinheiro nosso, acho que foi em 94 ou 95. Em 96 eu levei 58 pessoas, mas por menos dias. Por que eles acharam um mês muito cansativo, sabe, a mudança de clima, de alimentação, saudade da família. Então eu reduzi os dias, ao invés de 30 dias passou para 18, 20 dias e eles aguentaram bem. Ai eu fiz a segunda na época, aproveitando a equiparação do dólar com o nosso dinheiro. Esse dinheiro novo, a onde sobrou gente, que eu não pude levar mais por causa de condução, de transporte lá. Foram 58 pessoas. Quando foi no ano seguinte eu levei mais outra, terceira viagem, na Terra Santa. O destino era Terra Santa ai aproveitava e ia em outros países. Essa já foi menos gente, 38, essas eu mesmo levei. Depois eu fiz outros grupos e as agências levaram 3, 4 vezes, mas eu não acompanhei, eu constitui e eles foram e gostaram muito. Então o padre disse para mim que era um apostolado que agente fazia. Todo o organizador de peregrinações, o entretenimento para que as pessoas vivam feliz e alegres é apostolado. É por isso que levei minha vida assim.

Eu gosto de explicar: eu não fiz excursões, eu fiz peregrinações! Por isso que toda ela tem Nossa Senhora no meio que nos acompanha. Pode ser uma viagem mais curta, pouco importa, mas ela está no meio nosso. E houve milagres, tenho duas revistas aqui narrando às histórias. Os acontecimentos da viagem. Não são fantasias, são histórias reais.

Robson: já veio muita aqui pagar promessa?

Célio: Chegar aqui como: pode ser de avião, vem o avião desce em Guará o povo desce, avião, ônibus, bicicleta, charrete, cavalaria, aqui já teve romaria de tratores e a pé. Vem gente de Três Corações aqui.

Robson: A festa de São Benedito é maior que a da Padroeira?

Célio: É outro tipo de festa. A do dia 12 ela não é para o povo de Aparecida, é para os romeiros do Brasil todo. Então ela é diferente. Os padres Redentoristas tomam a organização da festa do dia 12, a novena é muito bonita, mas quem é de Aparecida pouco... fica por conta de receber os romeiros. Agora a de São Benedito não ela tem um fim muito bonito. Por que aqui, não sei te informaram que aqui depois do carnaval existe uma época de fracasso no movimento, retração de movimento. Chegou a festa de São Benedito é sinal que tá chegando o movimento.

Entrevista realizada em 06/01/11 (CD jan/2011-2)

Cidade de Aparecida

Célio Luis Batista Leite (Celinho)

Secretário de Turismo de Aparecida

A cidade já nasceu pronta para o turismo. Dentre outras coisas o ótimo acesso, é uma região estratégica.

Porém apresenta muitos problemas, tais como:

Crescimento desordenado devido seu povoamento.

Forte migração

Camelôs / controle de arrecadação

Rodoviária dentro da cidade

Trânsito dias de pico

Base de tributos e arrecadação para 35 mil habitantes, mas recebe cerca de 100 mil pessoas por ano.

Falta de parcerias consistentes entre cidade e santuário.

Bônus – santuário X Ônus – cidade

Pontos positivos:

Forte rede hoteleira

Consegue receber 100 mil pessoas anualmente o que geraria caos em muitas cidades brasileiras

O povo muito receptivo, qualquer festa lota

Com a elevação de Nossa Senhora Aparecida como padroeira a cidade ficou um pouco órfã. Surge São Benedito como padroeiro da cidade. Vale lembrar que a festa era tradicional em Guaratinguetá até que decidiram trazer para Aparecida, isso há 100 anos. A festa foi apropriada e virou um sucesso. Representa também a presença afro anulada na região.

Entrevista realizada em 30/03/12(CD mar/2012-2)

Cidade de Aparecida

Célio Luis Batista Leite (Celinho)

Secretário de Turismo de Aparecida

Robson: da outra vez que estive aqui a cidade estava se preparando para entrar no turismo internacional pela agencia do Vaticano. Você já receberam algum grupo de lá?

Celinho: para ser sincero ainda não. Acho que não foi nem por conta da Ópera Romana trazer o pessoal para cá. Acho que foi mais por problemas no ministério do turismo. Esse foi um projeto que começou lá quando o Barreto era ministro depois continuou, teve a mudança de governo Lula para Dilma, mudança de ministério e ai eu acho que atravancou. O trâmite continua rolando, mais cedo ou mais tarde vai acontecer. Até porque temos ano que vem, no Rio de Janeiro a Jornada Mundial da Juventude o que vai trazer bastante turista estrangeiro, não só pro Brasil como também para Aparecida.

Robson: e o trem de alta velocidade? Teve alguma reunião?

Celinho: não. Até agora não. O que eu sei que teve algumas observações do tribunal de contas. A respeito de custo, tem alguns embargos relacionado a meio ambiente. O que a gente sabe é que vai ter uma estação aqui na cidade de Aparecida. Não se sabe se vai passar na cidade, se vai passar mais distante, poder ser na cidade de Potim.

Robson: tem um projeto no Lince de cobrir a avenida monumental.

Celinho: essa é uma proposta extraoficial, não foi apresentada, há a intenção de reurbanizar, reorganizar, enfim, readequar a avenida Monumental, esse é o termo mais correto, para que a gente tire todos os ambulantes da cidade e concentrem todos ali mas isso depende de outras secretarias e verbas, a gente não tem receita para fazer isso.

Robson: a feira é o principal problema?

Celinho: é. Porque por conta do seu aumento ao longo dos anos, gerou problemas em relação a trânsito, a mobilidade das pessoas, com a União uma vez que parte pertence ao governo federal, a rodovia Getulio Vargas e a Julio Prestes. Tem uma ação na justiça federal para retirada desses ambulantes. Não é um desejo do prefeito fazer isso, há sim a intenção, existem alguns projetos, existe a possibilidade da destinação dos recursos do DADE para que se readeque a avenida Monumental, mas é ainda uma coisa muito crua, não podemos dizer se vais ser. Como vai ser. É um problema. Mas há de se solucionar porque uma hora vai dar problema e antes disso é melhor solucionar, tentar resolver.

Robson: os outros governos deixaram passar?

Celinho: você tem que analisar o histórico da cidade. Você pegar a cidade pré-visita do papa até 2005. A gente recebia 5, 6 milhões de visitantes, hoje é quase o dobro disso, já estamos em quase 11 milhões, e isso obviamente gera um interesse das pessoas por um ponto para comercializar produtos aqui em Aparecida.

Em outros governos, nesse seguramente posso dizer que não houve aumento no número de ambulantes. Não foi concedida uma licença a mais, o que acontecia em outros governos, por isso é necessário que os próximos governos continuem contendo para que não se tenha mais problemas.

Robson: Notamos que existem dificuldades de fiscalizar tanto dos produtos quanto das barracas. As pessoas ganham o ponto e acabam vendendo.

Celinho: é muito difícil controlar. É quase como o mercado imobiliário, a especulação em torno de um ponto é muito grande. A pessoa paga R\$ 90,00 pelo espaço de 1,5 metro por 2 metros, esse é o padrão, sendo que o preço comercial disso no mercado paralelo é infinitamente superior. A gente sabe que existem também os alugueis de bancas.

Robson: como esta a relação da prefeitura com os demais setores? Existem espaços de discussão sobre o turismo ou apenas se reúnem por ocasião dos eventos?

Celinho: não só por ocasião dos eventos. Agente está batalhando. A secretaria de turismo junto com o núcleo de turismo do Santuário para conciliar algumas agendas. A gente não tem ainda uma agenda em comum que consiga conciliar o município por inteiro, com todas as organizações, trabalho focado, isso ainda não tem, mas a atenção é fazer isso.

Entrevista realizada em 06/01/11(CD jan/2011-3)

Cidade de Aparecida

Jorge Fernandes

Fotografo da praça da igreja velha.

ROBSON – Quando virou devoto de Nossa Senhora Aparecida?

JORGE – Desde criança meu amigo, com meu pai, vovó, vovô...

ROBSON – Turismo?

JORGE – Quando eu comecei no foto, aqui em 73 já era bom. A pessoa que foi católica, nascido, criado, batizado, crismado a primeira comunhão na igreja, no fundo ela acredita. Nossa Senhora é muito conhecida em todo canto, em todo lugar do mundo, no exército brasileiro.

ROBSON – A igreja ajuda no turismo religioso?

JORGE – A Igreja ajuda com os funcionários. Pra você vê, onde coloca esse mundão de ônibus que vem? No pátio da Basílica. Eles cobram. Tem que cobrar mesmo, cobra uma taxinha, tem despesa né. Mas o banheiro não é cobrado, tem banheiro cheiroso, perfumado, todo mundo é bem recebido e volta logo.

ROBSON – E os milagres?

JORGE – O que a gente sabe mesmo é a história do cavaleiro. Mas a gente vê muita gente pagando promessa. Sai de lá da Basílica de joelho, sangrando, chorando, quase desmaiando e vai nos pé da Santa e volta... Não pode andar com o joelho inchado, diz ai gente eu fiz isso por que eu precisava cumprir esse voto. Outros saem da basílica velha e vai lá para a basílica nova. É uma tradição que com certeza eles receberam milagres e vêm pagar esse voto pra Nossa Senhora Aparecida.

ROBSON – E a feira de ambulante?

JORGE – É o ganha pão. A lavoura deles, por isso vendem de tudo que precisar. Cada um ganha o pão como pode. Chega sexta depois do meio dia, impedem o trânsito e começam a armar as barracas, vai embora e de manhã vem cedo. Inclusive o meu filho que antes de começar ele pede a Deus e Nossa Senhora um bom dia, pra poder ganhar dinheiro para a família comer. Ganha-pão abençoado. Porque quando não tem romeiro todo mundo chega fica triste.

ROBSON – Romeiro ou turista?

JORGE – É a mesma coisa. Mas a palavra chave é romeiro, romeiro de Nossa Senhora.

O turista vem para conhecer a cidade e acaba conhecendo a Santa. Comenta. Oh rapaz é igual à gente vê na televisão.

Eu trabalho aqui há 47 anos, eu fiz a minha vida aqui. Eu morava na roça, lá em Passo Fundo, trabalhei muitos anos na enxada. Eu era devoto de Nossa Senhora, eu fazia romaria pra Aparecida e trazia bastante romeiro. Naquele tempo que vinha com aqueles caminhanhão, grande. Eu fiz uma promessa pra Nossa Senhora de trazer nove romarias e a última eu tinha que pagar do meu bolso. Porque eu tinha muita vontade de morar em Aparecida e acreditava desde criança no que minha mãe e meu pai me diziam que Nossa Senhora era nossa mãe. Eu comecei as romarias em 53 e fui trazendo as romarias e quando foi em 62 eu comecei a última romaria. Paguei do bolso. Trouxe bastante pobre. Pessoas que agradecem até hoje, nunca tinham vindo.

Aquelas estradas eram muito ruins, não tinha estrada (asfalto) naquela época, a gente vinha mais de carro de boi e a cavalo.

Foi quando comecei aqui no foto, vim morar aqui e estou até hoje.

ROBSON – E Passo Fundo?

JORGE – Eu tenho família lá, avó, meus irmãos, sogro e sogra. Só estou eu e minha patroa aqui.

ROBSON – E ainda trás romarias de lá?

JORGE – Não. Só a promessa. Mas a gente trouxe 14 romarias de lá, graças a Deus.

ROBSON – O movimento já era grande naquela época?

JORGE – O movimento era aqui, a basílica nova estava na terraplanagem. Eu vi começar a basílica desde baixo, e quando foi levantada o Juscelino Kubitschek veio aqui, fotografei ele, eu tenho foto dele lá em casa, foi quando ele deu a torre da basílica, a torre foi o Juscelino. No ano de 1983 inaugurou a basílica ai Nossa Senhora foi de carro de bombeiro para nova, e fechou a velha para reforma. Para nos que trabalhava aqui foi difícil, passamos situação difícil, porque o pessoal subia aqui e a basílica fechada, voltava. Só quando abriu e que começou as missas e que voltou o movimento.

ROBSON – E a passarela?

JORGE – A passarela ajudou muito. Ai a coisa melhorou. Ligou um fio no outro, ai clareou.

ROBSON – E o Morro do Cruzeiro?

JORGE – O Morro do Cruzeiro é uma tradição desde que a gente era criança. Só que tem é que mudou muito. Tem as estações. Hoje está tudo asfaltadinho lá encima. Tem banheiro e lanchonete, tem uma imagem muito linda de Nosso Senhor, e vai gente visitar toda hora. É muito visitado o Morro dos Coqueiros.

Entrevista realizada em 30/03/12(CD mar/2012-4)

Cidade de Aparecida

Jorge Fernandes

Fotografo da praça da igreja velha, tem um cavalinho

ROBSON – sobre as romarias que o Sr. trazia para cá?

JORGE – a primeira romaria foi trazida por caminhão, pau-de-arara. A gente lotava. Ficava no domingo, saía de lá de madrugada.

ROBSON – sobre os primeiros milagres?

JORGE – vou te dizer uma coisa, eu tenho uma idade de 78 anos, meus avós diziam... é verdade. Eu aqui em Aparecida, quase 50 anos batendo foto aqui, ano que vem vai fazer 50 anos que eu trabalho aqui. Eu ouvi dizer que essa história aconteceu.

ROBSON – e atualmente você vê muita gente vindo pagar promessa aqui? De joelho...

JORGE – sangrando. Isso eu vejo. Chora, o outro anima, olha tá chegando! Chega aí assiste a missa, faz o que tem que fazer. Levanta, limpa o joelho e desce por aqui (praça)

Entrevista realizada em 18/01/11(CD jan/2011-4)

Cidade de Aparecida

Diego Samahá

Coordenador de Eventos e Turismo do Santuário Nacional.

Diego Samahá – Com relação ao turismo específico do segmento trabalhado na cidade é muito claro que é o turismo religioso católico. Desde o encontro da imagem de Nossa Senhora em 1717. Esse fluxo turístico vem aumentando. Na verdade ele é um fluxo religioso que hoje com a modernidade, com os estudos de segmentação a gente entende isso como turismo religioso. Esse é um numero que vem crescendo muito. Isso é natural se compararmos com outros centros de peregrinação religiosa católica do Brasil como Juazeiro do Norte, Belém com o Círio de Nazaré, Nova Trento com a Madre Paulina, Bom Jesus da Lapa.

A característica principal dessas localidades são, na verdade, cidades pequenas onde houve o aparecimento ou um milagre específico que leva milhares e milhares de pessoas a cada ano. E Aparecida não foge dessa realidade, tivemos o encontro da imagem, desde então muitos milagres aconteceram, por consequência, muitas pessoas vieram para a cidade de Aparecida. A gente está falando em um curto espaço de tempo, na casa de 300 anos, a cidade de Aparecida nem era cidade, era distrito que pertencia a Guaratinguetá, e o que aconteceu é que a cidade não conseguiu acompanhar a evolução desse fluxo. Por tanto, continuamos tendo muitos problemas. Nós tivemos um acréscimo no ano de 2007 para 2010 de 2.500 quase 3.000 pessoas, visitando, permanecendo na cidade e circulando por todas as partes. Vale ressaltar que o orçamento da cidade de Aparecida e para uma população de 40 mil habitantes, que são as pessoas que moram aqui. É como ter três filhos e ter que cuidar e alimentar de 100 filhos.

Você tem que ter segurança, limpeza, educação, saúde. Por consequência nossa cidade não tem hoje uma infraestrutura condizente com a necessidade e com o fluxo turístico que nós temos. Isso não é uma culpa do prefeito municipal, nem do santuário nacional e nem da câmara dos vereadores. Isso é um entendimento do Ministério do Turismo junto com o Governo Federal, teria que ter

e estão começando a ter, em função de um trabalho de mobilização com todas essas cidades santuários do Brasil, como agente denomina. Estão começando a entender o segmento religioso. Não só como um sub-braço do segmento cultural, mas um importante nicho que precisa ser estudado, monitorado e compreendido. Por consequência a cidade de Aparecida ainda peca com muitos serviços. Ainda não temos grandes projetos de sensibilização. O Turismo religioso a característica dele é que ele acontece naturalmente. Acontece e as pessoas naturalmente acreditam. Acreditam que estão fazendo o melhor, o melhor receptivo, melhor atendimento, dando a melhor infraestrutura, a melhor alimentação e isso é um equívoco muito grande. Não basta você estar dentro de uma cidade religiosa, de uma cidade turística, para que se entenda de turismo. Muito pelo contrário. Você precisa se aprimorar, aprender, se profissionalizar, para que agente tenha um bom desenvolvimento do turismo. Isso significa que a nossa cidade a cada ano recebe mais turistas e a nossa infraestrutura não consegue acompanhar essa evolução.

Robson: Apesar de estar muito à frente de muitos santuários pelo Brasil.

Diego Samahá – Sim acho que vale colocar isso, principalmente pelo fato de que a nossa história tem muito mais tempo.

Aparecida é hoje sem sombra de dúvida uma referência não só no Brasil, ela começa a ter reconhecimento internacional. A partir do circuito mundial da fé religiosa católica, através do Opera Romana que é a agência peregrinática do Vaticano. E tudo isso é importante para nós. Por quê? Eu particularmente conheço os principais santuários católicos do mundo como Lourdes, Fátima, Santiago de Compostela, Jerusalém e não existe uma infraestrutura igual a do Santuário Nacional.

Hoje com sanitários, segurança, sala de motorista, pontos de visitação religiosa como o Mirante, Sala das Velas, enfim, existe todo um aparato tanto que o nosso mote é acolher bem também é evangelizar. Porque a gente imagina que a pessoa que sai da casa dele e vem para o Santuário Nacional, que vem para Aparecida, o mínimo que ele precisa ter é um bom atendimento e uma boa infraestrutura. Para que ele possa trocar seu filho num fraldário, que possa deixar seu veículo bem estacionado, com toda segurança, que ele tenha todo esse aparato preocupado pro bom atendimento dele. Então o Santuário é uma grande

referência nesse sentido. Nós recebemos centenas de estudiosos, antropólogos, cientistas sociais, que vêm até o Santuário Nacional pra entender toda essa realidade do que acontece aqui.

Robson: Parcerias?

Diego Samahá – Nos trabalhamos muito para que essas parcerias existam. Temos um povo ativo, um sindicato de hotéis, associação comercial, sindicato de empregados, secretária de turismo muito ativa, queremos de uma maneira ou de outra melhorar um pouco mais. Temos o próprio Santuário Nacional que tem um interesse muito grande.

O Santuário Nacional não é isolado do mundo, muito pelo contrário, ele está dentro da cidade de Aparecida então a gente idealiza esse grande trabalho de parceria. O que a gente não tem muito aprimorado na cidade é a consciência da iniciativa privada da importância do papel dela. Não basta na cidade de Aparecida termos somente o Santuário Nacional ou a Prefeitura, nós temos toda uma rede de hotéis, você deve ter analisado os números, quantidade de hotéis, restaurantes e lojas e você não encontra atores que realmente queiram fazer uma grande peça teatral na cidade. Não culpo ninguém pontualmente, eu acho que é uma questão cultural, falta de sensibilização e de conscientização coletiva de conhecimento turístico. Portanto eu não sonho muito com isso, desempenho alguns trabalhos voluntários como no Movimento Centro Velho sou muito disponível para a prefeitura. Hoje como representante do Santuário Nacional eu vejo mais do que nunca que a gente tem que ter essa força consolidada por que é o caminho que a gente tem que seguir. Uma cidade com infraestrutura, com grande desenvolvimento por que isso na verdade trás o que a cidade de Aparecida é. Nós temos uma imagem maravilhosa de Nossa Senhora que trás pessoas dos mais diferentes cantos do nosso Brasil. E que essas pessoas deixam riquezas elas são além de importantes por serem irmãos de fé dentro da igreja eles são pessoas que nos alimentam, que nos fazem comprar nossos carros, cuidar dos nossos filhos, da educação dos nossos filhos.

Quando a gente fala turismo religioso entra em algumas questões um pouco complicadas. Algumas pessoas e algumas escolas dizem que não se mistura religião com turismo. Entra em religiosidade, peregrino, em romaria, em

turismo religioso. Se a gente seguir os preceitos da OMT então eu acho que não tem problema nenhum em considerar esse peregrino, esse romeiro como turista. Portanto a terminologia de turismo religioso eu acho que é a mais conveniente por que hoje no turismo religioso, além de rezar ele sai pra tomar um chopp, comer uma pizza, ir ao restaurante, assistir teatro, cinema. Ninguém sai da sua casa para ficar dois, três dias impreterivelmente rezando 24h por dia, por maior que seja o pedido e a gratidão ele precisa comer, se distrair e conversar com outras pessoas.

Eu vejo, para resumir, a importância sim do Santuário Nacional, da Prefeitura Municipal e principalmente a importância da iniciativa privada da cidade de Aparecida. Enquanto não houver mobilização, desse grupo junto dessas outras duas vertentes que formam esse triângulo de trabalho, o turismo de Aparecida não vai se elevar a um dos mais importantes fluxos de turismo católico do mundo, na atualidade.

Robson: A cidade do Romeiro vem nesse sentido?

Diego Samahá – A cidade do Romeiro nada mais é do que uma forma de contribuir nessa falta de infraestrutura, formar uma nova infraestrutura na cidade de Aparecida, a cidade do Romeiro vem com esse intuito, proporcionar uma área de lazer, paisagismo, contemplação, onde você tem uma forte ligação com a espiritualidade. Tem objetivo também de proporcionar uma boa hospedagem.

A cidade do Romeiro surgiu de uma necessidade da CNBB de realizar grandes eventos com a Igreja Católica do Brasil, e por ser o Santuário Nacional o único no Brasil e possuir grande área. Esse grande fluxo e essa grande basílica é que se acreditou muito nesse projeto. A cidade do Romeiro vem para somar, para fornecer um pouco mais de infraestrutura para a cidade de Aparecida. Quando a gente fala em infraestrutura são mais sanitários, estacionamentos, segurança, oportunidades de lazer e entretenimento e mais proximidade com o Santuário Nacional. O intuito da cidade do Romeiro é esse proporcionar mais infraestrutura para a cidade de Aparecida.

Robson: Qual o momento da cultura local?

Diego Samahá – Igualmente a qualquer outra cidade do Brasil nós temos paróquias nos bairros, não existe somente uma Igreja, existem Igrejas espalhadas pelos bairros, e o intuito é levar a Igreja para mais próximo das pessoas.

A população de Aparecida é quase que na sua totalidade católica. Principalmente pelo fato de nascer conhecendo a história de Nossa Senhora Aparecida, eu acredito, e sinto que o aparecimento tem um grande papel como devoto de Nossa Senhora Aparecida. Eu acredito que o aparecidense tem um grande papel como devoto de Nossa Senhora Aparecida. Se você vier aos domingos ao final da tarde, quando todos os romeiros, turistas já foram embora, a igreja fica praticamente tomada por aparecidenses, guaratinguetaenses, pessoas de Potim, de Lagoinha e principalmente da nossa arquidiocese.

Robson: E a organização? É uma cidade à parte? Renda?

Diego Samahá – O Santuário Nacional é hoje o principal ponto de visitação da cidade de Aparecida, todos os romeiros que aqui chegam que antigamente deixavam seus ônibus, carros espalhados por toda a cidade, hoje estacionam aqui dentro do Santuário Nacional. Então quando ele chega tem lugar para estacionar, ele está assegurado, tem cadeira de rodas, segurança, pessoas disponíveis para atendê-lo naquele momento que ele precisa. O Santuário Nacional ao contrário do que se fala não é uma empresa, nosso trabalho aqui é proporcionar cada vez mais o melhor acolhimento para essas pessoas que visitam o Santuário Nacional. Portanto, as nossas campanhas, o objetivo de se ter o Santuário Nacional condizente com o tamanho e poderio da fé que as pessoas depositam em Nossa Senhora Aparecida é um trabalho muito árduo, muito difícil, nós temos mais de 1.200 funcionários aqui dentro nas áreas administrativa, nos estacionamento, pedreiros, eletricitas, hidráulica, área comercial, os próprios voluntários que prestam serviço no Santuário Nacional. Partindo disso, o Santuário já é uma grande obra social, além disso, o Santuário mantém algumas entidades aqui na cidade, temos um projeto belíssimo, que é o projeto Pensa que visa uma educação musical a centenas, milhares de crianças, com orquestra, com os mais diferentes instrumentos musicais. Temos também a Casa do Pequeno, o Lar de Nossa Senhora, a Santa Casa que o Santuário colabora mensalmente, esse é o trabalho

do Santuário, a Igreja foi criada com esse objetivo, proporcionar esse tipo de trabalho a sociedade onde ele está localizado.

Referente à questão que se fala muito, entre concorrência do Santuário Nacional e a cidade de Aparecida, na minha opinião, mesmo quando era secretário de turismo, ou mesmo como morador da cidade, eu não vejo isso. Quem vai ao Vaticano vai a Roma, uma coisa complementa a outra, o Santuário está dentro da cidade de Aparecida. São conhecidas no mundo como cidades santuários, Lourdes é uma cidade Santuário, Fátima... Porque tem um Santuário importante dentro dessas cidades.

Robson: E o trem de alta velocidade?

Diego Samahá – Quando a gente pensa em turismo religioso ao contrario do turismo esportivo, ecoturismo que quanto mais difícil o acesso melhor. Aqui nós estamos localizados entre as duas maiores metrópoles do Brasil, Rio de Janeiro e São Paulo e atualmente a única forma de se chegar a Aparecida é pela via Dutra. Como exemplo: nós tivemos, em um final de semana recente, 14 de novembro..., se não me falha a memória, um público de 245.000 pessoas, a Dutra parou. As pessoas que normalmente demoravam 2h de São Paulo aqui demoraram 6h, do Rio de Janeiro quem demorava 3h demorou 10h para chegar. Por isso a estação de trem de alta velocidade é muito bem-vista pela cidade de Aparecida e pela região, pela possibilidade de minimizar o tempo de deslocamento das pessoas do Brasil todo.

Robson: Foi feita alguma conversa, politicamente?

Diego Samahá – Se levantou todos os dados de fluxo turístico, principalmente porque Aparecida é uma cidade que movimenta 10.000 de pessoas por ano.

Imaginemos também que num tempo não muito distante os aeroportos da região como São José dos Campos já está sendo internacionalizado em função da copa e das olimpíadas que a gente também comece a receber vôos do aeroporto de lá e temos também a possibilidade não muito distante do aeroporto de Guará que possui uma das maiores pistas de pouso do Brasil de se tornar também um aeroporto comercial.

Robson: Essa é a entrada no turismo internacional?

Diego Samahá – Eu acredito muito que as coisas estão indo no caminho certo e que um investimento desse porte nada mais é do que para diminuir o tempo de deslocamento e principalmente facilitar o acesso a determinadas regiões que até então era dificultosa. Eu imagino que com a copa do mundo e as olimpíadas, isso em 2014, 2016, para frente, apesar de que esse ano vai ter as olimpíadas militares no Rio de Janeiro que já vai mobilizar muita gente e em decorrência disso teremos eventos internacionais do Rotary Club, ou seja, o Brasil realmente está na vitrine do mundo como um grande destino e multifacetado do turismo do mundo todo. Acredito sim que não só Aparecida, a região como um todo, Guaratinguetá, a região do Circuito Religioso, a cidade de Lorena, Canção Nova, São José dos Campos, a serra com Campos do Jordão. Essa é uma região muito privilegiada no sentido da diversidade do Brasil muito próximo da nossa região. Em 2h estou no litoral, Ubatuba, Ilha Bela, Caraguá. A 1h estou em Campos do Jordão, São Bento do Sapucaí, com clima de montanha. Eu tenho também as fazendas no circuito rural, é um circuito histórico com fazendas antigas como Bananal, São José do Barreiro, Arapeí e outras cidades. A nossa região turisticamente é um diamante que começa a ser lapidado. Não chegou ao seu ápice como valor de jóia. Mas está sendo lapidado e isso é muito bom. Posso viver a montanha, o mar, o rio, a fazenda e o religioso. Temos esse circuito bem diversificado tentando atingir esse ápice de trabalho. O que eu sinto, e volto a dizer da necessidade de um envolvimento maior da iniciativa privada, o empresariado que depende desse turismo para manter a sua família.

Robson: Caminho da fé?

Diego Samahá – Eu tenho percebido a devoção é a fé a Nossa Senhora Aparecida dessas pessoas que percorreram esse caminho, seja de bicicleta, a pé, de jipe, a cavalo, da maneira que for a emoção dessas pessoas quando chegam ao Santuário Nacional é explícita. Você pessoas sorrindo, chorando de alegria, em êxtase e isso é muito bacana. É um pouco do que eu senti em Santiago de Compostela. Quando você chega diante daquela Igreja, adentra aquela Igreja, a mesma coisa em Assis. A gente fica satisfeito porque a gente faz parte dessa história, desse trabalho, de fazer com que as pessoas se sintam bem acolhidas

diante de uma fé, de algo espiritual tão grande que é essa devoção a Nossa Senhora Aparecida pode parecer piegas essa conversa, eu realmente me encanto diariamente dentro desse Santuário vendo as pessoas de joelho, grupos de romeiros chegando com o avô que criou a romaria, depois passou para o pai e agora para os netinhos.

Há poucos dias eu vi uma demonstração de fé que eu me emocionei, fiquei chorando de longe. O avô o pai e o filho. O avô e o pai repassando para aquela criança a cultura de visitar o Santuário Nacional uma vez por ano, de se ter uma fé em Nossa Senhora Aparecida, de entender todo esse fluxo turístico, não existem palavras para dizer o quanto satisfatório isso é para a gente. A sala dos Milagres onde as pessoas provam que eles tiveram e receberam bênçãos de Nossa Senhora Aparecida.

Robson: Qual o objetivo do rádio TV?

Diego Samahá – O Santuário dispõe da Rede de Comunicações porque hoje em dia todo mundo tem um celular. É um meio de comunicação que nos precisamos usufruir desses veículos de comunicação já que vivemos no século, na era da comunicação. A TV é um veículo muito forte, muito presente na vida das pessoas, assim como o rádio, a internet, iphone, ipod, tablet, de todos esses meios, estamos desenvolvendo um também de âmbito turístico para que essas pessoas passem a conhecer cada vez mais todos os pontos de visitação turístico da cidade de Aparecida.

Robson: Sobre a feira dos ambulantes?

Diego Samahá – É uma obra pública e necessária para o bom andamento do fluxo turístico da cidade de Aparecida. Quando a gente fala dessa desorganizada feira dos ambulantes que existe na cidade e não é de um, dois ou três anos, mas de vinte, trinta anos que existe isso na cidade. Causa uma deficiência muito grande no tráfego interno das pessoas que chegam não conseguem cruzar a cidade. Sem falar no elevadíssimo número de furtos e roubos que acontecem nessa feira. Pela falta de segurança, falta de uma beleza arquitetônica. O projeto é uma grande necessidade.

Entrevista realizada em 18/01/11(CD jan/2011-5)

Cidade de Aparecida

Ernesto Elache

Presidente do indicato dos Hotéis e Restaurantes de Aparecida e Vale Histórico (SINHORES)

Ernesto Elache – O moleque pergunta por que meu pai não está aqui final de semana? É o dia que ele tem que trabalhar. Turismo alguém trabalha para alguém se divertir. Não tem como escapar dessa situação a não ser que você seja turista. Mas todo mundo que trabalha com turismo, feriado, semana santa, dia santo, final de semana é o dia que você não vai dar atenção para os seus filhos, mulher, enfim, ou outro departamento. E muita gente tem essa visão. Desse levantamento que agente fez, foi muito legal, ligaram questionando assuntos que leram e não entenderam. Essa busca de informação foi bem sucedida até o Santuário acabou feliz de ouvir os comentários, que a pesquisa se destinou a fatos reais, e ao foco que seria melhorar a vida de cada cidadão, do dia a dia de Aparecida.

Robson: E a pesquisa?

Ernesto Elache – Essa pesquisa foi feita pelo sindicato e pela associação comercial e nos tiramos partes dessa pesquisa que eram compatíveis com a matéria que estava sendo feita sobre os 40 anos e inserimos, doamos essa fonte de pesquisa que nós tínhamos mandado fazer, que foi no ano passado. Eram informações do próprio turista. É uma colheita do cara que vem. Por que vem? Quantas vezes vêm? Com quem ele vem? Onde é que ele fica? Quanto que ele gasta?

Robson: Extra muros do Santuário?

Ernesto Elache – Sim! Por que a gente não queria criar uma situação de falar que a gente estava embargando pessoas dentro do Santuário.

Robson: É a visão do turista?

Ernesto Elache – Lógico. E esse turista mudou. Hoje por volta de 40% dos ônibus que vêm a Aparecida são ônibus daqueles de dois andares, ônibus que tem rodomoça, tem sala de jogos embaixo, você vê que é uma qualidade de transporte que Aparecida não tinha tempos atrás. Isso reflete no que? O cara não está ligando de pagar, pagar pela segurança, pagar pelo conforto, pagar pela garantia de ir e vir com tudo que ele precisa.

Robson: É outro público? Porque era considerado turismo de classe C e D, turismo de pobre, muita gente fala.

Ernesto Elache – Na realidade a visão desse povo que lida com cultura... Eles acreditam nisso. Por que a massa é muito grande. É difícil ter uma massa elitizada. Massa é massa! Não é de padaria, de fazer pão, mas é quase isso. É um grupo muito diversificado. Tem uma coisa que ninguém percebe no turismo religioso. Primeiro, não precisa fazer sol nem chuva, para rezar qualquer um desses dois serve. Você não precisa grife ou de salto alto, para rezar qualquer roupa serve. Então essa igualdade, essa coisa que você olha aquela massa compacta e diz: ah! É todo mundo C, todo mundo classe D, você não sabe quem é quem. Porque aos pés de Nossa Senhora o cara que tem dinheiro se apresenta o mais humilde possível, porque para ele aquele momento e da alma dele ser lavada, e talvez ele acredite que estando bem simples Nossa Senhora vai olhar. Então esse nivelamento de trajes de... E aí nos começamos a levantar nessa pesquisa também em alguns hotéis mais tradicionais de Aparecida que esse turista vinha com duas malas, uma mala era para Aparecida e a outra era de Campos do Jordão, era de Ubatuba. Nós rimos muito, porque deixou a gente encabulado de saber que o cara tinha essa visão, de que aqui não é para vir fazer bagunça, aqui não é para estar ostentando, aqui não é para olhar de cima para baixo. Isso é muito legal. Porque ele entrava na terra da Padroeira com humildade, com a intenção, a melhor possível, se depois voltava para pior é outro departamento.

É lógico que se você falar que 60, 70% é da classe C e D, pode ser. Só que essa classe hoje para sair de casa, ter seu hotel pago, sua alimentação paga, seu embarque e desembarque pago e ainda trazer dinheiro para gastar e levar presentes para os outros não pode ser pobre. Não é verdade. Então essa

conotação de pobre eu detesto, porque são pessoas como a gente. São pessoas mais devotas do que a gente que mora aqui em Aparecida. Talvez porque a gente more embaixo do manto. Ah! Não precisa fazer nada, nós estamos aqui protegidos. E esse cara andou três, quatro dias para chegar aqui. A gente briga muito com as pessoas que pensam desse jeito. Aparecida, quer sim quer não, é a terra da Padroeira do Brasil. Aparecida agora em junho entra para o roteiro mundial de peregrinação religiosa, por ser o maior Santuário mariano do mundo. Olha o potencial disso, agora em junho a Ópera Romana que é uma agência de viagens de turismo religioso que pertence ao Vaticano, vai reunir em Roma as maiores agências do mundo, de turismo religioso para lançar Aparecida.

Robson: A cidade está preparada?

Ernesto Elache – É a mesma coisa de você convidar para tomar café na sua casa e não ter mais xícara para tomar café, você vai virar o café na minha mão para eu tomar de conchinha. Tem necessidade de sanitário público, área de embarque e desembarque, você não pode mais parar o ônibus em qualquer lugar, tem necessidade de uma rodoviária. Aparecida tem uma rodoviária que tem emissão e recepção para 52% do Brasil... Dentro da cidade. O ônibus que está vindo lá de... tererê do Norte encontra comigo que estou passando por dentro para ir para casa.

Quando eu brinco que para dentro do muro é Aparecida do Norte e para fora é Aparecida do Sul e por que felizmente para o turista a infraestrutura criada dentro do Santuário e encantadora, maravilhosa é tudo de bom. Você tem 1.100 sanitários higienizados com papel toalha e sabonete cheiroso. Cara em qualquer lugar do Brasil que você for você paga R\$ 1.00 para ir ao banheiro. Então, infraestrutura de recepção, tem ambulatório médico 24h, tem uma área de alimentação compatível.

Robson: E a cidade do romeiro?

Ernesto Elache – Isso são uns italianos que vieram para o Brasil e acharam em Aparecida uma área para construir um parque temático, eles tem mais três desses na Europa, gastaram 30, 40 milhões, fizeram o parque aí a publicidade desse parque circulava nos jornais da região. Tem alguma coisa errado, um parque de 40 milhões deve ser para o Brasil saber, somente para o

Vale do Paraíba saber eu acho que é meio irrisório. Em reunião eles disseram que a intenção era pegar essa população que já vem e levar até o parque. Só que essa população vem para rezar, o parque para elas é novidade. Se você não fizer um trabalho para essas pessoas que vêm aqui depois de rezar vá até o parque não vai acontecer. E foi o que aconteceu não teve. E aí quando terminaram de trincar tudo e fechar as porteiças o Santuário foi lá e comprou. Uma área nobre, encantadora, uma área que já tinha salão de convenções, cinema, 64 lojas, já estava pronto. Agora estão construindo os hotéis, já tem um pronto e um sendo construído, já no 3º andar e uma área disponível para mais dois ou três hotéis.

Pra você vê quando se faz uma coisa planejada. Eles estão construindo esses hotéis, vai dar uma capacidade de hospedagem para 2.500 pessoas e o quintal do hotel vai ser o Magic Park.

Você vai sair na porta do hotel e vai falar assim para a sua esposa, sua sogra, para a sua família: vamos comer uma pizza? Vamos! Está ali a pizzaria. Ah pizza eu não quero, vamos chupar sorvete? Está ali a sorveteria. Não quero nem pizza nem sorvete, está ali o cinema. Olha hoje vou fazer compra. Tem 64 lojas. Ah eu queria fazer uma convenção, tem um salão de convenções. Ah que vontade que dá de virar padre. Porque é muito organizado. É a maior empresa do mundo. Então se você não quiser criar nada pode copiar que dá certo.

Robson: Como é a relação do Santuário e da prefeitura com o sindicato?

Ernesto Elache – Não pense que vocês são tão poderosos porque vocês precisam de nós. Aparecida tem hoje 170 hotéis e 32 mil leitos, para uma cidade de 37 mil habitantes, é quase uma cama para cada um.

A hotelaria de um turismo religioso é diferente da hotelaria de lazer, de negócios, porque vem é na maioria família, não é o cara solteiro, o cara com a mulher só, vem à sogra, o cunhado, netos. Eu tenho no hotel da minha família neto da pessoa que vinha na época do meu avô, e faz questão de ficar no mesmo apartamento que o avô dele ficava. Olha para você ver o conceito de turismo religioso. Então o cara já não é mais hospede, ele é um amigo da casa. Ele já sabe os horários das refeições, ele conhece os funcionários pelo nome. Ele ao sair daqui na festa de São Benedito, no dia de fechar a conta, ele faz o Check-out. Oh! Marca aí pra mim fulano, abril de 2012. E a gerência faz a reserva. Ele não quer

saber se vai está vivo, se vai sofrer acidente, se tem mais gente para vir, a reserva dele está pronta para 2012. A certeza que ele tem é tão grande que dificilmente você encontra vaga para as festas de São Benedito e da Padroeira. Porque já vem de um ano a reserva. A não ser que sair um hotel novo. Assim mesmo... Você inaugura um hotel em Aparecida lotado. Em qualquer lugar do mundo a hotelaria demora sete anos para achar o caminho.

Robson: Existe alguma divisão ou vocês contabilizam aqueles que são na verdade puxadinhos?

Ernesto Elache – Todos os hotéis são do mesmo nível, ou seja, você tem a mesma hospedagem e a sua alimentação, não tem área de lazer, o seu lazer é na cidade. O que acontece é que surgem novos hotéis e ele já nasce com características novas, com serviços modificados, diferentes. É isso que difere os hotéis mais novos dos hotéis antigos. Porque as áreas não são tão compatíveis. Tem os balaies de gato? Tem!

Robson: Mas esses entram na contabilidade?

Ernesto Elache – Não! Eu me recuso! Porque na verdade o sindicato tem que representar empresas, legalmente constituídas. Por exemplo, eu tenho aqui uma contagem de 82 residências que viraram meios de hospedagem e eu fiz a denúncia para a prefeitura e não houve ação nenhuma. É uma questão até de constituir moralmente por esses empresários pagam impostos, que você sabe a hora que pode multar ele, porque tem telefone, tem endereço e moram aqui. Não é muito mais fácil achar do que aquele que alugou uma casa e encheu de cama, e encheu de gente para ganhar dinheiro para ele. Aí ele vai para cidade dele investe lá e depois vem para ganhar dinheiro de novo. Então moralmente a prefeitura deveria dar a cara à tapa para mostrar para o seu investidor que você está preocupado com ele. Hotel custa caro, desde a água, luz, mobiliário, a mão de obra, custa caríssimo. Você olhar... O cara abrir uma casinha do lado e colocar 100 pessoas dentro. Isso tinha que mudar. Mas não é essa prefeitura, já vem de anos.

Há cinco anos atrás pegaram um ônibus do Rio de Janeiro fretado de bandido, foi uma festa de 12 de outubro e... Acredito que a polícia do Rio de Janeiro deva ter levantado isso por lá, ligou para a polícia rodoviária aqui do Vale e

por consequência para a polícia de Aparecida e daí pegaram o ônibus ali na Dutra, entrando na cidade.

Robson: Não conseguiu entrar?

Ernesto Elache – Não! Pegaram no trecho.

Em 2007, com a quinta conferência esse sindicato aqui foi o responsável por toda a hospedagem dos Bispos e todos os jornalistas do mundo inteiro. A nossa chancela ficou no site do Vaticano, nos ficamos conhecidos no mundo inteiro, nos hospedamos aqui 320 bispos e cardeais do mundo inteiro mais os seus secretários e mais 1050 jornalistas do mundo inteiro. Naquele dia, naquela hora, o mundo focalizou a cara de Aparecida.

O Papa só foi para São Paulo porque a quinta conferência... O Papa não ia sair de Roma para ir para São Paulo, ele saiu para abrir a quinta conferência e nessas vindas da equipe do Papa para analisar o local. Pensaram se o Papa vir aqui Aparecida vai virar o peso de tanta gente. Vamos fazer o seguinte, vamos fazer o Papa descer em São Paulo, fazer turismo em São Paulo. Então o turismo do Bento XVI foi São Paulo, todo mundo do Brasil, três milhões de pessoas que quiseram ver o Papa foi para São Paulo, porque a infraestrutura era melhor, a acessibilidade era maior, e aí deixaram aqui só para a quinta conferência, nada mais do que isso.

Tudo aconteceu no Santuário Nacional foram dois dias e duas noites participando da quinta conferência, no terceiro dia ele viajou, ele participou todos os dias. Ai eu entendi. E realmente agente não ia aguentar. Se vem três milhões de pessoas para cá. Imagina? Você ia por um pé 42 em um sapatinho 28. Foi muito bem planejado. Nós enchemos, a hotelaria ficou repleta, a quinta conferência durou uma semana. Foi analisado cada item, cada postura, cada passo para que fosse realmente um sucesso. E a gente conseguiu fazer. Eu dei uma ideia. Falei: olha aproveita o **Merchandising** e põe na porta do seu apartamento uma placa metálica, linda, com o nome do Cardeal, a origem dele e o que ele representava. Os caras acharam caro de metal, fizeram de acrílico, com o brasão de armas ainda. Hoje esses hotéis recebem telefonemas “oh! Só fico no apartamento do cardeal, se não eu não vou. Isso é turismo religioso. Aquele cardeal para aquela família é o cara, é o prazer que ele tem de ficar com a família

no apartamento que o cardeal ficou é tudo. Está vendo como é simples o negócio? Mas é eficaz. A colheita da quinta conferência faz quatro anos, está tendo colheita até hoje.

Robson: Existem reuniões de organização para discutir o turismo?

Deveria ter. Infelizmente é mais informal. Quando eu fui presidente do Contur, o 2º Contur do Vale do Paraíba foi aqui, nós realizamos um fórum de turismo, foi muito legal. Sabe o que é a gente vive isso tão intensamente, que sabe tudo o que precisa fazer, e precisa levar esse conhecimento para mais pessoas para que possam cobrar.

Robson: tanto a prefeitura quanto o Santuário indicam que falta o empresariado também se mexer, investir?

Você já entrou no Santuário? Você já andou lá? Você viu o mobiliário? O veículo do Santuário? O banheiro do Santuário? Você viu que tem umas placas: doado pelos romeiros de Nossa Senhora. Isso tem um peso tão grande, mas tão grande. Porque eu já cansei de ver, famílias falando: vamos por dinheiro aqui que o ano que vem nos vamos ver outra obra com a nossa marca. Isso chama credibilidade, isso na cidade chamaria IPTU, imposto, arrecadação, qualquer outra coisa que você não viu para onde foi. Então sem credibilidade não adianta mais dar dinheiro, não vai fazer. Agente acredita que o poder vale mais que a credibilidade. E no Santuário não, no Santuário é sério. A pessoa que doou esse ano chega ano que vem ele vai ver outra obra, outro carro, outro vaso sanitário, outro chuveiro, outro asfalto, outro qualquer coisa, escrito: doado pelos romeiros de Nossa Senhora. É simples assim.

Robson: E a feira?

Ernesto Elache – O que precisa na feira não é cobrir é organizar. Se você cobrir só vai estar jogando o lixo para embaixo do tapete.

Imagina 4.000 bancas pagando R\$ 50, 00 por mês. Agora imagina o que é com telefone, inscrição estadual, CNPJ, porta aberta para rua e não poder chegar o turista porque tem 50 barracas armadas na calçada. O termo ambulante vem de andar, perambular, você está dentro da cidade de Aparecida com o seu carrinho

com a sua bandeja circulando, você não está fixado, porque esse chão é meu, eu sou município, faz parte do meu imposto esse chão.

Quando foi criada a feira foi feita para aquelas famílias agregar um dinheiro a mais, para por o filho para estudar, para uma comida melhor, para pagar conta de luz, para fazer seu puxadinho no fundo da casa.

Robson: Quanto custa uma barraca hoje?

Ernesto Elache – Você quer mesmo ouvir? De verdade? Que eu vi o cara fazer o cheque e dar para o outro cara. R\$ 150. 000,00. Tem gente de São Paulo, de Curitiba que tem dez, quinze barracas. E aí ele vem toda semana para receber o aluguel. Recebe R\$ 150,00, R\$ 200,00 por barraca. O que foi constituído no mundo para ajudar pessoas, hoje está... Na última pesquisa que nos realizamos nos chegamos em 35% de gente que não é de Aparecida. 35% de 4.000 é bastante coisa. Jeito tem. Só que a Feira virou curral eleitoral. Quanto mais desorganizado melhor para aquela meia dúzia ganhar, se estiver organizado dificilmente vai lesar alguém.

Robson: Barracas novas têm?

Ernesto Elache – Deve ser tipo pólen, sai no ar e fecunda quando encontra chão, porque tem barraca nova todo dia, a Avenida Getulio Vargas que é a entrada e saída de Aparecida é uma via federal já está lá no meio de barraca. Você não consegue passar de carro na via.

Robson: E para regularizar?

Ernesto Elache – Precisa de alguém com vontade, compromisso com a cidade. Você não consegue, a Feira se sente proprietária do chão da cidade.

Robson: E o trem de alta velocidade?

Ernesto Elache – A única parada oficial é a de Aparecida.

Robson: Foi alguma jogada política?

Ernesto Elache – Não eu acho que foi religioso que não deixa de ser política. Há três anos atrás nós lançamos um prato de quase setenta anos e chamamos de Prato de Aparecida. Um culinaria historiador aqui do Vale do

Paraíba nós convidamos para pesquisar qual era o prato de Aparecida e ele levantou que as romarias que viam de caminhão.

Robson: Tipo bóia-fria?

Ernesto Elache – Tipo bóia-fria mesmo! Viam de carroceria, sentadinhos na carroceria, com criança no colo, marido, mulher, família e paravam aqui e desciam às bagagens, aquelas malas de baú, e as panelas, a comida vinha no caminhão. Porque nessa época 80, 90 anos atrás aqui na Praça São Benedito tinha um lugar chamado o Beco do Guarino que era um pátio muito grande, fechado, coberto, de chão batido. E eram oferecido esteiras de taboa. E tinha no chão covas e eles vendiam o fecho de lenha. Então quando chegavam, pegavam o fecho de lenha, punham o tijolinho, a panela encima e esquentavam a comida. Essa comida era um virado de frango com farofa de farinha de milho, louro, manjericão e alfavaca. Porque essas ervas? Primeiro que eram as mais difundidas, segundo que não deixavam a comida azedar. O cheiro verde azedava, o tomate azedava, qualquer outra coisa azedava. O transporte era longo, então ele tinha a garantia de chegar e comer e não precisava de talher. A farinha secava, o frango ficava solto e você comia com a mão. Todo mundo comia. E eu duvidei, não pode ser... Aí fizemos o lançamento, juntei cozinheiros, hoteleiros, restauranteiros aqui e fizemos o lançamento, mas ainda fiquei com a pulga atrás da orelha. Estou fazendo burrada. Pedi para o chefe fazer uma travessa, desse tamanho de virado e subir comigo lá na Praça Nossa Senhora Aparecida com um monte de talher na mão para gente fazer a prova de fogo. E aí quando eu achava casais de idade, chegava, apresentava: olha essa comida é o prato de Aparecida, ele tem 70 anos. Tinha gente que chorava. Porque lembrava da mãe dando para ela, empurrando com a colher para ela comer, ela era criança. Oh! Para você vê que coisa maluca de fascinante, eu chorei vendo o casal de velhinhos. Porque a velhinha não parava de chorar. Ah, minha mãe. Ah, minha mãe! Porque lembrou que a mãe falava: come pra ficar forte. Entendeu!? Eu ressuscitei um prato de 70 anos, coloquei na internet, fiz um auê! Hoje uns vinte restaurantes de Aparecida e Guaratinguetá fazem o prato.

Robson: Sua história, seu pai como veio parar em Aparecida?

Ernesto Elache – Meu avô veio do Líbano, todos os libaneses de Aparecida vieram da mesma cidade, Zahleé. É uma cidade nas montanhas do Líbano e se você vê a foto da cidade e uma Aparecida. Acho até que eles vieram para cá para matar a saudade. Nossa! A lá chegamos em Zahleé do Brasil! Era quase a mesma coisa. As casinhas na montanha, plantação de uva... E a cidade de Aparecida que é um morrinho cheio de casinha encima. A colônia libanesa era muito forte. Hoje Aparecida é uma ilha de libaneses rodeada de mineiros por todos os lados. Principalmente nos hotéis.

Meu bisavô veio para cá de Zahleé, meu avô era de colo, nasceu lá no Líbano e vieram para cá e montaram uma lojinha. Meu avô tinha 12 anos e meu bisavô era mascateiro. Tinha um carroção daqueles que aparece nos filmes, cheio de coisas pendurados, fora, dentro. Panela, roupa, tecido, agulha, garfo, faca, colher de pau, pilão. Era ambulante. Ele fazia o circuito paulista e de Minas Gerais por dentro das fazendas. Porque aqui você está ligado na Serra da Mantiqueira, você vai até Lorena sobe em Itajubá, já está em Minas Gerais. Na época as fazendas eram distantes dos grandes centros. Tanto que meu avô conheceu minha avó nessas viagens, numa fazenda, sabe..., eles tinham pouca comida e cada vez que chegava na fazenda da minha avó parecia que já sabia, tinha uma lata de óleo cheia de banha guardada cheia de comida dentro para dar para nós.

Meu avó era analfabeto, construiu um hotel há 57 anos atrás de 7 andares numa cidade que nem existia. E quem deu o dinheiro para o meu avô construir o hotel foi o presidente da República Venceslau Brás, que era dono do Banco da Lavoura de Minas Gerais, atual Banco Real, passou por vários nomes até chegar a Banco Real. Quem assinou o empréstimo para a construção do hotel foi meu pai. Olha o respeito que o cara tinha. 57 anos atrás ele construiu um hotel como hotel, ele não construiu um prédio com apartamentos. Eu tenho a planta guardada. O arquiteto que fez a planta fez com tanta delicadeza que projetou até uma jardineira na área social. Hoje o cara constrói um prédio enche de cama e fala que é hotel. Meu avô construiu um hotel para chamar de hotel e pagou para o então presidente da Republica em três anos.

Eu fiquei 17 anos longe de Aparecida, estudei fora, fiz tudo o que tinha direito como estudante. Eu sou agrônomo e há 16 anos eu me transformei em

hoteleiro porque eu tive que deixar a roça e voltar para cidade de Aparecida, meu teve um AVC e eu tive que assumir o lugar dele no hotel. Eu não conhecia hotel, eu conhecia porco, vaca, cavalo, pasto. Aí eu comecei a estudar hotelaria, conhecer do assunto para poder trabalhar e há 16 anos faço isso e acho que tenho muito ainda para aprender.

Robson: o senhor é devoto de Nossa Senhora Aparecida?

Ernesto Elache – Sou. Essa aqui (aponta para o broche de Nossa Senhora na lapela da camisa) anda em qualquer roupa que eu vista há 12 anos. Quando eu voltei depois de 17 anos, eu prometi que ia dar o melhor de mim, esse é o respeito que tenho por essa cidade, saber que alguém aqui viveu, cumpriu sua meta para me sustentar, para eu chegar, bom ou ruim aonde eu cheguei. Com conhecimento, com informação, enfim com uma vida diferenciada.

Entrevista realizada em 30/03/12 (CD mar/2012-3)

Cidade de Aparecida

Ernesto Elache

Presidente do indicato dos Hotéis e Restaurantes de Aparecida e Vale Histórico (SINHORES)

Robson: Movimento Centro Velho?

Ernesto Elache – Foi fundado por seis pessoas, eu sou uma delas. agente conseguia comover todo o centro histórico. O nosso arquivo histórico está em posse do Rubinho, o Rubens do hotel central, na Praça Nossa Senhora Aparecida.

Hoje o movimento vive direito e não de fato. Quando o movimento tem alguma coisa para falar ou tá em desacordo com alguma ideia ele pede uma reunião aí as pessoas se juntam. Faz bastante tempo que não se junta. A última reunião foi no começo do ano passado.

O movimento sempre foi apolítico, sempre apresentou não só o problema, mas também a solução dele. Então independe do seu partido ou de você gostar da gente ou não, é uma necessidade publica.

Para se ter uma ideia tem um dos almanaques que o Santuário pôs na pagina central dele as melhores coisas que aconteceu em Aparecida nos últimos 30 anos. E nesse calendário tá lá criação do Movimento Centro Velho. Nos guardamos de lembrança, porque para igreja citar você e porque você fez a diferença.

Ernesto Elache – Aqui chama Aparecida do Norte porque a referência para vir para cá nas vésperas do bonde era a estação norte de trem em São Paulo. Então ah! Eu vou para Aparecida. Qual? Do Norte. Porque só tinha trem daquela estação para cá. Apesar de estar ao leste, todos conhecem como norte.

Robson: - Tem o projeto de construção de um bonde na cidade?

Ernesto Elache – Não existe um projeto que já tá pra começar de um teleférico que liga o Santuário Nacional a o Morro do Cruzeiro. Vai ser o primeiro teleférico a passar por vias federais. Vai passar por cima da Dutra.

Robson: - Sobre os projetos para a feira?

Ernesto Elache – Eu tenho um arquiteto amigo meu que mediu o estádio de futebol. Porque Aparecida não tem time de futebol. E se tiver faz o estádio em outro local. Enfim ali se tirar a arquibancada você ganha mais 15 metros. Ai ele projetou a feira lá para dentro em sistema espiral e ainda desenhou no centro da feira área de alimentação. Com barracas padronizadas, com portinha para você abrir e fechar sua lojinha, um lugar definitivo. E o turista vem, é do lado de onde é a feira hoje. É só atravessar a linha do trem. E o espaço dá. Se você tirar os habitantes da feira que não são de Aparecida, cerca de 35 %, nos já fizemos essa pesquisa também. O que tem hoje não cabe dentro do estádio, mas se você tirar quem não é daqui cabe, e você tirar quem tem dez barracas em vez de uma cabe mais. E se tirar o cara que aluga a banca, cabe mais ainda. Quer dizer se organizar o espaço acaba sobrando.

Robson: - Qual a diferença entre a igreja nova e a velha?

Ernesto Elache – Só que a história viva é lá. Você pode vir quantas vezes quiser a Aparecida, mas você não vai embora sem passar na igreja velha.

Robson: - Pude perceber que existem comportamentos diferentes e até mesmo organizações diferentes dos espaços. No Santuário Nacional não se pode abordar as pessoas sem pedir autorização, existe uma certa ... burocracia. E mesmo nos dias de festas eu não vi dentro do Santuário uma congada, uma viola...

Ernesto Elache – E eles também não gostam, preferem a Igreja Velha.

É um mix de história, religiosidade e burocracia. A própria congada por sua vez. O avô dela que tocava na congada, era na igreja velha, por isso esse neto que toca agora tem a preferência da igreja velha. Então ele também não liga de ir à nova.

Robson: - Da ultima vez nós discutimos bastante a questão do turismo internacional, o que mudou?

Ernesto Elache – Já teve um voo de 25 pessoas, da Itália, mas eu acho que vieram mais como fonte de pesquisa.

Robson: - o que você acha dos muros do Santuário?

Ernesto Elache – A intenção dos caras é fazer o Vaticano II, tudo tá caminhando para isso, literalmente tudo. Se der uma rompida no Vaticano, por guerra, por alguma coisa o papa tem um segundo esconderijo.

Robson: - sobre a cor da Santa. Você considera algum movimento na cidade que entende a negritude?

Ernesto Elache – Você só vai encontrar sobre a escravidão na época do achado de Nossa Senhora, no museu de Aparecida. Relacionado a cor negra, o milagre do escravo. A princesa Isabel que doou a coroa a Nossa Senhora quando se tornou padroeira do Brasil. A Aparecida não tem nada, nenhuma bandeira levantada, nem contra, nem a favor.

Hoje a festa de São Benedito tem uma ala dos negros oficializada dentro da procissão. E é muito bonito. Essas pessoas tem um pé em associações em São Paulo, mas é tudo em São Paulo.

Robson: - Muitas vezes o que está associado ao folclore à tradição acontece na Igreja Velha.

Ernesto Elache – A liberdade é muito maior. Pode depois descer pela passarela pode. Porque? Por causa da história. Essa parte popular a Igreja Velha recebe de braços abertos.

Ernesto Elache – Cavalaria. Todas das as cavalarias que chegam na Igreja Velha são saudadas pelo padre na porta da igreja. Eu nunca vi uma cavalaria no Santuário Nacional.

Robson: - to achando que você gosta mais da Igreja Velha!

Ernesto Elache – Sem dúvida nenhuma. Essa é minha bandeira. A minha intimidade sempre vai ser com o Igreja Velha. Não gosto da nova. Não é que eu não gosto. Não tenho nada contra, mas o carinho, o aconchego é dez vezes maior que dentro do Santuário. A pia batismal que está na Igreja Velha é onde eu fui batizado. É a mesma. A cúpula que cobre ela é a mesma, a correia que segura é a mesma, não mudou, é a mesma, literalmente a mesma, só a água que não é a mesma. ... vai ver é a mesma até.